



PÁGINAS DA HISTÓRIA DO PIAUÍ COLONIAL E PROVINCIAL

Nilsângela Cardoso Lima
ORGANIZADORA



Ministério da Educação - MEC
Universidade Aberta do Brasil - UAB
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD

Páginas da História do Piauí colonial e provincial

Nilsângela Cardoso Lima
(Organizadora)



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

José de Arimatéia Dantas Lopes

**Diretor do Centro de Educação Aberta e a Distância
- CEAD**

Gildásio Guedes Fernandes

Vice Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Sup. de comunicação social

Jaqueline Lima Dourado

**vice-diretora do Centro de Educação Aberta e a
Distância - CEAD**

Lívia Fernanda Nery da Silva

Editor

Ricardo Alágio Ribeiro

Coordenador Acadêmico do Curso de História

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Conselho Editorial

Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Acácio Salvador Veras e Silva

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Wilson Seraine da Silva Filho

Gustavo Fortes Said

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Viriato Campelo

Coordenação de Tutoria do Curso de História

Marylu Alves de Oliveira



Equipe técnica

Revisão de originais: Nilsângela Cardoso Lima.

Projeto gráfico e diagramação: Ronyere Ferreira.

Capa: Eurípedes Siqueira Neto; Mônica Leticia Alves Cardoso.

Dados internacionais de Catalogação na Publicação

Páginas da História do Piauí colonial e provincial / organizadora, Nilsângela
Cardoso Lima – Teresina: EDUFPI, 2020.

278 p.

ISBN: 978-65-86171-17-4

1. História. 2. Historiografia. 3. História do Piauí colonial e imperial. I. Lima,
Nilsângela Cardoso.

De acordo com a Lei n. 9.96, de 19 de fevereiro de 1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada sob qualquer forma ou qualquer meio sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais.

Editora da Universidade Federal do Piauí
Campus Ministro Petrônio Portela
CEP: 64049-550 - Ininga - Teresina - PI - Brasil

Sumário

- Prefácio | **Novos caminhos, novas escritas** | 5
Marylu Alves de Oliveira
- Em cada página, **História do Piauí colonial e provincial** | 7
Nilsângela Cardoso Lima
- O Piauí e o Estado do Maranhão: **História e Historiografia em perspectiva** | 19
Mairton Celestino da Silva
- Jogos de alianças e inimizades: guerras justas, descimentos e políticas indígenas no Piauí colonial** | 39
Fernanda Aires Bombardi
- O Piauí e a construção da unidade territorial do Império pós-Independência, 1823-1824 | 69
Johny Santana de Araújo
- “Batizou solenemente e pôs os óleos”:** os registros de batismo dos filhos de escravizados na cidade de Teresina no final do século XIX | 95
Talyta Marjorie Lira Sousa Nepomuceno

- 117 | **Os agregados e a produção agrícola piauiense na segunda metade do século XIX**
Ivana Campelo Cabral
- 133 | **Profissões ou empregos na província do Piauí**
Francisco Gleison da Costa Monteiro
- 161 | **As relações familiares e o matrimônio no Piauí oitocentista**
Mona Ayala Saraiva da Silveira
- 189 | **Ciência e pensamento religioso no Piauí Oitocentista através da escrita de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco (1789-1873)**
Luís Carlos Albano Duarte Sousa
Mairton Celestino da Silva
- 219 | **Jornal *A Mocidade Piauihyense* e cultura escolar no Piauí do século XIX**
Nilsângela Cardoso Lima
Francisca Stefanne Orana Alves Sobrinho
- 251 | **Cotidiano teatral e imprensa periódica na Teresina dos oitocentos**
Ronyere Ferreira
- 275 | **Sobre os autores**

Novos caminhos, novas escritas

Marylu Alves de Oliveira

Durante a maior parte do século XX a História do Piauí esteve sob domínio de uma determinada interpretação dos documentos históricos. Escritos balizados, estabelecidos em âmbito acadêmico e institucional, reafirmaram-se ao longo de décadas como a única interpretação possível sobre o passado destes rincões sertanejos. A história do Piauí passou a ser lida e entendida sempre a partir de um único ponto, uma única História: a dos vencedores.

Tal produção de conhecimento, bastante consagrada com mérito singular, acabou por impossibilitar durante longo período caminhos distintos para um revisitar do fazer histórico. As marcas dessa produção foram tão significativas que durante quase todo o século XX a trajetória da colonização e do período imperial “piauiense” não comportava outras narrativas que não fossem aquelas ligadas aos “currais de dentro”. Os estudantes não se sentiam à vontade para visitar a documentação clássica, uma vez que o estabelecimento daquele conhecimento sobre o passado acabou criando um efeito de verdade tão intenso, que pôs uma espécie de inércia na produção histórica local.

Entretanto, nos últimos anos houve uma guinada significativa das formas de interpretar o espaço que hoje denominamos como Piauí. Novos olhares foram lançados para documentos consagrados, possibilitando o trilhar de caminhos singulares sobre os sujeitos e espaços que se acreditava já demarcados de forma definitiva no campo Histórico. Também novos documentos foram descobertos, possibilitando a emergência de novos temas, estabelecendo-se novos marcos de interpretação do passado.

Esse livro é resultado dessa guinada historiográfica.

Uma plêiade de novos historiadores, comprometidos com questões densas, como a resistência indígena e escravizada, as condições de existência dos agregados, os mundos do trabalho, arte, educação e ciência no Piauí colonial e provincial, ajuda-nos a olhar outra dimensão da produção histórica contemporânea.

Portanto, essa obra que prefaciamos faz-se necessária para apresentar ao público geral, alunos de história e, de modo especial, aos alunos do Curso de Licenciatura em História do Centro de Educação a Distância, a quem a obra em primeira mão é dedicada, novos autores, novas leituras sobre o passado, novos caminhos de compreensão do Piauí.

Com o sugestivo título *Páginas da História do Piauí Colonial e Provincial*, a obra apresenta a emergência de um grupo de historiadores que ousou ler ou reler a documentação clássica, apresentando múltiplas possibilidade de pesquisa e caminhos ainda a percorrer. Também oferece temáticas pertinente que vão desde um repensar das questões jurídico-espaciais, que por muitas vezes são naturalizadas no uso indiscriminado da expressão “Piauí” – quando este ainda não existia juridicamente, tampouco discursivamente –, até a dimensão de inserção do Piauí como espaço central das lutas de independência do Brasil, questionando de forma justa a ideia de que esses conflitos não fariam parte apenas de uma História local, mas de uma História Nacional.

Nesse sentido, a obra nasce para além daquilo a que se destina. De uma forma de escrita que visa a apresentar aos alunos *Páginas da História do Piauí Colonial e Provincial*, este livro acaba se tornando um manifesto da existência de uma outra leitura sobre o passado. Ensinando aos futuros historiadores que, quando o momento nos exige uma releitura, devemos sair do conforto das páginas consagradas e partir para uma outra dimensão de compreensão do homem no tempo.

Em cada página, História do Piauí colonial e provincial

Nilsângela Cardoso Lima

Quando se refere a História do Piauí, a cronologia estabelecida quase sempre parte da chegada dos bandeirantes e sertanistas nos “Sertões de Rodelas” no século XVII. No entanto, esse recorte temporal não é uma unanimidade entre os pesquisadores. A exemplo de Dias¹, que questiona a historiografia dominante que estabelece como marco inicial o ano de 1674 e propõe um deslocamento do eixo de análise para que se entenda a organização social americana a partir dos três tipos de povoamento: o pré-histórico, o nativo e o colonial. Defende que “o povoamento colonial das Américas que representou também o despovoamento da população nativa desenrolou-se sob a égide da destruição de um povo com possíveis origens pré-históricas cujos vestígios arqueológicos estão na Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil²”.

1 DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial. In: *REVISTA FUNDAMENTOS*. São Raimundo Nonato: FUMDHAM, 2006. v. 4, p. 417-429.

2 DIAS, 2006, p. 418.

O avanço colonial sobre os territórios indígenas ocorreu por meio de conflitos armados, guerras contra os índios, de maneira a garantir ao colonizador a posse da terra e o desenvolvimento da pecuária extensiva. Oliveira³ explica que, iniciada a “guerra da colonização”, em meados do século XVII, bandeirantes e religiosos encabeçaram expedições com a finalidade de “expulsar os nativos de suas terras, escravizá-los nas fazendas de gado e reduzi-lo em aldeamentos”. Alianças, resistências, lutas e violência contra a população indígena integraram a ação colonizadora e o domínio português nos “sertões de dentro”. O processo de colonização do Piauí resultou na dizimação de várias etnias e a formação de uma estrutura social, política e econômica nos moldes mercantil e escravista.

Dentre os sertanistas que levaram a cabo as expedições colonizadoras, destacam-se Domingos Afonso Sertão, também conhecido como Domingos Afonso Mafrense, e Francisco Dias D’Ávila da Casa da Torre como os maiores detentores de sesmarias e de rebanhos vacum e cavalariço no Piauí colonial. O resultado deste processo violento foi o despovoamento das populações nativas, a instalação dos currais pelos fazendeiros paulistas, baianos e pernambucanos e, posteriormente, a instituição da Capitania de São José do Piauí. A partir do final do século XVII, estrutura-se no Piauí uma economia ganadeira, uma sociedade rural e centrífuga com base no uso da mão de obra escrava.

A base estrutural da sociedade colonial piauiense fundamentalmente rural ocorreu de forma similar às demais regiões do país, diferindo apenas num aspecto: a forma de ocupação e povoamento do Piauí, que partiu do interior para o litoral, como afirma Mott. O autor reitera que “os portugueses instauraram no Brasil uma civilização de raízes rurais” com tendência centrífuga de povoamento⁴. Durante o século XVII e XVIII inexistia vida urbana na capitania. A única vila existente era a da Mocha e em condições precárias. Somente em 1762, quando da instalação do aparelho político-administrativo, é que a vila da Mocha é elevada à condição de cidade e capital da Capitania, passando a ser denominada de

3 OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *Colonização do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. 2007. 202 fls. Tese. (Doutorado em História), Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2007, p. 27.

4 MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 45.

Oeiras, e ocorre a elevação das freguesias Valença, Marvão, Campo Maior, Parnaíba, Jerumenha e Parnaguá em vilas⁵. A determinação régia visava a corrigir o caráter disperso da população, fortalecer o regime colonial e centralizar o poder político. Medida que não surtiu o efeito desejado, pois a tendência latifundiarista da posse da terra e o baixo índice de urbanização continuavam, em razão da prática da pecuária extensiva no Piauí provincial.

Formou-se no Piauí uma sociedade de pequenos núcleos populacionais devido à grande distância entre uma fazenda e outra. Nos primeiros anos da colonização a maioria da população era masculina e analfabeta, composta de índios, negros, mestiços e brancos. Livres e escravos conviviam no ambiente hostil e austero do criatório. E cabia aos escravos o trabalho desempenhado na zona pastoril. Nesse aspecto, é preciso salientar que se encontra na historiografia tradicional brasileira e econômica o argumento de que no Piauí colonial o escravismo foi incompatível com o pastoreio. Na contramão destas afirmações, autores como Mott⁶, Brandão⁷, Falci⁸ e Lima⁹ desconstróem a ideia de “trabalho livre” nas fazendas de gado do Piauí colonial e imperial e defendem que desde o setecentos a mão de obra escrava indígena, negra e mestiça foi utilizada para fins econômicos nas unidades produtivas e sofriam do mesmo rigor do sistema colonial escravista brasileiro de violência, arbitrariedades, coerção e abusos.

O caráter predominante da pecuária extensiva acabou por provocar um tipo de economia ganadeira voltada para o abastecimento interno da colônia em detrimento de uma agricultura de subsistência. De acordo com

5 NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. v. 1. Teresina: FUNDAPI, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007, p. 155.

6 MOTT, Luiz R. B. Estrutura demográfica das fazendas de gado do Piauí colonial: um caso de povoamento rural e centrífugo. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 79.

7 BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: Perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

8 FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

9 LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - (1822-1871)*. 1. ed. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2005.

Queiroz¹⁰, o comércio do gado sustentou a economia do Piauí até a segunda metade do século XIX, quando começa a perder sua posição no mercado regional e externo. Mesmo assim, durante o período oitocentista a pecuária ainda ocupava lugar de destaque nas finanças do Piauí.

A infraestrutura comercial era deficiente no Piauí. Condições climáticas, arranjo demográfico da população, reduzida circulação monetária, concentração das casas comerciais em poucas mãos, incipiente nível técnico da produção agrícola, são algumas das fundamentações levantadas por autores, como Queiroz¹¹ (2006), para explicar a predominância da agricultura para o mercado interno e consumo local. O açúcar e o fumo são os dois produtos agrícolas que tiveram ainda algum destaque frente ao quadro de atrofia da economia piauiense do século XIX. Com a transferência da capital de Oeiras para Teresina, em 1852, potencializava-se a produção agrícola, com o incentivo da navegação a vapor. Ainda assim, a ação foi insuficiente para promover a integração da economia piauiense ao contexto internacional.

A passagem do período colonial para o imperial não resultou em mudanças substanciais na estrutura social, política e econômica do Piauí. Entretanto, alguns de seus sinais começavam a aparecer. De acordo com Queiroz¹²:

A mudança da capital de Oeiras para Teresina e o incremento da navegação a vapor eram condições tidas como fundamentais pelos homens públicos para o desenvolvimento da Província e a independência do seu comércio em relação ao do Maranhão. Essas medidas deveriam ser complementadas com a abertura de estradas de rodagem ligando as regiões produtoras aos portos fluviais. Esse projeto, lentamente elaborado ao longo de várias décadas, só veio a afirmar-se no início do século XX, com as alterações conjunturais advindas do extrativismo. De uma maneira geral, é possível afirmar que, durante a segunda metade do século XIX, as tentativas públicas

10 QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006, p. 19.

11 QUEIROZ, 2006, P.

12 QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a república*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 17.

visavam a romper o isolamento da Província, integrando-a ao espaço regional e que, neste século, a expansão pretendida abarca o mundo capitalista. Ao mesmo tempo, no plano interno, são feitas diversas tentativas de regulamentação das atividades produtivas e disciplina-se a interferência do Estado em vários setores. Estão, neste último caso, a obrigatoriedade do registro de propriedade dos particulares e as tentativas de demarcação das terras devolutas do Estado.

A partir da segunda metade do século XIX nota-se um crescimento demográfico de Teresina enquanto que nas demais regiões do Piauí ainda permanecia um quadro de rarefação demográfica, emigração e nenhuma imigração estrangeira, de acordo com Queiroz¹³. Na maior parte da província o povoamento continuava aquele que foi definido pela pecuária. Em Teresina, sobremaneira, via-se a chegada da navegação a vapor e do telégrafo ainda na década de 1880. O período também é marcado pela chegada de levas de imigrantes em decorrência da seca de 1877 a 1879;¹⁴ daí se explica o crescimento demográfico, particularmente na capital piauiense, que protagonizava um cenário urbano de mudanças e exhibições sociais¹⁵.

A História do Piauí deve ser estudada tendo como base o processo histórico do contexto nacional. Faz-se necessário, ao mesmo tempo, romper com a ideia do isolamento do Piauí. Deste modo, a participação do Piauí nas lutas pela Independência do Brasil não poderia deixar de ser mencionada. A historiadora Claudete Dias¹⁶ é uma das defensoras de que as lutas que aconteceram no Piauí integraram o projeto nacional de Independência, bem como foi um processo longo, penoso e violento. A partir do seu estudo sobre a Balaiada no Piauí e sob a perspectiva teórica da História Social, a autora incita os leitores para outra leitura sobre o período, por entender que a “independência do Brasil foi um processo de lutas e não apenas

13 QUEIROZ, 1994, p. 19.

14 ARAÚJO, Maria Mafalda B. de. *O poder da seca no Piauí (1877-1879)*. Teresina: EDUFPI, 1991.

15 QUEIROZ, 1994, p. 18.

16 DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da História: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas do Piauí (1789-1850). In: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *História de vário feito e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001, p. 96-110; DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaies e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

uma data e o feito de um príncipe ou de ricos grupos de proprietários de terras e escravos¹⁷” e ainda que “a separação de Portugal teve significados diferentes para os diversos setores, grupos, classes ou camadas sociais, como os populares, com aspirações distintas, como tornar o Brasil uma República livre da escravidão”.¹⁸ Em sua análise, apresenta como marco histórico a tradição de luta e resistência da população piauiense. Avalia que desde a chegada dos colonizadores, “predadores de índios”, até as lutas pela independência houve “guerras” e “resistências”. No primeiro caso, o projeto colonizador acabou por vencer e impor um outro tipo de sociedade no Piauí; no segundo caso, o aparato armado das tropas reprimiu as manifestações populares, de maneira que a proclamação da independência representou a vitória da Monarquia Constitucional, a manutenção da escravidão e a afirmação da elite no poder.

Essa breve explanação da História do Piauí colonial e imperial oferece possibilidades de leituras que já se encontram disponível na historiografia brasileira e piauiense. Para além destes, registra-se um número crescente de pesquisadores que se dedicam a diferentes temáticas no período, o que tem contribuído sobremaneira para sanar parte das lacunas ainda existentes. Sem pretensão de preencher essas lacunas, até porque a tarefa é impossível, o presente livro tem por interesse reunir alguns trabalhos de pesquisadores que estudam o Piauí colonial e imperial. Mais especificamente, a presente coletânea parte de um projeto da Coordenação do Curso de Licenciatura em História do Centro de Educação a Distância que objetiva publicar textos que atendam as disciplinas da sua grade curricular. De tal modo, a presente coletânea intitulada *Páginas da História do Piauí colonial e imperial* visa atender a disciplina “História do Piauí I”, cuja ementa compreende a chegada dos bandeirantes paulistas, baianos e pernambucanos nos “sertões de dentro” no século XVII até o período oitocentista.

Composta por dez capítulos, o primeiro, intitulado “O Piauí e o Estado do Maranhão: História e Historiografia em perspectiva”, é de Mairton Celestino da Silva, que faz um estudo sobre a vinculação jurídico-institucional da capitania de São José do Piauí ao Estado do Maranhão até o século XIX. O autor analisa as estratégias de conquista e dominação das terras do Piauí e do Maranhão propondo um percurso narrativo em

17 DIAS, 2001, p. 96.

18 DIAS, 2001, p. 96-97.

que situa o Piauí como um espaço de “fronteira” entre as capitânicas do Maranhão, Grão-Pará, Pernambuco e Bahia. Ademais, aponta o caráter da administração portuguesa para o processo de conquista e dominação das terras, a partir das investidas dos bandeirantes paulistas, missionários da Companhia de Jesus e agentes coloniais. Para a concretização desse processo, o índio era fundamental como mão de obra da exploração das riquezas e aliado do projeto de conquista e ocupação das terras por meio da criação de gado vacum e cavalar. O autor convida os leitores para a necessidade de propor um diálogo com a antropologia interpretativa e repensar as fontes para os aspectos formadores da América portuguesa.

No segundo capítulo, intitulado “Jogos de alianças e inimizades: guerras justas, descimentos e políticas indígenas no Piauí colonial”, Fernanda Aires Bombardi oferece um estudo sobre a trajetória dos grupos anaperús, timbiras, guegues e acroás, que eram considerados entraves para a expansão das fazendas e sítios portugueses no Piauí. A autora discorre sobre as “guerras justas” e os “descimentos”, ou seja, as duas políticas régias usadas como instrumentos de submissão e de integração dos índios durante o processo de colonização do Piauí nos séculos XVII e XVIII. Referindo-se ao processo de colonização dos sertões, salienta que a relação de contato entre colonizadores e índios aconteceu por meio de alianças e inimizades. Sendo assim, dependendo da reação dos índios, a guerra apresenta-se como “justa defensiva” ou “justa ofensiva”. Já os descimentos integravam a política colonizadora que previa o aldeamento e a atuação dos missionários no processo de catequização dos índios descidos, bem como o uso da mão de obra pelos colonos em troca de remuneração mensal e por tempo determinado. Houve índios que atuaram como “agentes” da colonização portuguesa. Aos aliados, a liberdade; aos inimigos, morte e escravizações.

O terceiro capítulo, “O Piauí e a construção da unidade territorial do Império pós-Independência, 1823-1824”, é a proposição do estudo do autor Johny Santana de Araújo, que tem por interesse o processo de Independência no Piauí em 1823 e a participação dos grupos políticos locais. Explana a importância do Piauí frente aos interesses e manutenção do império português na América. Apesar de não ser um grande centro comercial, o Piauí até o final do século XIX tinha sua economia pautada na pecuária e já apresentava sinais de entrada de produtos oriundos da agricultura como o algodão e o fumo, que alcançavam alguma importância

no mercado externo. Explica ainda que esse tipo de economia promoveu um quadro social marcado pela exploração do colono pelo dono da terra. O cerne do capítulo refere-se ao processo de Independência no Piauí, marcado por uma violenta ação militar para expulsão dos portugueses e que contou com a participação dos grupos populares. A participação popular no movimento decorre do discurso nacionalista encabeçado por sujeitos políticos, por conseguinte, atores sociais na construção da Independência no Piauí. Às vésperas da Independência, o Piauí encontrava-se numa situação política instável. Ambiente de incertezas e inseguranças.

O capítulo “Os agregados e a produção agrícola piauiense na segunda metade do século XIX”, de autoria da pesquisadora Ivana Campelo Cabral, trata sobre os trabalhadores e as trabalhadoras livres das fazendas de gado no Piauí oitocentista, formadas pelos agregados ou moradores. A autora aborda como se dava o uso da mão obra livre, formas de pagamento e instrumentos de controle nas unidades produtivas. Trata ainda das representações que foram construídas em torno dos agregados, geralmente descritos como violentos, de maneira que se questionava sobre sua atuação na produção pastoril: “toleráveis” ou “danosos”? Outro ponto discutido neste capítulo é questão da produção agrícola no Piauí provincial, onde são destacados os principais produtos que eram consumidos e comercializados. Registra-se ainda o aumento da produção de exportação dos produtos locais num momento em que o mercado entrava em crise e o brasileiro se tornava mais atraente para sua comercialização e lucro, a exemplo da produção de algodão e do fumo.

“Profissões ou empregos na província do Piauí”, de Francisco Gleison da Costa Monteiro, busca compreender como se deu a composição da estrutura social piauiense a partir da ocupação da mão de obra local e sua organização em classes. Partindo da análise das estatísticas e discursos das autoridades, revela a oposição que se construía entre elite agrária e comercial à classe pobre e como essas “categorias sociais” foram sendo estruturadas no Piauí na segunda metade do século XIX. Entretanto, direciona um olhar especial para os pobres livres, buscando mapeá-los e apresentar as funções que ocupavam na Província, ou seja, as profissões/empregos. O autor apresenta as dificuldades encontradas na documentação pesquisada para o mapeamento e categorização das funções ocupadas por pobres livres, bem como por escravos, índios e até mesmo a elite. Muitas categorias de

trabalhadores foram invisibilizadas ou silenciadas nos documentos oficiais. Ainda esclarece que havia certa divisão social entre os que tinham alguma ocupação na Província e os “sem profissões”. Estes, por sua vez, viviam no limite da pobreza e dependentes de outrem.

Sob o título “Batizou solenemente e pôs os óleos’: Os registros de batismo dos filhos de escravizados na cidade de Teresina no final do século XIX”, a autoria de Talyta Marjorie Lira Sousa Nepomuceno apresenta um estudo sobre a riqueza de dados existentes nos registros eclesiásticos para entendimento populacional de um determinado lugar e período histórico. Voltando o olhar especificamente para o Piauí, a autora tem como recorte os registros sobre nascimento/batismo de escravizados da cidade de Teresina após a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Para discorrer sobre o assunto, contextualiza o processo de transferência da capital de Oeiras para Teresina, em 1852, sua infraestrutura, dados demográficos e aspectos econômicos, políticos e socioculturais. Aponta para o cotidiano agropastoril marcado pelo catolicismo dominante. No tocante às práticas religiosas, ressalta os sacramentos e as diferenças do ritual para a população livre e escravizada. Contudo, para os escravizados, o batismo e o matrimônio significavam o “sonho” da liberdade esperada; para os proprietários, servia como controle e manutenção do sistema escravista e agrário. Importa ainda esclarecer que os registros eram concernentes ao controle social, especialmente depois da Lei do Ventre Livre. Logo, os filhos e as filhas de escravos nasciam livres, porém estavam presos aos senhores, a quem cabia “obrigação” e “dever” de cuidá-los e educá-los até os 8 anos de idade, como previa a lei.

“Histórias de afeto, de mágoas, de sonhos e de decepções” não poderiam ser excluídas desta coletânea. Por este motivo é que há o capítulo intitulado “As relações familiares e o matrimônio no Piauí Oitocentista”, da pesquisadora Mona Ayala Saraiva da Silveira, que analisa as narrativas e memórias sobre as relações familiares, as uniões consanguíneas, os casamentos oficiais, o concubinato masculino e o adultério feminino no período proposto para estudo. Aponta que a organização da estrutura familiar era pautada nos critérios econômicos, para além dos preceitos morais e religiosos. O sobrenome da família pesava tanto quanto seu poder social e político. Com isso, o matrimônio se estabelecia por meio de um controle que garantisse o futuro dos herdeiros e, especialmente, o

poder econômico das famílias abastadas por meio da formação de redes familiares. Com base na documentação do Arquivo da Arquidiocese de São Luís que foi analisada, a autora percebe que, para além dos matrimônios como estratégia de manutenção do poder econômico, social e político das famílias abastadas, as queixas se faziam presentes nas narrativas femininas e masculinas. O assunto proposto não se limita às famílias de elite. Matrimônio, concubinato e adultério fizeram parte da vida e do cotidiano dos mais abastados e dos mais pobres do Piauí oitocentista.

Os autores Luís Carlos Albano Duarte Sousa e Mairton Celestino da Silva apresentam o capítulo “Ciência e pensamento religioso no Piauí Oitocentista através da escrita de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco (1789-1873)”, que trata da circulação e produção de impressos no Brasil e no Piauí do século XIX, tendo como ponto de partida os escritos de Leonardo de Carvalho Castello-Branco. Inicialmente faz uma contextualização sobre a população letrada do Piauí, na qual reconhece que a maioria da população era analfabeta. Nestas condições, observa que as políticas pombalinas pouco contribuíram para mudar este quadro no Piauí oitocentista, visto que a preocupação de Portugal tinha finalidades políticas e econômicas da ocupação de suas terras. Apesar disso, obras foram produzidas no Piauí, a exemplo de *Poema Filosófico*, *O Impio Confundido*, ou *Refutação a Pigault LeBrun*, de Leonardo de Carvalho Castello-Branco, que tinha por interesse pensar a ciência, a sedição, a religião e a religiosidade no Brasil Império, bem como uma crítica à Europa Meridional. Considerado pelo autor como um “sujeito excepcional”, os escritos servem para pensar o Brasil e o Piauí no final do século XVIII e no século XIX.

“Jornal *A Mocidade Piauihyense* e cultura escolar no Piauí do século XIX” aborda a imprensa e a cultura escolar piauiense no século XIX, em especial na década de 1880. Para tratar do assunto, as pesquisadoras Nilsângela Cardoso Lima e Francisca Stefanne Orana Alves Sobrinho explicam os motivos do atraso do surgimento da imprensa brasileira, as implicações da sociedade escravista e agrária na educação e sobre o analfabetismo da maioria da população no período em estudo. Ainda, partindo da análise do jornal *A Mocidade Piauihyense*, apresentam o panorama da educação no Piauí oitocentista e o papel da imprensa escolar ou estudantil, num período em que a própria imprensa continua presa

aos grupos familiares que a mantinha financeiramente para atender aos seus interesses. Com isso, afirmam que na década de 1880 e até a primeira metade do século XX o panorama educacional do Piauí era deficiente mesmo com as reformas de ensino no Império e a maioria da população não possuía condições concretas de frequentar as escolas. Mesmo assim, há registro que as escolas tinham seus próprios jornais, que se revelam como fontes importantes para os pesquisadores, por apresentarem dados sobre a instituição e a cultura escolar de uma determinada época.

Por último, tem-se o capítulo “Cotidiano teatral e imprensa periódica na Teresina dos oitocentos”, que discorre sobre a introdução de conteúdos culturais nos jornais num momento em que ainda são utilizados como porta-vozes dos grupos familiares e dos partidos políticos. Dentre os vários conteúdos culturais divulgados nas páginas dos jornais, Ronyere Ferreira seleciona as matérias sobre o teatro em Teresina, na segunda metade do século XIX, a fim de analisar os discursos veiculados pelas companhias teatrais, as peças e as polêmicas que envolviam os espetáculos, os artistas e os frequentadores das casas. Considerando que o período é marcado por transformações, assinala o caráter disciplinador dos discursos jornalísticos, especialmente em torno do lazer noturno, a exemplo do teatro.

A partir do exposto, a coletânea *Páginas da História do Piauí Colonial e Provincial* oportuniza um conjunto de leituras que lançam mão da produção historiográfica existente, desde os clássicos até autores mais contemporâneos, e que se propõem a fazer uma análise crítica sobre os respectivos temas problematizados pelos autores. A obra reúne resultados de pesquisas desenvolvidas por doutores, mestres, graduados e graduandos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do campo da História e da Comunicação Social, sendo destinada a estudantes, professores e todos aqueles que tenham interesse em conhecer a História do Piauí colonial e imperial nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais que foram inerentes ao seu processo de formação. Em cada página, História.

O Piauí e o Estado do Maranhão: História e Historiografia em perspectiva

Mairton Celestino da Silva

1 Introdução

Nos últimos anos tornou-se evidente o salto qualitativo e quantidade de pesquisas interessadas em compreender os séculos iniciais da presença portuguesa nas Américas. Mais do que revisitar o período, esses trabalhos buscam dialogar numa perspectiva atlântica, pontuando as particularidades dos modelos de contatos culturais da época moderna em regiões como África, Américas e região das índias. Para além da relação dicotômica dominadores/dominados, colonos/metrópoles, senhores/escravos, as expansões ultramarinas seriam compreendidas, portanto, como processos dinâmicos de intercâmbios culturais, de trocas e de circulações de mercadorias, pessoas e de saberes que ajudariam a definir e compreender as transformações políticas, econômicas e sociais do mundo.

Ao buscar dialogar com essa nova produção historiográfica, o presente

capítulo lança cinco possibilidades de escrita de uma história do Piauí afroportuguês dos séculos XVII e XVIII. Para tanto, o autor fará, de início, um percurso narrativo situando o Piauí como um espaço de fronteira, uma unidade territorial e cartográfica demarcada junto ao império ultramarino português e vinculada ao Estado do Maranhão. Tal vinculação jurídico-institucional da capitania de São José do Piauí ao Estado do Maranhão até o século XIX, explica, em muito, as vicissitudes da formação social do Piauí, sobretudo, para assuntos ligados ao direito dos índios, ao tráfico de escravos, às redes comerciais, aos agentes da governança portuguesa e querelas religiosas que, via de regra, não mereceu a devida atenção dos historiadores locais interessados em compreender o período¹.

Compreender, portanto, as relações construídas entre Portugal e suas instâncias administrativas no Estado do Maranhão e Grão-Pará durante os três primeiros séculos da nossa história ajuda a melhor entendermos o Piauí do que voltarmos nosso olhar para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Além das fontes da administração portuguesa que comprovam tal assertiva, são as representações cartográficas da época que melhor exemplificam essa necessidade de compreendermos o Piauí de Leste para o Oeste. O mapa que consta ao final do artigo, de autoria desconhecida e produzido no ano de 1778, nos é a melhor representação do domínio português no Brasil setentrional e de como os agentes coloniais enviado pela Coroa portuguesa percebiam o espaço territorial do Piauí e seus súditos em meio àquela engrenagem administrativa. Na representação cartográfica é possível perceber limites territoriais, as redes hidrográficas, as vilas e povoações, as terras por serem descobertas, grupos indígenas e, principalmente, o sentimento de possíveis invasões estrangeiras, sobretudo, da Espanha, França e Holanda. Ao lado direito, as terras do Piauí e as extensas terras do Maranhão, Pará e nações estrangeiras.

2 A administração portuguesa e o Estado Maranhão

Durante a segunda metade do século XVIII, acreditava-se que as

¹ Ver: CHAVES, Monsenhor. *Cadernos históricos*. Teresina: FCMC, 1994; NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. v. 4. 2ed. Teresina: Artenova, 1975; COSTA, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. v. 2. Teresina: Artenova, 1974; FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: FCMC, 1995.

terras que formavam o Estado do Grão-Pará e Maranhão tinham uma extensão de 1.500 léguas, indo do litoral do atlântico equatorial até as serras das Ibiapaba, situadas na parte norte até fazer limites com as terras da capitania de Pernambuco. Ao Sul, seus limites estavam demarcados pelas nascentes do rio Parnaíba e a serra dos Dois Irmãos até atingir as minas de São Felix e terras da Natividade. Sua larga extensão continuava até as terras do Mato Grosso e limitava-se ao norte com os “rios Sararé, Madeira, Negro, Solimões, Amazonas, e as campinas e matas que ficam até o rio Vicente Pizon, no Cabo do Norte.”²

Antes disso, Simão Estácio da Silveira, em sua *Reação sumária das cousas do Maranhão, dirigidas aos pobres deste Reino de Portugal*, escrita durante a sua estadia na cidade de São Luís, a partir de abril de 1619, já apresentava um Estado do Maranhão com proporção “grandiosa e dilatada”, indo desde o Ceará e divisando com o Estado do Brasil até o rio de Vicente Yáñez Pinzon, limite demarcatório entre as posses de Portugal e Espanha³. Estácio da Silveira não escondia seu fascínio pelas terras do Estado do Maranhão e, ao mesmo tempo, em vê-las conquistadas pelos portugueses. Nesse quesito, o sentimento do letrado era bastante próximo ao do missionário Claude D’Abbeville quando afirmara em sua *História da missão dos padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, no ano de 1614, que as tormentas tão presentes na passagem da linha do equador e os constantes fluxos e refluxos do mar Atlântico só poderiam esconder naquelas terras “alguma virtude recôndita do céu no lugar em que imaginamos a linha equinocial tão cheia de maravilhas”⁴.

Ambos os autores estavam se antecipando aos fatos e, com isso, informando às autoridades portuguesas dos perigos que eventuais nações estrangeiras pudessem ocasionar nas conquistas e povoamento daquelas

2 *Cartas que foram na frota que saiu deste porto em 2 de fevereiro de 1752*. MENDONÇA, Marcos Carneiro. (ed.). *A Amazônia na era Pombalina: Correspondência Inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Tomo I, 2005, p. 110.

3 SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão, dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. São Paulo: Siciliano, 2001. p.29.

4 Cf. CLAUDE, D’Abbeville. *História da Missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p. 67.

terras⁵. Como não havia entendimento sobre os limites de fronteira que pudessem demarcar as conquistas, franceses, holandeses e, sobretudo, espanhóis marcavam suas posições mediante contato com grupos indígenas, por meio da exploração das matas e da extração de frutos e especiarias de interesse dos europeus.

Nesse período, com a retração do mercado de tecidos e de especiarias do Oriente, as conquistas das colônias das Américas ganhavam importância dentro da dinâmica comercial do Antigo Regime⁶. As expedições de reconhecimento dos limites territoriais entre Espanha e Portugal, instituídos por Pedro Teixeira no decorrer do século XVII, seriam, tempos depois, palcos de constantes contendas entre as duas nações. Em 1695, autoridades portuguesas tomam conhecimento das investidas dos Castelhanos na aldeia dos Cambeba, um reduto indígena situado nas ribeiras do rio Amazonas e que, segundo informava os índios mais antigos, antes dos Castelhanos chegarem com suas casas fortes, o português Pedro Teixeira já havia conquistado.

Enquanto na parte norte as ações de conquistas, vez ou outra, esbarravam em fatores naturais, na parte sul, os campos abertos e sua rede fluvial de longa extensão, a exemplo do rio Tocantins, favorecia a conquista dos sertões até chegar ao Pará, potencializando assim um tipo de exploração bastante vantajosa àqueles primeiros sertanistas. O rio Tocantins obedecia ao mesmo destino pelo qual era reservado à Serra das Ibiapaba: fator natural que unia o Maranhão, Pará e Piauí e do Estado do Brasil. Por sua vez, nas

5 Tanto D'Abberville quanto Estácio da Silveira compartilham em seus manuscritos a vontade de advertir aos leitores da Europa das riquezas do Maranhão, valorizando, assim um estilo de escrita que Estácio da Silveira chega a demonstrar, por meio de citações, influências de outros viajantes como Gândavo cuja informação foi por ele retirada das cartas jesuíticas e, entre elas, as cartas do padre João de Azpilcueta. SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária...*p. 33. O autor da Relação sumária das cousas do Maranhão faz uma transcrição direta do texto de Gândavo presente no capítulo "Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertão".

6 Ver, RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Lisboa:Difel, 1998; RUSSELL-WOOD. A. J.R. "Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a 'Atlantic History'". *História*, São Paulo, 28 (1): 2009.p.27.BOXER, Charles Ralph. *O Império Colonial Português, 1415 - 1825*. São Paulo: Companhia das letras, 2002; ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes. A formação do Brasil no atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

terras próximas ao rio Parnaíba e contíguas às capitanias de Pernambuco e Bahia, o cenário de conquistas e ocupação tomava forma com as investidas, sobretudo, dos bandeirantes paulistas e, posteriormente, missionários da Companhia de Jesus e agentes coloniais interessados na criação de gado *vacum* e cavalar.

Para aqueles que na época escreviam sobre o Estado do Maranhão a partir do Estado do Brasil, como Sebastião da Rocha Pita, a situação não era de toda estranha. Para o cronista:

Neste tempo se ampliou mais a extensão das terras que havíamos penetrado nos sertões da nossa América, porque no ano de mil e seiscentos e setenta e um se descobriram os sítios do Piauí, grandíssima porção de terra que está em altura de dez graus do norte, além do rio de S. Francisco para a parte de Pernambuco no continente daquela província e não mui distante à do Maranhão⁷.

Para explorar efetivamente as terras do Estado Maranhão, autoridades coloniais teriam que possuir a exata certeza de que isso só seria possível mediante a utilização da mão de obra indígena. Nesse ambiente, as estratégias a serem utilizadas por essas autoridades seriam a de adquirir a dos missionários da Companhia de Jesus mediante a construção de acordos a respeito do cativo e da catequização indígena e, ao mesmo tempo, costurar alianças com colonos interessados em explorar as novas terras que, via de regra, não imaginava esse processo de conquista e ocupação alheio à mão de obra escrava indígena e/ou negra.

A abertura comercial para o Atlântico a partir do tráfico de escravos com a África, o incremento do comércio Atlântico com a exploração das drogas do sertão e a criação de uma legislação indígena - com um incessante jogo de disputas envolvendo decretos, cartas e alvarás instituindo ou revogando leis em torno da legitimidade da liberdade dos índios - causariam bastante transtorno, sobretudo, nesse momento inicial da ocupação portuguesa⁸. Os confrontos entre colonos e missionários, as críticas dos colonos do Maranhão e do Grão-Pará em relação às regras impostas pela

7 PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.p. 280.

8 Cf. *Decreto sobre a liberdade dos índios da capitania do Maranhão e os direitos que lhes foram oferecidos*. AHU-ACL-CU-09. Caixa: 04 Doc. 00379.

Companhia de Comércio e a consequente Revolta de Beckman situam-se, portanto, no horizonte mais amplo dos descontentamentos coloniais e da instabilidade administrativa do Império português frente aos problemas do Novo Mundo.

Para alcançar as zonas produtoras de gado *vacum* e cavalar existiam cinco entradas/caminhos que saindo de São Luís chegavam ao rio Canindé e de lá seguiam em direção ao São Francisco, onde dois caminhos levariam os colonos às freguesias de Cabrobó e missões do Juazeiro, lugar igualmente denominado de Passage⁹. A partir daí, duas mais entradas se descortinavam aos olhos dos aventureiros e agentes coloniais: uma a partir da travessia das cabeceiras do rio Piauí até saírem no Rio Francisco, na altura da fazenda sobradinho¹⁰ e, a outra, pouco explorada, principiava nas imediações das nascentes do rio Preto, situada numa grande cordilheira que dividia as capitânicas do Piauí, Maranhão e Goiás. Por este caminho era possível alcançar a fazenda Lustoza e atingir o rio São Francisco ou então adentrar via Maranhão até o povoamento da Natividade e das minas de São Felix, uma extensa faixa de terras que dividia a partir do sul os limites territoriais do Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia e Minas dos Goianos¹¹.

Com efeito, essas capitânicas do império português eram interligadas por uma rede hidrográfica de amplo alcance. Uma vinculada ao rio Parnaíba [Paraguassú, Paraguaçú], que surgia nos chapadões e serras da Bahia e do Pernambuco e descia o planalto unindo as terras do Piauí e do Maranhão¹².

9 NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 2ª Ed. São Paulo. Ed. Hucitec, 1983. GNERRE, Maria Lucia Abaurre. *A forma e a nação: estilo historiográfico em Formação do Brasil Contemporâneo*. Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, 2001.

10 “Os dízimos da capitania que se costumam arrematar em Pernambuco, agora se arrematam no Maranhão, para da sua importância se pagar à infantaria do presídio daquela praça, sendo tanta a extensão da capitania do Piauí, que não cabendo em o domínio de uma só província, está sujeita à jurisdição de três; no espiritual ao bispaço de Pernambuco, no temporal ao governo do Maranhão, e o no civil à Relação da Bahia”. Ver, PITA, Sebastião da Rocha. *Op. Cit.* p. 282.

11 Sobre o processo de conquista do sul do Maranhão e norte de Goiás, ver CABRAL, Maria do Socorro C. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2 Ed. São Paulo: EDUFMA, 2008; CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811*. 2. ed. Ver. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1983.

12 GANDARA, Gecinair Silvério. *Rio Parnaíba - cidades-beiras: (1850-1950)*. Teresina:

A outra rede fluvial era o rio Tocantins, que nascia nos planaltos das Minas Gerais, penetrava as terras das Minas dos Goias, circundava as do Maranhão e percorria todo o interior do Grão-Pará até desaguar no litoral do Atlântico equatorial.

Em relação ao rio Parnaíba, além de quase todo navegável, se prestava com facilidade à “cultura do arroz, do tabaco e de todos os mais gêneros”, bem como à atividade pecuarista. Mesmo tendo que conviver com uma rede de transporte e comunicações precárias, essas diversas atividades agrícolas margeantes ao rio Parnaíba dariam sentido a um mercado interno no alto sertão do Piauí e Maranhão. Esses marchantes tinham três destinos para o escoamento das suas boiadas: abastecer o mercado interno da cidade de São Luís, comercializar a carne seca, o couro, os gados e os cavalos nas feiras de Jacobina e de Capuame (atual cidade de Dias D’Ávila) e, por último, exportar carne seca e couros para Lisboa, por meio do porto da amarração, na vila da Parnaíba.

Na segunda metade do XVIII, os marchantes se concentram nas duas últimas e esquecem São Luís¹³. Provavelmente, na Bahia, o comércio da carne seca e dos couros tornar-se-ia atrativo devido à possibilidade dos mesmos retornarem às fazendas do Piauí e do Maranhão com escravos. Ao analisar o mercado alimentar da cidade de Salvador entre o final do século XVIII até a segunda metade do século XIX, o historiador norte-americano Richard Graham evidencia uma espécie de comércio da carne extremamente pujante entre o Recôncavo e os sertões da Bahia¹⁴. Comerciantes do tráfico de escravos entregavam nas mãos de negociantes em terra uma quantidade razoável de escravos africanos de procedência angola para serem vendidos nos sertões da Bahia.

Ao que tudo indica, o comércio de escravos recém-desembarcados nos portos da cidade de Salvador funcionava com bastante regularidade em concomitância ao comércio de alimentos e demais gêneros. Trocas,

EDUFPI, 2010.

13 As crises de abastecimentos de carnes em São Luís durante o século XVIII são características dessa diversificação da economia colonial do sertão. Quando a procura por escravos tornava-se alta nas zonas produtores de gado vacum e cavalari, proprietários do Piauí e Maranhão re/direcionavam suas mercadorias para a Bahia e mercado externo.

14 Cf. GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma Liberal* (Salvador, 1780-1860). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

acordos e redes de comércios eram firmados nos sertões da Bahia e de lá seguiam até as mais distantes fazendas de gado do Piauí, Maranhão e Goiás. O conhecimento a respeito desse comércio de escravos convivendo de maneira paralela ao de gado ainda é pouco conhecido. Desconhecido também nos é o perfil desses escravos, suas procedências étnicas, suas redes de sociabilidades construídas no espaço das fazendas, entre sim e com nativos, no caso específico, com populações indígenas locais.

A outra rede hidrográfica de alcance ao Estado do Maranhão se constituía a partir do rio Tocantins que ao nascer no Estado do Brasil margeava as extensas terras do Norte fronteiriças com os domínios dos Espanhóis. Nessas terras de farta rede hidrográfica, antes apenas uma cobiça de castelhanos e portugueses, veria, ao longo dos anos, a entrada em cena dos paulistas que, na expansão rumo ao extremo oeste, alcançariam àquelas terras cujo potencial mineralógico se julgava existir a partir de uma suposta idealização das terras do centro/interior como o lugar onde haveria as riquezas de um continente¹⁵.

Curiosamente, essa imaginação se concretizava a cada investida rumo às minas de ouro das Minas Gerais e, mais ao centro, nas Minas dos Goíases¹⁶. Não só isso; a corrida ao extremo oeste trazia consigo diversos efeitos, tanto no que diz respeito ao potencial mineralógico a ser explorado, re/definindo a dinâmica econômica da colônia, quanto em relação à geopolítica colonial de ocupação e delimitação das fronteiras entre as nações europeias no *Novo Mundo*, já que a expansão das bandeiras capitaneadas por luso-brasileiros culminaria no acirramento dos conflitos entre portugueses e espanhóis na partilha das terras nas Américas¹⁷.

Nesse ambiente, ambas as coroas viam na conquista e exploração do rio Tocantins um passo à frente nessa disputa, uma vez que era por

15 Percorrendo caminhos diversos, cada uma dessas bandeirantes partilhavam as mesmas promessas: o *El-Dorado* e a *Casa do Sol* e cuja inspiração remonta aos relatos fantasiosos de Marco Pólo, passando pelas narrativas de Cristobal de Acuña sobre os *Novos Descobrimientos*. Ver, HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos nos descobrimentos e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

16 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. (org) Laura de Melo e Souza, André Sekkel Cerqueira. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.p. 109.

17 FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha

meio dessa rede fluvial o percurso mais curto para se alcançar, via Atlântico equatorial, o velho mundo¹⁸. Exemplar dessa situação ocorrera no momento da descoberta das minas de ouro, de diamantes e de especiarias por luso-brasileiros que logo cogitaram em utilizar o rio Tocantins para escoamento das mercadorias para Portugal, via cidade de Belém do Grão-Pará¹⁹.

Pelos rios Parnaíba e Tocantins toda essa região do Maranhão e Piauí estava completamente inserida no mundo Atlântico, estabelecendo comunicações com colonizadores franceses, holandeses, portugueses e espanhóis por todo período colonial²⁰. O esforço em ampliar as redes de comércio para além-mar levaria muitos europeus a se entranharem em terras recém-descobertas nas Américas em busca de especiarias, ouro e diamantes. Por certo, dos navios vinham muitos colonos, mercadorias, escravos, mas também ideias, projetos de colonização, opiniões acerca do destino dos índios, das suas liberdades e das formas de cativos as quais deviam se subordinar, tanto aos índios quanto aos sujeitos de África que, com o passar dos anos, tenderiam a se avolumar nos portos, fazendas e cidades de todo o Brasil e Estado do Maranhão, re/definindo as ordens hierárquicas dessa sociedade, marcadamente plural e composta por negros e brancos, escravos e livres e homens e mulheres e profundamente hierarquizada entre colonos e posseiros, pobres e de fortunas, escravos e

e Jean-Baptiste Bourguignon D'Aville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

18 Ver CARDOSO, Alírio. *O Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbio guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Universidad D Salamanca. Tese de Doutorado, 2012.

19 No final de século XVII e por todo o século XVIII, a procura pelo ouro, o embrenhamento nas matas em busca de madeiras e especiarias, as investidas marítimas em toda a faixa litorânea do Maranhão e do Grão-Pará e as entradas via Pernambuco e Bahia tornar-se-iam cada vez mais comuns. As dimensões do império português nas Américas começavam a ganhar os contornos do presente. Ver, HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. (org) Laura de Melo e Souza, André Sekkel Cerqueira. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.p. 221; HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 513;

20 Entre os rios Parnaíba e Tocantins muitas outras redes fluviais se interligavam, a exemplo dos rios Itapecuru, Carará, Pindaré, Mearim e tantos outros próximos às capitanias de Cumá e Caité. Ver Ver Anônimo. “Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”. *IN_ . IHGB*, tomo 62, parte I, 1900.p. 71.

livres, índios súditos e bárbaros e mulatos e mestiços.

Como exemplo dessa diversidade, em 1694, o Padre Miguel de Carvalho ao visitar as fazendas de gado vacum e cavalariço do Piauí, registra em sua *Descrição do sertão do Piauí*, um montante de 36 grupos indígenas distintos que faziam guerra com os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória²¹. Quase um século depois, em 1772, na mesma capitania do Piauí, o ouvidor Antônio José de Moraes Durão assinalava os efeitos deletérios de uma colonização marcada eminentemente por “curibocas, mestiços, cabras, cafus e mais catres de que a terra só é abundante que acoitados pelas justiças das outras capitanias em que delinquem [...] buscam esta como um infalível asilo das suas maldades”²². Nesse mesmo relatório, o ouvidor Durão volta-se aos pretos, classificando-os como sujeitos cativos ou fugidos, que ao proceder das mais diferentes comarcas se misturavam e se confundiam, “formando um só povo de nações tão diversas em que sempre se respira serem os mesmos vícios de cada uma delas realçada”.

Embora reconhecendo as diversidades, ambos tiram conclusões divergentes a respeito dos resultados desse encontro de culturas e de sujeitos. Para Padre Miguel de Carvalho, a diversidade indígena funcionaria como um catalisador das vontades dos grupos indígenas a sempre se rebelarem, daí o missionário os eleger como “os mais bravos e guerreiros que se acham no Brasil”²³. Para o ouvidor Durão, eram esses sujeitos verdadeiros “demônios encarnados”, que com uma casa de palha, “um cavalo, uma espada, uma faca e alguns carros [...] se sustentam enquanto lhes é preciso andar no mato.

21 “Padre Miguel de Carvalho. Descrição do Sertão do Piauí remetida ao IHmº e Rmº Senhor Frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, Piauí, 2 de maio de 1697”. IN ENNES. Ernesto. *As guerras dos Palmares* (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Doc. 64. pp. 368-389.

22 Ofício do ouvidor do Piauí, Antônio José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de Junho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016,-Cx.12, D. 864. O mesmo documento encontra-se transcrito em MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010. p. 43

23 Ofício do ouvidor do Piauí, Antônio José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idades, 15 de Ju-

Mesmo diante de tamanhos vícios, o ouvidor acreditava na possibilidade de utilizá-los na construção de colônias em “terras de gentios e estabelecendo-os nelas, servissem de barreira, cobrindo esta capitania, pois ao passo que se saneava fora esta pestífera raça, se evitavam os descontos, vexações e despesas que o povo faz na conquista daqueles e os graves prejuízos que causam, ainda depois de serem aqui metidos e aldeados”²⁴.

Na mesma década em que escreve o ouvidor Durão, o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiaz passando pela Capitania do Piauí* apontava existência de “diversas nações de índios silvestres, todas conhecidas com o nome geral de Timbira” e que ocupam as margens dos rios Itapecuru e Parnaíba. Além dos Timbira, o letrado agente colonial situa os Acruá [Acoroá] nas margens do rio Tocantins até se encontrarem ao sul com outras nações. Já na parte norte do rio Tocantins, índios Cupajú, Amanajó, Gamela e outros povos dividiam o mesmo território com os Timbira²⁵.

Os diversos povos indígenas que habitavam essas terras, a multiplicidade de sujeitos que para lá se deslocaram e os diferentes interesses que autoridades portuguesas, missionários e colonos manifestaram ao longo do período colonial leva-nos a contestar modelos interpretativos que contemplem apenas relações históricas baseadas em compreensões dicotômicas: exploradores e explorados, escravos e senhores, índios e colonos/missionários. A recusa, portanto, em modelos explicativos que classifiquem os sujeitos diante de situações de contatos/mediações culturais - no caso, o contato entre europeus e povos do *Novo Mundo* - não significa necessariamente negar ou minimizar os efeitos da opressão e do caráter violento nos quais se forjou essas sociedades²⁶.

Assim, mesmo reconhecendo o caráter explícito do passado de violências da instituição escrava, das relações de poder e de subalternidade,

nho de 1772, Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016,- Cx.12, D. 864.p. 44.

24 Id. *Ibidem*.

25 Ver Anônimo. “Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”. *IN_ . IHGB*, tomo 62, parte I, 1900; GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí: uma viagem as engrenagens da máquina mercante*. Campinas, SP: [s.n] Tese de Doutorado em História Social, Unicamp, 2006.

26 Ver, entre outros, GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo, 2014; GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das letras, 2001; TODOROV, Tzvetan. A

das guerras contra os gentis, do cativo e conversão de populações indígenas e do impetuoso projeto colonial implantado nas Américas, ainda assim, a ação humana, o desejo manifesto de impor suas vontades prevalece diante das vexações da história²⁷.

Dessa maneira, qualquer investigação sobre os processos de conquista e ocupação das Américas exige, inevitavelmente, a compreensão das medições culturais operadas/negociadas pelos diferentes sujeitos da época. Para contornar essa problemática, duas questões mostram-se essenciais: a primeira é de ordem teórico-metodológica e se caracteriza pela importância da narrativa histórica e do diálogo da história com outras áreas do conhecimento, sobretudo, com a Antropologia; a segunda diz respeito à necessidade da ampliação da temporalidade com o propósito de compreender os múltiplos contextos que viria a marcar a formação do Estado do Maranhão.

Sobre a primeira questão, o diálogo com a antropologia interpretativa²⁸ possibilita, segundo Clifford Geertz, perceber nas atitudes e motivações dos sujeitos “as dimensões simbólicas da ação social”²⁹. Ao partir de pequenos eventos culturais da vida cotidiana, o historiador tenta reconstruir uma descrição dos fatos que leve em conta as experiências e visões de mundo de determinados indivíduos, buscando assim compreender o todo a partir do particular³⁰. A tentativa em codificar esses significados culturais leva os historiadores a cada vez mais compararem seus trabalhos, segundo Geertz, a jogos, teatros ou textos. Os perigos desse tipo de interpretação são os mais variados possíveis, assim como para qualquer tipo de investigação séria sobre o passado³¹.

O desafio, portanto, em pesquisar aspectos formadores da América portuguesa em terras do Piauí reside exatamente no repensar das fontes,

conquista da América: a questão do outro. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

27 TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

28 GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

29 GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 1978.

30 GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

31 Sobre as dificuldades em transformar eventos históricos e compreendê-los como textos possíveis de serem lidos e interpretados à luz do presente, ver os seguintes

bem como as categorias históricas presentes naquele momento de formação do Estado do Maranhão. Dito de outra maneira, a escravidão, o controle social, as relações de subordinação e o jogo de poder operados nos séculos XVII e XVIII divergem totalmente daqueles do século XIX.³² Sendo a história a disciplina do contexto, é preciso ao historiador interessado no Piauí dos séculos XVII e XVIII compreender as experiências dos sujeitos da época, como viviam, que tipos de estratégias utilizavam para reconstruir seus mundos, como tornaram suas experiências significativas em um ambiente onde, mesmo em meio à escravidão e aos mandos e interesses coloniais, souberam tirar proveito da situação e, com isso, partir dos seus repertórios culturais para re/construir suas vidas.

Longe da centralidade do poder, as relações no mundo colonial tendiam a se constituir por ambientes negociados, prevalecendo, em muitos casos, prerrogativas políticas, de cargos e de benefícios eminentemente para atender interesses particulares em detrimento dos interesses comuns. Em meio a essas querelas do poder político típico de uma sociedade de Antigo Regime, circulava entre os mais diferentes súditos a máxima representação da monarquia portuguesa, simbolizada na existência de um Rei, e corporificada numa contínua engenharia jurídico-dogmática legitimada por indivíduos formados em Portugal e representantes das leis e do direito comum³³.

trabalhos DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*, e outros episódios da história cultural Francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

32 Ver, SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): Edusc, 2001; RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

33 Quando o monarca português eleva, em 1718, o Piauí à condição de capitania, com a presença de um governador e de todo o aparato jurídico-administrativo a ser gradativamente instalado, os oficiais da câmara da vila da Moucha solicitam, no ano de 1721, recursos suficientes para a construção da cadeia, da Casa da Câmara e, sobretudo, de um estandarte real, a ser fixado na porta da câmara como símbolo de deferência ao monarca português. No mesmo requerimento, os oficiais pedem ainda a criação dos cargos de ouvidor e de corregedor da vila da Moucha. A íntegra do documento encontra-se em AHU-Piauí. Cx.1, Doc. 11. Para o cargo de ouvidor da vila da Moucha foi escolhido o nome do bacharel António Marques Cardoso. Para uma compreensão acerca do Império português, ver RUSSELL-WOOD. A. J.R. "Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800". *Revista brasileira de História*. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998; SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609*

Para aqueles historiadores que manifestam interesses em compreender o Piauí de tempos recuados, deve, portanto, voltar-se aos interesses metropolitanos nessas terras e de como pretensões de colonos locais e formas de negociação/resistência escrava e indígena se desenvolveram nessa parte do Brasil. Definir, a partir da representação cartográfica e de iconografias, as terras conquistadas transmitiam ao rei de Portugal a ideia do quanto sua autoridade administrativa havia avançado, todavia mostrar no mesmo plano cartográfico o seu revés – espaços vazios, terras de índios, aldeamentos jesuíticos – passava, igualmente, a mensagem do quanto ainda faltava para a definitiva consolidação das conquistas.

O primeiro diz respeito aos estudos sobre a constituição dos mapas e das representações imagéticas produzidas por viajantes e demais agentes coloniais aparecem como potentes ferramentas de exploração. As partes e os capítulos que seguem buscam narrar um tipo de história afeita aos contornos presentes na referida representação cartográfica, elegendo como centros das explicações conjunturas e transformações históricas operadas do Piauí ao Grão-Pará/do Grão-Pará ao Piauí no intuito de se compreender essa outra parte da América portuguesa que outrora chamavam Estado do Maranhão.

Tal fonte nos ajuda a pensar os empreendimentos de conquista do Maranhão, relacionando-o, no aspecto mais amplo, com as rivalidades entre franceses e luso-brasileiros pelo domínio das terras do que viria a ser o Estado do Maranhão. É por meio dos mapas que as entradas coloniais, o expansionismo da atividade pecuarista e os projetos de exploração dos rios Mearim, Grajaú, Pindaré, Parnaíba e Itapecuru ganham materialidade aos olhos dos europeus, ao tempo que obedecem a uma dinâmica de exploração que atravessou múltiplas etapas, indo do interesse em conhecer, do desejo de explorar e da vontade de interligá-los aos negócios das praças comerciais europeias.

-1757. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. pp.472-522; BICALHO, Maria Fernando e LUCIA, Vera. *Modos de Governar. Ideias práticas do Império Português*. São Paulo: Alameda, 2005; FRAGOSO, João e BICALHO, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Interligado aos estudos das representações cartográficas, os relatos de viajantes surgem com segundo aporte de pesquisa aos historiadores. Interessados em explorar os sertões do Estado do Maranhão, tanto via rio Tocantins quanto rio Parnaíba, os manuscritos produzidos por viajantes do século XVIII e início do século XIX servem como potencializadores de futuras investidas de agentes e autoridades coloniais empenhadas em estudar as matas, rios e índios da região. Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa incentiva seus agentes coloniais - esses já com formação em ciências naturais - a se aventurarem nessas terras por meio de Expedições Científicas, produzindo, assim, informações sobre os reinos animais, vegetal e mineral e as remetendo ao Conselho Ultramarino, tão interessado à época em desbancar espanhóis, franceses e holandeses no comércio Atlântico de especiarias e de tintas. As viagens e o material produzido por Vicente Jorge Dias Cabral e seu ajudante, o padre Joaquim José Pereira, quando da sua viagem ao interior da capitania do Piauí, durante as décadas finais do século XVIII evidenciam não só a presença de luso-brasileiros, mas, da mesma forma, procuram demonstrar que, em muitos casos, havia manifesto interesse da monarquia portuguesa em tornar aquela paisagem cada vez mais colonial.

A terceira perspectiva aberta para os estudos do Piauí dos séculos XVII e XVIII se concentra nas experiências de africanos, mestiços e de índios aldeados nas capitanias do Piauí e da parte sul do Maranhão. Assim sendo, as relações construídas entre colonos/senhores, escravos e índios no momento inicial de implantação das fazendas de gado vacum e cavalari na capitania do Piauí atestam o caráter marcadamente escravista da nossa sociedade por meio da montagem da engrenagem colonial portuguesa nas terras do Piauí e Maranhão.

Enquanto que nas zonas de produção do açúcar o tráfico transatlântico potencializava a rotatividade da mão de obra escrava, tornando-a heterogênea a cada nova remessa de cativos, nas zonas de produção de gado vacum e cavalari, por sua vez, o tráfego de escravos funcionava em ritmo menor, variando de acordo com as vicissitudes da procura de escravos em áreas economicamente mais rentáveis. Diferentemente das zonas de produção de açúcar, voltadas para o mercado externo, monocultura e latifundiária, o que se viu em áreas de produção distantes do litoral foi, desde cedo, um tipo de atividade comercial voltada para atender demandas

internas, sobretudo, de carnes seca, couros, farinha de mandioca, feijão, fumo e demais gêneros³⁴.

As redes de negócios e os circuitos comerciais envolvendo compra, venda e troca de charques, couros e escravos para regiões afastadas do litoral ainda são, por nós historiadores, desconhecidas e é por isso que tal tema surge como a nossa quarta temática a ser explorada.

Para a Bahia e áreas mineradoras das Gerais, a historiadora Isnara Pereira Ivo aponta para a variedade de mercadorias e de negócios empreendidos por sujeitos, homens e mulheres, conhecidos como “homens de caminho”³⁵. Mais recentemente, Richard Graham analisou as redes de negócios e de mercadorias que abasteciam a cidade de Salvador desde o final do século XVIII até o século XIX. Nessa pesquisa, o historiador analisa os contatos com as zonas de produção de gado e os circuitos de abastecimentos que conduziam carne seca e couros das feiras de Capuame e de Jacobina até a cidade de Salvador, mostrando a diversidade de sujeitos e a pujança de uma atividade comercial ainda pouco pesquisada na história³⁶.

Nesse sentido, as áreas limítrofes entre o Maranhão, Piauí, Bahia e Pernambuco ainda carecem de pesquisas que se interessem pelas redes internas de comercialização, sobretudo, as que envolviam escravos que outrora interligavam os portos receptores de africanos, localizados no litoral, ao circuito interno interessado no uso dessa mão de obra na atividade pecuarista dos sertões. Pelos registros de batismos e de casamentos encontrados na Igreja de Senhora da Vitória da cidade de Oeiras do Piauí, durante a segunda metade do século XVIII, havia um expressivo número

34 Ver, entre outros, BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995; NEVES, Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese de Doutorado. Recife: [s.n.], 2003; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; BARICKMAN, Bert. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

35 IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

36 GRAHAM, Ricard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

de escravos angolas e congos³⁷.

Para o século XVIII, poucas são as informações a respeito dessas redes do tráfico interno de escravos para áreas de produção de gado vacum e cavalari³⁸. Afinal, como chegavam a essas regiões distantes do litoral, quais os pontos de paradas/negócios e seus agenciadores? Mesmo assim, havia uma preferência por escravos angolas frente aos demais grupos étnicos. Na mesma escala de preferência, os escravos do sexo masculino sobrepunham às do sexo feminino, uma vez que o ambiente e as atividades a serem executadas nas fazendas demandavam esforço físico do escravo³⁹. Assim e para manter um plantel de escravos suficientes para atender a demanda, uma das estratégias utilizadas por fazendeiros e missionários da Companhia de Jesus possuidores de fazendas foi o incentivo aos matrimônios - legítimos ou ilegítimos - de escravos nos ambientes dessas unidades de produção⁴⁰. Um

37 Arquivo da paróquia de Nossa Senhora da Vitória da cidade de Oeiras. Livros de Batismos e de casamentos de escravos e índios - Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (1770-1890).

38 Sobre as redes de comércio de escravos no Atlântico, seus portos e agenciadores ver, entre outros: VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos (séculos XVIII e XIX)*. In: MELLO SOUZA, Laura; FURTADO, Júnia; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos. Relações de poder no mundo ibérico na época moderna*. São Paulo: Alameda, 2009; RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; Souza, Cândido Eugênio Domingues de. *"Perseguidores da espécie humana": capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII*. Salvador/BA. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2011; CARVALHO, Marcs J. M. "O desembarque nas prais. O funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831". *Revista de História São Paulo*, nº 167, p. 223-260, julho/dezembro, 2012.

39 Um traço comum e severo da escravidão, como bem observou Manolo Florentino e José Roberto Góes, para outras regiões escravagistas. Ver FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.p. 171.

40 Sobre o debate envolvendo os conceitos de "nação", "grupos étnicos", grupos de "procedência" e de "identidade" na caracterização dos africanos no Brasil, ver SOARES; Mariza de C. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. PARÉS,

artifício que ajudava a manter o plantel de escravos a partir da reprodução endógena e um potencial instrumento de luta para escravos interessados em barganhar vantagens junto a seus senhores⁴¹.

Por fim, o quinto objeto temático carente de pesquisa diz respeito aos índios aldeados, notadamente os *Guegue*, *Jaicó* e *Acaroa*, localizados no centro-sul da capitania do Piauí e em partes do Maranhão. Será no interior dos três principais aldeamentos da Companhia de Jesus no Piauí - o de São Gonçalo do Amarante, o aldeamento do Cajueiro e o de São João de Sende - que índios aldeados re/constituíram suas vidas, estreitaram contatos e desentendimentos com o colonizador e redefiniram no ambiente colonial suas identidades. As alianças, as barganhas e, no extremo, os conflitos acabariam por re/configurar novas hierarquias, ampliando as diferenças, tanto na vertical quanto na horizontal, a partir de mecanismos próprios do mundo ibero-americano, como a política das graças e das mercês⁴².

Em situações de fronteiras, as experiências dos aldeamentos serviriam também para colocar a região dentro da dinâmica comercial portuguesa, uma vez que os aldeamentos teriam a função de inibir as ações dos índios não aldeados e de potencializar, por outro lado, uma mão de obra necessária às atividades de exploração das riquezas naturais.

A reação ao contato com o colonizador terminaria por gerar uma rearticulação étnica, potencializando, assim, as reinvenções culturais dos grupos indígenas locais e não a sua completa dizimação. Muito embora não se tenha uma ideia muito clara de como grupos indígenas distintos terminariam por constituir-se em um topônimo étnico comum, pesquisas em outros contextos apontam dois processos históricos importantes, a

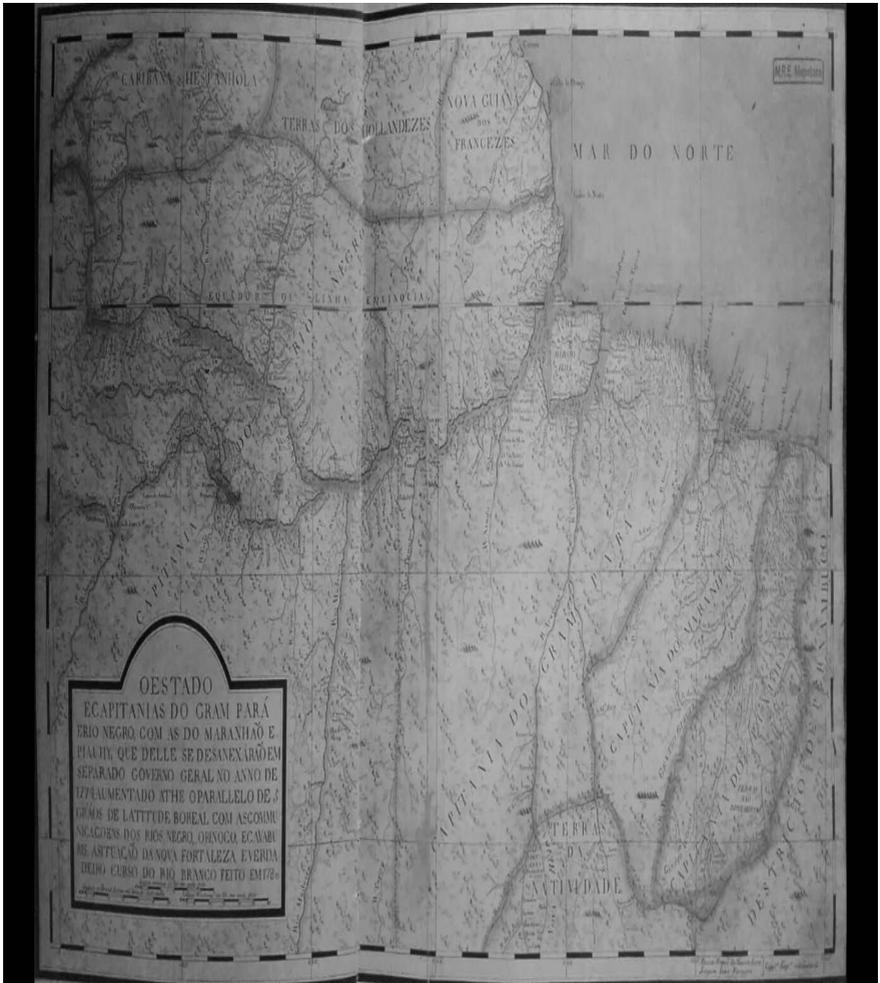
Luis Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas- São Paulo: Ed. Unicamp, 2006; SLENES, ROBERT W. “Malungu, Ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil”. *REVISTA USP*, número 12 (dez./jan./ fev., 1991-1992).

41 FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 317, SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru (SP): Edusc, 2001; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José R. *A Paz das Senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: c. 1790 -c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

42 HESPANHA. António M. *Às vésperas do leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

saber: o papel das migrações e o caráter das mestiçagens da gentilidade.

Entre nós, as futuras pesquisas sobre os índios que circularam pelas terras do que é o Piauí podem nos ajudar a compreender como, ao longo do tempo, o sujeito índio foi gradativamente saindo da condição de abundantes e heterogêneos para escassos e homogêneos até chegar à condição de inexistentes nas terras da província do Piauí.



Mapa 1: Mapa da região setentrional do Brasil, compreendendo as capitânicas de São José do Rio Negro (Amazonas), Grão-Pará, Maranhão e Piauí e a parte meridional das três Guianas (1778). Autor desconhecido. Mapoteca do Itamaraty.

Jogos de alianças e inimizades: guerras justas, descimentos e políticas indígenas no Piauí colonial¹

Fernanda Aires Bombardi

1 Introdução

Os rios da capitania do Piauí abrigavam uma grande diversidade de populações indígenas no início do processo de colonização da região. No ano de 1697, o padre Miguel de Carvalho, ao ser encarregado pelo bispo de Pernambuco de fundar a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, escreveu uma *Descrição do sertão do Piauí*, em que listava todas as fazendas e povoações que ali existiam. Apresentava também as populações indígenas que impediam a expansão dos parques territoriais coloniais, apontando as

¹ A presente pesquisa contou com apoio do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2017/14921-1. Declaro que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. Agradeço a Luma Ribeiro Prado, a Adriane de Sousa Camargo e a Maira Luana Morais pela atenta leitura e contribuições ao texto.

áreas que habitavam. Segundo Carvalho, o rio Parnaíba – limite natural entre as capitanias do Maranhão e Piauí, cujos principais afluentes abrigaram os primeiros currais formados na região – “é muito grande, corre do sul para o norte, é todo capaz de se navegar da Barra que faz do mar até 200 léguas ao Sertão que se tem descoberto, quase todas capazes de criarem gado, e não estão povoadas por causa do muito gentio bravo que na beira dele habita”².

As tentativas de povoar as áreas adjacentes ao Parnaíba sempre fracassavam, pois, segundo o autor

[...] alguns moradores meteram lá gados e se retiraram com medo e os que moram nas fazendas acima ditas andam sempre em contínua guerra e muitos perderam as vidas nas mãos daqueles bárbaros por cuja causa se não tem aumentado muito esta povoação pelas beiras daqueles famosos rios Parnaíba e Gurguéia [...]. Esta abundância faz com que naquela terra habitem muitos *Tapuias*, os mais *bravos* e *guerreiros* que se acharam no Brasil [...] (grifo nosso).³

A classificação dos índios do sertão piauiense como *Tapuias* objetivava dar certa unidade, construída nas relações de alteridade próprias da experiência colonial, a uma diversidade de grupos que se opunham à colonização⁴. Buscava também criar justificativas que legitimassem a ampliação das áreas de produção pastoril sobre os territórios indígenas, territórios esses que eram tidos como “incultos” e habitados por “gentio bárbaro”.

Todas essas classificações generalizantes eram complementadas pela atribuição de etnônimos aos grupos indígenas cujos critérios definidores eram bastante variados e não correspondiam, em boa parte dos casos, aos

2 CARVALHO, Padre Miguel de. “Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilm.º e Rvd.º Sr.º Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco.” [1697]. In: ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 386.

3 CARVALHO, Padre Miguel de. “Descrição do sertão do Piauí...” [1697]. In: ENNES, 1938, p. 386-387.

4 Conforme aponta Cristina Pompa, os tapuias foram qualificados pelos colonizadores a partir do contraste com os grupos tupis. Apesar de se reconhecer a diversidade dos povos que habitavam os sertões, a variabilidade linguística, o distanciamento cultural das práticas Tupi e a experiência do contato fizeram com que eles fossem vistos como populações bárbaras e ferozes. POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 221-293.

próprios critérios de identidade étnica dos nativos⁵. Eram, na maioria das vezes, identificações externas estabelecidas a partir dos critérios portugueses de diferenciação cultural que atendiam a objetivos bem definidos. Dividir e nomear os índios – reconhecendo sua região de ocupação, costumes e sua posição enquanto potenciais aliados ou inimigos – servia para que se pudesse mapear as áreas a serem conquistadas e estimar as dificuldades que as tropas e colonos portugueses encontrariam ao se estabelecerem nos sertões do Piauí.

As áreas de ocupação indígena eram assim explicitadas por Miguel de Carvalho: No interior do rio Parnaíba residiam os aroachizes, os carapotangas, os aroaquanguiras, os precatís, os cupequacas, os cupicheres, os aranhís, os corerás, os ayitetus, os abetiras, os beirtês, os goaras, os nongazes comedores de brancos e os tremembés aliados dos portugueses. No rio Gurguéia, moravam os acroás, os rodeleiros, os beíquidos, os bocoreimas, os corsiás e os lanceiros. No rio Preto, residiam os anicúas, comedores de brancos. Na Serra de Ibiapaba, os anassus e os alongás. Os aruás, também aliados dos portugueses, habitavam o Riacho São Vitor. Na serra do Araripe, residiam os ubatês, os meatans, os jendois, os ycos e os uriús. Os arayês e os acumês moravam nas cabeceiras do Piauí e os goaritzes nas cabeceiras do Canindé. No mesmo rio residiam os cupinharôz, “os que têm feito maiores danos nesta povoação”. Além dessas populações, segundo o padre, existiriam várias outras que lhe eram desconhecidas⁶.

Muito embora essa descrição apresente um cenário de ocupação territorial aparentemente consolidado, sabemos que os sertões do Piauí

5 De acordo com John Monteiro, a definição essencialista e categórica dos grupos nativos sob determinados etnônimos partiu, por um lado, da incompreensão das dinâmicas relacionais que definiam os critérios de etnicidade dos grupos e, por outro, serviu também à sua dominação. Nesse sentido, havia a possibilidade de vários etnônimos serem dados a uma mesma etnia, ao passo que um mesmo etnônimo poderia homogeneizar toda uma diversidade de grupos étnicos. Por conta disso, ao fazermos referências às “nações” indígenas constantes nas fontes históricas analisadas no presente trabalho, preferimos utilizar o vocábulo grupo, em vez de etnia ou povo. Em consequência, seus nomes estão apresentados em letra minúscula e flexionados em número. MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre Docência. Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 57-58.

6 CARVALHO, 1938, p. 387-389. Algumas dessas regiões viriam a compor o território de outras capitanias. É o caso, por exemplo, da Serra de Ibiapaba, pertencente à capi-

já vinham passando por profundos processos de reconfiguração espacial desde meados do século XVII. É a partir desse momento que, segundo Pedro Puntoni, foi organizada uma série de sublevações indígenas com o objetivo de frear a expansão da fronteira da economia pecuária sobre os territórios nativos. Em resposta, várias guerras foram promovidas pelos colonizadores, cujos principais objetivos eram exterminar a população indígena e usurpar seus territórios. Tais conflitos, que perduraram até a década de 1720 e se concentraram nos sertões setentrionais do Estado do Brasil, foram denominadas, na época, de Guerra dos Bárbaros⁷.

Apesar de estarmos lidando com um contexto de lutas intensas, sabemos que boa parte das ações dos indígenas foi reificada ou simplesmente negligenciada nas narrativas coloniais. Acessar essa história, portanto, impõe alguns desafios à análise. Para que se possa apreender as políticas, os projetos e a atuação dos grupos indígenas, é necessário que se lance mão do estudo de uma grande variedade de fontes, escritas por diferentes sujeitos, que devem ser constantemente confrontadas, avaliando-se, inclusive, aquilo que não disseram. É nos interstícios das denúncias de moradores, dos relatos de guerra de funcionários régios, das atas de reuniões do tribunal da Junta das Missões, das consultas do Conselho Ultramarino e da legislação indigenista outorgada pelo rei que procuraremos analisar a agência indígena.

Nesse sentido, objetivamos compreender, neste capítulo, a trajetória dos anaperús, timbiras, guegues e acroás, grupos que foram constantemente referenciados como entraves para a expansão das fazendas e sítios portugueses no Piauí. Elegemos como percurso analítico investigar a atuação desses grupos diante de duas políticas régias frequentemente utilizadas para submeter e integrar os índios do Piauí, nos séculos XVII e XVIII, a saber: as guerras justas e os descimentos⁸.

Argumentamos que os índios analisados teceram relações móveis e controversas com os portugueses, que oscilavam constantemente dentro

tania do Ceará.

7 PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2002.

8 Com essas escolhas, não temos intenção de ignorar as interinfluências de outros processos de colonização que tiveram conexão geográfica e histórica com a nossa região

do espectro de alianças e inimizades. Jogaram, portanto, com a condição de aliado e inimigo prevista na legislação indigenista para alcançar espaços de autonomia diante das pressões dos colonizadores. Dentre as principais estratégias desse jogo político ambivalente, destacamos, em primeiro lugar, a busca por construir uma imagem de belicosidade em torno do grupo que, em determinadas circunstâncias, ajudaria na composição de alianças com os portugueses. Em segundo, a tentativa de, por meio de alianças temporárias, poder conhecer previamente as condições a que estariam submetidos caso aceitassem realizar acordos de descimento: espaços onde residiriam, quais os meios de subsistência, o regime de trabalho e o tipo de controle social e religioso que seriam obrigados a seguir. E, por fim, o estabelecimento de armistícios que inibiriam conflitos iminentes e que possibilitariam a organização de ataques contra os portugueses, após se aliarem a outros grupos nativos.

2 Entre guerras e descimentos: a colonização do Piauí

A colonização da capitania do Piauí foi caracterizada pela construção de extensas fazendas dedicadas à pecuária, tendo em vista a qualidade dos pastos e a demanda pela carne bovina e pela exploração da tração animal nos engenhos da Bahia e do Maranhão e, a partir da segunda metade do século XVIII, também nas Minas Gerais⁹. Nesse sentido, a condição de fronteira da capitania permitiu que suas dinâmicas produtivas fossem organizadas em conexão com outros centros de colonização, fossem eles pertencentes ao Estado do Maranhão e Grão-Pará ou ao Estado do Brasil.

Em finais do XVII, como resultado das frentes de expansão provenientes da Bahia, constituiu-se a freguesia de Mocha nas terras que eram de Domingos Afonso Mafrense, um dos primeiros conquistadores e colonos da região. Já em 1697, segundo estimativas populacionais do padre

de estudo. Entretanto, reconhecemos a impossibilidade de analisar, dentro do escopo deste trabalho, os processos migratórios indígenas decorrentes de conflitos existentes em outras áreas coloniais, assim como o processo de constituição dos grupos étnicos no Piauí. Esperamos que essas lacunas sirvam de inspiração a outros pesquisadores que se interessem pelo assunto.

9 MOTT, Luiz R. B. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. In: *Piauí Colonial: População, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985, p. 45-55.

Miguel de Carvalho, existiam 129 fazendas de gado e 438 colonos no Piauí¹⁰. Na época, metade da população era de sujeitos livres e a outra metade de escravizados, fossem eles indígenas ou africanos. A população era também composta majoritariamente por homens¹¹, o que explicará a composição populacional marcadamente miscigenada nas décadas seguintes. Em 1717, Mocha foi elevada à condição de vila e, no ano seguinte, à de sede do Piauí¹², momento em que a capitania era formalmente criada sob jurisdição do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará¹³.

Essas terras abrigavam também inúmeras populações nativas que intensificaram sua dinâmica de mobilidade voluntária ou compulsória diante da constituição de novos currais, fazendas e sítios portugueses, do aumento das guerras interétnicas e dos conflitos bélicos com os colonizadores. Para dominar os territórios indígenas, os colonos da região valeram-se de duas políticas indigenistas: as guerras justas, formalmente utilizadas contra os índios inimigos, e os descimentos indígenas, que se direcionavam aos índios aliados¹⁴.

10 155 eram brancos (35,4% da população total), 210 eram pretos (48%), 59 eram índios (13,5%) e 14 eram mestiços (3,2%). MOTT, Luiz R. B. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. *Revista de Antropologia*, v. 22, p. 61-78, 1979.

11 MOTT, loc. cit.

12 OLIVEIRA, Ana Stela de N.; ASSIS, Nívia P. D. de. Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – século XVIII. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, *Anais...*, Fortaleza: UFCE, 2009.

13 Estado do Maranhão (1621), Estado do Maranhão e Grão-Pará (1654) ou Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751) constituiu-se enquanto uma colônia diretamente subordinada à metrópole portuguesa. Sua jurisdição chegou a abranger, ainda que de maneira irregular e por vezes descontínua, os territórios correspondentes à atual região Norte, ao Estado do Maranhão e ao Estado do Piauí. O antigo Estado Maranhão e Grão-Pará era composto por quatro capitanias reais – Cabo do Norte (inicialmente privada), Pará, Maranhão e Piauí – e mais quatro capitanias e duas vilas privadas: na parte ocidental, Caeté, Cameté, Joanes e vila de Vigia; na oriental, capitania de Tapuitapera e vila de Icatú. No ano de 1772, o então Estado do Grão-Pará e Maranhão desmembrou-se em Estado do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí, divisão que permaneceu vigente até 1808.

14 Havia ainda um terceiro mecanismo de arrematação de mão de obra, os chamados resgates, que não eram promovidos na região, ficando restritos fundamentalmente aos sertões da capitania do Pará. PERRONE-MOISÈS, Beatriz P. Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo:

Segundo carta régia de 1655, o impedimento à pregação do evangelho, a realização de ataques contra vassallos do rei e a quebra de pactos de paz e amizade previamente celebrados eram motivos suficientes que justificavam investidas bélicas contra determinada população indígena¹⁵. As guerras dividiam-se, desse modo, em duas modalidades: a guerra justa defensiva e guerra justa ofensiva. Na primeira, o governador estava autorizado a fazer guerra aos índios que efetivamente atacassem os portugueses ou impedissem a pregação do evangelho e a circulação dos colonos pelo interior. A segunda somente poderia ser deflagrada em caso de comprovada ameaça de ataque às povoações coloniais e com autorização da coroa. Ambas deveriam ser justificadas perante o rei a partir de relatórios enviados anualmente pelo governador¹⁶.

Os descimentos, política instituída pelo Regimento de Tomé de Souza de 1548, consistiam em acordos firmados entre grupos indígenas e missionários, para que aqueles saíssem de seus territórios e aceitassem ser missionados por religiosos em aldeamentos próximos às vilas portuguesas¹⁷. Além de serem catequizados, os índios descidos deveriam trabalhar para os colonos em troca de remuneração mensal e por tempo determinado.

Na primeira metade do século XVIII, os prelados da Companhia de Jesus eram os únicos responsáveis por construir missões nas capitanias do Maranhão e Piauí. Em 1730, cinco aldeamentos abrigavam 1.885 índios nessas duas capitanias, o que correspondia a somente 10% da população indígena missionada pelos jesuítas em todo Estado do Maranhão e Grão-Pará¹⁸. Em 29 de julho de 1758, a capitania do Piauí tornou-se independente

Companhia das Letras, 1992, p. 115-132.

15 “Ley...” 09 de abril de 1655. Anais da Biblioteca Nacional (ABN), v. 66, 1948, p. 25-8.

16 “Alvará em forma de lei” de 28 de abril de 1688. ABN, v.66, 1948, p. 97-101. No ano de 1734, o rei expediu ordem determinando que esse tipo de guerra só pudesse ser efetivada após a sua autorização expressa. “Para o mesmo”. 13 de abril de 1734. AHU, Cód. 270, f. 209v.

17 Ordem 45 do “Regimento...”. 17 de dezembro de 1548. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Cód. 112, f. 1-9.

18 No ano de 1696, os aldeamentos jesuítas congregavam em todo o Estado do Maranhão e Grão-Pará 11 mil índios. Em 1730, esse número praticamente dobrou. Dos 19.090 índios aldeados pela Companhia, 17.205 pertenciam às 24 missões desenvolvidas no Pará, e somente 1.885 às 5 missões no Maranhão e Piauí, do que se depreende que menos de 10% dos índios missionados pela Companhia de Jesus habitavam

e João Pereira Caldas foi nomeado como primeiro governador da região. No contexto de implementação das políticas pombalinas, Caldas logo ordenou a expulsão dos jesuítas das fazendas que possuíam; os religiosos perderam, da mesma forma, a administração do aldeamento dos índios tremembés¹⁹. Em seguida, determinou a elevação da vila de Mocha à condição de cidade de Oeiras, que passa, então, a ser a capital da capitania de São José do Piauí, transformando também as freguesias em vilas²⁰.

Na segunda metade do século XVIII, os aldeamentos passaram à administração temporal dos diretores que, de acordo com determinação do artigo 2º do *Diretório dos Índios*, deveriam dividir o controle desses espaços com as chefias nativas. Junto a essas mudanças, ocorreu uma acentuada expansão no número de moradores, fazendas e sítios na capitania do Piauí. Segundo o ouvidor Morais Durão, em 1772 havia 578 fazendas e 352 sítios na cidade de Oeiras e nas seis vilas pertencentes à capitania. Toda a região abrigava 19.191 indivíduos, dos quais 3.205 eram brancos, 6.343 eram pretos, 1.131 eram indígenas e os demais, quase a metade da população, eram mestiços²¹. Metade da população era livre e metade escravizada. Vale notar que, proporcionalmente, a população indígena caiu pela metade entre os anos 1697 e 1772, apesar de ter crescido em números absolutos (de 59 a 1.131), ao passo que a população mestiça saiu de 14 para a ordem de 8.512 indivíduos (44,4% do contingente populacional).

Essa significativa expansão demográfica esteve intimamente ligada ao processo de avanço dos territórios coloniais sobre os territórios indígenas. O conflito armado, nas primeiras décadas de colonização, foi

as capitanias localizadas na banda oriental do Estado. Dados obtidos a partir do levantamento realizado pela Companhia de Jesus em 1730 que dispunha sobre a quantidade de índios residentes em todas as aldeamentos e fazendas administradas pela ordem no Estado do Maranhão e Grão-Pará: “Numerus per donaru in Indoru pagis, qui nostris regutur de gentiu in Maragnoni 1730”. Archivum Romanum Societatis Iesu (*ARSI*), Cód. Bras. 10 (2), f. 338-338v.

19 MOTT, Luiz. Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gueguê do Piauí: 1764-1770. *Revista de Antropologia*, vol. 30/32, 1987-1989, p. 60.

20 NUNES, Odilon. *Pesquisas para história do Piauí*. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, v. I, 1975, p. 107-111.

21 DURÃO, Morais (Ouvidor). Descrição da Capitania de São José do Piauí (1772). In: MOTT, Luiz R. B. *Piauí Colonial: População, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985, p. 22-41.

a principal estratégia que garantiu essa conquista. Além das guerras que estavam sendo promovidas nos sertões das capitanias do norte do Estado do Brasil, várias outras eram também organizadas a partir do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Nas duas últimas décadas do século XVII, 5 das 11 guerras realizadas neste Estado foram promovidas contra os índios das capitanias do Maranhão e Piauí. Ademais, das 20 guerras empreendidas na primeira metade do século XVIII, pelo menos 12 foram direcionadas contra índios dessa mesma região, conforme demonstra o quadro ao final do texto²².

Os conflitos bélicos seguiam o interesse dos colonos de garantir amplas terras para o desenvolvimento da pecuária extensiva, conforme apontou Puntoni²³. Mas serviam, do mesmo modo, para se recrutar mão de obra escrava que seria empregada no trabalho da pecuária, assim como em trabalhos domésticos e nas lavouras de subsistência, pois vimos que a escravidão (principalmente negra, mas também indígena) era igualmente representativa nessa parte da colônia. E, em concordância com Vanice Melo, a existência de um maior número de guerras nos governos de Cristóvão da Costa Freire, Bernardo Pereira de Berredo e Alexandre de Sousa Freire, assim como a redução das mesmas no governo de João Maia da Gama, indicam que os conflitos armados seguiam os interesses dos governadores em recrutar mão de obra escrava para si, como também em conquistar apoio e expandir suas redes de influência entre os membros da câmara de São Luís e entre os moradores da capitania do Piauí, ao longo da primeira metade do século XVIII²⁴.

O alto número de guerras e a existência de um baixo número de índios aldeados e recenseados nas estimativas populacionais de 1697 e 1772 não significa, entretanto, que o processo de expansão da pecuária extensiva

22 Os dados sobre as guerras justas, até o ano de 1706, foram baseados no detalhado levantamento realizado por Vanice Melo. Ampliei o mesmo levantamento até o ano de 1812. MELO, Vanice S. de. *“Aleivosias, mortes e roubos”*. *Guerras entre índios e portugueses na Amazônia Colonial (1680-1706)*. Monografia. Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p. 89-98.

23 PUNTONI, 2002, p. 34-47.

24 MELO, Vanice Siqueira. *Cruentas Guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 112-125.

tenha conseguido dizimar ou expulsar todos os grupos indígenas do território piauiense ao longo desse primeiro século de colonização. Ao cotejarmos essas estimativas com os registros sobre as guerras justas e com os relatos de descimentos, percebemos que os nativos permaneceram sendo apontados como o principal empecilho para o desenvolvimento e expansão das fazendas e sítios portugueses.

A presença constante de índios inimigos se organizando para atacar os povoados lusitanos demandou a organização de variadas estratégias políticas de defesa, voltadas também para o estabelecimento de alianças com os nativos. Ainda que o conflito armado tenha sido a tônica de resolução das disputas pelo domínio do território, principalmente durante as primeiras décadas de colonização, ele não foi o único mecanismo de incorporação dos índios, e de suas terras, às estruturas e espaços coloniais. Com a opção pela guerra, havia também tentativas de se estabelecer alianças com as populações indígenas consideradas belicosas por meio de seu aldeamento em missões religiosas, mesmo que, como vimos, esse mecanismo não tenha, de início, conseguido grandes êxitos.

No entanto, após as reformas promovidas pelo governador Pereira Caldas, a relação entre as iniciativas de guerras e de descimentos pareceu se equilibrar. Encontramos registros de poucas guerras sendo promovidas contra as populações indígenas no Piauí – exceção feita à guerra realizada contra os índios guegues, timbiras e acroás nas décadas de 1760 e 1770 e à guerra conduzida contra os pimenteiras entre 1770 e 1812. Em contrapartida, é justamente na segunda metade do século XVIII que significativos contingentes populacionais, como os guegues e os acroás, são congregados em aldeamentos independentes, o que nos leva a crer que os descimentos se tornaram políticas tão importantes quanto as guerras no processo de consolidação do domínio sobre a região.

É diante dessas transformações na legislação indigenista que buscamos entender qual a influência das políticas indígenas na progressiva valorização, por parte dos portugueses, do uso da política de descimentos em detrimento da simples opção pelo conflito armado. Pois, se por um lado era comum que a ameaça de guerra justa fosse utilizada para expulsar os índios de suas terras, coagindo-os a pactuarem com os portugueses para que descessem a determinado aldeamento; por outro, essas alianças também eram manejadas pelas populações indígenas que buscavam sustar conflitos

iminentes, temporária ou permanentemente. Desta feita, para que se possa entender o processo de colonização dos sertões do Piauí, é necessário que olhemos mais de perto como os grupos indígenas lidaram com as investidas coloniais e desenvolveram estratégias e ações políticas para frear esse avanço. É o que faremos a seguir.

2.1 “Tapuias bravos e guerreiros”: Os anaperús do rio Parnaíba

Em janeiro de 1703, uma carta régia apresentava a solicitação dos anaperús, habitantes da margem norte do rio Parnaíba²⁵, para que descessem em direção à cidade de São Luís e fossem doutrinados por religiosos²⁶. O descimento de um grande grupo poderia levar anos para ser concretizado. Para se formar nova aldeia missionária, era necessária a construção prévia de roças e casas para que os futuros moradores a encontrassem abastecida. Esses recursos vinham, em geral, da Fazenda Real ou do Tesouro dos Resgates. Foi assim que, em 1705, foram registradas reclamações de que o descimento dos anaperús ainda não havia sido realizado por falta de investimentos do Provedor da Fazenda²⁷, o que deve ter surtido algum efeito, já que em 1707 se tem notícia de que o grupo ia se transferindo aos poucos para um sítio chamado Guayaba, localizado próximo a São Luís²⁸.

Indivíduos ou subgrupos, identificados sob determinado etnônimo pelos portugueses, poderiam tomar posturas bastante diversas diante do avanço da colonização. Um infindável número de motivações ensejava o desenvolvimento de posturas díspares, tais como as disputas políticas internas ao grupo, as diferentes relações e acordos estabelecidos por moradores, missionários ou funcionários régios com cada subgrupo, as diversas expectativas que esses índios tinham em relação ao colonizador, o tipo de ambiente em que residiam etc. Essas clivagens situacionais também influenciaram a adoção, pelos diversos agentes portugueses, de diferentes

25 NINUEMDAJU, Curt. *Mapa Etno-histórico de Curt Ninuemdaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

26 “Sobre os Índios de nação Anaperús...”. 27 de janeiro de 1703. *ABN*, 66, 1948, p. 233.

27 “Sobre a queixa que fazem do Provedor...”. 24 de setembro de 1705. *ABN*, 66, 1948, p. 264.

28 “Sobre se aldearem os Índios Anaperús...”. 27 de setembro de 1707. *ABN*, 67, 1948, p. 7.

políticas em relação a cada segmento do grupo indígena.

Isso pode ser verificado quando, em princípios de 1709, o governador Cristóvão da Costa Freire enviou uma expedição punitiva comandada por Antônio de Souto Maior que matou vários anaperús-açú e estabeleceu pazes com os anaperús-mirim²⁹. Segundo carta régia de abril do mesmo ano, os anaperús haviam matado o ajudante Manuel dos Santos e mais seis religiosos, como resultado, acreditamos, do processo de descimento e aldeamento iniciado dois anos antes. Com o fito de castigar e atemorizar esses índios, o rei determinou:

Ao Governador de Pernambuco ordeno Mande ao Capitão Mor do Ceará faça ir da Serra de Ibiapaba quinhentos ou seiscentos índios flecheiros para se incorporarem no Piauí com o dito Antônio da Cunha Souto-Maior, a quem está encomendada esta guerra, para que se engrosse o nosso poder e se faça mais formidável aos Índios, e os vão buscar às partes aonde assistirem, fazendo toda a diligência pelos aprisionar, ou matar, ou afugentar para maiores distâncias e onde nos não venham fazer as hostilidades que tem sido tão sensíveis e lamentáveis aos moradores desse Estado[...]³⁰.

Não conseguindo desarticular o grupo, que matou o líder da expedição de guerra Antônio de Souto Maior, uma nova investida foi realizada contra os anaperús e outros grupos que passaram a ser apontados como seus aliados. Entre 1712 e 1715, era organizada uma sequência de ataques bélicos contra os caratius, curias, manassés, xerumas, aranhas, arayos, anaperús-açú e anaperús-mirim, sob o comando de Miguel Carvalho de Aguiar³¹. Estes últimos, que na carta do governador de 1709

29 “S^c. Semandar passar Patente de coronel de hu’ Regim.¹⁰ das ordenanças, pellobem-queselou [...] naguerra quese fes ao gentio danaanção Anaperus”. 15 de agosto de 1709. *AHU*, Cód. 268, f. 255f. Os termos “açú” e “mirim” nas línguas de matriz tupi significam, respectivamente, grande e pequeno. Essa denominação atribuída pelos portugueses poderia referir-se, no primeiro caso, a um grupo com maior concentração populacional do que o segundo. E não é à toa que foram mobilizados de 500 a 600 índios da Serra de Ibiapaba para combatê-los. Tudo nos leva a crer que se tratava de um grande grupo que mantinha relações bastante controversas com os portugueses.

30 “Sobre o socorro que se lhe manda...”. 25 out. 1709. *ABN*, 67, 1948, p. 52-53.

31 “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V...”. 6 de outubro de 1718. *AHU* (Avulsos), Maranhão, Cx. 12, Doc. 1199. “Carta do governador Cristóvão da Costa

apareciam como tendo aceitado se aliar com os portugueses, passaram a ser novamente combatidos como inimigos.

Outra guerra foi organizada em 1730, mas desta vez por iniciativa privada. Segundo o reitor da Companhia de Jesus, o morador Manuel da Silva Pereira fundou uma povoação próximo das Aldeias Altas. Logo, alguns índios mataram um escravo negro. Em represália, os novos moradores se uniram para punir os índios aranhis, suassuis e anaperús. Como todos os homens fugiram ao ataque, os expedicionários conseguiram capturar 60 mulheres e algumas crianças, que foram repartidas entre os moradores, como escravas, por Manuel da Silva³². Diante da ofensiva, o rei ordenou que todos os prisioneiros feitos na guerra fossem apresentados no Tribunal Junta das Missões³³. O governador Alexandre de Sousa Freire, no entanto, expôs uma série de justificativas a respeito da impossibilidade desta ordem ser posta em prática, a saber: a) a distância entre o Piauí e a cidade de São Luís, b) os altos custos da viagem, e c) o fato de que quando Manuel da Silva recebera autorização para realizar a guerra as suas custas, não teria sido estipulada a condição de levar os escravos para apreciação na Junta³⁴.

O governador ressaltou que nunca os prisioneiros de guerras feitas nos sertões do Piauí passaram por avaliação no Tribunal³⁵. Realizar

Freire, para o rei, sobre o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior, solicitando que o capitão-mor da capitania do Ceará lhe mande alguns índios para a Guerra dos Bárbaros”. 15 de março de 1712. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 6, Doc. 482. Para um relato mais detido sobre essa guerra, ver: MEDEIROS, Ricardo P. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000, p. 137-141.

32 “Copia da resposta do Reitor da Comp^a.” 16 de agosto de 1732. [Anexo]. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 14, Doc. 1284.

33 “Todos os negocios da guerra que Manoel da Silva Pereira...”. 31 de agosto de 1731. *Anais do Arquivo Público do Estado do Pará (AAPEP)*, Tomo V, Doc. 336, p. 346-47.

34 “Copia da resposta que dá Alex^e de Souza Fr^e...” [Anexo]. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 14, Doc. 1284.

35 O Tribunal da Junta das Missões era uma instituição presente em diversas colônias do Império português que tinha como incumbência tratar de questões da política local. No Estado do Maranhão e Grão-Pará, o tribunal foi criado na cidade de São Luís em 1681 e em Belém em 1701; era composto pelo governador, bispo, ouvidor geral, provedor da fazenda e representantes das ordens religiosas. MELLO, Márcia E. A. S. *Fé e império: As Juntas das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EdUA/FAPEAM, 2009.

guerras contra os índios da região, portanto, era negócio bastante rentável. Alexandre de Sousa Freire ainda reiterou seu posicionamento, opondo-se aos “escrúpulos” do rei:

Mas saiba a Vossa Senhoria que infalivelmente se perderão as fazendas todas do sertão com estes escrúpulos, porque ou Sua Majestade há de conservar um Arraial, em que há de gastar muita fazenda, para defender a dos seus vassallos, e utilizar os dízimos delas, ou se farão os Índios senhores de tudo, e ficarão os tais sertões despovoados, pois entendo que nenhuma pessoa quererá gastar o seu dinheiro para se não utilizar e para ficar obrigado ao transporte em tantas distâncias das presas da guerra [...]³⁶.

Como resolução para o caso, o governador propôs que o ouvidor da vila de Mocha ficasse encarregado de fazer as avaliações sobre a justiça do cativo. Solicitava também, no mesmo documento, que fosse autorizada a realização de uma guerra contra todos os “índios do corso” habitantes do Piauí, excetuando somente os índios aldeados³⁷, pedido que, pelos seus excessos, logo foi recusado pelo rei³⁸.

Após o descimento de parte do grupo, em 1707, para uma aldeia de repartição próxima a São Luís, não encontramos nas fontes nenhuma notícia sobre o estabelecimento de acordos de descimento com os anaperús-açú e anaperús-mirim. Diante da falta de documentação e de estudos que se voltem a compreender a trajetória dessas populações, resta-nos propor algumas hipóteses.

As experiências de descimento e aldeamento dos anaperús, em 1707, parecem ter sido responsáveis por desencadear vários conflitos entre estes e os portugueses. Desde então, esses índios aparecem aliados com várias outras populações indígenas, inibindo o avanço português sobre seus territórios. O aldeamento do grupo (ou parte dele) deve ter ocorrido na década de 1730, após os ataques sofridos pela expedição comandada por

36 “Copia da resposta que dá Alex^e. de Souza Fr^e.” [Anexo]. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 14, Doc. 1284.

37 “Copia da resposta que dá Alex^e. de Souza Fr^e.” [Anexo]. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 14, Doc. 1284.

38 “Por que se lhe cumpra a ordem de trinta e hum de Agosto de 1731...”. 22 de março de 1734. *ABN*, 67, 1948, p. 256-257.

Manuel da Silva, pois sabemos que em 1741 o governador João de Abreu Castelo Branco deferiu uma solicitação de data de sesmaria³⁹ feita pelo índio Francisco Xavier: eram três léguas de terras no sítio chamado O Brejo, localizado às margens do rio Parnaíba⁴⁰. Em 1763, temos notícias de que os anaperús que residiam na Missão de São Félix estavam sendo arregimentados para lutar em uma guerra justa contra os índios timbiras, guegues e acroás⁴¹. Em 1795, esses mesmos índios receberam outra data de sesmaria. Segundo o documento, transcrito por César Augusto Marques, o principal⁴² dos anaperús solicitou três léguas de terra no “lugar do Brejo dos anaperús”, região em que os índios há muito residiam e cultivavam suas lavouras⁴³.

A relutância desses índios em descer para uma aldeia de repartição próximo a São Luís e manter-se em seu território às margens do rio Parnaíba, nas primeiras décadas do século XVIII, permitiu que pudessem garantir relativa autonomia política. Quando efetivamente foram aldeados, na década de 1730, permaneceram nas terras que anteriormente ocupavam, não sendo obrigados a se deslocarem para aldeamentos já constituídos e povoados por outros grupos indígenas. Poucos anos após o seu descimento, apropriaram-se da legislação régia que regulamentava a posse de terras e conseguiram receber sesmarias, onde puderam viver e produzir em território reconhecido pelas instituições coloniais. Foi, portanto, por meio desse jogo político de promessas de descimento, guerras e alianças que os

39 As datas de sesmaria eram documentos, sob forma de carta de concessão e confirmação, que concediam aos moradores (e, em alguns casos, também a indígenas) extensos pedaços de terra. Representam, portanto, a posse, a ocupação e a produção do território por particulares. Sobre o assunto, ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p. 101-114

40 MELO, 2011, p. 61-62.

41 APOLINÁRIO, Juciene. *Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão – As práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, p. 67-68.

42 Termo utilizado pelos portugueses para nomear as chefias indígenas.

43 Em 1820, um alvará estipula a divisão da região em cinco freguesias. O Brejo dos Anaperus se torna uma delas. MARQUES, César Augusto. *Diccionario histórico-geographico da provincia do Maranhão*. São Luís: Typographia do Frias, 1870, p. 95-96.

anaperús lograram permanecer em seus territórios tradicionais.

2.2 “Exterminar ou reduzir”: os guegues, acroás e timbiras

Em julho de 1737, foi realizada uma reunião do Tribunal da Junta das Missões em que foram apresentadas duas devassas que informavam os ataques realizados pelos acroás-açú, acroás-mirim, timbiras e guegues⁴⁴ contra os moradores das Aldeias Altas, Parnaguá e campos do Gilbués, numa extensão de duzentas léguas⁴⁵. Esses grupos eram acusados de serem responsáveis pelo despovoamento de “muitas fazendas de gado, e com os seus repetidos assaltos, de [terem] feito muitas mortes, queimado muitas fazendas, destruído e roubado cavalos e gados vacuns com grande ruína e desarranjo dos mesmos vassalos”⁴⁶.

No ano seguinte, o tema voltou a ser discutido no Tribunal. Para frear os ataques desses índios, o governador e alguns prelados defenderam a importância e a legitimidade de se declarar contra eles uma guerra defensiva. Contudo, os meios para concretizá-la seguiriam os trâmites de uma guerra ofensiva: não se deveria esperar que os índios assaltassem as fazendas dos colonos, dada a grande extensão territorial de seus ataques.

44 Esses grupos, segundo Estevão Pinto, eram pertencentes à família linguística jê. PINTO, Estevão. *Os indígenas do Nordeste*. São Paulo: Companhia editorial nacional, vol. I, 1935, p. 124-140. Timbira é o nome dado a um conjunto de etnias que possuem grande proximidade cultural e que falam a mesma língua; provavelmente por isso foram tidos como um grupo singular pelos colonizadores. São apresentados, por Curt Nimuendajú, como tendo habitado um extenso território que abrange o rio Tocantins, a bacia do Gurupi, o Pindaré médio e inferior, o Grajaú inferior e o Mearim inferior. NUMUENDAJÚ, Curt. *The Eastern Timbira*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. Vol. 41, 1946, p. 2-6. Os acroás habitavam, nos séculos XVII e XVIII, o sul da capitania do Piauí, o norte de Goiás, do Tocantins e o oeste da Bahia. Falavam também a língua timbira, sendo o acroá a variação dialetal. APOLINÁRIO, 2005, p. 29-34. Os guegues habitavam o sul do Piauí, às margens do rio Gurguéia e Uruçuí; não conseguimos mapear a extensão de seu território. Não pudemos, outrossim, definir se os guegues e os acroás eram grupos étnicos.

45 “Carta do Vigário provincial superior das Missões, José de Sousa, ao rei D. João V”. 19 de julho de 1738. AHU (Avulsos), Maranhão, Cx. 24, Doc. 2477.

46 Ata de reunião da Junta das Missões. 12 de julho de 1737. [Anexo]. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 15 de março de 1740. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 3, Doc. 157.

A tropa deveria, ao contrário, atacar esses índios em suas próprias terras⁴⁷.

Frei Braz de Santo Antônio, representante da Província da Conceição, foi o que mais claramente defendeu esse posicionamento. O religioso alegava que as estratégias de guerra desses índios impediam qualquer forma de defesa, pois “sabendo o dito gentio que qualquer terra ou fazenda está reforçada de armas, vai fazer o seu projeto por outras partes”, já que eram acostumados a atacar os colonos quando estavam “solitários, dispersos ou desarmados”. Era necessário, portanto, “ir buscá-los às suas terras, e matos, aonde se refugiam e recolhem”, tendo em vista que:

[...] como cada uma das ditas nações tem governo absoluto sem reconhecer superior a quem se possa pedir satisfação, nem eles sejam capazes de a dar, nem suspender as hostilidades e insultos por serem tão bárbaros, que não admitem contrato nem embaixada fora de cerco, nem outra capitulação alguma, e semelhantes insultos de mortes e roubos, para cessarem, necessitem de pronto remédio⁴⁸.

Acreditamos, no entanto, que outros interesses moviam a argumentação de frei Braz e do próprio governador João de Abreu Castelo Branco. A tentativa de transformar uma típica guerra ofensiva em defensiva objetivava, em primeiro lugar, burlar a legislação régia, desviando-se da habitual demora nas comunicações estabelecidas entre colônia e reino com vistas a assegurar a imediata deflagração do conflito. Em segundo, possibilitava que a guerra fosse organizada segundo os interesses locais, quais sejam: a captura do maior número de cativos e a circulação pelo território de exploração mineira até então proibido aos moradores do Estado do Maranhão, questões apontadas por outros prelados que participavam da reunião. Na disputa, venceu o entendimento de que a guerra era ofensiva e, por conta disso, precisaria de anuência do rei. Enquanto essa autorização não era dada, Castelo Branco mandou organizar um acampamento militar

47 Ata de reunião da Junta das Missões (documento em anexo). 14 de julho de 1738. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 15 de março de 1740. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 3, Doc. 157.

48 Ata de reunião da Junta das Missões (documento em anexo). 14 de julho de 1738. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 15 de março de 1740. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 3, Doc. 157.

entre os rios Gurguéia e Parnaguá.⁴⁹

Foi provavelmente em decorrência desses interesses também que, em 1739, os acroás-açú e os panicás foram acusados de terem matado os colonos Francisco Ferraz Cardoso e Manoel Gonçalves Monção no rio Manoel Alves, que deságua no rio Tocantins⁵⁰. Com base nesta nova denúncia, o governador solicitou ao rei que a guerra fosse feita a partir de duas frentes: uma pelo sul do Piauí, via rio Parnaguá, e outra pelo Pará, alcançando o rio Tocantins⁵¹.

Assim, em dezembro de 1739, o rei emitiu carta régia autorizando a guerra⁵². Mas, ressaltou, meses depois, que ela fosse feita somente a partir do rio Parnaguá, e não pelo rio Tocantins, para se evitar a entrada ilegal de colonos do Maranhão na região das minas⁵³. Para a composição da guerra, o governador João de Abreu ordenou a formação de uma tropa com 60 soldados de infantaria paga, 200 índios recrutados entre os barbados, guararés, arayos, anaperús e mais 250 índios da Serra de Ibiapaba. Sua expectativa era de que a investida demoraria seis meses para ser concluída e por isso ordenava que os próprios moradores doassem suprimentos para manter o futuro arraial, fornecendo “boi, farinha, milho e legumes, [assim] como cavalos para a condução”⁵⁴.

A guerra demorou bem mais do que o esperado, tendo a resistência indígena obrigado os portugueses a mudarem de estratégia. Em dezembro de 1744, o governador comunicou ao rei as dificuldades de se continuar os ataques contra o “gentio do corso”, por este “não habitar em lugar certo”.

49 Carta do governador ao rei. 04 de outubro de 1738. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 15 de março de 1740. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 3, Doc. 157.

50 Carta de Manoel Ribeiro. 10 de fevereiro de 1739; Carta de Antonio Correia Vaz. 2 de março de 1739. [Anexo]. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 15 de março de 1740. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 3, Doc. 157.

51 “Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei D. João V”. 15 de outubro de 1739. AHU, (Avulsos), Pará, Cx. 22, Doc. 2112.

52 “Resolução do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, acerca da suspensão da guerra...” 23 de dezembro de 1739. AHU (Avulsos), Maranhão, Cx. 25, Doc. 2613.

53 Carta régia. 24 de maio de 1740. [Anexo]. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 15 de março de 1740. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 3, Doc. 157.

54 “Ordem remetida aos principais moradores da capitania do Piauí ...”. 16 de julho de 1739. [Anexo]. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 15 de março de 1740. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 3, Doc. 157.

Informou que diante dos altos custos e pouco sucesso da empreitada, solicitara ao capitão do Parnaguá Antônio Gomes Leite que buscasse “reduzir a paz e vassalagem” os índios inimigos⁵⁵. De fato, em setembro de 1743, o governador ordenou ao capitão que “no primeiro encontro que tiver com as ditas nações faça obrar as nossas armas com todo o vigor e resolução que convém para que o temor de maior estrago obrigue as ditas nações a pedir paz e se aldearem”. Definiu ainda em que termos o acordo deveria ser tratado:

Entrando todas ou algumas das ditas nações em prática e ajuste de paz, lhe poderá prometer o dito capitão mor da parte de sua Majestade que serão conservados debaixo de sua real proteção, e defendidos das nações suas inimigas; que estarão na sua inteira liberdade, e que da parte dos brancos moradores daquele distrito se lhe não fará dano, ou vexação alguma, e que terão toda a terra que for necessário para nela fazerem as suas roças e cultivarem os seus mantimentos, sem que pessoa alguma possa perturbar ou inquietar, vivendo eles pacificamente nas suas aldeias [...]⁵⁶.

Os guegues, reputados como a nação “mais prejudicial e mais feroz daqueles sertões”, foram os primeiros a aceitar o acordo. Além de estarem sendo atacados pelos portugueses, estavam também em guerra contra os acroás-açú, conflito provavelmente motivado por disputas territoriais. Aliar-se aos portugueses nesse contexto e segundo as orientações dispostas pelo governador poderia significar a vitória dos guegues nas disputas contra os acroás. Assim, mais de dois mil guegues teriam concordado em permanecer no arraial à espera do envio de recursos para se aldearem. Enquanto isso, ficavam a cargo do capitão, que não estava recebendo qualquer ajuda dos moradores, pois, por quererem esses índios como escravos, não contribuíam para a sua manutenção e redução⁵⁷.

55 “Carta do governador João de Abreu Castelo Branco para o rei”. 02 de dezembro de 1744. AHU (Avulsos), Pará, Cx. 27, Doc. 2570.

56 “Copea dos Cap.^{os} acrescentados ao Regimento do Cap.^m Cabo da Tropa de guerra”. 09 de setembro de 1743 [Anexo]. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 24 de julho de 1745. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 4, Doc. 235.

57 “Carta do governador João de Abreu Castelo Branco para o rei”. 02 de dezembro de 1744. AHU (Avulsos), Pará, Cx. 27, Doc. 2570.

Com a tropa fortalecida de índios recém-descidos, o capitão realizou nova investida contra os acroás-açú que estavam habitando a terra que anteriormente era de domínio dos guegues. Para sustar a possibilidade de sofrerem outro ataque, segundo o ouvidor do Piauí Mathias Botelho, o principal dos acroás-açú enviou dois filhos seus e alguns guerreiros para estabelecer a paz com os portugueses. Estipularam, contudo, algumas condições para aceitar serem congregados em aldeamento. Propuseram que se os portugueses tivessem meios para sustentá-los por um ano “viriam para os confins desta povoação, porque dentro daquele espaço plantariam os seus ranchos de forma que se sustentassem dali em diante”; mas que, não tendo meios de o fazer dessa maneira, “entrassem com eles para as suas terras os missionários a quem de muita boa vontade queriam sustentar, pois tinham muitos haveres com que o fazer”. No parecer do ouvidor, o envio dos religiosos possibilitaria a descoberta de novas minas, além de ser a estratégia mais segura para se acabar com os conflitos que já se arrastavam por anos⁵⁸. No entanto, como os prelados estavam intimidados “com a expectativa do martírio a que se expunham”, não aceitaram ir missionar em território acroá⁵⁹.

O descimento do grupo, então, começou a ser realizado. Após “algumas luas”, provavelmente em 1746, mais de 8 mil acroás chegaram ao arraial, “fora um grande resto que ainda se esperava”, exigindo a organização de vultosa quantidade de víveres para sustentar esses índios e os guegues, que permaneciam no local. A rivalidade entre os dois grupos e a falta de alimento para sustentar milhares de indivíduos culminaram na sublevação dos guegues, que mataram o missionário capucho da Conceição, que os estava doutrinando, fugindo, em seguida, pelos sertões do Parnaguá⁶⁰. Segundo carta do governador Pedro de Mendonça Gurjão, escrita em setembro de 1747, os guegues,

58 Carta do ouvidor geral do Piauí Mathias Pinheiro da Silveira. 20 de agosto de 1745. [Anexo]. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 24 de julho de 1745. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 4, Doc. 235.

59 Carta do ouvidor geral do Piauí Mathias Pinheiro da Silveira. 24 de agosto de 1745. [Anexo]. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 24 de julho de 1745. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 4, Doc. 235.

60 Carta do ouvidor geral do Piauí Mathias Pinheiro da Silveira. 06 de outubro de 1746. [Anexo]. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V”. 24 de julho de 1745. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 4, Doc. 235.

[...] guiados por cinco escravos ladinos do dito capitão mor, entraram a cometer todo o gênero de insultos, não só pelos moradores daquele distrito com mortes de gente e destruição de muitas fazendas de gado, mas também aos viajantes sertanejos que passam da Bahia, Maranhão e do mesmo Parnaguá a fornecerem as minas⁶¹.

É difícil depreender, por meio desses relatos, quais as intenções iniciais dos guegues ao aceitarem se estabelecer no arraial: se tinham como projeto serem aldeados, se estavam somente aceitando o acordo para sustar a realização de novos ataques – tanto dos portugueses quanto dos acroás – ou, ainda, se estavam aguardando que a tropa se enfraquecesse, para então se sublevarem. O que fica claro, contudo, é que, ao perceberem as condições a que estavam sendo submetidos e o tempo de demora para que as promessas do comandante da expedição fossem cumpridas, resolveram romper com os portugueses e, a partir de então, retomar os ataques. Os acroás parecem ter seguido na mesma direção.

Entre 1747 e 1749, foram reportadas dezenas de denúncias sobre as mortes e assaltos que os guegues estavam promovendo nos sertões do Piauí⁶². O caso foi novamente discutido em reunião da Junta das Missões, onde se decidiu declarar guerra defensiva enquanto o rei não autorizasse guerra ofensiva. Essas medidas ajudaram a conter as ações dos guegues no sul do Piauí, segundo notícias do governador de 1749⁶³. No entanto, os ataques passaram a se estender a outras regiões. Segundo informações enviadas ao monarca por Pedro Gurjão, em agosto de 1750:

Não satisfeito só o dito gentio guegue com as hostilidades cometidas na capitania do Piauí e Parnaguá, se uniu com duas nações mais, chamadas timbiras e acroás e, percorrendo por todos aqueles sertões com a mesma crueldade, baixaram ao mais principal da capitania do

61 “Carta do governador ao rei sobre as desordens e hostilidades provocadas no sertão pelo gentio guegue...”. 22 de setembro de 1747. AHU (Avulsos), Pará, Cx. 29, Doc. 2781.

62 Uma análise mais detalhada das devassas realizadas após esses ataques pode ser consultada em: MELO, 2011, p. 137-139.

63 “Carta do governador ao rei”. 14 de março de 1749. AHU (Avulsos), Pará, Cx. 31, Doc. 2906.

Maranhão e ribeira do Itapecurú e Parnaíba, [onde] têm executado muitas mortes e latrocínios⁶⁴.

Guegues e acroás, que antes eram apresentados como inimigos, atuavam então como aliados, pelo menos para atacar os portugueses. Nesse mesmo mês, o rei aprovou a realização de nova guerra ofensiva contra os dois grupos. Mas, por falta de soldados e financiamento, a guerra foi perdendo força, não conseguindo grandes resultados⁶⁵.

Somente em 1763 uma nova investida foi autorizada pelo rei. Foram organizadas duas tropas, compostas por oficiais, soldados, moradores e centenas de índios aldeados. A primeira partiria de Oeiras e a segunda no rio Uruçuí. Em agosto de 1764, o governador do Piauí João Pereira Caldas dava notícias da captura de 143 prisioneiros. Em julho do ano seguinte, o comandante Castelo Branco relatava uma tentativa de ataque à aldeia dos guegues, malograda pelo fato de terem fugido após atearem fogo em suas casas. Ao descer mais o rio, a tropa encontrou um índio guegue com quem estabeleceu comunicação por meio de uma intérprete:

[...] uma prisioneira conhecendo então que a ouviam os seus, clamou em altas vozes pelo seu idioma o seu miserável estado, à qual foi recomendado logo pelos nossos que lhe manifestasse que o único empenho nosso era o de os resgatarmos do cativo do demônio por meio de uma amigável paz⁶⁶.

Após ouvir a proposta de acordo, um dos principais dos guegues conduziu alguns portugueses à sua aldeia. Na ocasião, o comandante prometeu ajudá-los a combater os acroás, com quem voltaram a estabelecer relações de inimizade. No entanto, terminada a negociação, o governador ordenou que Castelo Branco suspendesse a campanha contra os acroás e que conduzisse os guegues para a cidade de Oeiras. E assim foi feito. Em novembro de 1764, chegaram à capital do Piauí cerca de 400 índios que

64 “Carta do governador ao rei”. 13 de agosto de 1750. AHU (Avulsos), Pará, Cx. 31, Doc. 2983.

65 “Carta do governador ao rei”. 12 de janeiro de 1754. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 5, Doc. 324.

66 Carta do Tenente Coronel Castelo Branco ao Governador. 07 de julho de 1765. Livros de Registro Geral da Capitania do Piauí. Livro II, f. 16, apud MOTT, 1987-1989, p. 67.

foram aldeados ao norte da capitania, onde se fundou o aldeamento São João de Sande. Em 1772, a população desse aldeamento não passava de 252 indivíduos. Isso se deve, de acordo com Luiz Mott, ao fato de muitos dos jovens terem sido retirados do aldeamento e entregues aos moradores como aprendizes de ofícios mecânicos⁶⁷.

Em 1771, uma tropa foi expedida da vila de Jeromenha com 150 homens, dos quais 50 eram guegues do aldeamento São João de Sande, para combater os índios acroás⁶⁸. 124 timbiras e 74 acroás foram capturados nas três entradas realizadas pela expedição. Um grupo de acroás-açú, após os ataques, estabeleceu acordo de descimento junto ao comandante Castelo Branco. 100 índios foram descidos nesse ano e os demais se comprometeram a fazer o mesmo depois. Assim como acontecera com os guegues, parte dos acroás descidos foi logo distribuída aos moradores. Segundo ofício do governador do Piauí, Gonçalo Castro,

Daquelas presas que refiro a vossa excelência tirando as crianças que traziam para se batizarem uns e distribuir todos pelos moradores e vizinhos desta cidade, que melhor os pudessem criar e educar, expedi em leva os adultos ao governo do Maranhão para semelhante efeito, e por ser assim *mais segura a sua existência apartados desta capitania e das terras de onde saíram*⁶⁹ (grifo nosso).

A intenção do governador era dividir os índios e impedir que voltassem às suas terras, além de submetê-los a jornadas de trabalho compulsório ao entregá-los aos moradores. Nesse mesmo ano, alguns índios guegues, que não haviam sido aldeados em 1764, enviaram seis homens para pedir paz, organizando o descimento de 434 índios⁷⁰. Em

67 Carta do Tenente Coronel Castelo Branco ao Governador. 07 de julho de 1765. Livros de Registro Geral da Capitania do Piauí. Livro II, f. 16, apud MOTT, 1987-1989, p. 55-78.

68 Regimento da tropa escrita pelo Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco. 25 de abril de 1771. [Anexo]. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 11, Doc. 660.

69 “Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar”. 20 de novembro de 1771. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 11, Doc. 679.

70 MOTT, 1987-1989, p. 75.

1772, há notícia de que 876 acroás estavam nos “subúrbios” da cidade de Oeiras, com a intenção de se aldearem⁷¹. No ano seguinte, a missão de São Gonçalo do Amarante já estava estabelecida com índios acroás, cujo diretor era o próprio comandante Castelo Branco.

Essas poucas centenas de acroás destoavam bastante dos 8 mil indivíduos que se instalaram no arraial quase 30 anos antes. Esse fato pode indicar um acentuado decréscimo populacional ou a dispersão desses índios pelo território após cizânias internas, mas também um silenciamento proposital na documentação, que buscava esconder a existência de acroás que não concordaram em residir na nova missão. Concorre para esta última hipótese o fato de que, antes mesmo de todas as casas do aldeamento estarem prontas, a maior parte dos índios recém descidos havia fugido⁷².

Os motivos dessa fuga podem ter sido vários. Mas acreditamos que, assim como os guegues, os acroás aceitaram o acordo de descimento com vistas a conseguir um armistício até que a tropa portuguesa fosse dissolvida, possibilitando, assim, que uma fuga coletiva pudesse ser realizada com maiores chances de sucesso. Somou-se a isso a distribuição de indivíduos do grupo aos moradores, política provavelmente não prevista nas negociações que resultaram no acordo de descimento.

Não encontramos relatos de descimento dos índios timbiras no século XVIII. É possível que pequenos grupos tenham ido para aldeamentos já estabelecidos e que tal fato não tenha sido objeto de registro. No entanto, por informações presentes em relatos posteriores, sabemos que a maior parte permaneceu em seus territórios ou migrou em sentido oeste, continuando a organizar ataques contra os povoamentos portugueses⁷³. Na segunda metade do século XIX, os timbiras diminuíram sua resistência em decorrência de sucessivas guerras e epidemias. Foi nesse contexto que os ca'kamekra, os gaviões, os timbiras do Pindaré e os grajahus do Mearim estabeleceram pazes com os agentes do Estado-nação. As expedições

71 “Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar”. 07 de julho de 1772. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 12, Doc. 686.

72 “Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar”. 14 de julho de 1773. AHU (Avulsos), Piauí, Cx. 12, Doc. 710.

73 “Carta do governador D. Fernando Antônio de Noronha para a rainha D. Maria I”. 25 de agosto de 1794. AHU (Avulsos), Maranhão, Cx. 85, Doc. 7112.

de conquista foram, igualmente, arrefecendo, muito em decorrência do enfraquecimento dos interesses exploratórios sobre o interior do território⁷⁴. Atualmente, as etnias pertencentes ao grupo timbira habitam o sul do Estado do Maranhão, o leste do Estado do Pará e o norte do Estado do Tocantins⁷⁵.

3 Considerações finais

A narrativa histórica tradicional apontou para o desaparecimento dos índios do Nordeste, tendo a guerra justa, a escravização e as epidemias como o epicentro desse processo⁷⁶. Deu-se, em consequência, pouca atenção à trajetória desses sujeitos, que foram sempre apresentados, de um lado, como mão de obra explorada e, de outro, como vítimas quase que naturais do processo de expansão dos territórios coloniais sobre os territórios indígenas. Quando muito, constituíram-se enquanto *subagentes* de uma história que se inicia somente com a chegada das primeiras naus lusitanas. Portugueses, missionários, administradores régios, colonos e bandeirantes foram tratados como os verdadeiros promotores da colonização e, em consequência, como os primeiros construtores da nação. Homens de origem europeia foram assim transformados no que podemos chamar de *superagentes*⁷⁷ de uma narrativa hierárquica, linear e teleológica, marcada, em grande medida, por ideais de civilização e progresso.

Nas últimas décadas, vê-se um crescente esforço em repensar o processo de formação e constante reestruturação do Piauí colonial, notadamente por meio dos trabalhos de Luiz Mott, Ricardo Medeiros, Juciene Apolinário e Vanice Melo, autores que, de diferentes formas,

74 NUMUENDAJÚ, 1946, p. 4-6.

75 Instituto Socioambiental. Verbete: Timbiras. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/timbira>>. Acesso em: 08 de setembro de 2017.

76 João Pacheco de Oliveira chama atenção para os silêncios presentes na historiografia e na produção etnográfica sobre os índios do nordeste brasileiro, silêncio que reflete a crença na existência de um paulatino desaparecimento físico e cultural dos índios da região. OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *MANA*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 44-77, 1998.

77 Sobre o conceito, ver: BOMBARDI, Fernanda A. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. Dissertação de mestrado, História, FFLCH-USP, 2014, p. 19.

colocaram em relevo a atuação indígena. Há, todavia, a necessidade de avançarmos na construção de novas problemáticas, bem como no desenvolvimento de metodologias que viabilizem investigações sobre a trajetória de sujeitos que não escreveram sobre si e sobre os quais só temos testemunhos (escritos) indiretos.

Por meio da análise e cotejamento de narrativas de diversos agentes colonizadores, buscamos, neste capítulo, argumentar que, a despeito do que previa a legislação indigenista – cujas políticas eram formalmente construídas em torno de dois tipos de postura no que se refere aos índios, aos aliados era oferecida a liberdade ao passo que aos inimigos o tratamento era por meio de mortes e escravizações⁷⁸ –, as relações de alianças e inimizades entre portugueses e indígenas eram bastante fluidas. Se, por um lado, os portugueses utilizavam-se da guerra para forçar o estabelecimento de acordos de descimentos junto aos nativos, por outro, estes também desenvolveram estratégias políticas ambivalentes ao se apropriarem ora da condição de inimigos ora da condição de aliados para resistir às investidas lusitanas. Tais jogos políticos influenciaram, inclusive, a mudança do foco da política indigenista, que deixou de residir na reiterada deflagração de custosas guerras para valorizar também as alianças e os acordos de descimento.

Esse foi o caso dos anaperús, quando hesitaram em descer para um aldeamento próximo à cidade de São Luís, onde seriam obrigados a trabalhar para os moradores. Os constantes ataques aos povoados coloniais e a imagem de belicosidade que construíram em torno de si viabilizaram a sua permanência no norte do rio Parnaíba, território que tradicionalmente ocupavam. Nesse sentido, é provável que tais estratégias tenham sido utilizadas nos acordos com os portugueses para que o grupo formasse aldeamento em território próprio, o que permitiu que adquirissem datas de sesmarias que lhes deram o direito de continuar nessas terras sem serem admoestados por nenhum colono.

Os guegues utilizaram-se, em 1744, das propostas de alianças dos colonos para sustar ataques bélicos. Diante do enfraquecimento contínuo das tropas portuguesas, conseguiram fortalecer o grupo, sublevar-se e fugir do arraial onde estavam congregados. Somente depois de duas décadas, parte do grupo aceitou formar aldeamento, o que resultou na distribuição

78 PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 115-132.

dos seus membros mais jovens, como aprendizes de ofícios mecânicos, entre os moradores.

Numa trajetória que remonta vários pontos em comum com a dos guegues, os índios acroás estabeleceram acordo de descimento, em 1746, com o objetivo de impedir que os ataques contra suas aldeias continuassem. Mas, diante de uma tropa portuguesa enfraquecida, logo conseguiram voltar aos sertões. Somente três décadas depois, em resposta à nova investida bélica dos colonizadores, alguns poucos acroás aceitaram formar missão, chegando, inclusive, a deslocarem-se até o aldeamento São Gonçalo do Amarante, de onde boa parte fugiu meses depois. Há indícios de que a relação de inimizades e alianças entre os índios poderia também se adequar a conjunturas específicas, tendo os acroás e guegues, eventualmente, se aliado para atacar fazendas e povoações portuguesas.

Os timbiras foram os únicos que não estabeleceram acordos de descimentos no século XVIII. Preferiram permanecer como inimigos, impedindo o avanço da colonização portuguesa sobre seus territórios, ou se mantiveram apartados desse processo, ao migrarem paulatinamente para regiões distantes dos espaços de circulação dos agentes portugueses. Talvez seja por isso que hoje conseguimos estabelecer uma história de longa duração das etnias pertencentes ao grupo.

Anaperús, guegues, acroás e timbiras conformaram uma gama de estratégias que manejavam as regras do jogo da legislação e da política indigenista portuguesa. Foi oscilando entre a condição de inimigo e aliado que esses grupos conseguiram malograr boa parte das iniciativas lusas, conquistar direitos e garantir espaços de autonomia em um contexto de guerras, escravidão, trabalho compulsório e violências. Fossem nos processos que representaram ganhos ou nos que lhes causaram severas perdas, seus projetos, atuação e escolhas nunca foram secundários. Uma história que ignore suas ações, portanto, será sempre uma história contada pela metade.

Guerras promovidas nas capitanias do Piauí e Maranhão (1680-1755)⁷⁹

Ano	Governador	Grupos	Localização	Motivos alegados
-	Inácio Coelho da Silva	Gentio	Próximo a aldeia do Pindaré	Hostilidades ao padre Pero Luis que os fora visitar.
1691	Antônio de Albuquerque	Caicaizes, guaratis	Itapecuru, Mearim e Monim	Índios roubavam alimentos das aldeias missionárias localizadas próximo aos rios Itapecuru e Mearim, mataram moradores, escravos e destruíram fazendas.
1695	Antônio de Albuquerque	Caicaizes, guanarés	Itapecuru, Mearim e Monim	Hostilidades
1695	Antônio de Albuquerque	Gentio	Capitania do Rio Grande/ Serra do Quepeba	Hostilidades
1699	Antônio de Albuquerque	Gentio	Itapecuru, Mearim e Monim	Hostilidades contra os moradores das vilas de Icatu, Mearim e Itapecuru
1702	Fernão Carrilho	Bárbaros	Itapecuru	Ataques a Capitania de Itapecuru e morte de índios de um dos moradores de Icatu
1702	Fernão Carrilho	Bárbaros do corso	Capitanias do Maranhão	Assaltos à Capitania
1707	Cristóvão da Costa Freire	Gentio	Rio Mearim	Hostilidades

⁷⁹ As referências documentais sobre a maior parte dessas guerras podem ser consultadas em: BOMBARDI, 2014, p. 169-172.

1708-1710	Cristóvão da Costa Freire	Aranhis, xerumas, bentes e peracatis	Sertão do Itumã	Morte dos padres Frei Antônio de Vila Viçosa e seu companheiro
1709-1712	Cristóvão da Costa Freire	Anaperús	Rio Parnaíba	Morte de Manuel dos Santos e mais seis religiosos
1710	Cristóvão da Costa Freire	Caicaizes	Junto a casa forte do Iguará	-
1712-1715	Cristóvão da Costa Freire	Caratius, curias, manassés, xerumas, aranhas, arayos, anaperús-mirim	Rio Parnaíba	Morte do mestre-de-campo Antônio da Cunha Souto Maior
1716	Cristóvão da Costa Freire	Barbados	Rio Mearim	
1720	Bernardo Pereira de Berredo/ João Maia da Gama	Guanarés, barbados, aranhas, xerumas, xotins, copinharons, anaperús-açu e anaperús-mirim e as demais aliadas	Rio Itapecuru e Mearim	Morte do padre da Companhia João de Avelar
-	Alexandre de Sousa Freire	Aranhis, suassuis, anaperus, arahys e outros	Ribeira do Parnaíba	Hostilidades e ataques a fazenda do morador Manuel da Silva Pereira
1740	João de Abreu Castelo Branco/ Domingos Duarte Sardinha	Acroás-mirim, acroás-açu, guegues, panicás e timbiras	Parnaguá, Purugueya e Piauí	Ataques a fazendas

1750-1752	Francisco Pedro de Mendonça Gurjão/ Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Guegues e timbiras	-	Ataques a fazendas
1764-1765	Joaquim de Mello e Póvoas	Guegues, timbiras e acroás	Gurguéia e Uruçuí	Ataques a fazendas
1770-1812	Joaquim de Mello e Póvoas - Paulo José da Silva Gama	Pimenteiras	Piauí e Gurguéia	Ataque às fazendas da ribeira do Piauí

O Piauí e a construção da unidade territorial do Império pós-Independência, 1823-1824

Johny Santana de Araújo

1 Introdução

O presente trabalho procura explorar como se deu a condução do processo de independência no Piauí em 1823. Três elementos são fundamentais para a reconstituição dessa narrativa. Primeiro, a importância da região para a manutenção do império colonial português na América; em segundo lugar, a intensa mobilização político-social e militar, que são fundamentais para a compreensão de um discurso nacional que foi moldado anos depois, e, por fim, o encaminhamento dado às figuras proeminentes nesse processo, personificado pelos diferentes caminhos seguidos pelos atores políticos no pós-independência.

Segundo Istvan Jancso, ao menos até o final do século XVIII e início do XIX, para muitos homens, viver em qualquer região que fosse da América ibérica, significava que as suas identidades políticas passavam pelo

reconhecimento ou pela negação de realidades, dentre as quais o nacional era a menos definido¹. Ou seja, era duvidoso encontrar no início do século XIX uma noção de identidade nacional na América do Sul, mesmo que essa identidade fosse de caráter territorial.

Em outra perspectiva, pode-se entender que o elo de unidade territorial, no fim da primeira metade do século XIX, era tão somente a manutenção da base econômica mercantil escravista². Seja como for, não é possível afirmar ainda que a unidade do Brasil fosse sustentada por uma verdadeira comunhão de interesses nacionais emanados de cada província, mesmo porque a ideia de independência ou não, girava, em grande parte, em torno dos interesses de uma elite, cuja permanência de alguns privilégios deveria ser garantida, incluindo a manutenção da base econômica escravista, como de fato ocorreu.

Após a independência³ podemos apontar que, de acordo com Brum, “[...] manteve-se o regime monárquico, e o herdeiro do trono português tornou-se imperador do Brasil. Manteve-se a mesma estrutura econômica e o sistema escravista, com uma estrutura social dicotomizada e acentuada discriminação”⁴.

A grande questão a ser analisada é como os grupos políticos se articularam no Piauí a fim de promover a separação de Portugal e aderir à independência, que havia sido desencadeada pelo príncipe regente D. Pedro.

1 JANCSO, Ispan. A construção dos Estados Nacionais na América Latina: Apontamentos para o estudo do Império como Projeto In: SZMRECSANYI, Tamas; LAPA, J. R. Amaral. (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 3.

2 FAUSTO, Boris: *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 100.

3 Há uma vasta historiografia sobre o processo de independência, no entanto dado aos limites do trabalho recomendo ver os artigos de: PIMENTA, João Paulo G. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. In: *Revista Digital de História Iberoamericana*. Madrid, v.1, n.1, 2008. Disponível em: <http://revistahistoria.universia.net/article/viewFile/208/334>, acessado em 20/12/2014; e MALERBA, Jurandir. As independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. In: *História*, São Paulo, v.24, n.1, P.99-126, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a05v24n1.pdf>, acessado em: 23/12/2014. Ambos os artigos mostram as diferentes perspectivas historiográficas sobre o processo de independência no Brasil.

4 BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 153.

No decorrer do processo de independência houve dificuldades para a consolidação e manutenção do processo de separação de Portugal, fato revelado pela guerra e pela necessidade de deslocamento para o norte do ainda reino unido do Brasil de considerável quantidade de forças militares, para expulsar os portugueses e garantir a adesão de algumas províncias, cujas elites políticas e econômicas não reconheciam um novo governo livre de Portugal, fato que se aplica mais especificadamente ao Maranhão e ao Pará, sobretudo por conta dos fortes elos comerciais iniciados ainda na época da Companhia de Comércio do Grão Pará-Maranhão.

Por outro lado, para a unidade do nascente Império, foi necessário também cooptar nos meios populares forças para garantir, por meio das armas, a expulsão dos portugueses e a consolidação da independência. Nesse ponto, o Piauí, tanto quanto a Bahia é exemplo cabal.

De acordo com Hobsbawm⁵, nega-se o inimigo na tentativa de se auto-afirmar enquanto nação, gerando, assim, a questão da identificação nacional. Essa negação pode ser demonstrada através do forte sentimento brasileiro de negação ao português, sendo este remetido à necessidade de se “descolonizar” e conseguir características próprias, tanto no âmbito político quanto cultural.

No Piauí, cuja consolidação da Independência foi marcada por uma violenta ação militar para expulsão dos portugueses, foi necessário contar com a participação dos grupos populares que, em grande parte, foram seduzidos pelo discurso nacionalista, encabeçado por uma parcela significativa das elites, a fim de constituir um verdadeiro exército libertador⁶. Ou seja, foi imperativo se construir um discurso de nacionalidade para que a população pobre pudesse compor um exército patriota.

Anos depois, a memória da ação dessas tropas foi fato amplamente explorado pelo governo da província⁷, o que nos remete a uma observação

5 Ver: HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade, 2. ed, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

6 DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da História: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789-1850). In: EUGENIO, João Kennedy. (Org.) *História de vario feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001, p. 102.

7 Durante a guerra contra o Paraguai em 1865 o então presidente da província do Piauí, Franklin Américo Dória ao desencadear a mobilização de vários setores da sociedade na província evocou varias vezes em seus discursos e conclamações a memoria da batalha do Jenipapo para lembrar aos próprios piauienses que seus antepassados haviam

de Le Goff sobre o fato de a memória ser “[...] um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual e coletiva”, sendo que a memória coletiva seria ainda, de acordo com Le Goff, “[...] um instrumento e um objeto de poder”⁸. É a invocação dessa memória coletiva um dos elementos que serviram de base para a incorporação do regional na unidade nacional em dias atuais.

2 O Piauí no escopo do projeto português

As cortes portuguesas, ao intuíram que a independência da antiga colônia era um ato irreversível, decidiram manter sob seu controle pelo menos o norte do país. Para esse projeto, a presença de tropas no Piauí ajudaria na consecução do ambicioso projeto de garantir a vizinha região do Maranhão

Para tanto, é necessário observar que o norte do Brasil era para Portugal, na prática, outra colônia, e que havia um distanciamento muito grande destas em relação as demais capitanias do norte e por extensão ao Rio de Janeiro Nunes observa que:

Os dois estados vivam separados, por vezes havendo atrito de jurisdição entre suas autoridades por motivos de fronteiras. Como traço de coesão, a coroa de El-Rei. Quando na independência, o Maranhão ainda estava completamente desarticulado do Brasil, Pará e Maranhão pouco se interessavam pela Bahia, Pernambuco, Rio. Seu comércio era feito diretamente com a metrópole, e com muito mais facilidade e presteza do que com a parte oriental da colônia portuguesa⁹.

Ainda segundo Nunes¹⁰, esse dualismo implícito, mas palpável, será

derramado o seu sangue por uma causa nacional. Ver: ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai (1865-1866)*. Teresina: EDUFPI, 2011.

8 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 474.

9 NUNES, Odilon, *Pesquisa para a história do Piauí: a independência do Brasil, especialmente no Piauí. Manifestações republicanas. A ordem*. Teresina: FUNDAPI, 2007, p. 33.

10 NUNES, 2007, p. 34.

a causa de certas divergências, quando da independência entre brasileiros do norte e brasileiros do sul.

Entre o Brasil e o Maranhão havia uma região intermediária propensa a estabelecer a união entre as duas colônias, o Piauí, que ora pertencia ao Maranhão, ora ao Brasil¹¹. Essa região chegou a ter os mais ricos rebanhos de todo o império colonial português na América detentor de uma bacia hidrográfica que intercambiava com o mar e atravessava fartos núcleos coloniais portugueses¹². Havia ainda a possibilidade de o intercâmbio marítimo ser feito diretamente com a metrópole portuguesa.

No aspecto econômico, segundo Nelson Werneck Sodré, no início do primeiro reinado, “cada província vinha se especializando na produção de determinado gênero, destinado à exportação [...]. Estavam voltadas para o exterior mais do que para o Rio de Janeiro, onde, entretanto, estava o poder”¹³. A noção apontada por Werneck Sodré sugere que a questão da identidade nacional, nos primórdios do império, poderia então ser considerado como algo ainda disperso e somente se manteve devido aos interesses de manutenção do escravismo, situação que se estendeu até o fim da primeira metade do século XIX.

No caso do Maranhão, por mais que se encontrasse desarticulado com o Brasil, encontrava-se ligado ao Piauí, tanto pela proximidade quanto pela dependência de seus rebanhos. Essa comunicação era fator importante em virtude das dificuldades de navegação entre o norte e o sul do Brasil. Percebe-se que uma das vantagens de ter o Piauí sobre seus domínios era a possibilidade de comunicação pelo interior que aproximaria o território colonial do Maranhão ao território colonial do Brasil.¹⁴

Havia uma grande dificuldade para fazer comércio através da

11 O Piauí havia sido desmembrado do Maranhão por determinação do rei de Portugal sendo criada a Capitania de São José do Piauí, em 1718, tendo sido instaurada definitivamente em 1758. O seu primeiro governador foi o militar português João Pereira Caldas. A separação de fato das duas capitanias deu-se somente por decreto régio em 10 de outubro de 1811, apesar de que a referida carta tenha chegado a Oeiras apenas no mês de setembro de 1812 NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié*. 4. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006, p. 46.

12 NUNES, 2007, p. 34.

13 SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. np.

14 NUNES, 2007, p. 34.

navegação do Pará para Pernambuco, demorava em média de três a cinco meses. E até seis para a corte no Rio de Janeiro. Dessa forma, a capital Oeiras tendia a ser o centro das comunicações comerciais, e por extensão, o Piauí poderia estabelecer a unidade do país. A capitania do Piauí ainda espalhava seu rebanho de gado por boa parte do Brasil, entre o norte e o sul, mas mantinha um vínculo maior com o Maranhão¹⁵. Significava então que o interior e o centro do Piauí seriam a fronteira entre o novo Império do Brasil e a nova Colônia portuguesa no norte, e por conta de seus recursos, seria naturalmente disputado.

Economicamente, a pecuária continuava então a ter uma importância crucial para a economia do Piauí, visto que a vizinha capitania do Maranhão começava a ser produtora de algodão, em termos de mercado o Maranhão pela vila de Caxias começava a rivalizar com o Piauí. Mas, a inserção do Piauí no mercado externo ocorreria somente anos mais tarde fruto da realização de um projeto originalmente proposto pelo conselheiro José Antônio Saraiva¹⁶, no século XIX, quando presidente da Província, período em que foi feita a transferência da capital de Oeiras para a nova cidade chamada Teresina às margens do Rio Parnaíba em 1852¹⁷.

Para Santana, apesar do quadro descrito em 1857 pelo Presidente da Província do Piauí, João José de Oliveira Junqueira, a pecuária continuava tal como ao longo da primeira metade do século XIX a aparecer como a primeira fonte de riqueza do Piauí¹⁸.

A condição econômica do Piauí em 1821 podia ser considerada

15 NUNES, 2007, p. 35.

16 O cerne do projeto de Saraiva para o desenvolvimento da Província do Piauí era o Rio Parnaíba como meio de navegação para escoamento da produção, o que virtualmente seria “[...] indutora da expansão agrícola e comercial [...]”. QUEIROZ, Teresinha de J. M. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo* 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998, p. 13.

17 Sobre a transferência da antiga capital Oeiras para a nova capital Teresina existem os trabalhos clássicos de CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005; NUNES, 2007. Para o entendimento a partir dos fluxos de uma nova historiografia ver o trabalho de Genimar Carvalho: CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas de construção de Teresina (1850-1873)* Porto Alegre: FCM, 2013.

18 SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001, p. 80.

como razoável, o que lhe garantia a manutenção da ocupação portuguesa na região. Uma parte significativa da população se concentrava na região litorânea ao norte e outra nos vales entorno dos rios Poti, Canindé e Longá. O comércio exterior com exportação de produtos regionais era realizado em um porto pela próspera, Vila da Parnaíba a atividade agropecuária crescia muito. De acordo com Castro¹⁹, em média de quinze mil bois eram abatidos em Parnaíba somente para abastecer de carnes outros mercados como do Maranhão, do Ceará e da Bahia. Para além do gado havia ainda o comércio de algodão era considerado o melhor do Brasil, juntamente com o fumo, e a cana-de-açúcar²⁰.

O Piauí encontra-se na região meio-norte do País e para o projeto português na época da crise separatista, a sua manutenção seria essencial, tanto pelo rebanho como pela ligação ao Maranhão.

Com as ideias de independência propagando por todo território nacional, no ano de 1821, a corte portuguesa ordenou que a colônia jurasse à Constituição portuguesa, mantendo pressão através de cartas regias, que possuíam um caráter de restabelecimento da condição de colônia. Desde 1820 havia concentração de armamento e tropas na Maranhão que foram prontamente despachadas para o Piauí. Por essa época, chegou a Oeiras o novo governador das Armas²¹, João José da Cunha Fidié, que havia sido veterano das guerras napoleônicas²².

Se pensarmos à luz dessa ideia, pode-se intuir qual seria a importância do Piauí no projeto de manutenção da presença portuguesa no norte e qual a importância desta para a constituição do império. Se observarmos a dimensão do contingente de soldados portugueses, a presença de um

19 CASTRO, Francisco. *A guerra do Jenipapo: a independência do Piauí*. São Paulo: FTD, 2002, p. 8.

20 CASTRO, 2002, p. 8.

21 Os Governadores ou Comandantes das Armas constituíam-se em comandantes territoriais do Exército Português, foram instituídos por ordem do governo metropolitano português (as cortes). As funções de Governadores, ou Comandantes das Armas foram estabelecidos nas diferentes regiões do Reino Unido, suas atribuições tiveram início em 1821, sua missão era administrar e organizar as forças militares estacionadas nas províncias no Brasil. Ver: SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

22 DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaio e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. 2. ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002, p. 107.

militar português extremamente experimentado no campo de batalha como Fidié e o embate militar ocorrido na região, pode se dimensionar a importância da região para ambos os contendores, Portugal e o nascente império representado pelas lideranças locais.

Diante dessa conjuntura, também é importante frisar que no Piauí as relações sociais no campo eram definidas em grande parte a partir da exploração do colono pelo dono da terra²³. No entanto, esta situação se diferenciava ao nível das relações escravistas que, na província, tinham como uma de suas peculiaridades a estatização destas por meio das fazendas reais e depois nacionais, ou pela forma de exploração do escravo particular nas fazendas de gado²⁴.

Diante desse contexto, é possível pensar de igual forma, o lugar do Brasil como imerso numa economia fornecedora de matérias primas ao mercado internacional, o que estava de acordo com as ideias liberais vigentes na época.

Ademais, compreender a dinâmica que caracteriza a economia do Piauí no período anterior à segunda metade do século XIX, somente é possível à medida que permite compreender o lugar do Piauí no Império, notadamente a “[...] medida do entendimento da posição [da Província] no contexto regional e à luz dos problemas e perspectivas da economia nacional”.²⁵ Para além dessa afirmação, podemos compreender que a dinâmica social do Piauí também deve ser vista à luz da centralização do Império em meados do século XIX.

No Piauí, com ausência da *plantation*, ou seja, grandes áreas de plantação, a terra era explorada por meio do colonato, o que abria espaço para uma maior exploração do homem pobre do campo, este ocupava a terra do senhor local, trabalhando para ele, entregando parte de sua produção em troca de proteção²⁶. Estabelecia-se dessa forma uma relação

23 Sobre as relações sociais nos sertões do Piauí do período colônia ao limiar do império. Ver: CASTELO BRANCO, R. P. *A civilização do couro*, Teresina: DEIP, 1942.

24 Sobre a escravidão nas fazendas Nacionais ver: LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação do Piauí: 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005. Sobre a condição do escravo na província, ver: BRANDÃO, T. M. P. *O Escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. 1ª Ed. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

25 QUEIROZ, 1998, p. 11.

26 A relação social e de apadrinhamento entre colonos e senhores e para além destes

de apadrinhamento e dependência pautada numa troca essencialmente injusta.

Anos depois, Arthur Neiva e Belisario Pena, que haviam se dirigido ao sul do Piauí e identificado a realidade daquela região, particularmente Parnaguá, dizendo que era de “[...] pobreza e quase miséria gerais [...]”; e que tal situação explica a dependência extrema dos miseráveis aos poucos indivíduos que dispõem de alguns recursos “[...] sem que esses procurem minorar as precaríssimas condições de seus dominados”²⁷.

O traço de dominação e dependência também havia sido identificado por outros viajantes, como Henry Koster, ao viajar pela fronteira da província com o Ceará. A distância dos centros urbanos e a estrutura social do sertão permitiam o aparecimento de potentados que viviam nos confins do interior do Piauí ou de suas regiões limítrofes, onde na ausência do Estado, estes se faziam de Estado e desafiavam as leis civis e criminais da colônia e posteriormente do reino unido. Vingavam ofensas com a morte, oprimindo os pobres e aterrando [outros] ricos²⁸.

Segundo Henry Koster, o poder no sertão não era baseado propriamente na riqueza, estava mais ligado ao número de servidores e agregados leais que formavam uma espécie de exército particular informal ou formalizado caso o chefe tivesse patente de Ordenanças ou das Milícias. Dessa forma, a mobilidade social também dependia da habilidade, coragem e inteligência do vaqueiro, que conseguia acumular um pecúlio e iniciar sua própria criação em terras alugadas ou apossadas.²⁹

Henry Koster pôde perceber que na primeira metade do século XIX, as contradições que permeavam a sociedade de então, a rigidez que as caracterizava, além de suas desigualdades extremas, como bem observou em sua viagem ao Piauí, representavam um traço de dominação dos muito

pobres e miseráveis ajuda a compreender a insatisfação popular que se instaurou na província pós-independência explica a explosão de revolta popular que decorreria na Balaiada, sobre a situação da economia piauiense e as relações sociais de trabalho no campo ao longo da Colônia e do Império ver: SANTANA, 2001.

27 NEIVA, Arthur e PENA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 198.

28 MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcos C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 52.

29 MESGRAVIS In: FREITAS, 1998, p. 53.

pobres pelos potentados locais.³⁰

Essa observação sobre a economia, as relações sociais entre colonos, pobres, e potentados, permite-nos compreender como foi construído um discurso de arregimentação popular contra a presença portuguesa, e como essa mesma geração anos depois não veria satisfeita suas realizações no âmbito da justiça social, os limites da cidadania dificilmente seria estabelecida no decorrer do governo provincial estabelecido no Piauí pelas mãos de Manoel de Sousa Martins do barão da Parnaíba.

3 O Piauí no cerne do processo de Independência

Para além de um entendimento que contemple a explicação sobre qual o lugar do Piauí no Império, deve se buscar quais são as noções do que seria pátria, pois, de certa forma, existiu uma construção simbólica elaborada a partir do governo, em relação às tropas organizadas contra os portugueses. Tais tropas, no entanto, poderiam ser entendidas como voluntárias de uma pátria que paradoxalmente não agregava a todos como cidadãos³¹. O discurso de cidadania e nacionalismo também seria construído ao longo do 1º reinado, da regência e do 2º reinado.

Em 1821, a situação política no Piauí era muito instável. A província era governada por uma Junta Governativa desde 7 de abril, em obediência ao Decreto das Cortes de Lisboa, de 29 de setembro de 1820. Mas, o ambiente era de incertezas e insegurança. A possibilidade de insurreição era esperada em grande parte por influência das notícias vindas da Bahia, Pernambuco, Ceará e do Sul.

Segundo Dias³², a efervescência política intranquilizava as autoridades portuguesas no Piauí, e o ambiente na capital Oeiras era de

30 Ver: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

31 Sobre os limites da cidadania no império ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império*. Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Sobre a noção de Pátria como sendo o lugar que nos cerca ver: HOBSBAWM, 1996. E elaboração histórico-geográfica de Pátria ver: MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil: 1808-1912*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997.

32 DIAS, 2002, p. 107

tensão. As principais vilas, Campo Maior e Parnaíba se agitavam com os “pasquins sediciosos”³³, que conclamavam o povo a se rebelar contra os portugueses. O próprio juiz em Parnaíba, João Cândido de Jesus e Silva, que havia sido incitado pelos portugueses a abrir uma devassa para investigar o que ocorria, acabou aderindo à causa da independência.

Na província, como já foi possível indicar, houve uma ação militar violenta que adquiriu importância considerável no processo de independência no Norte do Brasil, pois ao longo da região um movimento sedicioso ganhou força em duas vilas de grande importância, a de Parnaíba e Campo Maior e na capital Oeiras.

Após a sucessão de acontecimentos, a Câmara Municipal de Parnaíba havia mantido em sigilo o ofício enviado pelo Ministro do Reino Jose Bonifácio para que fossem eleitos os deputados da Assembleia Geral Constitucional do Brasil, o que já havia gerado fortes desentendimentos dentro da câmara. Por outro lado, foi divulgada de forma ampla a determinação das cortes portuguesas para que fosse realizada eleição para uma nova junta governativa. Apesar disso, foi quase impossível impedir as manifestações a favor da Independência³⁴.

No litoral, em Parnaíba, em 19 de outubro de 1822, foi proclamada pelas mãos de Simplício Dias da Silva e João Candido de Deus e Silva, o primeiro coronel da milícia e o segundo juiz de direito, a adesão do Piauí à independência do Brasil. E sob aplausos dos presentes, deram vivas a S. A. R., Dom Pedro I e a “Independência do Brasil”. Em 23 de outubro, a Câmara daquela vila comunicou à de Campo Maior o que ocorrera no dia 19 e a convidou a fazer o mesmo.³⁵ Na capital, Oeiras, por meio de Manoel de Sousa Martins iniciou-se um levante contra os portugueses em 24 de janeiro de 1823.

Numa tentativa desesperada de conter o movimento de separação que havia estourado em Parnaíba, o então comandante das armas, Major João José da Cunha Fidié, havia partido de Oeiras com um destacamento militar considerável. Ao chegar em Parnaíba, após realizar a sua missão, chegou até ele a notícia da sedição na própria capital, Oeiras, razão que o

33 Panfletos distribuídos a população.

34 DIAS, 2002, p. 108.

35 BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2006, p. 150-152.

fez retornar de imediato a fim de sufocar a ação dos revoltosos³⁶.

Ao longo do caminho, com a aproximação da vila de Campo Maior, Fidié e suas tropas depararam com uma coluna de revoltosos pró-independência, que, liderados pelo capitão Luis Rodrigues Chaves, entraram em linha de combate, sendo travada então no Piauí uma das mais importantes batalhas da Guerra de independência. O combate foi próximo ao riacho Jenipapo, ocorrido em 13 de março de 1823.³⁷

O desenrolar do combate resultou na derrota da coluna de revoltosos, em parte por decorrência do nível de organização das tropas portuguesas e do maior poder de fogo destes. No entanto, um detalhe muito sutil daquela ação militar acabou transformando a rápida vitória em uma derrota de longo prazo, pois significava que quantidade do material bélico das tropas portuguesas havia caído em mãos dos rebeldes, incluindo toda a bagagem e suprimento militar dos portugueses. Desta faziam parte as ordens de comando, os despachos e uma quantidade razoável de dinheiro.

Após o choque ocorreu a debandada geral dos revolucionários³⁸, levando todos os suprimentos portugueses. Quanto às tropas portuguesas, estas procederam à ocupação de uma fazenda próxima à vila de Campo Maior. Fidié, posteriormente, recuou até à vila de Caxias, no Maranhão, para não mais aparecer no Piauí. Com a vitória total das forças sediciosas no Piauí, no Maranhão e no Pará, Cunha Fidié foi preso pela junta governativa provisória do Maranhão sendo enviado ao Rio de Janeiro, retornando posteriormente a Portugal³⁹.

36 Ver: ARAÚJO, 2011.

37 A batalha ocorreu próxima a atual cidade de Campo Maior, entre as forças de Fidié e os Revoltosos Piauienses, sendo um dos melhores relatos feitos pelo lado Português, ver: FIDIE, João José da Cunha. *Varia fortuna de um soldado português*. Teresina: Fundapi, 2006.

38 A expressão: “revolucionários” é utilizado aqui por uma convenção historiográfica, há questões de cunho conceitual para diferenciar guerra de libertação colonial, revolução e por extensão o termo revolucionários. Sobre o assunto ver o verbete Revolução de Norberto Bobbio: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 11. ed., v. 1, 1998.

39 A historiografia piauiense, ao longo dos anos vem buscando traçar uma identidade regional própria do Piauí, ligando-o a causa da independência, desde os antigos pesquisadores como Chaves (2005), BRITO, Bugyja. *O Piauí e a Unidade Nacional*. Teresina: Cia. Editora do Piauí, 1973, e Brandão (1959) ou mais recente Dias (2001) mostram a Província como sendo um lugar ao norte do Império brasileiro, onde toda

Sobre a guerra de independência no Piauí, no que se refere à perspectiva da população pobre no que concerne a um desejo em comum de liberdade, Claudete Dias aponta que:

[...] o que unia uma população de composição social tão heterogênea era o sentido de ser brasileiro, diferente de ser português, o desejo de expulsar o elemento estrangeiro que representava os problemas existentes em suas vidas, a liberdade de poder conduzir os seus próprios interesses, ou seja, libertar-se do domínio português⁴⁰.

Após a saída dos portugueses, assumiu o governo do Piauí o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, que desempenhou papel importante como principal negociador com as tropas oriundas do Ceará, que cobraram pela atuação na guerra de independência. Sousa Martins, negociando com estratégia, conseguiu por fim aos conflitos gerados pelo movimento da independência na Província do Piauí.

Na ocasião mostrou ser cauteloso, sabendo aproveitar a oportunidade e se tornou liderança com capacidade de articulação e coordenação política, Segundo Wilson Brandão, Sousa Martins [...] é na verdade, o comandante, o chefe. Tem as qualidades exigidas para os que se predestinam às grande decisões históricas⁴¹. Do movimento das tropas até à condução de Fidié para a Bahia, assim como o retorno das tropas das Províncias vizinhas, ele esteve a frente de tudo.

É possível observar que após as lutas pela independência acabaram ocorrendo embates políticos no Império. No Piauí, essas ocorrências não foram diferentes. Havia muitas dificuldades a serem transpostas. A primeira delas era a definição do comando político do Piauí. Reconhecendo os méritos e o patriotismo de Simplício Dias da Silva, Comandante Militar da Vila da Parnaíba, o Imperador D. Pedro I o nomeia presidente da Província do Piauí. Mas, alegando motivos de ordem pessoal, Simplício Dias, declina da escolha.⁴²

a independência foi consolidada, através de uma campanha militar.

40 DIAS In: EUGENIO, 2001, p. 102.

41 BRANDÃO, 2006, p. 124-125.

42 MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. Parnaíba: educação e sociedade na primeira república. Teresina: UFPI, *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós-Gradua-

O Imperador nomeou então para o novo governo provisório Manoel de Sousa Martins, que ficou encarregado de manter a paz e a ordem na província. Porém, as vilas que outrora durante o processo de Independência estavam sediciosas e favoráveis ao Império, no ano de 1824 encontravam-se dispostas para aderir ao ideal republicano conclamada em Recife.

A província do Piauí acabou enfrentando ainda a dura repressão por parte do governo central, por conta da sua parcial adesão ao movimento da Confederação do Equador⁴³, movimento insurgente de cunho separatista e republicano que atingiu as provinciais do norte, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e tinha como centro irradiador a província de Pernambuco.⁴⁴

Em meados do século XIX, o Piauí foi sacudido ainda pela Balaiada, cujas fronteiras haviam sido transpostas do Maranhão, trazendo o caos quase completo a toda província, agravando seriamente a economia e fragilizando mais ainda as tênues relações sociais, cujas identidades ainda estavam em processo de consolidação.

Manoel de Sousa Martins iniciou o seu governo na Província do Piauí em 1823, permanecendo na frente da mesma por longos vinte anos, conduzindo com dureza os negócios da região. Sousa Martins atraiu para si a oposição de camponeses sem terra e pequenos proprietários, de tal maneira que sua administração foi caracterizada por dois grandes movimentos, um político, a Confederação do Equador, e um político e social, a Balaiada⁴⁵, sem contar o próprio movimento pela expulsão dos

ção em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2007, p. 40.

43 Sobre a Confederação do Equador é possível indicar: Sobre o federalismo das Provinciais, ver: DOLHNIKOF, Miriam F. Elites regionais e a construção do Estado Nacional In: Jancsó, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003; Sobre o movimento em Pernambuco: LEITE, Gláycyra Lazzari. *A Confederação do Equador*. São Paulo: Editora Ática, 1996; e MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004. Sobre a participação do Piauí, ver: NEVES, Abdias. *O Piauí na confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI/APL, 1997.

44 Atualmente encontra-se em desenvolvimento por um historiador chamado Francisco de Assis Oliveira Silva uma pesquisa de mestrado sobre o Piauí e sua relação com a Confederação do Equador em 1824.

45 A Balaiada foi um movimento de cunho social acontecido entre 1838 e 1841, que se insere no conjunto de rebeliões do período regencial, o movimento se iniciou após a libertação do irmão de um vaqueiro chamado Raimundo Gomes este recebeu apoio

portugueses. “A Independência e a Balaiada marcaram a história política do Estado, tanto quanto a figura do Visconde da Parnaíba, que termina o seu governo em 1843[...]”⁴⁶.

A figura de Sousa Martins teve o [...] sentido de criar uma face nítida ao poder político piauiense, definindo os atores políticos privilegiados e criando a arena onde seus interesses e ações irão encontrar apoio.⁴⁷

Sobre a independência, Claudete Dias afirma que o projeto vitorioso do movimento foi o das elites. Segundo a autora, seria “[...] importante verificar os interesses ou significado da independência para os grupos populares e até que ponto houve autonomia nas inúmeras manifestações em que estiveram envolvidos”⁴⁸.

Durante a Balaiada, a repressão política e social foi dirigida não apenas contra escravos rebelados, mas contra setores da população mais pobre, exatamente por conta da marginalização dos seus interesses, pois haviam sido ludibriados após a independência⁴⁹.

Outros também acabaram desfalcados após a consolidação do movimento de independência, formando um grupo de tendência política abertamente liberal, dos quais, João de Deus Castelo Branco e Simplício Dias faziam parte. No outro extremo encontrava-se a figura do Brigadeiro Sousa Martins, que atuaria dentro dos “Moldes do Império”⁵⁰ com pulso

de Lívio Pedro Moura e de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, Raimundo Gomes arregimentou muitos revoltosos, dentre eles um escravo fugido Chamado Cosme, em diferentes frentes atacaram e saquearam varias fazendas e vilas entre o Maranhão e o Piauí, o movimento de cunho social também adquiriu conotação política. Foi debelado pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva então Barão de Caxias. Sobre o movimento no Piauí ver: DIAS, 2002. Sobre o movimento no Maranhão ver: JANOTTI, Maria e Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

46 CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *Batalha do Jenipapo: Reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica*. Porto Alegre: PUC-RS. *Tese de Doutorado*, Programa de Pós-Graduação em História, 2014, p. 56.

47 CARVALHO, 2014, p. 56.

48 DIAS In: EUGENIO 2001, p. 102.

49 DIAS In: EUGENIO 2001, p. 102.

50 A expressão foi utilizada por Manoel de Sousa Martins em correspondência com o Ministro dos negócios do Império para se referir as diretrizes que havia estabelecido dentro do Piauí a fim de enquadrar os líderes sediciosos da Confederação do Equador. Ver: BRITTO, Anísio. *Adesão do Piauí à Confederação do Equador*, Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza:

forte no sentido de garantir o projeto de centralização dos conservadores⁵¹.

4 Sujeitos políticos e atores sociais na construção da Independência no Piauí

Os grandes chefes políticos que lideraram o processo de independência em 1823 logo em seguida em 1824 se veriam novamente só que em condições opostas cuja luta que desencadeariam representava antagonismos fruto de demandas reprimidas no jogo pelo poder após a consolidação da independência na Província do Piauí.

Em sua maioria, as lideranças políticas eram personificadas nos grandes potentados do interior que mantinham e solidificavam as relações de dominação com seus agregados. Assim, as relações que se estabeleceram entre os grandes proprietários, fossem eles senhores de engenho, criadores de gado e seus subordinados, foram, sobretudo, baseadas na dependência econômica dos excluídos da posse da terra ou dos engenhos.

Estes, em grande parte, compunham o grupo dos colonos, e são aqueles mesmos que ocuparam o pensamento de Koster quando num momento de reflexão em sua propriedade no interior de Pernambuco comparava a vida que levava no sertão com a época feudal na Europa, assim escreveu que,

[...] O grande poder do agricultor, não somente nos seus escravos mas sua autoridade sobre as pessoas livres das classes pobres; o respeito que esses barões exigiam dos moradores de suas terras, a assistência que recebem dos rendeiros em caso de insulto por parte de um vizinho igual, a dependência dos camponeses e seus desejos de ficar sob a sua proteção particular de um individuo rico, que seja capaz de livrá-los de toda opressão[...].⁵²

Mary Carvalho, estudando sobre o viajante Henry Koster, e anali-

Instituto do Ceará, 1922.

51 Os conservadores que acenderiam ao poder alguns anos depois tratariam de estabelecer uma politica centralizadora para o Império, sobre sua politica de centralização, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo de Saquarema: a formação do Estado imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, 1994.

52 Ver: KOSTER, 1942.

sando a sua passagem pelo Piauí em 1821, quando o mesmo fez suas observações sobre Simplício Dias, afirma que:

Numa segunda viagem dessa vez de Pernambuco ao Maranhão possivelmente passou pela cidade de Parnaíba onde fez uma das mais incríveis descrições sobre um dos maiores potentados daquela época de transição do Brasil colônia para império, era Simplício Dias da Silva, rico comerciante que havia montado um vasto império no litoral do Piauí.⁵³

Segundo a autora, Koster havia deixado inclusive varias impressões sobre o potentado: “As duas viagens deixaram notórias impressões sobre o poder político e econômico de potentados na capitania do Piauí”⁵⁴.

Mary Carvalho atentou para a relação construída entre o notório viajante Henry Koster e a atuação política de Simplício Dias com o movimento republicano de 1817⁵⁵, em Pernambuco. Identificando para além da sua condição de rico comerciante, a de interlocutor de seus líderes políticos, Simplício Dias teria atuado como artífice de ligação entre movimento de 1817 e o Piauí:

Koster viajou até a cidade de Parnaíba, que muito embora não ficassem claro quais era suas intenções o mesmo havia encontrado o grande negociante piauiense Simplício Dias da Silva, conhecido pelo o seu envolvimento com alguns dos mais importantes atores políticos que iriam tomar parte no futuro processo de independência, e que já haviam tomado parte no movimento liberal de Pernambuco em 1817.⁵⁶

53 CARVALHO, Mary Lúcia Alves de. O Piauí sob o olhar dos viajantes estrangeiros no século XIX. São Paulo: Universidade Gama Filho, 2013. *Artigo de Especialização*. Curso de Pós-Graduação em História e Cultura no Brasil da Universidade Gama Filho, 2013, p. 9

54 CARVALHO, 2013, p. 9.

55 Sobre o movimento de 1817 em Recife, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo, Editora 34, 2004.

56 CARVALHO, 2013, p. 10

Durante a Confederação do Equador, em 1824, as lideranças que haviam tomado parte na luta pela expulsão dos portugueses, agora se encontravam sediciosos, e algumas vilas, como a de Campo maior, local onde havia sido deflagrada a batalha do jenipapo, foi a primeira a não aderir à nova constituição do império, ao adiar por varias vezes a cerimônia de juramento. E por extensão, muitos líderes que arquitetaram a independência assinavam a adesão da Câmara de Parnaíba ao movimento de Pernambuco.

Sob a inspiração e João de Cândido de Deus e Silva, em 25 de agosto de 1824, a câmara de Parnaíba adere ao movimento, apoiada pelos vereadores Rodrigues Falcão, Veridiano Brochado, João José Sales, José Meireles e João Cardoso. Apoiavam também a “república pernambucana” Leonardo Castelo Branco, Miranda Osório, Padre Francisco Barros, os comandantes de tropa Domingos da Silva Henriques, Agenor Saraiva, do capitão da Costa Amorim, muitos deles seus amigos, veteranos das lutas do ano anterior, contra Fidié.⁵⁷

De acordo com Mendes, havia um espírito liberal e revolucionário intrínseco à elite parnaibana, e esta continuava viva.

[...] Sob inspiração do juiz e presidente da Câmara Municipal, Dr. João Cândido de Deus e Silva e com o beneplácito do líder político-militar da região, Cel. Simplício Dias da Silva, Parnaíba rebela-se novamente e proclama a República, declarando adesão a Confederação do Equador, em 25 de agosto de 1824.⁵⁸

A propaganda republicana também havia conseguido a adesão da vila de Piracuruca. O governo provincial, temendo o alastramento das ideias revolucionárias, desencadeou uma violenta repressão sobre os sediciosos. “José Francisco de Miranda Osório, a serviço dos revolucionários parnaibanos, é preso em Oeiras quando propagava as ideias da república”.⁵⁹

Além da vila de Campo Maior, a que mais preocupava Manoel

57 OFÍCIO de Manoel de Sousa Martins ao ministro do império 21/10/1824.

58 MENDES, 2007, p. 40.

59 MENDES, 2007, p. 41.

de Sousa Martins era a de Parnaíba. O presidente Sousa Martins dirigiu todas as forças para conter os sediciosos de Campo Maior e por extensão a Parnaíba, visando fazê-los obedecer ao Imperador e abdicarem das ideias republicanas oriundas de Pernambuco⁶⁰

Frei Caneca, em texto de 1824, expressa que apesar de vários agentes políticos terem aclamado o novo imperador, o padre apresentava sua interpretação da unidade como o pacto consensual entre as províncias. Estas, com a Independência, teriam conquistado o direito de escolher cada qual o caminho que deveria seguir, renunciando ao Império.

Segundo suas palavras, ele afirmava que:

Quando aqueles sujeitos do sítio do Ipiranga, no seu exaltado entusiasmo, aclamaram a S.M.I. e foram imitados pelos aferventados fluminenses, Bahia podia constituir-se república; Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Piauí, federação; Sergipe del Rei, reino; Maranhão e Pará, monarquia constitucional; Rio Grande do Sul, estado despótico⁶¹.

Como consequência da aventura republicana que o Piauí e os parnaibanos ousaram aventurar, foram à prisão do Juiz Dr. João Cândido de Deus e Silva, além da suspensão de toda a Câmara Municipal, em 16 de fevereiro de 1825, por ordem do Ministro da Justiça do Império, Clemente Ferreira França⁶².

Simplício Dias, Miranda Osorio, Leonardo de Carvalho Castelo Branco e Manoel de Sousa Martins foram os atores políticos que articularam o fim da dominação portuguesa no Piauí,⁶³ os seus destinos futuros seriam

60 OFÍCIO de Manoel de Sousa Martins ao ministro do império 21/10/1824.

61 CANECA, Frei. “Typhis Pernambucano de 10/6/1824”, in: *Ensaios políticos*. Rio de Janeiro: PUC, 1976, p. 101 In DOLHNIKOF, Miriam F. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional* In: Jancsó, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 437.

62 MENDES, 2007, p. 41

63 Houveram outros líderes do movimento, mas dado ao percurso dado pelo caminho do artigo optamos por não estudar o núcleo central das lideranças que compuseram o movimento. Mas é possível destacar ainda as figuras dos padres Marcos de Araújo Costa e Domingos de Freitas Silva Sobre as lideranças ver: CHAVES, Joaquim. *Obra Completa*. Teresina: FCMC, 1998; BRANDÃO, 2006.

determinados por suas escolhas políticas adversas.

A adesão à causa da Independência, de uma maneira geral, nas províncias não deu de forma tão tranquila sendo bastante gradual, na maioria das vezes com conclamações, juras e vivas ao imperador, que não representava de fato um compromisso patriótico.

Tais solenidades e a declaração formal de Independência não implicaram, contudo, a adesão imediata e pacífica de todas as províncias ao Império nascente. Embora a maioria delas fosse progressivamente manifestando sua incorporação à nova entidade política em fins de 1822 e em princípios do ano seguinte, em províncias como o Grão-Pará, o Maranhão, o Piauí, o Ceará e a Bahia a situação foi mais complicada⁶⁴.

A independência do Brasil foi resultado de um processo diverso e duradouro, onde se legou a permanência de tensões internas e externas. Um novo país que passou a conviver com uma nova mentalidade ocidental, liberal e revolucionário. Um país que entrava em um processo de modificação no mundo das ideias, em que muitos dos atores políticos e sociais beberam dessa fonte, mas continuaram carentes de um sentimento de nacionalidade. Sobre a situação instaurada no Brasil pós-independência, Maria Odila afirma que,

Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional capaz de dar força a um movimento revolucionário disposto a reconstruir a sociedade⁶⁵.

A grande questão era conter o que muitos chamavam de “o carro da revolução”, havia um forte temor por sedições de toda ordem, a ruptura do país parecia evidente, os localismos, os regionalismos, o federalismo que

64 BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINDHARES, Maria Yedda. (Org.) *História Geral do Brasil*, 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, p. 203-204.

65 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005, p. 17.

pululava à cabeça de muitos intelectuais e o forte republicanismo oriundo de Pernambuco contribuíam para um clima de desconfiança. Portanto,

Não faltavam manifestações exaltadas de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas. No entanto, a consciência propriamente ‘nacional’ viria pela integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio de Janeiro (1840-1850) conseguida a duras penas por meio da luta pela centralização do poder e da ‘vontade de ser brasileiro’, que foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do Império; a vontade de se constituir e de sobreviver como nação civilizada [...]⁶⁶.

Ao que se refere independência, um ponto importante a ser observado é à questão da direcionabilidade do movimento, quando a orientação exercida por lideranças políticas, em parte personificadas pelos panfletos que circularam na vila de Parnaíba, pelas conclamações populares, pelas adesões assinadas em Parnaíba, pela atitude de ruptura encenada por Manoel de Sousa Martins em Oeiras, todas tiveram indiscutível importância para cooptar o apoio popular contra a presença dos portugueses em solo piauiense e por extensão no próprio Brasil.

De acordo com José Murilo de Carvalho, “[...] se a ideia de Brasil não estava no horizonte mental de grupos locais e da população em geral, estava na cabeça dos políticos que lideraram o processo de independência”⁶⁷.

Como já foi dito anteriormente, a identidade nacional, no processo de independência, era baseada em fatores negativos, na oposição ao estrangeiro, ao português em especial. Segundo Carvalho, a elite política imperial empenhara-se pouco em definir “[...] ações pedagógicas dirigidas à população, que buscassem identificar a monarquia ao imperador e este à nação”,⁶⁸ o que obviamente não realizava a passagem da construção política imaginada em nação.

Concordamos em parte com essa afirmação, ao lembrarmos a questão do projeto de nação imaginada pela elite, onde para essa, a grande

66 DIAS, 2005, p. 17.

67 CARVALHO, José Murilo de. Brasil: Nações imaginadas. In: ____ *Pontos e Bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte: EdUFMG. 1999, p. 239.

68 CARVALHO, 1999, p. 239.

nação não contemplava parte da sociedade, especificamente os excluídos de toda ordem, marginais, miseráveis, desapropriados e a massa de escravos.

Por fim, seria muito difícil imaginar uma nação antes mesmo de ela existir, uma vez que ainda precisava ser inventada. Entre 1823 e 1838 ⁶⁹, a não existência clara e efetiva da concepção de nação é o que dificultava a existência de um Império que privilegiasse a todos, o que acabou abrindo espaços para maiores reivindicações populares.

5 O Piauí e suas províncias irmãs, no conjunto geral

O discurso de unidade apregoadado pelas elites durante a guerra de independência, num momento tão crucial como aquele, pode se entendido como uma tentativa de fortalecimento da causa libertadora, mas estabelecer um ideal nacionalista numa tentativa de criar um elo indenitário entre povo e nação requeria muito mais que discursos inflamados por membros da elite. O nacionalismo e a nacionalidade precisariam ser inventados no Brasil. Entre a abdicação de Pedro I, a Regência e a elevação do novo Imperador D. Pedro II, aconteceram revoltas, rebeliões e sedições.

Uma dessas sedições tinha um caráter não apenas federalista muito mais que isso possuía uma perspectiva republicana e separatista, a Confederação do Equador movimento insurgente surgido em Pernambuco sob a liderança de Frei Caneca. A Confederação do Equador teve a adesão de algumas províncias do norte do Império durante o difícil momento da consolidação do Estado, nesse contexto as elites políticas da Província do Piauí viram-se seduzidas a compor o movimento como dito anteriormente o choque político entre essas elites no Piauí levaria a diferentes percursos que tangeria entre permanecer com o Imperador e abraçar a revolucionária proposta separatista oriunda de Pernambuco.

O nascente império brasileiro viveria um tumultuado processo de estabelecimento e fundação entre os anos 1822 e 1825. Os embates da guerra de independência juntamente com a posterior dissolução da constituinte em 1823 deixaram claros a inépcia estrutura de unificação que havia sido pensada pelo Imperador e seus conselheiros.

Como observa Maria Odila Dias, dentro do processo de independência

⁶⁹ Ano de fundação do IHGB, instituição que trabalhou com dois sentidos, elaborar uma história nacional e preparar um projeto de Nação.

inaugurado em setembro de 1822, não estava claro como se daria a consolidação de uma monarquia de transição, esta indefinição da tessitura político social do jovem império levaria ainda a outros questionamentos e chegaria até as décadas de 1840 e 1850, é certo afirmar que o processo de emancipação não havia sido marcado ou forjado por um movimento plenamente nacionalista ou revolucionário⁷⁰, e complementando a análise de Odila, não havia ao entender do movimento uma clara e definida influência iluminista, que alimentasse a todos.

Em conformidade com Brandão⁷¹, é irrefutável a compreensão de que a Confederação do Equador tem raízes aprofundadas nas divergências ocorridas no período de lutas pela independência do Brasil. É certo ainda afirmar que a maioria das lideranças envolvidas haviam tomado parte nas lutas pela independência em Pernambuco e estavam profundamente atrelados ao movimento sedicioso proveniente de Pernambuco.

Difícilmente haveria consenso na construção desse sonhado império, enfim não haveria entendimento tão fácil. A divergência teria como cerne a forma de compreender a estrutura orgânica que deveria gerir o Estado Imperial, os grupos políticos rapidamente tangenciariam a luta política fratricida, tal característica era comum mesmo na Europa e na América do Norte onde a indefinição entre os seus interesses marcaria o momento.

O alto grau de autoritarismo inerente ao novo imperador possibilitou e reforçou o surgimento de sentimentos dispares ao processo de consolidação e fortalecimento do Estado Imperial, historicamente Pernambuco havia sido um local de forte sentimento republicano e de alguma forma influenciava as ideias republicanas e separatistas para as outras províncias. Tal como Pernambuco, que desde 1817, com o movimento de emancipação Pernambucano ou comumente conhecido como Revolução de 1817, já buscava uma ideia de separação política em relação ao poder central da Corte, outras províncias também personificavam interesses sediciosos o Rio Grande do Sul, também quase sempre reagiam as ordens da Corte. Com o fortalecimento do pensamento liberal e o recrudescimento da tendência conservadora, o estado imperial seria forjado, dentro desse mundo em construção o Piauí gravitaria entre

70 DIAS, 2005, p. 7.

71 BRANDÃO, Ulisses. *A confederação do Equador*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924. p. 90

essas duas forças pós-período de independência. Em conformidade ao nosso pensamento abraçamos a opinião de Miriam Dolhnikoff ao afirmar que a unidade nacional na primeira metade do século XIX era entremeada de forte debate em torno dos diferentes projetos para o país o que refletia de fato uma gama diversificada de objetivos e interesses da elite dirigente.⁷²

Referente à condução da política interna, no final do segundo quartel do século XIX, vivenciou-se uma última experiência revolucionária contrária aos intentos da Corte. Em decorrência do envolvimento novamente da província pernambucana e da dimensão tomada, foi exigida vigorosa atenção e mobilização do governo central. Contudo, a situação foi contornada com certa brevidade, tendo sido finalizado o último e preocupante capítulo de sublevação no regime imperial. Oliveira Lima, nos da uma dica sobre o momento tenso vivido pelo império naquele momento no norte do Brasil⁷³, quando nos indica o fim de um curto, mas inquietante momento, em que:

Pernambuco, como já notamos, forneceu a última nota violenta da nossa história durante o imperio, o derradeiro exemplo da rebelião empregada como armas pelos partidos em ostracismo politico. 1849 assignala pois o fim da era dolorosa de agitação civil, ininterrupta desde a proclamação da independência, e o echo expirante da animosidade persistentemente manifestada á antiga metropole, gerada na reacção cruenta contra revoltas generosas, mas sómente correspondente em seu declínio ao resfolegar de invejas pequenas e represálias mesquinhas.⁷⁴

Finalmente, após ter experimentado várias situações conflitantes envolvendo levantes internos, depois da proclamação da independência, o momento era de aceitável harmonia. Dessa vez, conseguiu-se sustar em Pernambuco a Revolução Praieira, iniciada em 1848 e contida no início do ano seguinte. Assim, foi eliminado o último foco de rebelião, considerada

72 DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005. Pag. 23.

73 OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. Recife: FUNDAJ, 1997, p. 311.

74 OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 311.

a mais importante do chamado segundo reinado⁷⁵. No Piauí como também a foi dito havia ocorrido a Balaiada, mas essa é outro problema, a relação de pensamentos sediciosos entre Piauí e Pernambuco em nível macro se aplainaria com o estabelecimento de uma nova ordem imperial, muito embora as diversas questões do império se resolvessem no plano dos debates políticos da câmara e do senado sob o manto sagrado do Estado Nacional que estava prestes a ser pensado, outros desafios viriam a tona, e se relacionavam com as questões internacionais ainda suspensas.

75 CARVALHO, José Murilo de. In: SCHWARCZ. Lilia Moritz. (org.). *A construção nacional 1830-1889*. Madri: Rio de Janeiro: MAPFRE/OBJETIVA, 2012, p. 98.

“Batizou solenemente e pôs os óleos”: os registros de batismo dos filhos de escravizados na cidade de Teresina no final do século XIX

Talyta Marjorie Lira Sousa Nepomuceno

1 Introdução

Os livros de registro eclesiástico – nascimento/batismo, casamento e óbito – passaram a ser fonte excepcional para os historiadores a partir da escola dos Annales na França, quando a história deixou de privilegiar os grandes eventos e passou a contemplar o cotidiano de personagens desconhecidos. Desenvolveu-se, então, a chamada demografia histórica entre os anos de 1956 e 1965, e os pesquisadores franceses Louis Henry e Michel Fleury tornaram-se referência nessa temática de estudo. Eles criaram uma metodologia para a coleta e análise das informações contidas nos registros paroquiais franceses e utilizaram esses registros

para reconstruir o comportamento das populações que viviam em outros regimes demográficos. A metodologia da demografia histórica alcançou o Brasil e foi introduzida pelas professoras Maria Luiza Marcílio e Altiva P. Balhana, a partir da década de 1960.

Através dessas pesquisas ampliaram-se as temáticas e multiplicaram-se os estudos, que revelaram realidades ainda pouco conhecidas como: os movimentos de nascimento, casamento e óbito, refletindo costumes, tradições e mentalidades de um dado momento histórico; a existência de família e casamento entre a população escravizada; a ocorrência de compadrio e as redes de ajuda mútuas¹.

Assim, a riqueza de informações e as várias possibilidades de pesquisas contidas nos registros eclesiásticos levaram os historiadores a debruçarem-se sobre a dinâmica das populações do passado, procurando construir taxas de natalidade, fecundidade, mortalidade, crescimento demográfico, e, além disso, a utilizar esses registros para análise sociocultural.²

Neste artigo, analisaremos os registros eclesiásticos de nascimento/batismo dos filhos de escravizados da cidade de Teresina após a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 – Lei do Ventre Livre³. Por meio deste estudo, observaremos o número de batismos celebrado entre os anos de 1871 e 1880, a forma como estava escrito o registro batismal, a presença ou não do pai e da mãe da criança, o sexo da criança batizada e, por fim, a condição jurídica dos padrinhos e madrinhas.

No que diz respeito ao levantamento das fontes, recorreremos às fontes primárias existentes no Arquivo da Casa Paroquial de Nossa Senhora das Dores (onde, segundo o censo de 1872, localizava-se a maioria da população negra escravizada e liberta da cidade de Teresina) e no Arquivo Público do Estado do Piauí.

Desse modo, as fontes oficiais nos ajudam a conhecer essas pessoas

1 BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.

2 BASSANEZI, 2009, pp. 141-172.

3 Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871 – Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, homenagem ao Visconde de Rio Branco, que dirigiu o gabinete imperial – conservador – no período e que realizou os encaminhamentos para a aprovação da lei. Cf.: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

anônimas e silenciadas por uma produção historiográfica tradicional. Assim, pretendemos observar a vida desses sujeitos a partir de pequenos fragmentos de frases, gestos e falas, muitas vezes permeados de contradições; de registros que, mesmo oficiais, nos dizem muito da memória individual e coletiva desses grupos; do “não dito”, do que está velado na angústia quando forem ouvidos⁴.

2 Transferência da capital da Província do Piauí e população escravizada

Teresina foi fundada em 1852, por meio da resolução nº. 315 de 21 de julho de 1852, que elevou a Vila do Poti à categoria de cidade com o nome de Teresina. Antonio José Saraiva, como Presidente da Província, fixou residência na nova sede do Governo e pessoalmente inspecionava as obras provinciais que se realizavam⁵.

Para a nova capital foi transferida a sede do Governo com todos os seus estabelecimentos e repartições públicas. Na sua fundação, a cidade de Teresina foi dividida administrativamente entre a freguesia de Nossa Senhora do Amparo e a de Nossa Senhora das Dores. O limite entre as freguesias se fazia por uma linha reta do pasto público de Teresina, no Rio Parnaíba, na Praça da Constituição (atualmente conhecida como Praça da Bandeira) até o porto chamado de Eufrásio, no Rio Poti.

A Assembléia Legislativa do Piauí resolve: Art. 1º- A linha divisória da Freguesia de N. Senhora do Amparo da de N. Senhora das Dores da cidade de Terezinha começará da Rua Grande desta cidade de um e outro lado desde a margem do rio Parnaíba até a do rio Poti em linha reta e seguindo rio acima pelo lado direito até a ponte da Fazenda Calombi; S. Bento, Vereda, Cedro, Cocal, Coqueiro, Formosa e Boa Vista de Manoel Francisco Pereira e Silva, Providencia, Bom Sucesso de José Luis de Macedo, Brejinho, Buritizinho, Fazenda e João Vieira e extremado com a Freguesia de N. S. do Desterro [Marvão] em linha recta desta último lugar ficarão pertencendo os

4 POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992, p. 6.

5 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro de Registro de resoluções – 1852. Código das Leis Piauienses – 1852 / Tomo 13º, Parte 1ª Secção 1ª – Resolução nº. 315 Publicada a 21 de julho de 1853.

sítios e fazendas referidos a Freguesia de N. S. do Amparo⁶.

A freguesia de Nossa Senhora do Amparo recebeu o mesmo nome da padroeira da capital, era onde estavam localizados a Igreja Matriz, o mercado, as lojas, os armazéns da cidade e a administração pública da Província. Essa freguesia possuía, segundo o censo de 1872, 1.270 pessoas escravizadas, sendo 474 pardos e 796 pretos.⁷

A freguesia de Nossa Senhora das Dores possuía 19 quarteirões, ocupados na sua maioria por agricultores. No lugar estavam situados o Largo do Saraiva, a Estrada Nova e o “Barroco” (atual Avenida José dos Santos e Silva), onde se realizavam festas, missas cantadas, procissões e leilões aos domingos, e também apresentava muitos problemas urbanos de falta de condições de salubridade pública.⁸ Essa freguesia possuía, segundo o censo de 1872, cerca de 1.803 pessoas escravizadas, sendo 471 pardos⁹ e 1.332 pretos.¹⁰

Observamos um número maior de escravizados na freguesia de

6 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Resolução nº. 720. Teresina, 6 de setembro de 1870.

7 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Recenseamento Geral do Império em 1872. Relatórios de Presidente de Província.

8 CHAVES, Monsenhor. *Obras Completas*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998, p. 110.

9 Segundo o vocabulário português e latino, da primeira metade de século XVIII, o termo pardo, significa: “Cor entre branco e preto, própria do pardal, donde parece lhe veio o nome. Homem pardo. Vid. Mulato”. BLUTEAU, Raphael, 1712-1728, Coimbra. Disponível em: <http://escolaprof.wordpress.com/2008/06/07/o-mais-antigo-dicionario-da-lingua-portuguesa-agora-online/> Acesso: 24/07/2019. Conforme esse vocabulário, as definições os termos pardo, mulato e mestiço são associadas aos termos cor, raça e espécie. Também podemos analisar o termo pardo como um traço marcante do modelo de sociedade que se a partir da colonização portuguesa no Brasil. Esta palavra possui um sentido dinâmico e complexo ligado à noção de cor, mistura, hierarquia social, proximidade com o mundo da liberdade e diversos tipos de relações como apadrinhamento, parentesco, matrimônio, entre outros. Podemos entendê-la como indicativo de um lugar social e não como o simples desfecho do processo de miscigenação. TOSTES, Ana Paula Cabral. *Um olhar social sobre o século XVIII: os significados da categoria pardo numa sociedade de Antigo Regime*. In: Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh- Rio de Janeiro, Memória e patrimônio, Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010, ISBN 978-85-60979-08-0.

10 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Recenseamento Geral do Império em 1872. Relatórios de Presidente de Província.

Nossa Senhora das Dores do que na freguesia de Nossa Senhora do Amparo, porque era na subida que dava ao Campo de Santana, a localização da Rua dos Negros (atualmente, próximo à Praça João Luís Ferreira, Rua Eliseu Martins), e possivelmente o local da cidade onde a cultura negra poderia se manifestar com mais veemência¹¹.

As duas primeiras décadas da capital se destacaram por ser um ponto alto no desenvolvimento. A Vila do Poti, antes da transferência da capital de Oeiras para Teresina, contava com apenas 49 habitantes. Conforme Monsenhor Chaves, em junho de 1851, a cidade de Teresina possuía 963 casas, sendo 433 sólidas [de adobe] e 530 frágeis [de palha] e mais de oito mil habitantes; no ano de 1870, a população aumentou consideravelmente para 21.692 habitantes, entre livres e escravizados, tendo 539 casas, 1.037 choupanas [casa pobre, coberta de palha] e 17 edifícios públicos¹².

Registramos que a população negra faz parte da história teresinense desde a sua fundação. Os escravizados vieram das Fazendas Nacionais¹³ e foram responsáveis pelo carregamento de pedra, areia, madeira para a edificação de prédios e residências da nova capital. Assim como nas Fazendas da Nação, suportavam duras e pesadas horas de trabalho em troca de vestimenta e alimentação. O requerimento do mestre de obras públicas da Província do Piauí, João Izidoro da Silva França, demonstra uma das formas de como os trabalhadores escravizados chegavam à cidade de Teresina: “conduzindo os referidos bois”.

Tenho a honra de incluso remeter à Vossa Excelência duas relações sendo uma de oito bois mansos de carro, e outras cinco de escravos das Fazendas Fiscais, dois dos quais, de nome Pedro e Procópio,

11 SILVA, Mairton *Celestino da. Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 43.

12 CHAVES, 1998, p. 110.

13 Após a expulsão dos Jesuítas do Brasil, as antigas fazendas de Domingos Afonso Mafrense, que foram doadas à Companhia de Jesus passaram para a Real Administração, sendo denominadas Fazendas do Fisco ou Fazendas do Real Fisco. Após a proclamação da Independência do Brasil em 1822, as fazendas tornaram-se patrimônio do governo imperial, passando à denominação de Fazendas Nacionais. As chamadas Fazendas Nacionais compreendiam, além dos rebanhos de gado vacum, cavalar e miunças, as terras, os escravizados, os peões, os cercados ou poteiros e demais benfeitorias, bens patrimoniais da Coroa Portuguesa até a independência política do Brasil.

vieram conduzindo os referidos bois, e regressarão outra vez às suas respectivas fazendas, e os outros três ficarão empregados nas Obras Provinciais, e tantos os escravos, como os bois recebi no dia de ontem.

Deus guarde à Vossa Excelência.

João Izidoro da Silva França.
Teresina 31 de janeiro de 1856.¹⁴

O requerimento do mestre de obras públicas da Província do Piauí, João Izidoro da Silva França, demonstra uma das formas de como os trabalhadores escravizados chegavam à cidade de Teresina. Eles eram transportados para a nova capital em barcos que saíam do porto de São Francisco, juntamente com outros trabalhadores livres, ferramentas e utensílios, e também a pé, conduzidos por carros de bois¹⁵.

Na segunda metade do século XIX, com o Recenseamento Geral da Nação de 1872, podemos constatar que em toda a província do Piauí existiam cerca de 250.000 pessoas, das quais 28.795 eram escravizadas.

As cidades de Oeiras e Teresina foram as que apresentavam um número significativo de escravizados. A cidade de Oeiras possuía um número total de 12.794 habitantes, dos quais 10.807 eram livres e 1.987 eram escravizados, e a cidade de Teresina possuía um número de 21.692 habitantes, dos quais 18.619 eram livres e 3.073 eram escravizados.¹⁶

Por meio do Recenseamento Geral da Nação, ressaltamos que a população de escravizados que predominava na cidade Teresina era de crioulos nascidos na própria província, e mestiços, onde se incluíam os pardos e os caboclos.

3 O sacramento para os filhos de escravizados: entre o sonho da liberdade e o controle social reinante

Em diversas situações, os escravizados utilizavam os momentos dos

14 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Primeira seção da tesouraria da Fazenda do Piauí, 31 de janeiro de 1856.

15 LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí [1822-1871]*. Passo Fundo: UPE, 2005, p. 134.

16 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Recenseamento Geral do Império em 1872. Relatórios de Presidente de Província.

sacramentos religiosos para circular pela cidade, transformando-os em momentos de liberdade. A formação da “cidade negra” é o processo de luta dos escravizados no sentido de instituir a busca pela liberdade, é um tecido de práticas e significados que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos e suas táticas de inclusão na sociedade teresinense¹⁷. Assim, reinventavam espaços para a formação de uma identidade sociocultural, mesmo que esses espaços fossem uma forma de controle social.

Convém destacar que os registros eclesiásticos poderiam referir-se ao matrimônio, ao óbito e ao nascimento/batismo. Já os registros de casamentos eram bem detalhados, assinados pelas testemunhas, pelo pároco ou sacerdote que presidia o matrimônio. O sacramento do matrimônio tinha como finalidade a maternidade e a formação de novos cristãos: à mulher cabia conceber e educar os filhos na fé cristã e a administração das coisas da casa. Além disso, ela devia amar, respeitar e obedecer ao marido, além de ter um caráter íntegro e honesto. Era responsabilidade do marido tratar com generosidade e com honra a sua mulher e de sustentar com seu trabalho a família.¹⁸

Os assentos de óbito, diferente do batismo e casamento, não se mencionam um sacramento específico. No momento da morte do devoto católico, vários sacramentos eram solicitados, para garantir que sua alma fosse para o céu. Dava-se o sacramento da penitência, quando o indivíduo arrependia-se dos pecados cometidos, confessava-se e recebia a absolvição do sacerdote, a eucaristia e a extrema-unção.¹⁹

Para os cristãos, o sacramento do batismo é um dos momentos mais expressivo da fé, significa entrar numa nova vida mediante uma mudança de mente e de coração, é absolutamente necessário para a salvação após a morte. Foi largamente difundido por toda a população, na prática cotidiana, ultrapassava o limite religioso, firmando-se como um importante instrumento de solidariedade e de relações sociais através do compadrio.²⁰

17 CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história da última década da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 189.

18 LOTT, Mirian Moura. Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX. In: *Anais do II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas*. Org. pela Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2006, p. 6.

19 LOTT, 2006, p. 6.

20 FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano*

Para os escravizados, o batismo foi um espaço para engendrar laços de proteção e ajuda mútua.²¹

A prática de registrar o sacramento do batismo e do matrimônio existia antes do século XVI nos países da Europa. No ano de 1539, instituiu-se pela primeira vez o registro universal dos batismos e das mortes com a Ordenança de Villers-Cotterêts no Reino da França, mas sem obrigatoriedade. Após o fim do Concílio de Trento, em 11 de novembro de 1563, houve a obrigatoriedade do registro de batismos, matrimônios e mortes de todos os indivíduos. Em 1591, em Portugal, as Constituições de Coimbra confirmaram o registro obrigatório e determinaram a confecção, em cada paróquia, de livros separados para batismo, casamento e óbito.

As Ordenações Filipinas, no Livro V, capítulo 99, de 1603, trazem em sua descrição que deveria ocorrer o batismo dos escravizados:

Mandamos que qualquer pessoa, de qualquer estado e condição que seja que escravos de Guiné tiver, os faça batizar e fazer cristãos, do dia que a seu poder vierem até seis meses, sob pena de os perder para quem os demandar. E se algum dos ditos escravos que passe de idade de dez anos se não quiser tornar cristão, sendo por seu senhor querido, faça-o seu senhor saber ao prior ou cura da igreja em cuja freguesia viver, perante o qual fará ir o dito escravo; e se ele, sendo pelo dito prior e cura admoestado e requerido por seu senhor, perante testemunhas, não quiser ser batizado, não incorrerá o senhor em dita pena.

E sendo os escravos em idade de dez anos ou de menos, em toda a maneira os façam batizar até um mês do dia que estiverem em posse deles; porque nestes não é necessário esperar seu consentimento. E as crianças que em nossos reinos e senhorios nascerem das escravas que das partes de Guiné vierem, seus senhores as farão batizar aos tempos que os filhos das cristãs naturais do Reino se devem e costumam batizar, sob as ditas penas.²²

colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

21 FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 92.

22 LARA, Silvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas*. Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 308.

Já o Título XIV, n. 54, do Livro Primeiro – “Do Baptismo dos Adultos, e Disposição que Devem Ter, Para se Lhes Haver de Conferir”, descreve:

Muitos escravos, que há neste Arcebispado, são muitos deles tão boçais, e rudes, que, pondo seus senhores a diligencia possível em os ensinar, cada vez parece que sabem menos, compadecendo-nos de sua rusticidade, e miséria, damos licença aos Vigários, e Curas, para que constando-lhes a diligencia dos senhores em os ensinar, e rudeza dos escravos em aprender, de maneira que se entenda, que ainda que os ensinem mais, não poderão aprender, lhes possam administrar os Sacramentos do Batismo, Penitência, Extremunção, e Matrimônio, catequizando-os primeiro nos mistérios da Fé, nas disposições necessárias para os receber²³.

No Brasil, em 1707, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia seguiram as recomendações do Concílio de Trento e estabeleceram normas e a obrigatoriedade dos registros paroquiais²⁴. As Constituições são formadas por cinco livros e pretendiam considerar tanto as questões dogmáticas (da fé católica), como as atitudes frente às “coisas sagradas”, o comportamento dos fiéis no cotidiano, o procedimento desejável do clero e por último instituir as sanções determinadas pelo descumprimento das orientações dadas²⁵.

A primeira parte das Constituições trata dos sete sacramentos (batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio), da fé católica, da doutrina, da denúncia dos hereges, da adoração e do culto. Os sacramentos tinham de ser administrados e recebidos com dignidade. O primeiro deles, o batismo, era tão importante que, na falta do pároco, ou em casos extremos, qualquer pessoa, “ainda que seja mulher ou infiel”, podia validamente administrá-lo. Com o batismo, todos os pecados anteriores eram absolvidos. Por isso, era orientado aos pais que oferecessem a seus filhos o ingresso ao sacramento o mais cedo possível (até oito dias de vida)²⁶.

23 VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Edições do Senado, v. 79. Brasília. Editora do Senado Federal, 2007.

24 BASSANEZI, 2009, p. 146.

25 VIDE D. Sebastião Monteiro da. 2007.

26 VIDE D. Sebastião Monteiro da. 2007.

O Baptismo é o primeiro de todos os Sacramentos, e a porta onde se entra na Igreja Calhólica, e se faz, o que o recebe, capaz dos mais Sacramento, sem o qual nenhum dos mais fará nelle o seu effeito. Consiste este Sacramento na externa ablução do corpo feita com agoa natural, e com as palavras, que Christo nosso Senhor instituiu por sua fórma. A materia deste Sacramento é a agoa natural, ou elementar, por cuja razão as outras agoas artificiaes não são materia capaz, para com ellas se fazer o Baptismo. A fórma são a palavras, ou em Latim: Ego te baptizo in nomine Palris, et Filii, et Spiritus Sancti; ou em vulgar: Eu te baptizo em nome do Padre, e do Filho, e do Espirito Santo²⁷.

No caso dos escravizados, a norma era a de não administrar o batismo sem preparar o indivíduo, isto é, “sem que fossem instruídos na fé, que soubessem, ao menos, o Credo, os Artigos da Fé, o Padre Nosso, a Ave Maria, os Mandamentos de Deus e da Igreja, as orações e o arrependimento dos pecados passados”. Os escravizados recém-chegados do continente africano, que não falavam a língua portuguesa, eram perguntados sobre o desejo de receber o batismo através de uma interrogação simples e respondida pessoalmente. Caso não fosse possível saber de sua intenção sobre o batismo, permitia-se batizar os escravizados *sub-conditione* para assegurar a salvação de sua alma. Esta forma de batismo era aplicada também quando havia dúvida sobre se o cativo era batizado ou não²⁸.

Todos os batismos, segundo as Constituições, deviam ser registrados em livros específicos e guardados na sede da Igreja. De acordo com tal documento, o batismo se realizaria preferencialmente por imersão. Somente em casos específicos era permitida sua administração por efusão ou aspersão. O cuidado com os assentos, tanto dos batismos como dos casamentos, era outro foco de preocupação expressada nas Constituições²⁹.

Os dados registrados obrigatoriamente nas atas de batismo e de cada Paróquia, estabelecidos pelo Concílio de Trento e ratificados pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, eram: a data do batismo, o nome completo do batizando, sua filiação (quando fosse conhecida), local da residência dos pais ou responsáveis, além do nome de pelo menos

27 VIDE D. Sebastião Monteiro da. 2007.

28 VIDE D. Sebastião Monteiro da. 2007.

29 VIDE D. Sebastião Monteiro da. 2007.

um padrinho (melhor seriam dois), que serviria de testemunho do ato e igualmente passaria a ser um parente espiritual, que, no caso da morte dos pais, deveria responsabilizar-se pela criação do afilhado; por fim, a assinatura do sacerdote. Um livro especial e exclusivo deveria servir para o assento dos Registros de Batismo da Paróquia. O vigário era o responsável pela sua guarda e conservação, em arquivo da Paróquia³⁰.

Desse modo, os registros de batismo apresentavam uma forma instituída no Concílio de Trento e depois adaptada pelas Constituições Primeiras que incluíam, obrigatoriamente, o nome do batizando, do pai, da mãe e dos padrinhos; a data e local do batismo com indicação da freguesia; era ressaltado o estado jurídico do indivíduo, se era livre, escravizado ou forro; se fosse escravizado, ao receber o batismo, o cativo era comumente identificado por algum complemento que o caracterizasse. No caso do batismo de inocentes, era costume informar se era filho natural ou legítimo.³¹

Destacamos, ainda, que os filhos legítimos são aqueles gerados na vigência do casamento dos seus pais. E são legitimados quando, concebidos por pessoas não casadas uma com a outra, os pais, posteriormente ao nascimento, casavam-se.³²

No caso de a criança ser “natural”, ou seja, consequência de uma relação consensual, não legalizada formalmente pelo matrimônio, era possibilitado o registro do nome do pai, caso a mãe soubesse, e se não houvesse desordem. Todavia, essa autorização da legislação não se tornou usual.

Aos 28 dias do mês de janeiro de 1883, batizei solenemente e pus os óleos, a Mamede, filho natural de Maria Rosa da Conceição, nasceu a 15 de julho do ano passado, foram seus padrinhos Manoel Antonio Fernandes e Manoela de Oliveira e Sousa. Para constar mandei fazer

30 MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. In: *Várias histórias*. n. 31, jan. 2004.

31 DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII*. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

32 GABRIEL, Sergio. *Filiação e seus efeitos jurídicos*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3842>. Acesso: 18 jul. 2017.

este assento que assino.
Cônego Thomas de Moraes Rego.³³

A criança dita natural era fruto de casais concubinatos, ou não, mas ambos solteiros, e provavelmente esses casais não sofriam tanto preconceito social, pois não possuíam o sacramento do matrimônio com outra pessoa. Nos assentos pesquisados, constatamos que são raros os assentos em que consta o nome do pai de criança natural.

As crianças ilegítimas também podiam ser provenientes de um adultério, ou seja, quando o pai ou a mãe eram casados, mas o filho era fruto de relação extraconjugal. Outro tipo de ilegitimidade era o sacrílego, filho de membros da igreja. Essa situação não era tão rara no Brasil colonial, e a criança não era impedida de ser batizada, no entanto, eram necessários alguns cuidados, como não ser batizada na pia batismal onde os pais fossem vigários, coadjutores, curas, capelães ou fregueses, e sim na pia batismal da freguesia mais próxima, sem luxo nem acompanhamento, além dos padrinhos³⁴.

Denotamos que os registros eclesiásticos apresentavam alguns pontos desfavoráveis, pois eram restritos aos cristãos católicos, além de não haver uniformidade de procedimento entre os párocos. Alguns registros paroquiais, muitas vezes, não incluíam os nomes dos pais, mas sim os dos padrinhos, ou faziam menção à data de batismo e não à de nascimento³⁵.

Em 1872, realizou-se no Brasil o primeiro Censo Geral, que pretendia traçar o perfil populacional e familiar do Império. Nesse sentido, os registros eclesiásticos foram importantes, pois as unidades de registro eram as freguesias e, na ausência do juiz de paz, o responsável pelas informações era o próprio padre. Além de registrar os nascimentos/batismos, casamentos e óbitos nos livros de assentos, os padres deveriam preencher quadros onde constavam todos esses dados eclesiásticos, além de outras informações como a condição social, a idade e cor dos envolvidos, e

33 ARQUIVO DA CASA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES. *Livro de Batizados*. 1871-1880, Teresina.

34 LOTT, 2006, p. 4.

35 PESSOA, Jáder Lúcio de Lima. *Registro Civil de Nascimento: direito fundamental e pressuposto para o exercício da cidadania*. Brasil, 1988-2006. Dissertação [Mestrado em Direito]. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2006.

enviá-los semestralmente para o presidente da Província³⁵.

Segundo Maria Luiza Marcílio, os registros eclesiásticos de batismo compreendem:

[...] a população católica integralmente, individualmente e independentemente da condição social de cada registrado, neles incluindo [de] reis e nobres aos escravos; dos filhos legítimos aos ilegítimos e expostos; dos brancos aos pardos, índios e negros; dos ricos aos pobres; dos homens às mulheres; dos recém-nascidos aos bem idosos; de solteiros, casados, viúvos e eclesiásticos³⁶.

A importância do batismo também era mostrada pelo estabelecimento de orientações sobre como se realizar, no caso de filhos de “clérigo de ordens sacras ou beneficiado”. Tendo em vista a importância desses documentos eclesiásticos, analisamos para o presente trabalho 339 registros de batismo da Igreja de Nossa Senhora das Dores envolvendo escravizados entre os anos de 1871-1880.

O livro de registro de nascimento/batismo de filhos de escravizadas da cidade de Teresina, na segunda metade do século XIX, tinha como responsável o doutor Manoel do Rêgo Barros Souza Leão, com data de abertura de 28 de setembro de 1871 e fechamento em 26 de dezembro de 1880. O livro servia para o registro de nascimentos dos filhos das mulheres escravizadas ocorridos após a Lei do Ventre Livre (lei nº. 2.040 de 28 de setembro 1871). Os padres que foram responsáveis pela celebração e pelo registro de batismo/nascimento foram José Gomes de Castro, Raimundo Gil da Silva, Apolíneo G. de Moraes Rego e o Cônego Thomas de Moraes Rego.

Sob a influência do cristianismo católico, do padroado régio e com a intenção de substituir gradualmente o trabalho escravizado pelo trabalho livre sem causar danos maiores aos senhores, o Estado Imperial Brasileiro criou a Lei nº 2.040 de 1871 – Lei do Ventre Livre. Tal lei declarou livres os filhos de mulheres escravizadas que nasceram a partir do dia 28 de setembro de 1871 em diante, libertos os escravizados da nação e outros, providenciou a criação e tratamento de escravizados menores e a libertação anual de cativos, através do Fundo de Emancipação.

36 MARCÍLIO, 2008, p. 58.

A preocupação do Estado estava em não prejudicar os senhores, pois não havia uma política de inclusão dos ex-escravizados na sociedade brasileira. O elemento nacional livre, em sua maioria formada por negros e mestiços, ficou à margem do processo de inserção do trabalho livre no Brasil, devido às ideias que se propagaram, como a de que o trabalhador liberto estava despreparado para adequar-se aos padrões contratuais da grande produção agrícola e da indústria que estava se instalando no país³⁷.

No relatório do Presidente da Província do Piauí, o Excelentíssimo Senhor Doutor Manoel do Rego Barros Sousa Leão, podemos perceber como a notícia da Lei do Ventre Livre foi recebida:

O ano de 1871 era uma época memorável nos anais da história do Brasil: a 28 de setembro deste ano foi publicada a lei n.º. 2040, que declara livre todos os que nascerem desde aquela data. Podemos dizer com orgulho que já ninguém vem ao mundo sob o estigma da escravidão, no abençoado solo de Santa Cruz³⁸.

Constatamos que a Lei libertava a criança no ventre das mulheres escravizadas, para assim manter o controle sobre essa população. Nesse sentido, a sociedade apresentava determinadas estratégias, regras e limites de conduta à população escravizada. No artigo 8º, inciso IV, da referida Lei, analisarmos a obrigação dos párocos em possuir livros especiais para o registro dos nascimentos e óbitos dos filhos de escravizadas nascidos na data da Lei em diante.

Art. 8.º - O Governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes do Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida.

[...]

§ 5.º - Os párocos serão obrigados a ter livros especiais para o registro do nascimento e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data

37 ZERO, Arethusa Helena. *O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada*. Rio Claro (1871-1888). Dissertação (Mestrado). Campinas, SP, 2004.

38 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório do Presidente da Província do Piauí, Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão, Teresina, 27 de fevereiro de 1872.

desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000³⁹.

Com efeito, os registros de batismo possibilitaram ao Império brasileiro não só manter os assentamentos sobre os nascimentos, como também uma forma de controle social, pois a condição para a liberdade das crianças escravizadas era que elas permanecessem sob os cuidados dos senhores até os oito anos de idade, porquanto os senhores tinham a obrigação de cuidar delas e educá-las.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador e Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãi terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

§ 2º Qualquer desses menores poderá remir-se do onus de servir, mediante prévia indemnização pecuniaria, que por si ou por outrem offereça ao senhor de sua mãi, procedendo-se á avaliação dos serviços pelo tempo que lhe restar a preencher, se não houver accôrdo sobre o quantum da mesma indemnização.

§ 3º Cabe tambem aos senhores criar e tratar os filhos que as filhas de suas escravas possam ter quando aquellas estiverem prestando serviços. Tal obrigação, porém, cessará logo que findar a prestação

39 BIBLIOTECA NACIONAL. Coleção das Leis do Império do Brasil.1871, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, 1871, Lei do Brasil nº 2040 de 28 de setembro de 1871 - Lei do Ventre Livre.

dos serviços das mãis. Se estas fallecerem dentro daquelle prazo, seus filhos poderão ser postos à disposição do Governo.

§ 4º Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito annos, que estejam em poder do senhor della por virtude do § 1º, lhe serão entregues, excepto se preferir deixal-os, e o senhor annuir a ficar com elles.

§ 5º No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 annos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava subrogado nos direitos e obrigações do antecessor.

§ 6º Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1º, se, por sentença do juizo criminal, reconhecer-se que os senhores das mãis os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

§ 7º O direito conferido aos senhores no § 1º transfere-se nos casos de successão necessaria, devendo o filho da escrava prestar serviços á pessoa a quem nas partilhas pertencer a mesma escrava⁴⁰.

Vimos ainda que, chegando o filho do escravizado aos oito anos de idade, o senhor teria as opções, ou de receber do Estado uma indenização de 600\$000 réis, ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. As crianças que fossem abandonadas deveriam ser educadas por associações criadas com esse propósito, essas teriam o direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderiam alugar seus serviços, mas eram obrigadas a criar e tratar os mesmos menores, a constituir para cada um deles um pecúlio consistente na quota que para este fim for reservada nos respectivos estatutos, e a conceder-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação.

A Lei do Ventre Livre surgiu em meio à crescente agitação dos escravizados, bem como pela preocupação dos senhores, pois abolir definitivamente a escravidão representaria a fuga em massa dos escravizados, a decadência financeira dos proprietários e o colapso da sociedade, assim, a Lei contribuiu para atenuar os ânimos dos abolicionistas, além de abrandar a inquietação dos proprietários que tinham medo da ruína⁴¹.

Após a transcrição de todos os registros de batismo da capital

40 BIBLIOTECA NACIONAL. Coleção das Leis do Império do Brasil.1871, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, 1871, Lei do Brasil nº 2040 de 28 de setembro de 1871 - Lei do Ventre Livre.

41 ZERO, 2004, p. 47.

piauiense durante a segunda metade do século XIX, podemos constatar que as maiores incidências de batismo estão nos anos de 1873 [15%], 1874 [11, 5%], 1875 [11, 5%] e 1880 [19%]. O ano de menor incidência foi 1871 [0,3%]. Verificamos que os meses que se destacaram com o maior percentual de crianças filhas de escravizados foram julho [19%], agosto [22%] e dezembro [13%]. O mês que teve menor percentual foi março, com apenas 2% de batizados.

Os registros batismais de Teresina designavam também o nome da paróquia onde se realizava a cerimônia: Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora das Dores ou São Benedito; o dia, o mês e ano da celebração; o nome da criança/inocente, apenas um nome (prenome) para filhos de escravizados e dois nomes (às vezes) para filhos de pessoas livres; a sua condição jurídica, indicada por “filho natural” ou “filho legítimo”, seguido do primeiro nome da mãe sem sobrenome, se fosse escravizada. A condição jurídica de escravizado dos pais ou da mãe era assinalada após o primeiro nome, seguido pelo nome do proprietário, como observamos a seguir:

Aos 31 dias do mês de dezembro de 1882, em desobriga na freguesia de Nossa Senhora das Dores, de Teresina, o Reverendo Padre José Gomes de Castro, batizou solenemente e pôs os óleos, à ingênuia Julia, nascida a primeiro de setembro do ano supra, filha natural de Antonia, escrava do finado Joaquim Antonio de Abreu, foram padrinhos Francisco Raimundo Pinheiro e Candida Pereira de Andrade. Para constar mandei fazer este assento que assino.
Cônego Thomas de Moraes Rego⁴².

Nos assentos batismais da paróquia de Nossa Senhora das Dores, percebemos que havia o predomínio de mães, em comparação com o número de pais. Assim, os assentos analisados referiam-se “presumivelmente” a filhos naturais nascidos de mães provavelmente solteiras.

Outra constatação que podemos fazer é que a formação de famílias escravizadas na sociedade teresinense era escassa devido ao número elevado do registro de filhos sem pais. Além dos obstáculos como a proporcionalidade entre o sexo masculino e feminino, baixa fecundidade,

42 ARQUIVO DA CASA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES. Livro de Batizados. 1871-1880, Teresina.

a rejeição ao cativo e a falta de privacidade⁴³. Lembrando que esses fatores servem para dificultar as uniões entre escravizados, mas podem ser superados.

Quadro 1: Registro de Pai/Mãe na Paróquia de Nossa Senhora das Dores em Teresina, 1871- 1880.

Presença Pai/Mãe	Ocorrência	Porcentagem
Presença somente do pai	0	0%
Presença somente da mãe	320	94,4%
Presença do pai e mãe	19	5,6%
Ausência do pai e mãe	0	0%
Total	339	100%

Fonte: Arquivo da Casa Paroquial de Nossa Senhora das Dores.

Aos 07 dias do mês de agosto de 1875, em desobriga na freguesia de Nossa Senhora das Dores, de Teresina, o Reverendo Padre José Gomes de Castro, batizou solenemente e pôs os óleos, ao ingênuo João, filho natural de Catharina, escrava do finado Joaquim Antonio de Abreu, nascido em abril do dito ano, foram padrinhos Elias Fernandes e Leon amaria da Conceição. Para constar mandei fazer este assento que assino.

Cônego Thomas de Moraes Rego. ⁴⁴

O fato de não haver no registro de batismo o nome do pai, não significa que este não era reconhecido pelo pároco. As Constituições do Arcebispado da Bahia, no seu parágrafo 73, demonstra quando o pai não consta no assento, mas é conhecido: “E quando o batizado não for havido de legítimo matrimônio, também se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for cousa notória, e sabida, e não houver escândalo, nem perigo de o haver”⁴⁵

A maioria das crianças batizadas era do sexo masculino. A diferença

43 QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos Cezar de [org.] *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 111-113.

44 ARQUIVO DA CASA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES. Livro de Batizados. 1871-1880, Teresina.

45 VIDE D. Sebastião Monteiro da. 2007.

entre os sexos foi apenas de 7,4 %, com predominância do sexo masculino, com 53,7%, contra 46,3% do sexo feminino.

Dessa forma, os registros paroquiais de batismo podem apontar uma perspectiva das sociabilidades entre escravizados, seus senhores e pessoas livres através do compadrio. Este poderia significar a consecução de um laço de aliança que unia, ao pé da pia batismal, os pais de uma criança e seus padrinhos⁴⁶. Segundo Stuart B. Schwartz: “para os cativos, possuir um padrinho ou compadre livre nas imediações significava vantagens que podiam sobrepujar as associações íntimas ou o desejo por laços familiares mais amplos que levariam à escolha de outros escravos⁴⁷”.

Ao escolher o padrinho e uma madrinha para batizar uma criança, as famílias interligavam-se e ampliavam-se as redes de clientelismo, com trocas constantes de favores ou deferências.

Os padrinhos tinham o dever sério e sancionado pela Igreja de guiar o bem-estar espiritual de uma criança; podiam ser chamados para corrigir pais irresponsáveis, ou substituir aqueles que, por morte, doença ou ausência, não podiam cumprir com seus deveres. [...] Uma vez que os padrinhos poderiam ser chamados a substituir os pais verdadeiros, sua escolha era um assunto delicado e produzia um intrincado padrão de parentesco ritual que escorava e espelhava a compreensão da ordem entrelaçada da hierarquia sagrada e secular⁴⁸.

Em nossa pesquisa, constatamos que os escravizados poderiam estabelecer várias formas de compadrio: entre padrinho e madrinha livre; padrinho e madrinha escravizados; padrinho livre e madrinha escravizada; padrinho escravizado e madrinha livre; padrinho livre e madrinha Nossa Senhora; padrinho santo e madrinha livre, padrinho santo e madrinha escravizada, e sem padrinho e madrinha.

Analisamos essa aliança (compadrio) como uma estratégia⁴⁹ de

46 GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993, p. 105.

47 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial: 1550-1835. São Paulo: Cia. Das Letras/ CNPq, 1988, p. 332.

48 GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 69-70.

49 Michael de Certeau define estratégia como uma entidade reconhecida como uma

obtenção de benefícios entre compadres como uma relação simplesmente objetiva. Ao escolher pessoas livres para apadrinhar seus filhos, os escravizados, possivelmente, possuíam a esperança de encontrar alguém que pudesse assisti-los diante de uma necessidade, ou mesmo conceder-lhes a liberdade⁵⁰.

A condição jurídica dos Padrinhos e das Madrinhas das crianças batizadas na paróquia de Nossa Senhora das Dores é, em sua maioria, de pessoas livres. O número de padrinhos e madrinhas livres é superior ao número de padrinhos e madrinhas escravizadas. Apenas 23 do total de 339 registros são de padrinhos e madrinhas escravizadas.

Aos 22 dias do mês de junho de 1873, em desobriga na freguesia de Nossa Senhora das Dores, de Teresina, o Reverendo Padre José Gomes de Castro, batizou solenemente e pôs os óleos, a ingênua Sergia, filha natural de Maria, escrava de Domingas Alves, nascendo 18 de julho de 1872, foram padrinhos Luiz e Philomena, escravos. Para constar mandei fazer este assento que assino.
Cônego Thomas de Moraes Rego⁵¹.

É expressivo dizer que os laços de compadrio e o apadrinhamento “funcionavam como possibilidade de substituição ou ampliação da família escrava e, num sentido mais amplo, de formação de uma comunidade negra no Novo Mundo⁵²”.

Podemos depreender que na maioria das vezes os escravizados procuravam pessoas do seu ciclo social ou pessoas de “consideração”

autoridade, pode ser uma instituição ou um indivíduo cujo comportamento coincide com as definições de estratégico. Uma estratégia pode ter o status de ordem dominante, ou ser sancionada pelas forças dominantes. Manifesta-se por seus sítios de operação [escritórios, quartel-general] e nos seus produtos [leis, rituais, linguagens]. O objetivo de uma estratégia é se perpetuar através das coisas que ela produz. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 100.

50 RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. *A desagregação do sistema escravista no Maranhão [1850-1888]*. São Luís. SIOGE, 1990.

51 ARQUIVO DA CASA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES. Livro de Batizados. 1871-1880, Teresina.

52 KJERFVE, T.M.G.N; BRUGGER, S.M.J. *Compadrio: relação social a libertação espiritual em sociedades escravistas [Campos 1754-1766]*. Estudos Afro-Asiáticos, 20 jun., 1991, p. 234.

para serem padrinhos de seus filhos, na esperança de eles não ficarem em cativeiro, mesmo após a sanção da Lei nº. 2.040 de 28 de setembro 1871 – a lei do Ventre Livre.

Quadro 2: Compadrio da Paróquia de Nossa Senhora das Dores. Teresina, 1871/1880.

Compadrio	1871/1880
Padrinho livre e Madrinha livre	249
Padrinho e Madrinha escravizados	23
Padrinho livre e Madrinha escravizada	29
Padrinho escravizado e Madrinha livre	17
Padrinho livre e Madrinha Nossa Senhora	10
Padrinho Santo e Madrinha livre	2
Padrinho Santo e Madrinha escravizada	6
Sem Padrinho e Madrinha	2
Total	339

Fonte: Arquivo da Casa Paroquial de Nossa Senhora das Dores.

Stuart Schwartz, em seu estudo sobre o compadrio na Bahia colonial, concluiu que os padrinhos sempre eram de condição igual ou superior à dos pais do afilhado, e por meio dessas escolhas os escravizados buscavam a alforria de seus filhos. Todavia, nem sempre com sucesso⁵³.

Considerações finais

Ressaltamos que os historiadores buscam definir os agentes históricos da instituição escravista considerando as variáveis relacionadas à estrutura organizacional do trabalho escravizado e do cotidiano dentro do sistema escravista. Assim, os livros de registro trazem ricas informações sobre o campo social e demográfico, uma vez que formam um corpo de dados importante para fundamentar os estudos da dinâmica e também do estado de populações modernas de tradição cristã⁵⁴.

Dessa forma, a riqueza de informações contidas nas várias categorias de assentos apresentou-se como resultante das observações dos párocos responsáveis pela feitura dos registros. Cada pároco registrava os

53 SCHWARTZ, 1988, p. 331-332.

54 MARCÍLIO, Maria Luiza. Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil. In: *Anais de História*, Assis, 1983, p. 83.

pormenores, ou não, ao descrever os eventos analisados, o posicionamento social e/ou a faixa etária dos sujeitos envolvidos nos registros.

Com efeito, o sacramento do batismo abrangia grande parte dos segmentos da sociedade (pessoas livres, escravizadas e forras) que era agregada à comunidade por meio do batismo. Essa valorização do primeiro de todos os sacramentos cristãos católico não se deve apenas à religiosidade, mas também a uma forma de controle social, como condição para a liberdade das crianças escravizadas após a Lei do Ventre Livre.

Vale dizer que os registros de batismo também foram de importante valia para a política estatal de contagem populacional, pois através deles eram feitos os censos populacionais. Além disso, poderia ser solicitado ao indivíduo na vida adulta, que apresentasse o seu registro de batismo, para o caso de concorrer a cargos públicos, ser ordenado religioso ou no sacramento do matrimônio⁵⁵.

Por fim, comprovamos que os registros paroquiais são importantes para a percepção de como estava estruturada demográfica e socialmente a população escravizada, evidenciando a vida cotidiana desses sujeitos históricos que ao longo do tempo foram anônimos e silenciados por uma produção historiográfica tradicional.

55 SILVA, Sidney Pereira da. *Os registros de batismo e a ilegitimidade entre a população escrava de Valença* [Província do Rio de Janeiro – 1823-1885]. Disponível: <historia_demografica. Tripod.com/bhds/ bhds51/sind.doc>. Acesso em: 12 nov. 2011.

Os agregados e a produção agrícola piauiense na segunda metade do século XIX

Ivana Campelo Cabral

Em fins do século XX e início do século XXI observamos o surgimento de novas perspectivas nas produções historiográficas piauienses, com o rompimento de algumas das concepções tradicionais que vinham se estabelecendo, propondo novas abordagens e conhecimentos, não apenas intelectual como também social, apoiado por fontes e documentações, sobre o que poderia ter sido a contribuição do trabalho e dos trabalhadores rurais para a formação da sociedade e da cultura piauiense. Entre os historiadores que se inserem nesta nova perspectiva historiográfica sobre a discussão em torno do trabalho no Piauí destacam-se principalmente Luís Mott¹, Tânia

¹ MOTT, Luiz R. B. *O Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: projeto Petrônio Portela, 1985.

Brandão², Miridan Falci³ e Solimar Lima⁴.

Os avanços proporcionados por estas produções são bastante significativos, sobretudo em relação ao trabalho escravizado e conduzem a conclusão de que teria sido esta a mão de obra predominante nas fazendas de criatório. No entanto, não foi exclusiva, e que ainda nas fazendas pecuaristas do Piauí não havia diferenciação de tarefas entre livres e escravizados. No mundo do trabalho rural piauiense comportavam os diferentes tipos de trabalhadores que desenvolviam inúmeras atividades ligadas ao manejo com as boiadas, a produção de gêneros agrícolas, principalmente durante o século XIX, e em tarefas auxiliares como o fabrico de utensílios artesanais de uso nos afazeres domésticos e no trabalho do campo.

A partir destas pesquisas é possível considerar e constatar novos campos de estudo sobre o Piauí oitocentista, onde predominava a atividade pastoril associada à produção de gêneros alimentícios, assentadas na exploração intensiva do trabalho de livres e escravizado. A fazenda de criatório foi o núcleo base da produção econômica e espaço de sociabilidades da região sertanista piauiense, concentrando os meios de produção e os trabalhadores em suas extensas léguas de terras, confirmando o caráter predominantemente rural desta sociedade.

Como consequência dos longos anos em que as práticas relacionadas ao mundo do trabalho nesta região permaneceram “esquecidas”, ou ausentes das páginas historiográficas inaugura-se atualmente um panorama bastante extenso de possibilidades de pesquisas no tocante as formas de trabalho desenvolvido no sertão pecuarista piauiense e aos trabalhadores que se inseriam neste contexto agrário com suas peculiaridades e contribuições para a formação desta parte do território nacional.

A pecuária extensiva e a produção de gêneros agrícolas foram às principais atividades econômicas desenvolvidas no Piauí, tais atividades possibilitaram a existência de várias categorias de trabalhadores. A sociedade rural foi marcada pela presença de sujeitos diferenciados em decorrência

2 BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: EDUFPI, 1999

3 FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

4 LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

das funções que desempenhavam e a posição jurídico-social que ocupavam. Devido ao fato do Piauí pertencer a zona geográfica denominada de sertão nordestino⁵, os habitantes passaram a ser reconhecidos pela literatura e pela historiografia como sertanejos⁶. Estes sujeitos são detentores de uma significativa cultura, ainda pouco explorada a nível historiográfico.

Neste contexto será destacada neste estudo uma categoria de trabalhadores inseridos no sertão nordestino, que se apresentam como agregados ou moradores. Esta categoria juntamente com os escravizados, posseiros, arrendatários, criadores, sitiantes, vaqueiros, e os grandes proprietários de terras e sesmeiros compunham os principais elementos formadores da sociedade piauiense nos oitocentos⁷.

A sociedade piauiense na segunda metade do século XIX estava estratificada em categorias sociais nitidamente definidas e o elemento definidor era a posse de títulos fundiários. Num universo predominantemente agrário, estas categorias de trabalhadores tinham como principal diferenciação, o vínculo estabelecido entre estes e a terra onde produziam e residiam⁸.

1 Toleráveis ou danosos? Os agregados no Piauí oitocentista

A categoria foco de nossa investigação neste estudo, os agregados, também chamados de moradores, foram importantes personagens da sociedade e da economia rural piauiense. Podiam-se encontrar nesta categoria homens livres, libertos e inclusive escravizados. Alguns eram agregados a uma família e conviviam dentro de casa, outros se estabeleciam em um determinado lote de terras, com a permissão ou não

5 O nordeste do Brasil por ser uma região que comporta grande diversidade referente ao clima, ao regime pluviométrico, a vegetação e a própria organização espacial feita pelo homem pode ser dividido em quatro áreas distintas: A mata, o Agreste, o Sertão e o Meio-Norte. A zona sertaneja é a área destacada por este trabalho.

6 A utilização deste termo pode ser explicada por diferentes perspectivas. Na literatura, na antropologia, na sociologia e na historiografia percebe-se a recorrência em aplicá-lo. Esta aplicabilidade guarda forte relação com o meio físico e espacial a que se refere, caracterizando um determinado local e suas múltiplas especificidades.

7 Ver: BRANDÃO, 1999; MOTT, 1985; LIMA, 2005.

8 FRANCO, M. S. de Carvalho. *Homens Livres na ordem Escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

dos proprietários. Segundo a descrição da capitania de São Jose do Piauí, feita pelo ouvidor Durão os agregados poderiam ser de dois tipos:

Uns que em algumas ocasiões servem como criador inerentes às famílias, outros que nem servem, nem na família se incluem, antes tem fogo separado, posto que dentro da mesma fazenda. Os primeiros, dado que maus, são toleráveis, mas os segundos são péssimos e danosos em todo sentido⁹.

Nitidamente esta é a categoria, que devido a sua maior heterogeneidade e inconstância, será constantemente retratada pela documentação e pela historiografia como a massa de habitantes prejudiciais e desprezíveis. No entanto, serão estes sujeitos fundamentais no entendimento da trama rural do Piauí oitocentista e mais especificamente quando se trata de população livre, uma vez que estes sujeitos desfrutavam de maior mobilidade dentro não apenas da capitania do Piauí, mas nas demais regiões brasileiras. Serão eles a maioria dos grupos de retirantes oriundos das secas, que passaram e se fixaram no Piauí, serão eles os que mais diretamente apareceram como alvo dos projetos nacionais de incorporação, exploração e controle do trabalho livre. “Esse elemento formava o grosso da população piauiense, e também da de Minas Gerais, de todo o Brasil de então, e vivia marginalizada, sem haveres, sem direitos, numa nova modalidade de escravidão, largados a sorte incerta¹⁰”.

Os agregados dedicavam-se ao cultivo das terras, auxiliados por familiares ou mesmo trabalhadores, escravos e livres. Ocupavam-se da pecuária e da produção agrícola para o sustento de sua família e de seus trabalhadores, o excedente da produção destinava-se ao comércio com outras regiões, ou mesmo dentro da própria província. Muitas vezes eram foragidos da justiça ou de seus senhores quando escravizados e buscavam apoio e proteção de grandes proprietários, em troca de alguns favores pessoais até mesmo de segurança das fazendas e da família dos fazendeiros. Outros eram trabalhadores livres que se deslocaram para esta região em busca de um lote de terras para trabalhar e conquistar melhores condições

9 MOTT, 1985, p. 26.

10 NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, v. 4, 1975, p. 242.

de vida. No entanto, se defrontavam com uma realidade bem diferente. A oportunidade de construir uma casa para moradia e um lote de terras para trabalhar não era nada fácil, ficando assim estes sujeitos obrigados a se submeterem a boa vontade dos proprietários.

Só raramente um dos chamados agregados, em geral pretos forros ou mulatos, construía aqui e acolá, neste território, pequenas moradas ou quintas, pois os proprietários das grandes fazendas não querem ceder porção alguma de suas terras, por considerarem indispensáveis as grandes extensões para a criação do seu gado¹¹.

No ano de 1885, com a tentativa de estabelecer um maior controle e reconhecimento sobre esta categoria, foi aprovado o regulamento de número 94º pelo então presidente da Província do Piauí, o Bacharel Raimundo Theodorico de Castro Silva que criava um imposto de dois mil reis para cada família de agregados que um proprietário possuísse. Segundo o regulamento, essa quantia poderia ser paga pelo proprietário, ou ser remetida para os agregados que poderiam pagar com serviços ou mercadorias.

O regulamento é composto por seis capítulos e vinte e dois artigos. O capítulo primeiro se refere à fixação do imposto sobre os agregados “de terras de criar ou lavrar na província” estipulando a quantia de “dois mil reis por cada fogo ou família” anualmente. Segundo o próprio regulamento este valor deveria ser pago pelo proprietário ou responsável, que poderiam reaver de seus agregados o custo do imposto em “moedas corrente ou em serviço equivalente”, para que não fiquem os proprietários unicamente prejudicados pelo pagamento do imposto.

O capítulo segundo do regulamento trata das questões burocráticas a respeito do lançamento do imposto, que deveria ser realizado pelas coletorias da fazenda provincial de todos os municípios, “pelos coletores e seu escrivão, anualmente, no mês de novembro”. Os coletores deveriam fixar editais nas freguesias estipulando o prazo de 60 dias para que os proprietários ou administradores das fazendas apresentassem as listas em “duplicidade dos seus agregados”, para que ficasse uma em posse do

11 GARDNER, George. *Viagens no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1942, p. 216.

coletor e a outra como comprovante de recibo para o proprietário. As listas deveriam ser entregues assinadas pelos proprietários, com a declaração das fazendas, sítios ou lugares ocupados pelos agregados, além dos nomes dos agregados. Encerrado o prazo para entrega das listas iniciava-se o lançamento nos livros destinados para este fim, averiguando-se a veracidade das informações disponibilizadas e os proprietários que não cumpriram com o dever de entrega-las. Alguns proprietários omitiam o valor real de agregados que possuíam, declarando um número inferior, neste caso os coletores poderiam interferir no lançamento.

Se o coletor tiver pleno conhecimento, ou por si ou por informação e denuncia assinada por pessoa fidedigna, de que o numero de agregados é inferior ao que realmente o agregante possui, poderá alterar no lançamento, ficando salva a parte o direito de reclamar, no devido prazo¹².

O imposto sobre os agregados era válido apenas para os terrenos situados nas áreas rurais, os que pertenciam à décima urbana, ou fossem situados nas proximidades de vilas, cidades e povoações, com distancia de ate um quilometro, não eram submetidos a este regulamento. Os que, por sua vez, apenas residissem nos terrenos considerados urbanos, mas que lavrassem ou criassem em outras que estivessem sujeitas ao imposto seriam considerados agregados e deveriam constar nos lançamentos. As reclamações deveriam ser feitas no prazo estabelecido de trinta dias após os lançamentos em livro feito pelos coletores, passado este prazo os valores eram repassados para o Tesouro Provincial.

Os quatro capítulos seguintes que compõem o regulamento tratam respectivamente sobre os recursos, que poderiam ser utilizados pelos proprietários para contestarem a forma como foram feitos os lançamentos, as cobranças do pagamento que era estabelecida para acontecer 30 dias depois do fim dos prazos para recursos, as multas e penas, tanto pela possível omissão dos coletores quanto para a omissão dos proprietários e por fim as disposições gerais.

A medida adotada pelo império de criar um imposto de capitação sobre os agregados deixa clara a falta de informações que a administração

12 APPI - Fundo do Poder Legislativo. Caixa 209.

provincial detinha sobre esta categoria, em decorrência principalmente da grande mobilidade em que viviam, na constante busca por melhores condições de vivência e de trabalho, ou mesmo pela necessidade de se entranharem por estes campos na tentativa de fugir das amarras da justiça. Nos relatos de algumas testemunhas nos processos crimes da época é comum estes trabalhadores rurais serem de outras províncias ou de outros termos da província, raramente são nascidos na localidade onde residem, eles se deslocavam constantemente. O que caracteriza a grande mobilidade destes trabalhadores e, portanto, a dificuldade por parte do poder imperial de exercer controle e fiscalização sobre estes.

O agregado, por representarem uma categoria delicada do ponto de vista da ordem administrativa, necessitaria de melhor monitoramento, e para tanto era necessária a colaboração dos proprietários que acolhiam estes trabalhadores, que deveriam levar ao conhecimento da administração pública a quantidade precisa em números de agregados de cada fazenda, além da especificação das tarefas que desempenhavam, como forma de combater o ócio e integrá-los ao sistema produtivo, resgatando esta categoria do lugar de “peso morto” para a economia e dando a ela um espaço participativo e produtivo, o que favorecia não apenas as receitas da província como afastava estes habitantes das práticas ilícitas e criminosas tão frequentes nestas regiões, com destaque para os roubos e furtos de toda natureza e em especial de gado e cavalos.

A criação de tal imposto pode ser entendida também como uma forma de diminuir a presença destes indesejados habitantes, uma vez que representariam despesas para os proprietários. No artigo oitavo percebe-se a necessidade de especificação dos elementos que compunham tal categoria, estabelecendo uma diferenciação em relação a outras categorias de trabalhadores, como administradores, vaqueiros e ajudantes, assim como excluem destas relações os deficientes físicos, os idosos e os indivíduos do sexo feminino.

Art. 8º Não se contemplarão no lançamento, por não serem considerados agregados:

§1º Os vaqueiros, os administradores de estabelecimentos agrícolas ou rurais de qualquer espécie e seus auxiliares, e os fâmulos ou criados de servir.

\$2º Os ascendentes e descendentes, irmãos e afins no mesmo grau dos agregantes.

\$3º Os cegos, aleijados e os mendigos, os maiores de 60 anos, e os indivíduos do sexo feminino¹³.

A categoria formada pelos agregados era alvo constante das juntas militares, com a prática principalmente, do recrutamento forçado, onde estes homens eram capturados de forma violenta para servirem às forças armadas. Fato que se agravava nos períodos de grandes conflitos como foi a guerra do Paraguai em 1865, onde o Piauí enviou vários contingentes de soldados para o conflito, dentre eles escravizados e muitos homens pobres livres, alguns conquistados mediante promessas de remuneração com bens, principalmente terras no regresso do conflito, e tantos outros recrutados pelo uso da força¹⁴. A criação do imposto de que trata o regulamento 94º, nos parece inclusive uma forma eficiente de promover um levantamento e reconhecimento dessa população de agregados, que poderiam ser utilizados para finalidades desta espécie.

É entre os agregados ainda que se verifica algumas raízes do coronelismo¹⁵ na região do sertão piauiense. A relação entre proprietários e os seus agregados passou em fins do século XIX em algumas fazendas a ganhar tal significação, principalmente na região mais ao sul da Província. Os agregados que ocupavam as tarefas de segurança das fazendas e da família de seus senhores, foram aos poucos se adaptando as condições de capangas. A inserção desta categoria nestas atividades na esfera historiográfica é sustentada com a argumentação feita desde o século XVII de que estes habitantes tinham bastante apreço pela violência e a brutalidade.

Os donos das fazendas os toleram com semelhante vida e com prejuízo seu, parte por medo, pois se os encontram o querem delas expulsar, só se expõem a um tiro, parte por dependência, por que

13 APPI - Fundo do Poder Legislativo. Caixa 209.

14 ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866*. Teresina: EDUFPI, 2011.

15 Fenômeno político social que se desenvolveu na região nordeste do Brasil em meados do século XIX, baseado na troca de favores e na violência de bandos armados a disposição de grandes proprietários de terras, chamados coronéis.

se fazem mais respeitados com o seu auxílio; e quando querem vingar de alguém tem prontos os seus agregados para toda a casta de despique¹⁶.

Entretanto para além destas características pejorativas e de cunho muitas vezes negativas que estes habitantes receberam ao longo dos anos, algumas obras, não necessariamente historiográficas, mas literárias passaram a trabalhar a imagem destes trabalhadores livres de forma mais poética, valorizando a simplicidade de suas vidas, o apego com o meio rural do sertão nordestino e o sofrimento decorrente das características climáticas muitas vezes tão severa com estes homens, seus animais e suas plantações. É o caso do romance *Ataliba o vaqueiro*, de Francisco Gil Castelo Branco, de 1880, que trata em específico da região piauiense e das dificuldades destes homens que viviam em áreas tão insalubres, as constantes batalhas que enfrentavam diariamente pela sua sobrevivência diante da seca e da falta de assistência por parte das políticas do Império, tão centralizado na região sudeste e tão distante das verdadeiras demandas destes sertões inóspitos.

2 Os agregados e a produção agrícola no Piauí oitocentista

A produção pastoril por sua inquestionável contribuição para a colonização e desenvolvimento do sertão piauiense é muitas vezes apresentada como a única atividade desenvolvida nesta região até meados do século XX. Duas teriam sido as principais causas atribuídas ao descaso com que se tratava a agricultura na região sertaneja pastoril. A primeira seria a inadequação natural da região, onde as condições climáticas não apresentavam recursos para que se desenvolvesse a agricultura, as chuvas eram escassas e os solos inférteis. A segunda seria a falta de interesse dos proprietários e trabalhadores em investir na produção agrícola tão dependente de força de trabalho e investimentos, se comparados à pecuária, que demandava pouco esforço e apresentava lucros satisfatórios.¹⁷

Apesar da grande presença dos latifúndios no Piauí, é interessante abrange que nem todas as propriedades eram grandes domínios, existiam

16 MOTT, 1985, p. 27.

17 MOTT, 1985, p. 54.

também propriedades menos extensas, situadas geralmente nos brejos e áreas mais úmidas, onde considerável parcela dos trabalhadores dedicava-se a agricultura, atividade imprescindível para a manutenção da sobrevivência em qualquer região. O que tornam em certo nível absurdo as alegações de que na província do Piauí não existia agricultura e que toda a população se ocupava apenas da criação de gado¹⁸.

As fazendas com suas grandes extensões de terras destinavam para as roças as terras mais propícias para a plantação, reservando os pastos para o gado. Os sítios se comparados aos pastos representavam uma pequena parcela das terras, até porque as áreas de pasto não poderiam ser tomadas pela agricultura. A pecuária extensiva continuava a ocupar o lugar de maior destaque na economia provincial. Nas grandes propriedades, os roçados eram cultivados sem a necessidade de cercas que os resguardasse dos ataques dos animais. Segundo Solimar Lima, o plantio livre, sem cercas dava-se pela dificuldade de conseguir cercar grandes áreas, a tarefa necessitava de muito serviço, mão de obra e matérias para sua realização. Já nos roçados dos pequenos proprietários a construção das cercas tornava-se imprescindível para resguardar os plantios e demarcar os limites dos lotes¹⁹.

A produção agrícola empreendida na província do Piauí a partir do início dos oitocentos, em consonância com as necessidades e a finalidade dos produtos, segundo Lima²⁰ deu origem a duas formas de produção. Uma voltada para o abastecimento interno, com o cultivo principalmente de milho, mandioca, arroz, feijão e algumas frutas, que deveriam atender a população carente em fontes diversificada de alimentação. Esta produção se estabeleceu especialmente nas pequenas propriedades através de um sistema consorciado de dois ou mais produtos e a capacidade de excedente para a comercialização foi limitada. Nestas lavouras destaca-se a mandioca como o plantio de maior importância, para a fabricação da farinha um dos gêneros mais consumido na região.

18 MOTT, Luiz R. B. A pecuária no sertão do Piauí (1697-1818). In: MAESTRI, Mario Maestri (org.). *Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudo sobre a economia pastoril do Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, v. 2, 2010, p. 35.

19 LIMA, Solimar Oliveira. Origens e espaços de produção das fazendas pastoris do Piauí. In: MAESTRI, Mário; BRASIL, Maria do Carmo (org.). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril o Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010, v. II. P.376.

20 LIMA, 2005.

A produção e comercialização da farinha foi uma das atividades responsável por possibilitar uma maior interação e comunicação entre a população das várias regiões da província. A farinha era base da alimentação dos trabalhadores do Piauí oitocentista e sua produção bastante difundida entre as lavouras e sítios. Nos períodos de secas a alta nos preços deste produto, assim como da rapadura, eram os que mais afetavam a população.

A outra forma de produção estava ligada ao abastecimento do mercado externo, a exportação, para onde era destinada grande parte da cultura do algodão e o fumo. A produção de algodão se estabeleceu em sua maioria nos sítios, e destinava-se a comercialização tanto no interior da própria província quanto nas províncias próximas, como o Ceará e o Maranhão com as quais já se comercializava o gado e os demais produtos da pecuária, além dos portos ingleses e franceses importantes mercados da época. O cultivo de gêneros para a comercialização, em detrimento dos produtos destinados ao consumo interno, experimentou notável crescimento durante os oitocentos.

Nos oitocentos, são recorrentes as informações sobre a redução do plantio de feijão e milho, gradativamente relegado para estimular os cultivos de mandioca, da cana, do algodão e do fumo. Estes produtos passaram a receber atenção especial por parte de produtores privados e públicos em razão do crescimento da demanda comercial²¹.

Desde o início dos oitocentos a província do Piauí experimentava maiores investimentos na diversificação econômica, destinando a acumulação dos capitais da pecuária para explorar outras atividades lucrativas, como a agricultura mercantil. A produção particular e pública dedicou atenção aos produtos que geravam maiores lucros, deixando muitas vezes os próprios trabalhadores das fazendas em condições precárias de alimentação. O que reforça a inclinação que a economia provincial experimentava em relação a comercialização.

O algodão surge na economia nordestina e piauiense como um reforço a ocupação inicialmente realizada pela pecuária. Os investimentos necessários para o desenvolvimento desta cultura eram bastante reduzidos, diferentemente do que se observa em relação à cana de açúcar nos grandes

21 LIMA, 2009, p. 374.

engenhos do litoral, o que tornava possível o seu alcance aos moradores, sitiantes, agregados e demais trabalhadores livres. O ciclo vegetativo do algodão é curto e o manejo com este produto não era trabalho que exigia muita força física, sendo o trato e colheita comumente realizados por mulheres e crianças, não dispensando grande número de trabalhadores.²²

O aumento na capacidade exportadora da Província principalmente nos anos em que a guerra de secessão nos Estados Unidos da América se intensificou, o que aumentava a arrecadação e animava os pequenos e grandes produtores, fazendo os roçados se multiplicarem e a produção agrícola ganhar patamares mais elevados na província. Os governantes tanto almejavam o desenvolvimento da agricultura na província do Piauí e das receitas provenientes da produção que tentavam criar incentivos para despertar na população o interesse cada vez maior pela lavoura e comercialização. Existia a ideia de oferecer inclusive prêmios aos fazendeiros que apresentassem certa quantidade de produtos de seus roçados o que seria também uma forma de gerar lucros e maiores arrecadações além de combater a “inércia” e despertar para o amor ao trabalho. Este projeto, no entanto, poderia tornar-se oneroso para as reais possibilidades dos cofres da Fazenda Provincial e por este motivo não passou de uma proposição que não se concretizou em ações.²³

No decorrer do século XIX, a atividade agrícola exportadora ganha cada vez maior destaque no cenário produtivo e econômico da província, em decorrência principalmente da crise nas exportações do gado e da cana-de-açúcar, proporcionando momento ideal para o investimento neste setor. Se antes uns dos principais motivos dos habitantes da província do Piauí não se dedicarem a agricultura seria a falta de mercados atraentes para a exportação, este obstáculo já não representava um problema, pois o mercado, tanto interno como externo agora necessitava de produtos.

O algodão é um importante elemento na abertura de um novo cenário econômico piauiense e mesmo nordestino numa análise mais ampliada. Mesmo não conseguindo se fixar por longos períodos nas

22 ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 134.

23 APPI - Fundo do Poder Legislativo. Série: Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual. Caixa 02. Relatório Apresentado pelo Presidente da Província Franklin Américo de Menezes Dória, em 1º de julho de 1864.

exportações para o exterior a produção algodoeira soube aproveitar muito bem as possibilidades que lhes foram abertas nos momentos de grandes crises nas principais fontes produtoras, principalmente no sul dos Estados Unidos com as instabilidades e crises geradas pelas guerras²⁴.

Os bons ciclos de exportação do algodão nordestino contribuíram sobremaneira para o maior desenvolvimento da vida urbana nas províncias, a comercialização e beneficiamento do algodão dependia do trabalho de comerciantes que passaram a se instalar nas vilas e cidades, com suas descaroçadeiras, comprando o algodão dos pequenos agricultores ainda em estado bruto e vendendo aos exportadores depois de beneficiados. Esta atividade acabou por incrementar a dinâmica das vivências urbanas no Piauí oitocentista que não conseguia ser diretamente alcançada pela economia pecuarista, uma vez que esta se limita quase que exclusivamente ao meio rural e aos domínios das fazendas.²⁵

Além do algodão, outro produto que começa a ganhar espaço nas lavouras piauienses é o fumo, que já em 1808 as arrecadações com o tabaco e o algodão constituíam significativos lucros para a receita piauiense. Foi neste ano para a província do Maranhão “sessenta e três arrobas de tabaco, onde se vende por muito bom preço”²⁶ esta produção se intensifica cada vez mais na segunda metade do século XIX. Os lucros obtidos como a produção do fumo animavam os pequenos produtores, e as receitas da província, pois era cobrado um imposto ou dízimo sobre todo o fumo produzido na província do Piauí.

A agricultura na província do Piauí, mesmo ocupando um papel secundário nas receitas, era decisiva para a sobrevivência dos habitantes da região e inclusive devido o seu bom desempenho no ano de 1858 possibilitou que os cereais produzidos nesta província chegassem ao mercado com preços consideravelmente mais acessíveis que em outras províncias próximas. Evidenciando o caráter produtivo da região e o empenho cada vez maior que vinha sendo destinado neste setor. O algodão e o fumo ainda despontavam como os principais produtos de exportação. A fabricação de charutos já havia sido iniciada e naturalmente ganhava maiores proporções

24 CASTRO, Antonio de Barros de. *Ensaio sobre a economia brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro. Forence Universitária, 1980, p. 18.

25 ANDRADE, 1980, p. 135.

26 GARDNER, 1942, p. 60.

entre os trabalhadores oitocentistas, sendo mais uma atividade lucrativa e que animava as receitas provinciais e dos pequenos fabricantes.²⁷

Os terrenos onde geralmente se plantava fumo na província do Piauí, as denominadas vazantes, eram áreas de terras úmidas e naturalmente adubadas, ate mesmo alagadiças em alguns períodos do ano, preferencialmente nas margens dos rios, onde esta cultura se desenvolvia como maior êxito. Em 1887 na vila de União encontram-se alguns requerimentos a cerca da disputa pelas terras as margens do rio Parnaíba que eram vazantes de produção de fumo e que estavam sendo requeridas pela administração provincial como terras devolutas, sendo estas contestadas pelos seus possíveis proprietários, que alegam produzir fumo nestas terras ha muitos anos.

Desta forma, o crescimento da produção de gêneros agrícolas na província dependia dos incentivos aos pequenos e grandes produtores, e aos trabalhadores em especial a população livre que já desempenhava este trabalho, mas que necessitava alargar suas possibilidades, entendendo o trabalho como uma ação digna e necessária, superando a visão degradante que a escravidão relegou ao desempenho do trabalho braçal, bem como a incorporação de novas técnicas de produção. As práticas de cultivo agrícola eram concebidos pelos trabalhadores como verdadeiras heranças de seus ancestrais, que deveriam ser realizadas da forma como lhes foi ensinando e sem a incorporação de novas técnicas, essa barreira cultural, parece ter gerado alguns empecilhos para a introdução de práticas mais modernas.²⁸

Verifica-se a preocupação durante o século XIX em normatizar a produção agrária com a formulação de leis que atendessem a este propósito, principalmente no que se refere às queimadas das roças e sítios (prática ainda hoje empregada em áreas do nordeste brasileiro, que faz parte do processo de preparo das terras para posteriormente receber o plantio). As queimadas poderiam gerar conflitos entre vizinhos ou ate mesmo alguma catástrofe, incendiando outras áreas, portanto passaram a ser regulamentadas em lei. Como se verifica no artigo 31 do Código de Posturas da Vila de União de

27 APPI - Fundo do Poder Legislativo. Série: Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual. Caixa 01. Relatório Apresentado pelo Presidente da Província Dr. João José de Oliveira Junqueira de 1 de julho de 1858.

28 APPI - Fundo do Poder Legislativo. Série: Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual. Caixa 03. Relatório Apresentado pelo Presidente da Província Adelino Antonio de Luna Freire, em 6 de setembro de 1867.

1860:

Os donos de fazenda deste município quando acharem conveniente deitar fogo nos pastos de suas fazendas deverá comunicar aos outros compositores das fazendas mais vizinhas. Aos infratores a multa de 6 mil seis, e na falta de seis dias de punição e o duplo na reincidência, além das mais penas que incorrer²⁹.

A produção agrícola nas terras do sertão piauiense esteve desde o início de seu desenvolvimento atrelado à força de trabalho dos escravizados e dos trabalhadores livres pobres, dentre eles os agregados ou moradores das fazendas³⁰. As lidas eram diferenciadas, porém, a mão-de-obra utilizada era basicamente a mesma da pecuária. A capacidade de investir e diversificar a atividade econômica dependia não só de investimentos econômicos, mas também de muito trabalho. “No Piauí o tempo de plantar e vaquejar estava ligado ao tempo natural de seca e inverno³¹”. As tarefas agrícolas eram determinadas de acordo com os períodos do ano, a agricultura segue praticamente um calendário natural de atividades, assim como a pecuária, facilitando desta forma o aproveitamento dos mesmos trabalhadores.

Agricultura interna realizada pelos trabalhadores livres funcionava como uma função social no sistema, inserida na ordem da produção escravista, e não como “brecha” ou superação da dominação exercida pelo sistema. Essa forma de produção era acessória para a sustentação e dominação do sistema, uma vez que ocupava a mão de obra ociosa e estreitava as relações desses grupos autônomos com as práticas comerciais alternativas que representavam receita para as vilas e ajudavam a suprir as deficiências do sistema no que tange a produção interna e a dominação e ocupação dos grupos que se encontravam fora do eixo principal. Essas atividades são algumas vezes interpretadas como formas de resistência ao sistema agroexportador, quando se observados de perto nos permitem a conclusão de sua total inserção nos moldes e interesses da administração e

29 APPI. Poder Legislativo. Projeto de Lei n. 08 aprovado em 4 de agosto de 1857. Caixa 128.

30 LIMA, Solimar Oliveira. Agricultura nas fazendas pastoris escravistas do Piauí: aspectos da produção de alimentos. In: *Informe Econômico*. Publicação do Curso de Ciências Econômicas UFPI. Ano 10, n. 19, maio-jun. 2009.

31 FALCI, 1995, p. 23.

das camadas dominantes do império.

As fronteiras formadas pelos agregados parecem ter sido um importante espaço para as práticas iniciais do comércio na província do Piauí, com a negociação de “redes, panos, algodão e cuias” e outros gêneros produzidos por estes trabalhadores, que trocavam por outros produtos ou animais. Estas negociações acabaram por formar laços e a estabelecer meios de comunicação e dependência entre esta população antes reduzida aos limites das fazendas.

A economia do sertão piauiense não esteve durante a segunda metade do século XIX voltada exclusivamente para os produtos da pecuária, como parece ter ocorrido nos primeiros anos de colonização. Nos oitocentos a economia já havia se diversificado, mesmo que ainda de forma não completamente estabelecida, mas já participava de maneira decisiva das possibilidades abertas tanto no mercado externo, quanto nas transações extra provinciais e interprovinciais.

Profissões ou empregos na província do Piauí¹

Francisco Gleison da Costa Monteiro

1 População e renda: elementos para interpretarmos a hierarquização social no império

O presente artigo procura versar sobre as estatísticas do Império que foram coligidas na segunda metade do século XIX. Portanto, interessamos analisar as ocupações que foram elencadas pelos recenseadores no Piauí e problematizar o que esses registros dizem sobre os sujeitos e suas ocupações. Como isso, partimos para interpretar a estrutura social desta província, cuja hierarquia foi moldada a partir de um enquadramento das profissões/empregos mediados pelo trabalho manual, técnico, liberal e/ou que estivessem ligados a atividades industriais e comerciais. Além disso, o que foi observado é que o fator da renda foi preponderante para delimitar essas ocupações/profissões e produziu uma hierarquia social de classes em

¹ Este texto é parte do segundo capítulo de minha tese de doutorado, intitulada: MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] *cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História) – CFCH/Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: UFPE, 2016.

detrimento de certas atividades dissociadas desses grupos/categorias.

Dessa forma, se faz importante analisarmos as estatísticas e os discursos das autoridades para problematizarmos essa vinculação das rendas a certas ocupações e de como isso foi distanciando os homens livres, sobretudo aqueles que prestavam serviços temporários e não estavam associados ao trabalho regular.

Assim, percebemos que durante todo período imperial foi preocupação do governo em contabilizar a população², muitas vezes estas tentativas não passaram de iniciativas gestadas no gabinete provincial e que não conseguiram alistar toda população do Piauí. Em 1842, essa preocupação é posta em lei e o Regulamento n. 120, de 31 de janeiro do referido ano, que procurou regular a execução da parte policial e criminal da Lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841, destaca no seu artigo 58, inciso 17, a necessidade de “Organisar, por meio dos seus Delegados, Subdelegados, Juizes de Paz e Parochos, o arrolamento da população da Provincia”³.

No entanto, apesar desta iniciativa, os trabalhos estatísticos nunca avançaram na província. Certamente, não existia incentivo financeiro e nem pessoas qualificadas para tal empreitada. Portanto, foi comum, nos relatórios provinciais, os presidentes citarem sempre informações dos anos anteriores, quando se referiam aos números estatísticos. Por isso, quando as autoridades responsáveis consolidavam os dados sempre as informações eram incompletas e inequívocas em relação à quantidade de pessoas que viviam nas vilas. Observemos:

Ainda me não foi transmitido pelo Chefe de Policia o arrolamento da população da Provincia de conformidade com o disposto no Regumento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842. [...] Vois sabeis, que

2 Cf. MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste insurgente*. 1850/1890. São Paulo: Ed. Brasiliense, INL,1987.

3 O jurista cearense Vicente Alves de Paula Pessoa faz análises sobre o Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842 e o Decreto nº 4.856, de 30 de dezembro de 1871, que mandou proceder o primeiro recenseamento da população do Império. Cf. PAULA PESSOA, Vicente Alves de. *Código do processo criminal de primeira instancia do Brazil*: com a lei de 3 de dezembro de 1841, n. 261 e regulamento n. 120, de 31 de janeiro de 1842, disposição provisória e decreto de 15 de março de 1842, com todas as reformas que se lhes seguiram, até hoje, explicando, revogando e alterando muitas de suas disposições. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1899. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227310>>. Acesso em: 12 out. 2014.

o nosso recenseamento é sempre incompleto, porque é feito pelos Subdelegados mediante informações de Inspectores de quarteirões, negligentes, inhabis, e sem estímulo algum, para tomar interesse por um trabalho demasiadamente penoso; porém muito util, e proveitoso ao Paiz.⁴

Mediante essa desinformação e desleixo por parte das autoridades que “sem estímulo algum” para este trabalho prejudicava a coleta de dados. Em meio a esse impasse referente à população ratifica, em relatório provincial, o Dr. Antonio José Saraiva, o computo de 120.000 almas, conforme tinha registrado anteriormente o ex-vice-presidente desta Província, Dr. Francisco Xavier de Cerqueira.

Podemos acrescentar outros fatores que tornavam difícil tal levantamento pelas autoridades judiciárias e policiais, como as grandes distâncias e difícil acesso das moradias dos habitantes do interior. Considere-se ainda o constante fluxo de pessoas que circulavam na Província e região, em mobilidade constante.

No entanto, somente com Lei nº. 1829, de 9 de Setembro de 1870, é que foi autorizada a realização do recenseamento da população do Império, que foi executado pelo Decreto nº. 4.856, de 30 de dezembro de 1871. Para tanto no artigo 8º, o referido decreto expunha que deveria ser nomeada uma “comissão censitaria, composta de cinco cidadãos residentes na parochia, conhecedores dos limites e dos habitantes dela”⁵.

Os encaminhamentos para executar o Recenseamento Geral do Império no Piauí seguiram sendo administrados pelo governo provincial, que exigia das comissões maior zelo pelo serviço e acuidade dos “agentes recenseadores”, para que as listas das “famílias e fogos” fossem preservados nas respectivas paróquias. Dessa maneira, algumas paróquias afirmaram o êxito das atividades, como foi o caso da Comissão de Campo Maior,

4 Núcleo de Pesquisa, História e Memória – NUPEM/UFPI/Núcleo de Microfilmagem. (Doravante NUPEM). Falla com que o presidente da Província do Piauí, Dr. José Antonio Saraiva, abriu a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras, Impresso na Typ. Saquarema. 03/07/1851. p. 23.

5 BRASIL. Collecção de Leis do Império do Brasil de 1871. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. Decreto nº 4.856, de 30 de Dezembro de 1871, p. 786. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4856-30...html>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

formada pelo Vigário Manoel Felix Cavalcante de Barros, Horacio Pereira da Silva, Antonio Maria Eulalio e Francisco José Pereira, que ratificaram o sucesso dos trabalhos, mas lamentaram não terem atingido outras localidades, provavelmente, por causa do difícil acesso, e por “não ter-lhes sido possível, em vista da grande extensão do territorio”; também se queixaram por não apresentarem dados mais completos, devido à “falta de habilitações na maior parte dos habitantes”⁶ relacionado à escrita e por isso alguns preenchimentos das listas do censo ficaram com dados ilegíveis ou incompletos.

Foi assim que se realizou afinal, em 1872, o primeiro censo do Império no Piauí, que, apesar dos imbróglis, trouxe dados relevantes e serviu de referência para que o governo imperial tivesse uma primeira amostragem da população.

Para tanto, antes de apresentarmos esse recenseamento, mediante as problemáticas discutidas anteriormente, ponderemos por analisar o contingente coligido a partir da lista da Guarda Nacional e, posteriormente, retomaremos o Censo do Império, especificamente, a parte de que trata a do Piauí.

Desse modo, organizamos os dados da população registrada na documentação, seguindo a metodologia de Ivan de Andrade Vellasco, no estudo que realizou sobre Minas Gerais, para classificação social e econômica dos habitantes daquela província:

A - elites locais: por indicação de ocupação, títulos, cargos, patentes que conferiam renda, status e/ou prestígio social, negociantes de porte, grandes e médios proprietários rurais, fazendeiros e lavradores;

B- camadas médias; funcionários públicos de menor escalão, profissionais liberais (professores, boticário, etc.), oficiais mecânicos, militares de baixa patente, pequenos comerciantes (presumidos), artesãos, produtores rurais independentes, pequenos lavradores;

D- livres pobres: assalariados sem profissão específica, irregulares ou de ocupação incerta, jornaleiros, roceiros e agenciadores, agregados,

6 Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI (Doravante APEPI). Correspondência enviada ao Presidente Provincial Dr. Pedro Afonso Ferreira, pelo Vigário Manoel Felix Cavalcante de Barros. Fundo Palácio do Governo. Série: Município. Subsérie: Campo Maior. Anos 1864-1869. CAIXA 38.

capitães do mato, serviços domésticos, lavadeiras, etc.;
E- escravos⁷.

A decisão de tomarmos como referência para o Piauí a divisão social organizada por Vellasco para Minas Gerais, deve-se ao fato de termos percebido que as profissões e ocupações que encontramos na nossa documentação são semelhantes as constantes naquele estudo.

Essa divisão proposta nos auxilia a analisar os dados para além da simples divisão social que foi hierarquizada pelas condições política e econômica que ocupavam. Mas também procuramos incluir a essas categorias aqueles sujeitos que se encontravam distante do olhar da classe senhorial. Referimo-nos aquele morador que se encontrava plantando e caçando em terras devolutas e não estava filiada a nenhuma instância ou lista do poder judiciário, policial ou paroquial.

Denominadamente, podemos indagar que fossem aqueles sujeitos que não era eleitor e nem estava servindo à burocracia estatal, como prestação de serviços a justiça, a polícia ou ao fisco. A questão que propomos é desviar-se de um enquadramento criado pelas elites com o intuito de opor uma classe da outra. A esse respeito, Katia Mattoso nos aponta que:

[...] o discurso oficial do século XIX, embora fizesse frequentes referências as diferentes classes de cidadãos, opunha quase sempre elite agrária e comercial ao povo – quando não o opunham simplesmente os livres e os escravos -, sem jamais definir o que se entendia por povo. Era constituído somente por homens livres? Por todos eles ou só pelos que faziam parte da Guarda Nacional e do corpo eleitoral? Que lugar tinha entre esse e o povo livre o conjunto dos alforriados, essa gente que pagava taxas e impostos mas não tinha cidadania plena? E os escravos, gente sem existência porque sem personalidade jurídica própria, fazia ou não parte desse corpo social chamado ‘povo’? Se havia oposição entre elite e povo, que características fundavam a inclusão numa ou noutra dessas categorias sociais?⁸

7 VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça de Minas Gerais, século 19*. Bauru-São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004, p. 78.

8 MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Bahia no século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 581.

As indicações de Mattoso nos guiarão durante as análises daqui para a frente, já que procuraremos entender e historicizar a dinâmica encetada dessa oposição – elite agrária e comercial a classe pobre – e buscaremos meios para particularizar como essas “categorias sociais” se movimentaram no Piauí na segunda metade do século XIX.

Mediante estes aportes e direcionamentos, cremos ser possível procedermos às análises para ampliarmos as amostragens e assim compreendermos as condições de vida dos pobres livres piauienses, de forma a mapeá-los, destacando-os das funções que ocupavam.

É importante registrarmos que, mesmo tendo a renda como uma condição prioritária para ser qualificado, ainda é possível avaliarmos as “profissões ou empregos” que eram ali listados nas matrículas da Guarda Nacional. Para tanto, ressaltamos que coletamos uma amostragem de três paróquias, considerando a dispersão da documentação que se encontra, distribuídas aleatoriamente, em várias caixas. Às vezes constam as atas de qualificação, outras apenas as listas de ativos ou da reserva. Vejamos abaixo:

TABELA 1: Profissões ou empregos e variações de rendas no Piauí Provincial, 1864-1884

Profissões ou empregos	Quantidade	Valor em %	Variação das Rendas	Observações
Alfaiate	09	0,53	200\$000	
Agencia	105	6,28	200\$000	Ocupava ofício de Capitão, Major ou tenente da Guarda Nacional
Agregado	07	0,41	200\$000	
Caixeiro	05	0,29	400\$000 500\$000	
Carcereiro	01	0,05	300\$000	
Carpina	19	1,13	200\$000 300\$000	
Coletor	02	0,11	600\$000	
Creador	08	0,47	3:000\$000	
Curtidor	07	0,41	2:500\$000	

Empregado público	08	0,47	1:000\$000	
Fazendeiro	11	0,65	600\$000 800\$000 4:000\$000	Ocupava ofício de Capitão, Major ou tenente da Guarda Nacional
Feitor	05	0,29	300\$000	
Ferreiro	11	0,65	200\$000 300\$000 400\$000	
Lavrador	272	16,27	200\$000 400\$000 600\$000 800\$000 3:000\$000	Ocupavam ofício de alferes da Guarda Nacional
Marchante	04	0,23	300\$000	
Negociante	33	1,97	800\$000 1:000\$000 3:000\$000 5:000\$000	Ocupava ofício de Capitão, Major ou tenente da Guarda Nacional
Ouriveres	05	0,29	200\$000 300\$000 400\$000	Ocupavam ofício de Sargento da Guarda Nacional
Oleiro	01	0,05	300\$000	
Pedreiro	04	0,23	200\$000 300\$000	
Pescador	02	0,11	200\$000	
Proprietário	43	2,57	1:000\$000 2:000\$000 3:000\$000 4:000\$000	
Roceiro	1.030	61,63	200\$000 250\$000 300\$000 400\$000	Geralmente eram designados para os serviços da guerra
Sachrista	02	0,11	300\$000	
Sapateiro	02	0,11	300\$000	
Tamoeiro	02	0,11	300\$000	

Vaqueiro	73	4,36	250\$000 300\$000 500\$000	
Total	1.671	100%		

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das Consultas de Matrícula dos Guardas Nacionais alistados para o serviço ativo e da reversa do Conselho de Qualificação das Paróquias do Senhor Bom Jesus de Gurgueia, União e Campo Maior. APEPI. Palácio da Presidência. Ministério e Secretária de Estado dos Negócios da Justiça, 1867-1884. Caixa I; Fundo: Palácio do Governo. Série: Guarda Nacional. Anos: 1865-1875. Caixa 481; Fundo Palácio do Governo. Série: Município. Subsérie: Campo Maior. Anos 1864-1869. CAIXA 38.

A tabela supracitada foi elaborada a partir das listas de Matrículas dos Guardas Nacionais alistados para o serviço ativo e da reserva do Conselho de Qualificação das Paróquias do Piauí. As listas estavam estruturadas com as seguintes informações: nome, idade, estado civil, ocupação e renda dos integrantes.

De posse dessas informações fomos listando as profissões/empregos e, posteriormente, consolidamos os dados em valores quantitativos e em percentuais para cada uma das categorias.

Voltemos à tabela e notemos que a amostragem dessas paróquias nos permite visualizar uma hierarquização matizada pela renda e, ao mesmo tempo, uma dúvida sobre as formas de justificar essas rendas, pois são “profissões ou empregos” caracterizados, nos oitocentos, de forma complexa e oscilante.

Desse modo, analisemos, primeiramente, o “agregado”. Este representa, nessa amostragem, cerca de 0,41% e tem rendas de 200\$00 réis. Segundo, Henrique Pedro Carlos de Beaupaire-Rohan,

Lavrador pobre que, em falta de terras próprias, se estabelece nas fazendas alheias, com permissão dos respectivos proprietários, mediante condições que variam de um lugar para outro. Em algumas províncias no norte, estende-se esta denominação a toda sorte de empregados livres que um proprietário tem a seu serviço, para os trabalhos da lavoura, da pescaria e ocupações domésticas. Nestes casos equivale ao que nas provinciais meridionais chamam

Nos extensos territórios piauienses existiram muitos “agregados” pobres que vieram das províncias vizinhas ou que migravam internamente em busca de se acomodarem “nas fazendas alheias”. Apesar de serem pessoas que desenvolveram atividades diversas, esta é uma das funções que se destacaram, por permitir acesso à terra, mesmo sem ser proprietário. No entanto, essa obviedade não está explícita na documentação consultada e, para evidenciarmos esses sujeitos, analisamos uma gama variada de fontes, para apontarmos alguns indícios de seus fazeres.

Quanto às funções de “agencia” e “creador”, na informação listada acima, “agencia” corresponde a uma taxa de 6,28% e renda de 200\$000 réis das profissões ou empregos; “creador”, com 0,47% e renda de 3:000\$000 três contos de réis.

Notemos, por exemplo, que “agencia” é um termo muito oscilante. Segundo o “Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza”, elaborado pelo Frei Domingos Vieira, esta palavra significa “Actividade, grangearia, diligencia, cuidade, industria, trafego, manejo, emprego, cargo, direcção administrativa; logar onde se contracta as funções que pertencem a qualquer agente; modo de vida”¹⁰.

No entanto, podemos resumir essa ocupação com os sujeitos que “contracta as funções que pertencem a qualquer agente”. Nessas contratações podemos também deduzir que houvesse os “intermediários”, para acordar estes serviços ou “funções”, que inferimos ser o “feitor” (0,29%), que tinha renda de 300\$000 réis e era uma das pessoas de confiança dos proprietários, nas fazendas.

Podemos dizer que buscavam arregimentar pessoas para o trabalho diário nas fazendas, por meio de acordos de tarefas de curta duração, em horas ou em dias, nos serviços da lavoura ou nas moagens para o processamento da cana de açúcar. Era, na verdade, uma atividade autônoma

9 Cf. BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique Pedro C. de. *Diccionario de vocabulos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 03. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/221706>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

10 VIEIRA, Domingos. *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*. Tomo I. Porto, Editores Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, Rio de Janeiro, 1871, p. 221. Disponível em: <<http://ia700408.us.archive.org/22/items/grandediccionari01vieiuoft/grandediccionari01vieiuoft.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

que mobilizou muitos sujeitos, que se destacaram pelo “modo de ganhar a vida”¹¹. Na maioria das vezes, eram serviços acordados pela palavra, sem assinatura de contratos. Conforme nos elucidava a historiadora Denise Moura, “A palavra empenhada urdia a prática dos negócios e das relações de trabalho entre pobreza livre e senhores de cafezais”¹².

De fato, mas os acertos de tempo e remuneração feitos pela palavra não cercavam, obviamente, apenas os que se ocupavam de “agencias”, mas também as outras, inclusive a de “creador”. Aliás, “creador” e “negociante” (com 1,97% e renda variável de 300\$00 a 5:000\$000 cinco contos de réis) podia ser, às vezes, uma mesma pessoa, ou seja, ele podia ter várias criações (bovinos, caprinos, muares etc.) e lavouras (algodão, milho, mandioca), que eram, posteriormente, vendidos diretamente pelos criadores ou repassadas para atravessadores, que podiam ser os “negociantes”.

Já os “fazendeiros” e “proprietários” aparecem com 0,65%, e renda variável de 600\$00 réis a 4:000\$000 quatro contos de réis; e os “proprietários”, com 2,57% e renda variável de 1:000\$000 um conto de réis a 4:000\$000 quatro contos de réis. Apresentam em comum os rendimentos, pois eram proprietários de terras e escravos, acomodavam em suas propriedades uma gama de agregados, empregava outros livres, além de cativos, para desenvolverem os trabalhos agropastoris.

Desse modo, notamos que a aproximação das classes abastadas se configurava pelas suas ocupações. Logo, os misteres de agenciador, creador, fazendeiro, negociante e proprietário eram notados como um estamento social bem definido na malha social piauiense. Com a renda e o acúmulo de bens materiais, ganharam status na sociedade e compraram títulos da referida guarda. Tanto que, nas observações destacadas das listas de reserva, está registrado que estes eram os únicos que “ocupava [m] ofício de Capitão, Major ou tenente da Guarda Nacional”.

11 As concepções acerca de “agencia” também se aproximam de Frei Domingos Vieira, os dicionaristas Silva e Bluteau. Segundo estes, significava “trabalho, industria, grangearia, modo de ganhar a vida. Administração, felicitação de algum negocio”. Cf. SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza...* (Volume 1: A - K). Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. p. 40. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

12 MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicações CMU, 1998, p. 104.

Em relação à gradação social, para esse grupo, segundo Richard Graham, “as pessoas do século XIX não faziam tanta distinção entre determinadas ocupações ou fontes de renda - advogado ou médico, comerciante ou fazendeiro”. No entanto, os pobres que estavam na última escala sempre estavam excluídos de quaisquer bonanças e prosperidade. Ainda se referindo a Graham: “Numa extremidade estavam os ‘cidadãos influentes em virtude de suas posses e papel social’. Na outra, os ‘trabalhadores exalando um sórdido miasma de cachaça e fumaça de cigarro’”¹³.

Os funcionários públicos e da igreja também foram alistados: “carcereiro” (0,05%), “coletor” (0,11%) e “sachista” (0,11%), com as rendas de 300\$000, 600\$000 e 300\$000 réis, respectivamente. Maior que estes percentuais estavam os “caixeiros” (0,29%), com renda de 200\$000 a 500\$000 réis. Este último era “empregado[s] de uma casa de commercio, companhia ou sociedade, que vende, cobra, ou faz a escripturação”¹⁴.

A profissão de “alfaiate” (0,53%) tinha uma renda de 200\$000 réis, era função desempenhada pelos homens que se concentravam em vilas mais populosas; a profissão de “curtidor” (0,41%) chama-nos a atenção, pela renda de 2:500\$000 dois contos e quinhentos réis. No entanto, deduzimos que sejam os proprietários de curtumes, que também arremeteram uma série de trabalhadores que dominavam a técnica de tratar os couros.

Soma-se a essa profissão manual ou técnica: “carpina” (1,13%), “ferreiro” (0,65%), “marchante” (0,23%), “ouriveres” (0,29%), “oleiro” (0,05%), “pedreiro” (0,23%), “pescador” (0,11%), “sapateiro” (0,11%) e “tamoreiro” (0,11%), todos com rendas entre 200\$000 a 500\$000 réis.

Dentre estas profissões, destacamos os carpinas, os ferreiros e o tamoreiro¹⁵. Destes muitos estavam espalhados por toda a província e, às vezes, acumulavam dois ou três fazeres manuais e trabalhavam arduamente nas fazendas, além de construírem coberturas de casas de morada, faziam currais e as casas de produção (algodão, farinha, tear, etc).

Em relação aos pescadores, interpretamos que houvesse um número

13 GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 53.

14 VIEIRA, Domingos. Op. cit. p. 35.

15 Tamoreiro: é quem confecciona manualmente “peça de couro cru, ou madeira que prende na chavelha da canga, quando os bois puxão o carro, ou arado”. Cf. SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. Op. cit., p. 443.

maior de pessoas que se dedicavam à pesca, somando-se a essa atividade à caça. Nesse período, caçar e pescar foram práticas cotidianas de buscar alimentos para a família, levando, inclusive, pescadores e caçadores até venderem seu pequeno excedente. Por isso mesmo, nas posturas¹⁶ municipais, foram impostas certas restrições a estas atividades.

Em 10 de agosto de 1860, o Dr. Antonio Duarte de Azevedo, Presidente da Província do Piauí, publicou a Resolução nº 504, em que “Proibe em toda a Provincia o systema de pesca por meio de tinguijamentos, ou quaesquer outros envenenamentos”. Tais medidas procuravam coibir ações que “possão prejudicar os interesses dos Fazendeiros em suas criações, e bem assim a pesca feita por meio de paris, ou quaesquer outras tapagens que tendão a destruir os peixes”. Para tanto, dizia no “Art. 2º Os Fiscaes das Camaras Municipaes e os inspectores de Quarteirão nos lugares mais longuinquos serão encarregados de velar á execução da presente lei. Os contraventores serão multados em dez mil reis, e em quinze dias de prisão na reincidência”¹⁷. Em 1875, pelas Posturas de Jaicós, dizia “Art. 117. Ninguém poderá caçar nem em terras ou pastos alheios, nem municípios, sem licença de seus donos, procuradores ou vaqueiros”¹⁸.

Destaca-se também, nessa lista, o “lavrador”, com percentuais de 16,27% e renda entre 200\$000 a 3000\$000 três contos de réis; e o “roceiro” cerca de 61,63%, com renda entre 200\$000 a 400\$000 réis. De acordo com as observações escritas na última coluna da tabela, dizia-se que eram os lavradores que “ocupavam officio de alferes da Guarda Nacional”.

Voltemos a falar das oscilações das “profissões e ocupações”¹⁹ que existiram no século XIX, mormente na condição de “lavrador”, pois, além

16 É “Decreto, lei da camara municipal, n'aquillo que é da sua jurisdicção”. VIEIRA, Domingos. Op. cit. p. 868.

17 Cf. APEPI. Código das Leis Piauienses 1860. Tomo 19 – Parte 1. Secção 1-2-3-4. Therезina: Typ. Independente Impresso por [?] Rua da Estrella 1860. Ex. 2. Leis, Decretos e Resoluções. 1860 a 1873, p. 11.

18 Posturas de Jaicós. In.: Código das Leis Piauienses, 1875. Tomo 33. Parte 1-2. Secção 1. Therезina: [?]. Códice: PI 348.812 2 C 669 Ex. 1, p. 26

19 Sobre os materiais empíricos para analisar as populações no tocante ao universo das ocupações de Minas Gerais indicamos como referência o artigo: GODOY, Marcelo Magalhães (Coord.). “Dicionário das Ocupações em Minas Gerais no Século XIX, acompanhado de Estudo Histórico em torno da Economia e Sociedade Mineira Provincial”. In: *Varia História*. Belo Horizonte, n. 15, mar. 1996, p. 161-192.

de ter renda, o “termo tanto poderia se referir ao proprietário de ‘lavra’ quanto ao ‘trabalhador de enxada’”²⁰.

De fato, encontramos muitos homens pobres que se identificaram como simples “lavradores”, camaradas ou agregados. Estes eram pobres e não tinha terras, mas estavam ligados a algum proprietário ou viviam independentes; mas outras vezes também encontramos o termo “lavrador” que identificava o possuidor ou proprietário de fazenda, inclusive, digladiando com os posseiros, às vezes, por vastas terras para pastos ou aguadas²¹.

Em relação ao roceiro, nas províncias do Sul, era “o mesmo que caipira”²². Para o Frei Domingos Vieira, este era o “homem que faz, e planta roçados, vulgarmente de mandiocas e legumes, e diverge do lavrador de cannas, tabaco, algodão, e anil”²³.

Desse modo, no Piauí os roceiros desempenhavam atividades diversas, eram os trabalhadores braçais da área rural e viviam lidando com a terra, roçando, pescando, caçando, plantando mandioca, colhendo algodão, auxiliando os vaqueiros, dentre outras atividades. De forma que era a condição de roceiro que estava inserida na classe da gente miúda, e eram estes que “geralmente eram designados para os serviços da guerra”. Assim informava-nos uma observação destacada na tabela da lista de qualificação, que consideramos ser evidente pelo expressivo percentual de 61,63% da população apontada como “trabalhador”.

Pontuamos também que a condição de roceiro se estendia às ocupações dos “jornaleiros”, tal como foi citado na lista de qualificação da Guarda Nacional, por ser considerada aquela “ralé” que desenvolvia atividades insignificantes. No entanto, se compararmos pela renda mínima de 200\$000 réis, estes poderiam ter se destacado da “milícia cidadã”. Segundo o Presidente do Piauí, Dr. Luna Freire, em seu relatório datado do ano de 1867, um “jornaleiro” sustentado pelo lavrador ganhava 320 réis, e,

20 VELLASCO, Ivan de Andrade. O labirinto das ocupações: Uma proposta de reconstrução da estrutura social a partir de dados ocupacionais. In: *Varia História*. Belo Horizonte, n. 32, jul., 2004, p. 200.

21 Sobre estas questões, indicamos a leitura desses conflitos no Capítulo 3: Porteiras francas em terras copossuídas, na tese citada anteriormente: MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa Monteiro. “[...] *cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”... op. cit., p. 148-210.

22 Cf. BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique Pedro Carlos de. op. cit. p. 126.

23 VIEIRA, Domingos. Op. cit. p. 317

comendo a suas custas, 500 réis²⁴.

Na tabela estão ainda os “vaqueiros”, com 4,36% e renda de 200\$000 a 400\$000 réis. Apesar de ser uma ocupação desejada esta se tornava quase que insignificante quando comparada com as dos roceiros (61,63). Certamente, essa lista não foi computada todos os ocupantes do cargo de vaqueiro das fazendas piauienses, mas talvez registrassem aqueles de rendas mais consolidadas perante o fisco em que se destacam os vaqueiros-chefes e os vaqueiros-auxiliares²⁵.

Ressaltamos que dentre as ocupações/profissões citadas na tabela acima as de “vaqueiro” se diferenciam das demais. Essa era a única ocupação que se destacava dentro na complexa hierarquia social. Para a historiadora Brandão “fora os vaqueiros, que podiam chegar a proprietários de gado e escravos, poucas chances tinham as demais categorias de ascender socialmente”²⁶.

O vaqueiro era, de fato, a ocupação de destaque nestes sertões dentre os homens livres. Este se constituiu assim pela presteza que se iniciava desde a infância²⁷. Havia, inclusive, a tradição de famílias de vaqueiros repassarem esses saberes hereditariamente, garantindo, por conseguinte, a vinculação desses serviços a fazendeiros de um mesmo grupo de posse e família. Seguramente, era um posto almejado por todos, pois oferecia estabilidade e poder nessa estratificação social.

O vaqueiro, embora não tivesse título fundiário, era possuidor de gado, escravo e cultivavam nas melhores terras, além de poder arrendar a extração de diversos vegetais. Sua renda era difícil de ser quantificada, pois

24 NUPEM. Relatório do presidente da Província do Piauí, Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial. Impresso na Typ. B. de Mattos, San Luiz. 09/09/1867. p. 87

25 Para essas definições, ver: FALCI, Miridan B. K. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: FCMC, 1995, p. 161

26 BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da UFPI, 1999, p. 108.

27 Segundo Lima, “a efetiva introdução dos ‘vaqueiros’ no mundo do trabalho iniciava aos seis ou sete anos, obviamente em tarefas inerentes ao pastoreio. [...] O trabalho dos meninos era restrito às cercanias das fazendas a que pertenciam, diferindo de guias adultos, que estendiam o raio de atuação a outras fazendas e a tropeadas com destino às feiras, especialmente, na Bahia”. Cf. LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 94-95.

o contrato de parceria limitava-os a administração da fazenda enquanto unidade de produção e povoamento²⁸.

Neste contexto, avaliamos que escravos e homens livres ocuparam as diversas atividades desenvolvidas no Piauí. Nesta província, destacou-se a quantidade de homens livres espalhados pelos vastos sertões, todos misturados, entre brancos, pardos, caboclos e pretos²⁹, todos, desenvolvendo trabalhos tanto na atividade agropastoril como extrativista. A historiadora Tanya Brandão pode nos ajudar a entender as procedências dessa diversidade ocupacional e hierarquização social. Segundo a historiadora,

A estratificação social no Piauí Colônia, de maneira geral, tinha por base os recursos econômicos. Três categorias podem ser identificadas: a primeira compunha-se dos proprietários da terra, gado e escravos; a intermediária, mas variada, abrangia as categorias de sitiantes, vaqueiros, feitores, posseiros e agregados. Na base na pirâmide social encontrava-se a massa escrava, compreendendo as pessoas que estavam sujeitas a um senhor, consideradas como propriedade³⁰.

Como se vê, a diversificada ocupação da população se consolidou na colônia e se estendeu para o império. A propriedade e o domínio da terra continuaram a marcar social e politicamente essa estratificação da sociedade, porque excluiu grande parte da população do acesso a recursos que oportunizassem o acúmulo de riquezas.

Essa estratificação social, política e econômica pode ser percebida

28 Sobre as discussões da ocupação de vaqueiro e as vantagens social e econômica desse ofício, ver: BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 115; CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o vaqueiro*. 11 ed. Teresina: Quixote, 2012; FALCI, Miridan B. K. *Escravos do sertão...* op. cit. p. 161.

29 A partir da segunda metade do século a cor se torna “inexistente”, pois houve, de certa forma, uma ampliação da população livre e este aspecto já não era ponto crucial de localização social, mas, certamente, a cor continuou (e continua) suscitando a exclusão social. Cf. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das Cores do Silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista — Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

30 BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Op. cit. p. 108.

também no censo populacional do Império no Piauí. Apesar de ter limitado a diversidade de profissões, a estatística traz dados que nos ajudam a dinamizar o quantitativo populacional presente nesta província, mas também não podemos considerá-los como números exatos. Seja por questões já apontadas anteriormente, relacionada à ingerência das autoridades na coleta de dados, da extensão territorial e do caso dos homens livres desempenharem, uma mesma pessoa, várias funções. Portanto, acumulando, por exemplo, ofícios de ferreiro e marceneiro.

2 Contabilizar a população: ocupações e outros fazeres no Piauí

Durante o processo de pesquisa realizamos um levantamento detalhado nas caixas e códices das comarcas e vilas da província do Piauí com o intuito de mapear as categorias de trabalho e pouco encontramos, senão, citações tímidas de ocupações/funções especificadas nos documentos da Guarda Nacional, dos Batalhões e Companhias militares, das petições da polícia e do judiciário, principalmente, nos cadernos dos processos crimes e civis.

Perante a documentação consultada ficou evidente que as ocupações ligadas as rendas estavam a classe abastadas e nos documentos policiais e judiciais uma classe sem bonança, considerada pobre que se apresentavam nos laudos como criminosos e/ou testemunhas dos processos. Avaliamos que toda a ênfase também se dava para as atividades da pecuária, produzindo uma invisibilidade em torno daqueles sujeitos que lidavam com as tarefas agrícolas.

Por esse viés podemos notar que as estatísticas silenciaram os homens livres pobres por não estarem, na concepção das elites, associados ao trabalho regular e por não estarem agregados a nenhum fazendeiro. Cabe-nos seguir analisando os dados e centrarmos nas funções que foram ocupadas e/ou nomeadas pelo censo oficial.

Para tanto, centralizaremos agora na análise do censo do Império, especificamente, a parte de que trata do Piauí. Dividimos a tabela em dois grupos: profissões liberais e manuais ou mecânicas. Vejamos na tabela a seguir.

TABELA 2: População do Império no Piauí – Profissões Liberais, 1872.

		População considerada em relação às profissões											
		Profissões Liberaes											
		Juristas											
	Religioso Secular												
32													
	Juizes												
21													
	Advogados												
35													
	Notários e escrivãs												
27													
	Procuradores												
7													
	Officiaes de Justiça												
23													
	Medicos												
9													
	Pharmaceuticos												
6													
	Parteiros												
17													
	Professores e homens de letras												
101													
	Empregados publicos												
245													
	Artistas												
187													
	Militares												
789													
	Maritimos												
43													
	Pescadores												
70													
	Capitalistas e proprietarios												
3.271													
	Manufactor e fabricantes												
108													
	Commerciaes e industriaes												
	Commerciaes												
	Commerciaes, guarda-livro e caixeiros												
961													

Fonte: Tabela adaptada pelo autor da tese. In.: Recenseamento do Brasil de 1872 – Província do Piauí. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

As referidas informações trazem dados detalhados do Recenseamento Geral do Império, de 1872, e expõe outras categorias da população do Piauí. Os dados foram colhidos em 27 paróquias, perfazendo um total de 202.222 habitantes, sendo a população livre composta de 178.427 habitantes e a população escrava de 23.795. As paróquias de Santo Antonio de Jeromenha e Senhor Bom Jesus da Gurgueia não informaram seus contingentes.

O Conselheiro Manoel Francisco Correia, Diretor Geral de Estatística, em 1876, fez uma análise e estimou a população das paróquias omitidas no censo, usando a proporção de 400 habitantes por eleitor, conforme estabelecia a lei eleitoral. Sendo assim, acrescentou 9.600 habitantes à população do Piauí³¹.

Na tabela dos profissionais liberais destacam-se os sujeitos bem definidos na hierarquização social do Piauí, por estas representarem uma parcela ínfima do total da população e por serem uma elite letrada e com rendas acentuadas, comparadas com as outras áreas ocupadas por pobres livres. Perfazem o total de 5.952, que representam 2,94% da população total do Piauí. Certamente, estes 2,94% da população, era uma pequena elite que além de ocupar cargos na burocracia provincial, procuravam ampliar seus negócios e suas propriedades latifundiárias.

Destes dois subgrupos se destacam nessa amostragem os “profissionais liberais”: com 32 religiosos, 113 juristas; os médicos, farmacêuticos e parteiros perfazem 32, professores e homens de letras 101, empregados públicos 245, artistas 187; militares e marítimos 832, pescadores 70, capitalistas e proprietários 3.271.

Aqui notemos que os religiosos era uma minoria, considerando o tamanho do território. Enquanto que o judiciário, em 1872, já se encontrava consolidado. Pelos menos com magistrados ocupando os cargos de juiz de direito nas comarcas, bem como os auxílios dos escrivães e dos oficiais de justiça. As áreas médicas e da instrução primária continuava sendo um serviço para poucos, pois somente a elite tinha acesso a esses serviços. Salvo raras exceções em que esses profissionais prestavam serviços às

31 BRASIL. Directoria Geral De Estatística. Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentados ao illm. e exm. sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Tipografia de Hyppolito José Pinto, 1877. Disponível Em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

classes abastadas e que autorizavam a ampliação destes serviços aos demais agregados.

Os empregados públicos ajudaram, de forma ampla, a fortalecer a burocracia da província, sobretudo, inseriu alguns homens livres a ingressar nessa malha. Alguns assumiram cargos privilegiados como os trabalhos no fisco, na área de recolhimento de impostos, escrivães; outros com funções no baixo escalão: soldados e carcereiros.

Em relação aos artistas, não conseguimos definir o que faziam, nem nos dicionários oitocentistas. Os pescadores já tinham sido identificados, anteriormente, na lista da Guarda Nacional. Os militares e marítimos, sugerem que compreendam o corpo da Guarda Nacional, Exército, Marinha, Polícia, dentre outras corporações congêneres.

Os setores que se destacam e que compõe a classe social detentora do poderio econômico e, certamente, político, eram os capitalistas e proprietários, cujo valor expressivo era de 3.271. Estes se complementam com o subgrupo das “profissões industriais e comerciais”: os “manufatores e fabricantes”, com 108, e “commerciantes, guarda-livro e caixeiros”, perfazendo 961. Estes últimos nos sugere pensar a intensa movimentação dos comércios e da circulação de mercadorias que passavam por lugares diversos. Assim, podemos imaginar a importância das tropas que atravessaram o interior e a presença de muitos comboieiros, arreadores, ferradores, dentre outros, que intensificaram os pequenos comércios que foram se estabelecimento nas feitorias.

Ponderamos que as profissões liberais encontram-se citadas resumidamente. Na tabela seguinte, a situação não é diferente, mas são dados importantes para percebermos os ofícios em algumas áreas importantes do setor produtivo em que participaram os homens livres pobres.

A princípio, reforçamos as dificuldades, pela ausência de documentos que definissem as profissões sem generalizá-las, que enfrentamos na identificação das ocupações dos homens livres no contexto de seus trabalhos nas vilas e comarcas. Sobretudo, aqueles que se dedicavam ao trabalho na agricultura e na extração de minerais (carnaúba, babaçu, buriti, piaçava, etc.)³².

É bem verdade que houve exceções. Certamente, esse empecilho se amplia para as mulheres livres, libertas e escravas, uma vez que para a classe

32 Algumas dessas atividades, especificamente, a produção da maniçoba, no seguinte

patronal sempre desenvolveram, na sociedade, atividades consideradas secundárias e estavam sucessivamente na situação de dependentes de outrem. Acerca dessas abordagens enfatizamos que elas constituem uma área carente de pesquisa. Na tabela abaixo, além de detectarmos outras funções ou profissões, percebemos também que as mulheres já começam a se destacar na província.

Nas “Profissões manuais ou mecânicas”, a primeira ocupação que analisamos são as “costureiras”, com o número de 18.003. Estas são representadas apenas por mulheres que, nesse recenseamento, encontram-se distribuídas entre mulheres livres com 16.538 e as livres estrangeiras, com 31. As mulheres escravas, com 1434,³³ aparecem com mais evidência, pois estas também se fizeram presentes nos outros ofícios, mas somente na função de “costureira” surge com unanimidade, marcando sua ação na malha da produção para o mercado interno ou externo da província.

Para analisarmos a complexa carga de “costureiras” na província do Piauí basta salientarmos a invisibilidade dessas mulheres perante a indústria têxtil artesanal, certamente, os trabalhos de fiadeiras e tecedeiras são funções congêneres as de costura e essas ocupações se espalharam pelas vilas. Para termos noção da importância dessas ocupações basta lermos a nota publicada no Jornal “A Época”: “Aviso aos possuidores de machinas de costura americanas, de Florece. Paulino José Coelho, negociante na Parnahyba, tem agulhas para essas machinas, vendendo sortidas em dúzia á 3\$200 reis e numeros especiaes a 320 reis cada agulha”³⁴. Supõe-se que a demanda no mercado por vendas de máquinas fosse para atender um comércio em expansão que, no interior da província, se alargava sem controle; associa-se a esse contexto o “boom” algodoeiro nas províncias do Norte³⁵.

livro: QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *A importância da borracha de manicoba na economia do Piauí, 1900-1920*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

33 Para uma visualização mais detalhada ver a tabela “População considerada em relação às profissões” no Recenseamento do Brasil de 1872 – Província do Piauí, p. 80. No mesmo documento é possível consultarmos essas ocupações por paróquias. Cf. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

34 NUPEM. Núcleo de Microfilmagens. Jornal A Época. Ano VII, n. 299, 05/04/1884, p. 4

35 Cf.: VIANA, Carlos Negreiros. *A indústria têxtil de algodão no Ceará: uma experiência de industrialização fora do centro-sul (1881-1973)*. Dissertação em Economia.

TABELA 3: População do Império no Piauí – Profissões Manuais ou Mecânicas, 1872.

População considerada em relação às profissões													
Condição	Costureiras	Profissões manuais ou mecânicas							Profissões Agrícolas		Pessoas Assalariadas	Serviço doméstico	Sem profissão
		Operários											
		Em metais	Em madeiras	Em tecidos	De edificações	Em couros e peles	De vestuário	De calçados	Lavradores	Criadores	Criados e Jornaleiros		
L	16569	403	629	3601	303	125	238	621	37587	4249	9535	27313	71026
E	1434	51	36	509	29	3	7	29	6264	-	2445	4686	8799
T	18003	454	665	4110	332	128	245	650	43851	4249	11980	31999	79825

LEGENDA: L = livre; E = escravos; T = total.

Fonte: Tabela adaptada pelo autor da tese. In.: Recenseamento do Brasil de 1872 – Província do Piauí. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

Voltando para a análise dos dados do censo, convém salientar que ao apontar a categoria de costureiras como sendo a única atividade desenvolvida por mulheres, seja livre ou escrava, é desqualificar e desprestigiar o importante espaço de atuação do trabalho feminino, para além do trabalho doméstico, pois estas atuavam em diversas frentes de serviços. Na verdade, a historiografia brasileira precisa ampliar essa discussão, pois, como interpreta a autora Nancy Priscilla Naro,

A complicada questão da contribuição de mulheres para a formação de uma identidade nacional e de um conceito de cidadania na sociedade brasileira do século XIX tem uma natureza mais delicada. Mulheres tinham suas vozes silenciadas nas esferas política e judicial daquela sociedade, mas elas estavam, mesmo assim, ligadas ao meio político e social através de laços familiares, reais ou fictícios, eventos, festivais religiosos, caridades e instituições educacionais³⁶.

Muitas mulheres estavam na labuta e dividia esse tempo com o trabalho doméstico, na criação dos filhos e no zelo pela pequena roça e algumas criações. Estas, muitas vezes, diferentemente do trabalho masculino, não eram assalariadas, mas lá estavam, exaustivamente, ocupadas com tarefas durante grande parte do tempo diário. Sobretudo, procuravam na luta pela sobrevivência, se desvincular do isolamento “político e social” que procuravam subjugar-las, mas que os “laços familiares” e em outros eventos faziam surgir a resistência a ordem e ao poder local para assegurar sua prole no assento da família, pois os filhos faziam parte da mão de obra braçal no preparo da terra para o plantio. A título de exemplo, basta analisarmos a documentação que demonstram as petições de dispensa para o serviço militar, pois a maioria foi escrita a rogo de muitas mulheres viúvas, idosas e que, às vezes, tinham apenas um filho para ajudar no sustento da família³⁷.

36 NARO, Nancy Priscilla. O gênero em questão: mulheres escravas e livres perante a justiça. In. LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 150.

37 Ver essa discussão no quarto capítulo da seguinte tese: MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa Monteiro. “[...] *cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”... op. cit. p. 211-269.

Houve também avanços em relação as “Profissões manuais ou mecânicas”, que se espalhavam por toda a província. Acima, notamos que estas registraram uma população livre de 5.920 profissionais, ao lado de 664 da população escrava; as “Profissões Agrícolas” trazem os “lavradores” e os “criadores”, com uma população livre de 37.587 e 4.249, respectivamente. Deste contingente, destacam-se 6.264 escravos, com a função de lavrador e, claro, os demais, do item de “criadores”, representavam um grupo de pequenos criadores, talvez dividido entre os vaqueiros e agregados.

Os “Criados e Jornaleiros” são os que têm funções assalariadas. Destes contingentes, 9.535 são de homens livres e 2.445 de escravos, sendo que os livres, geralmente, eram pessoas que estavam ligadas a algum proprietário e realizavam, esporadicamente, atividades extras em outras fazendas.

No “Serviço doméstico”, foram somados 27.313 para livres e 4.686 para escravos, perfazendo um total de 31.999. Estas últimas categorias representam o tripé de sustentação da elite, pela prestação de seus serviços braçais, motivo pelo qual se acentuou ainda mais a hierarquia social estabelecida pelas condições da renda. No entanto, observamos que estes trabalhadores buscavam a sobrevivência e lutavam, a cada dia, para sustentar suas famílias e garantir terras para fazer seus roçados.

No entanto, nesse recenseamento de 1872, o que nos chama a atenção é a ausência de detalhes para definir as ocupações que desenvolviam os “Sem profissões”, considerando que estes representam maioria na lista, com um valor quantitativo de 71.026 para livres e 8.799 para escravos. Na verdade, esses números tornam implícita a diversidade de ofícios que desenvolviam esse contingente, pois tinham aproximação com os trabalhos da lavoura e as diversas atividades na área da pecuária, como ferreiro, carpinteiro, roceiro. Segundo Alessandra F. Martinez de Schueler:

Em uma sociedade escravista, a necessidade de trabalhar representava o limite da pobreza. Viver da própria labuta, prescindindo do trabalho de outrém, era sinal de pobreza extrema ou de uma oscilação constante dos níveis de vida. Ainda que houvesse uma grande complexidade da sociedade oitocentista, acrescida da mobilidade e das diferenciações e hierarquizações das condições sociais, a necessidade do trabalho manual era uma marca fundamental de distinção social entre a população livre e liberta. Trabalhadores braçais, serventes, domésticos, mercadores, jornaleiros, quitan-

deiras, costureiras, carregadores, pajens, mestres-escolas, e outras categorias de trabalhadores urbanos buscavam o seu ganha-pão diário, circulando apressados pelas ruas, dominando o espaço público, movimentando e impulsionando a vida nas cidades³⁸.

Portanto, se compararmos a citação acima com as ocupações que foram definidas pelo Recenseamento de 1872 podemos deduzir que os “Sem profissões” estariam vivendo no “limite da pobreza” e procuravam sobreviver “prescindindo do trabalho de outrem” e, avaliamos, são estes sujeitos, invisíveis mediante a diversidade de “categorias de trabalhadores”, que foram ignorados pelo censo apenas por valorar o “trabalho manual” e ao desprestigiar outras categorias marcaram hierarquicamente a “distinção social entre a população livre e liberta”.

Voltemos à população total do Piauí. O censo de 1872 registrou 202.222, destes 178.427 eram livres e 23.795 eram escravos, respectivamente, representados pelos percentuais de 88,23% e do 11,76%. A maioria da população escrava piauiense eram crioulos e mestiços³⁹. Em algumas atividades, principalmente a população escrava, diferenciava-se seus serviços por sexo e faixa etária⁴⁰.

Esses números sugerem pensarmos que em muitas fazendas existiam a presença de livres e escravos dividindo as mesmas atividades e com afinidade em certos ofícios, conforme citado anteriormente. Ressaltamos que essa aproximação não significa uma convivência harmoniosa, mas conflitos existiram. Às vezes agiam em conluio para facilitar fugas de escravos, outras pelas relações entre si nos casos de agressões movidas por traições conjugais, roubos de animais e/ou resistência à exploração no trabalho.

Apenas na atividade de campear o gado o trabalhador livre era o elemento definidor e mentor principal. Segundo Miridan Falci, “o escravo

38 SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. “Criança e escolas na passagem do Império para a República”. In.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 19, nº 37, p. 59–84, 1999, p. 63.

39 SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: escravidão e polícia na cidade de Teresina, século XIX*. Teresina: EDUFPI, 2014, p. 48.

40 Para analisar as diversas atividades desenvolvidas por escravos e escravas, conferir o capítulo 2: Processo produtivo e ocupação da mão-de-obra. Cf. LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte...*, 2005, p. 64.

trabalhava nas fazendas de criar [...] no trabalho de charqueadas, na ferragem do gado, na pilagem do arrô, na colheita do algodão, na matança do gado, no extirpagem do seu couro, no preparo de sola e da ‘carne de sol’”.⁴¹ Certamente, os homens livres se somavam nessas tarefas.

Ainda sobre o quantitativo dos “sem profissões” também nos remete ao indiscutível discurso que se espalhou na segunda metade no século XIX, de que era necessário aperfeiçoar tanto a mão de obra quanto as lavouras. Daí constata-se que esse recenseamento reforça o preconceito contra os pobres sem especialidades, mas também não abandona os modos indicativos de que estes deviam dedicar-se ao trabalho regular.

Mediante esse quantitativo, indagamos: somam-se os indígenas em quais grupos? Ou em quais etnias foram classificados: “brancos”, “pardos”, “caboclos” ou “pretos”? Ainda entre esse contingente de “Sem profissões” podemos deduzir que estavam os “vadios” e os “facínoras”? E a população que estava nas cadeias das vilas ou na Casa de Prisão com trabalho em Teresina? E os mendigos, que perambulavam nas ruas ou que estavam nas instituições de caridades? E os migrantes da seca?

Aqui reportarmo-nos ao início desse artigo, para lembrarmos a inexactidão decorrente de informações incompletas ou mesmo da ausência de informação, já que nem todos os dados eram computados pelos Presidentes Provinciais e Chefes de Polícias. Pois bem, somam-se a essa questão os fatores que faziam com que a população pobre tivesse certo estranhamento e medo dos recenseamentos, sobretudo, as experiências vivenciadas pelos decretos 797 e 798, de 18 de junho de 1851, que instituíam, respectivamente, o Censo Geral do Império e o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos⁴².

Ainda na década de 1870, Joaquim Norberto de Souza e Silva, funcionário do Ministério dos Negócios do Império, reconhece essas falhas, pois este, minuciosamente, foi apontando suas interpretações, a partir de um “inventário” sobre as estatísticas realizadas desde os tempos coloniais até o império. Segundo este,

41 Sobre a expansão da população livre em relação a escrava, consultar: FALCI, Miridan B. K. A questão servil na fala dos presidentes da província do Piauí. In.: *Anais do VI Simpósio de História: Trabalho livre e trabalho escravo* (CD-ROM). Associação Nacional de História/ANPUH., Goiânia, pp. 355-370, setembro/1971, p. 360-361.

42 Ver o capítulo que aborda “As insurreições” em: MONTEIRO, Hamilton de M. *Nordeste Insurgente...* Op. cit.

Alguns censos da população, que possuem várias províncias, achão-se eivados de vícios e inexactidões, taes quaes se notão geralmente nos seus mapas estatísticos, feitos, sem plano, organizados sem instrucções semelhantes que convergissem para um todo uniforme, levantados em annos desencontrados, quando deverião ser simultaneamente, e satisfazendo assim mal e descuidosamente as disposições de uma legislação disparatada em matéria em que pela sua homogeneidade mais deverião se harmonizar para preencher o fim que nesta parte teve em vista o Acto Addcional [datado de 1834]⁴³.

Tais angústias foram corroboradas pelo Dr. José Paulino Soares de Souza, Ministro dos Negócios do Império, que solicitava medidas para a execução de um censo. E reafirma, no item “Estatística”, do mesmo relatório supracitado, dúvidas sobre os dados informados pela Província do Piauí e exigia atenção ao relatório, principalmente, em relação ao “desleixo e a incúria que reinavão nos registros prarochiaes” e que por isso “as imperfeições dos mapas enviados pelas autoridades dos diversos municípios deixão esses algarismos muito áquem da sua realidade”⁴⁴.

As imprecisões eram devidas também a outros motivos, a saber: a inexistência de critérios disciplinados para a guarda dos livros de lançamento dos batismos na província e o costume que se tinha de enterrar os óbitos em beiras de estradas. Além disso, havia os problemas das epidemias e da morte de muitos recém-nascidos.

O que esse recenseamento, na sua própria estrutura de organizar a população, demonstrara foi uma hierarquia social, começando por contabilizar as pessoas, dividindo-as em livres e escravos. Nessa divisão, ficou acentuado o olhar oficial para as camadas pobres que rumou por ser elitista e preconceituosa com as ocupações não especializadas, repartindo-as em mecânicas ou manuais. Por essa visão desconsiderou o trabalhador nacional desvinculado dos fazendeiros e relegou os “sem profissões”.

43 SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniaes até hoje. In.: *BRASIL*. Relatório do Ministério dos Negócios do Império, Anexo D, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870, p. 12. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1696/000001.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

44 *Ibidem*.

Apesar das indagações, fechamos esse artigo reconhecendo que não podemos excluir o mérito do governo imperial pela realização do recenseamento, pois imaginamos que não foi tarefa fácil consolidar dados de contingentes tão complexos com a incompletude de dados.

Para tanto, resta-nos enveredar e mapear os campos em que estes homens trabalhavam e como os proprietários e autoridades avaliavam seus trabalhos ou daqueles que resistiam a se aterem ao trabalho regular.

As relações familiares e o matrimônio no Piauí oitocentista

Mona Ayala Saraiva da Silveira

1 Introdução

Histórias de afeto, de mágoas, de sonhos e de decepções. Enredos perpassados por um tempo em que as escolhas do grupo familiar definiam os destinos da vida conjugal. Memórias de outrora que revelam casamentos realizados num círculo limitado e que uniam indivíduos em função da origem familiar e da situação socioeconômica. Os fragmentos do passado revelam vivências cotidianas em terras da Província do Piauí, onde casar-se oficialmente foi raro e existiram diversas possibilidades de arranjos conjugais.

O presente artigo propõe compreender alguns destes enredos, memórias e histórias sobre as relações familiares e o matrimônio na sociedade piauiense do século XIX. O objetivo principal é analisar as relações familiares e conjugais no recorte proposto, que abrange desde a presença de muitas uniões consanguíneas à realização de poucos casamentos oficiais; de histórias de concubinatos vivenciados por homens

ao adultério praticado por mulheres.

Partimos dos pressupostos de Jean-Louis Flandrin para definição do termo “família”. O autor argumenta que é pouco apropriado falar numa diferença entre público e privado nas sociedades monárquicas. Por este motivo a instituição família, nessa conjuntura, tinha característica de instituição pública e as relações de parentesco serviam de base para as relações políticas e sociais. As famílias importantes desempenhavam papel fundamental na vida política e o detentor do poder público governava com ajuda de parentes em seu benefício.¹

A palavra “família” tem dois sentidos sociológicos. Um mais amplo que considera como família o conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento, pela filiação ou pela descendência, ou seja, seria uma linhagem. Noutro sentido, mais restrito, o termo designa pessoas aparentadas que vivem na mesma casa, especificamente, pai, mãe e filho. Flandrin sugere que a ideia de família como linhagem constituiu uma realidade entre as elites e que seus membros se uniram pela dependência comum ao pai do grupo familiar. Argumenta, também, que só foi possível perceber, na França e na Inglaterra, o trio pai-mãe-filho independente da linhagem a partir do século XIX, quando podemos falar em família nuclear.²

No Brasil, a partir da década de 1970, a produção historiográfica³ sobre o tema família foi influenciada pela demografia histórica e teve uma preocupação com as relações entre famílias e domicílios. Para Tânia Brandão esta relação no contexto piauiense é inviável, pois a designação “fogo” não se referia apenas a casa, mas a propriedade rural como um todo. Dessa forma, a ideia de família englobaria o senhor da terra com filhos e esposa, o núcleo familiar do vaqueiro, os agregados e escravos. A autora prefere, então, limitar a noção de família ao vínculo de parentesco estabelecido pelos laços de sangue e pelo casamento⁴. Apesar de Brandão observar outro contexto temporal, vamos trabalhar com a mesma noção de família para o

1 FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias*. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 10.

2 FLANDRIN, 1995, p.12-17.

3 Refiro-me a trabalhos como de Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Luíza Marcílio e Eni de Mesquita Samara.

4 BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995, p. 100 – 102.

estudo do Piauí provincial, pois são perceptíveis continuidades das funções socioculturais das famílias de elite.

Para acessar o panorama das relações familiares e o matrimônio no Piauí oitocentista recorreremos ao acervo formado por documentos do Arquivo da Arquidiocese de São Luís como os processos cíveis, mapas e listas de casamento e os relatórios das visitas pastorais realizadas no Piauí. Além destes, também analisamos as mensagens ou relatórios de governo, jornais, memórias e genealogias. Para adentrarmos os meandros da vida cotidiana no século XIX e das gerações das famílias da elite piauiense consideramos que a média da diferença de uma geração para outra foi de 25 anos. Nesse sentido, analisamos as terceiras e quartas gerações das famílias que chegaram ao Piauí na época do povoamento português.

Destacamos a particularidade metodológica ao analisar as informações contidas nos processos cíveis. Natalie Zamon Davis nos ensina a importância em trabalhar com fontes que contém “situações desagradáveis e o desfecho nem sempre é feliz: os anais judiciais”⁵. Para a autora os processos dos tribunais eclesiásticos são uma forma de entrarmos em contato com pessoas comuns que manobravam no mundo da lei e da moral. Assim, seria possível sabermos mais sobre as esperanças, sentimentos, práticas de uma gente que não aparecia em documentos oficiais e muitas vezes, por não saberem ler ou escrever, não deixaram registros pessoais. Ou, quando o fizeram, tais registros em poucas ocasiões chegaram até nós historiadores.

Dessa forma, organizamos o texto em dois tópicos. No primeiro, analisamos o processo matrimonial e as escolhas conjugais, buscando o entendimento de como os casamentos foram utilizados pelas elites piauienses para unir famílias com tradições políticas e econômicas fortes e como buscaram se adequar aos padrões normativos da Igreja Católica. No segundo tópico, observamos os dados sobre os casamentos oficiais na Província do Piauí e a essência destas uniões, que construiu um cotidiano, por vezes conflituoso, marcado pelos adultérios e sevícias. Observamos, ainda, como os processos movidos na esfera eclesiástica surgiram como alternativa ao dia-a-dia de injúrias, mas principalmente, como tática de preservação do patrimônio familiar.

5 DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.19.

2 Famílias e escolhas conjugais

A estrutura familiar oitocentista, assim como na Colônia, apresentou-se como instituição social, garantindo função econômica, reprodução de valores morais e, com base na fundamentação religiosa, o controle dos sujeitos⁶. Nesta sociedade, o casamento tornou-se cercado de normas que uniam os indivíduos socialmente em função da origem e da posição socioeconômica. Muitas uniões tinham o objetivo de preservar a fortuna e a linhagem, por isso foram comuns uniões entre parentes próximos⁷. A escolha do cônjuge dependia da interferência da família e a legalização das uniões dependia da autorização do pai. Sua autoridade era legítima e indiscutível, sendo sua função decidir e até impor os futuros dos filhos⁸. A indissolubilidade do sacramento do matrimônio era o principal argumento utilizado em favor de uma escolha bem pensada do cônjuge. Por isso, cabia ao pai, que era o chefe e considerado o lado racional da família, tomar a decisão de quem seria o futuro marido de suas filhas⁹.

No Piauí, a decisão de constituir família perpassava pela necessidade de gerar uma prole como continuidade do sobrenome e herdeiros do patrimônio familiar. O casamento, era aqui, um instrumento de união de famílias e os filhos eram os vínculos para novas alianças. Para Brandão, desde o período colonial, o casamento foi importante para formação da elite, da estrutura social e de poder¹⁰. Dessa forma, conquistaram prestígio e desenharam a base política da Capitania, que foi possível devido à pouca presença da autoridade da Coroa nessas terras. O poder da família se faz maior onde o estado atuou de forma limitada. No século XIX, além dos casamentos, os partidos políticos surgiam como possibilidade de alianças para a manutenção do poder. Estes “refletiam, mesmo com distorções, os arranjos familiares da Província, no qual se destacam dois poderosos

6 BRANDÃO, 1995, p. 131.

7 SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989, p. 87.

8 SAMARA, 1989, p. 89.

9 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A Queiroz: Ed. Universidade de São Paulo, 1984, p. 66.

10 BRANDÃO, 1995, p. 140.

núcleos familiares, um no Centro-Sul da Província, liderados pelos Sousa Martins, mais afeitos ao Partido Conservador e outro núcleo ao Norte, mais Liberais, capitaneados pelos Castelo Branco”¹¹. Sousa Neto afirma que:

Como o número de pessoas de projeção social manteve-se sempre reduzido, até o século XIX, o mercado nupcial interno também se apresentou limitado para a elite local. Como a escolha de cônjuge deveria ocorrer entre “iguais”, nesse grupo da sociedade piauiense, predominavam os casamentos entre pessoas de um pequeno conjunto de famílias. A partir disso, formaram-se estreitas redes familiares de natureza endogâmica, que predominaram no exercício do controle político no Piauí¹².

A documentação analisada nos revela um pouco sobre os processos das escolhas conjugais. Em 1835, Francisco Miguel Castello Branco e Maria Carlota de Miranda, primos, ambos moradores da povoação de São Gonçalo da Batalha, freguesia de Nossa Senhora do Carmo da vila de Piracuruca, justificam a realização de seu matrimônio pelo seguinte argumento:

[...] os oradores são das principaes familias da Freguezia por isso que todos seus parentes tem servido e estão servindo a cargos públicos e que não achão pessoas de suas esquilhas para se cazar [corroído] de parentes de maneira que não consta que eles oradores se oferecesse outro casamento se não com parentes e sendo huma parentalha cressida quase todos tem cazado com parentes¹³.

Francisco e Maria faziam parte de famílias que ocupavam tradicionalmente o poder público na região de Piracuruca, norte da Província, e o casamento entre parentes aparece como um elemento recorrente para manter o nome da família. Esses arranjos realizados entre

11 SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009, p.242.

12 SOUSA NETO, 2009, p. 250.

13 PIAUÍ. Comarca Episcopal. Dispensa Matrimonial. Autores: Francisco Miguel Castello Branco e Maria Carlota de Miranda. Piracuruca – PI, 1835. APEM, Arquivo da Arquidiocese – São Luís / MA, caixa: 161, maço: 725, documento: 4923, 1835, fl.11.

grupos familiares importantes ou entre parentes consanguíneos também aparecem nas memórias e genealogias. Assim, observamos famílias tradicionais que se confundiam através de sucessivos cruzamentos, como por exemplo os Pires Ferreira e os Castelo Branco¹⁴.

José Pires Ferreira, por volta de meados do século XIX, fez seu primeiro casamento, do qual se seguiram mais três, todos com moças Castelo Branco¹⁵. Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, um dos líderes da Balaiada, e “como filho de família importante exerceu, desde a juventude, cargos públicos, quer de nomeação de governo, quer de eleição popular: foi vereador, eleitor de paróquia, juiz de paz e promotor público de Campo Maior”¹⁶. Casou-se com Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco.

O filho do casal Lívio e Bárbara, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, que foi jornalista, historiador, vereador de Teresina, deputado provincial, gerente da companhia de navegação, procurador dos Feitos da Fazenda e delegado da capital Teresina, em 1860 casou-se com sua prima Cassiana Ferreira de Araújo e Silva Castelo Branco¹⁷. Dessa forma, os Castelo Branco, ora casando entre si, ora com famílias da mesma linha de descendência, construíram uma rede familiar influente no meio político da Província.

Outro núcleo familiar importante se originou do casal José Vieira de Carvalho e Maria Freire da Silva, e do enlace de sua filha Domiciana Vieira de Carvalho com Valério Coelho Rodrigues. José e Maria vieram da capitania de São Paulo e no século XVIII fincaram raízes no Piauí num lugar o qual denominaram Paulista. Por volta de meados do mesmo século, o português, Valério Coelho Rodrigues sai da Bahia e adentra o sertão até chegar ao Piauí, mais precisamente em Paulista, onde se casou com Domiciana. Destes casais se originaram as famílias Coelho Rodrigues, Sousa Martins, Ferreira de Carvalho, Coelho, Sousa Mendes, Vieira de

14 CASTELO BRANCO, Renato. *Tomei um ita no Norte*. Memórias. LR editores: São Paulo, 1981, p. 33.

15 Em primeiras núpcias com Maria de Jesus Castelo Branco, em segundas com Umbelina de Lima Castelo Branco, em terceiras com Adelaide Rosa Castelo Branco e em quartas com Rosa Lima Castelo Branco. Ver: CASTELO BRANCO, 1981, p. 34.

16 CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 461.

17 CHAVES, 1998, p. 466-467.

Carvalho e Araújo Costa. Dos ramos colaterais as famílias Pereira da Silva, Pereira Ferraz, Soares da Silva, Ribeiro Gonçalves, Silva Moura, Rocha, Nogueira, Madeira, Ferreira e outras¹⁸.

Durante o século XIX estas famílias continuaram se intercruzando¹⁹ e deram origem a uma enorme rede familiar (grupo extenso de parentesco e detentor de poder)²⁰, que se tornou o mais importante e influente grupo político do Piauí provincial. Podemos citar dois representantes de projeção política nacional, Antônio Coelho Rodrigues e Antônio de Sousa Mendes. O membro de maior representatividade política na Província foi, sem dúvida, Manoel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, que governou o Piauí entre o período de 1823 à 1843 e fortificou a ala dos conservadores tendo reflexos na política durante todo período imperial²¹.

Ao analisar as genealogias observamos a grande quantidade de casamentos consanguíneos nesta rede familiar, principalmente na família Sousa Martins. Verifica-se, numa mesma geração da família em meados do século XIX, a frequência dos casamentos entre primos legítimos²². Além destes, aconteceram uniões com graus de consanguinidade diversos:

18 CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de Carvalho. *Família Coelho Rodrigues*. Passado e presente. IOCE: Fortaleza, 1988, p. 9-10.

19 Como exemplo podemos citar os enlaces de Maria Teresa de Sousa Martins com Teotônio de Sousa Mendes. De Benedito Ferreira de Carvalho que se casou em primeiras núpcias com Jesuína Clementino de Sousa Martins e em segunda com a irmã da primeira esposa Maria Josefa Clementino de Sousa Martins. De Manuel Clementino de Sousa Martins com Ana Maria de Carvalho. De Carolina Cândida de Araújo Costa com Cândido de Sousa Martins. De Maria da Purificação de Araújo Costa com Francisco Clementino de Sousa Martins. De Lavina Araújo Costa com Manuel Clementino de Sousa Martins. De Marcos Aurélio Rodrigues Coelho com Júlia de Sousa Martins. De Antônio Manoel Rodrigues Coelho com Petronila de Sousa Martins, entre outros. VER: CARVALHO, 1988, *passim*.

20 BRANDÃO, 1995, p. 292.

21 RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa Piauiense: a atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, *passim*.

22 Isabel Brígida de Sousa Martins com Clementino Sousa Martins, Joaquim Clementino Sousa Martins com Dorotéia Maria de Santana, José Clementino de Sousa Martins com Silvana Rodrigues de Sousa Martins, Firmino de Sousa Martins com Júlia de Sousa Martins, Joaquim Rodrigues de Sousa Martins com Idalina Sousa Martins, Francisco Rodrigues de Sousa Martins com Elisa de Sousa Santos, Dário Pereira da Silva com Ana Sousa Martins, Teresa da Silva Martins com Homero de Sousa Martins, e outros. VER: CARVALHO, 1988, *passim*.

sobrinhas, filhos de tia-avó, filhas de primos, filhas de sobrinhas. Na mesma época, também ocorreram casamentos com parentes por afinidade: cunhados, sobrinhas da primeira esposa, viúva de sobrinho²³.

Tânia Brandão argumenta que no período oitocentista, quando as famílias de elite já estavam estruturadas, o casamento continuou sendo instrumento de ampliação de poder. Os critérios de escolhas dos cônjuges limitavam o mercado matrimonial permitindo alianças com famílias diferentes, ampliando o grupo de parentesco. O entrelaçamento de várias famílias pela via matrimonial deu à malha parental característica de unidade política regional²⁴. Além dos critérios para escolhas dos cônjuges existiu um conjunto de dificuldades que impediu a generalização do casamento oficial, boa parte destas oriundas da própria Igreja, que tinha uma estrutura eclesiástica pequena agravada pela burocracia e altos custos dos processos matrimoniais.²⁵

A Igreja Católica estabeleceu algumas regras para habilitação ao casamento que estavam dispostas, durante o século XIX, no *Livro Primeiro das Constituições do Arcebispado da Bahia*. Neste documento observamos que o “varão” poderia contrair matrimônio a partir dos quatorze anos e a “fêmea” aos doze anos. O processo matrimonial se iniciava quando o casal se encaminhava ao pároco, que buscava informações sobre impedimentos entre os nubentes e fazia as denúncias “em três domingos ou dias santos de guarda contínuos à estação da missa do dia, e as poderá fazer em todo tempo do ano, ainda que seja Advento ou Quaresma, em que são proibidas as solenidades do matrimônio”²⁶.

Com as informações do local de nascimento, comprovado pela certidão de batismo, e o local de residência dos nubentes, o padre durante as missas, nas localidades citadas, divulgava a pretensão de união do casal. Em casos de habitação em freguesias diferentes ou moradia por mais de seis meses noutras cidades, eram necessárias denúncias em todas as localidades para encaminhar as certidões até o pároco responsável pelo

23 CARVALHO, 1988, *passim*.

24 BRANDÃO, 1995, p. 291 e 292.

25 BRANDÃO, 1995, p. 133.

26 VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Istanvan Jancso, Pedro Puntini (Org.). São Paulo: Edusp, 2010, Livro I, Tít 64, Pará. 269.

matrimônio²⁷. Essa burocracia tinha o objetivo de evitar que pessoas se casassem ainda ligadas a um primeiro matrimônio²⁸.

Em visita pastoral realizada em 1825, o padre visitador, Mestre Doutor Antônio Bernardo da Encarnação e Silva, fez sugestões aos padres piauienses relembando as regras da Igreja para realização do casamento. O padre visitador constatou o costume, no Piauí, das pessoas contraírem segundas núpcias estando impedidas. Dessa forma, teceu críticas às pessoas que desvirtuavam da finalidade do casamento que é a procriação. Para ele este sacramento traria grande benefício ao recém-fundado Império aumentando sua população e nessa Província algumas pessoas colocavam suas “vontades individuais” abandonando as uniões em busca de novas relações. Também chamou à atenção para o “costume antigo” no Piauí de contrair segundas núpcias sem que o primeiro cônjuge tivesse falecido ou sem anulação do consórcio anterior²⁹.

Outra prática frequente, que contrariava as normas da Igreja, foi a realização de casamentos fora da Igreja matriz. O padre Antônio Bernardo da Encarnação e Silva, em 1825, recomendou que tais práticas não poderiam continuar, sob ameaça de pena pecuniária. Já em visita pastoral realizada em 1835 na freguesia de Nossa Senhora das Mercês na Vila de Jaicós o reverendo José Monteiro de Sá Palacio reconheceu os limites de atuação do Bispado. Ele abre outras possibilidades para a efetivação da cerimônia do casamento, mas aplica, para isso, custos altos para os piauienses:

Sir tir a celebração do Matrimonio fora da Matriz sem que proceda licença do Excellentissimo Ordinario conforme a constituição do Bispado 1º l. Tº 68, nº 281 – exceptuando tempo de desobriga destinada para comunidade [corroído pela tinta], por tano ordeno, que jamais o faça fora do mencionado tempo. Toda via porem, atendendo a grande distancia em que se acha esta Freguesia a sede

27 VIDE, *Constituições Primeiras...*, Livro I, Tít 64, Pará. 272.

28 As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia só permitiam que uma pessoa se casasse mais de uma vez se ela fosse viúva. Neste caso, o homem ou mulher que quisesse contrair novas núpcias deveria apresentar uma declaração de viuvez em sua paróquia. Ver: VIDE, *Constituições Primeiras...*, Livro I, Tít 64, Pará. 271.

29 PIAUÍ. Arquivo da Arquidiocese – São Luís / MA. Capítulos da visitação geral do Bispado do Maranhão; Província do Piauí, 1825. APEM, Arquivo da Arquidiocese – São Luís / MA, caixa: 20, documento: 887, 1825, fl.18.

Episcopal, [corroído] que o mesmo Reverendo Parocho, por si, onde a licença sua possa assistir a mencionada celebração pagando os nubentes seis mil, e quatro contos de reis de licença se for feito o casamento em caza particular; em oratorio a Privado quatro mil e quatro contos reis, e em Capella Filial não curada dous mil e quatro contos de reis³⁰.

Em seguida o reverendo José Palacio coloca a realização dos casamentos condicionada à habilitação dos nubentes com toda a documentação – consentimento paterno, banhos, certidões de batismo informando naturalidade e moradia – e que esta fosse obrigatoriamente conferida³¹. Percebe-se, então, uma preocupação com o processo matrimonial nas visitas pastorais analisadas e os padres chamavam à atenção para o cumprimento das determinações das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* referentes ao sacramento. Portanto, “a celebração legal implicava em despesas, direitos e obrigações recíprocas de fidelidade e assistência. Por isso, os homens pobres relutavam em formar laços legítimos e viviam em concubinato”³².

Fora isto, como as paróquias do Piauí tinham mais liberdade de atuação devido a distância da sede do Bispado, que ficada em São Luís – Maranhão, surgiram acusações de padres que cobravam taxas indevidas para realização dos sacramentos. O Presidente de Província do Piauí foi requerido para interferir algumas vezes onde preferiu deixar a cargo do Bispo do Maranhão, autoridade capacitada para julgar o assunto. Assim, nos deparamos com trechos com este nos jornais da época:

Idem ao juiz municipal suplente de Pedro 2º—disendo-lhe em resposta a sua consulta a cerca da restituição que pede João Paulo de Barros da quantia do 67\$400 réis, que indebitamente levou o vigario d’essa freguezia, P.º Manoel Ribeiro Gonçalves, a pretexto de

30 PIAUÍ. Arquivo da Arquidiocese – São Luís / MA. Autos de visita da freguesia de Nossa Senhora das Mercês da vila de Jaicós, Província do Piauí, 1835. APEM, Arquivo da Arquidiocese – São Luís / MA, caixa: 20, documento: 893, 1835, fl.2.

31 PIAUÍ. Autos de visita da freguesia de Nossa Senhora das Mercês da vila de Jaicós, 1835, fl.3.

32 SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*, vol.8,15, set. 1987/ fev. 1988. P.100.

custas pelo casamento que fez ao mesmo Barros, declarando que, sendo o Exm.º Bispo diocesano competente para decidir destes negócios á elle deve Vmc. submettel-o³³.

Depois de um longo e dispendioso processo até estarem habilitados para contração do matrimônio, mais um casal de nubentes esperava, à luz do dia, para a celebração de seu casamento na Igreja matriz da Vila ou no oratório da sede da fazenda da família. Como determinavam os padres do Bispado:

E bem assim ordenamos que sendo a celebração do Matrimônio feita depois do ocazo do sol athe o seu nascimento incluzive pagará para a mesma Ex. Mitra quatro mil reis, devendo o Reverendo Vigário da Vara ou Parocho em qualquer dos cazos neste Cap. mencionados perceber as multas impostas antes da celebração do Matrimonio pena de repor a sua conta³⁴.

A noiva coberta com véu – sinal de dependência, de pudor, de honra, de virgindade, um véu nupcial, que assim como o hímen, somente o marido podia retirá-lo³⁵ – adentrava o recinto para findar um longo período de preparação para o matrimônio. Logo após a cerimônia religiosa, uma grande festa, que podia durar dias, esperava pelos recém-casados. Nesse momento, os pais solenizavam os arranjos conjugais feitos entre famílias ou, em outros casos, apenas comemoravam o fato de terem casado suas filhas.

A festa do casamento foi um momento de sociabilidade importante, resultado do empenho das mulheres das famílias e da região que produziram cada detalhe do momento. O enxoval, o vestido da noiva, suas próprias roupas e a comida da festa. As grandes festanças de casamento que duravam vários dias ou de grandes bailes que movimentavam a sociedade foram animados por moças que tocavam piano, violino e alaúde. Em 1857, casamentos como o do Tenente Coronel Alexandre de Araújo e D. Catharina de Olanda Costa Freires, que era irmã do Inspetor da Tesouraria Geral do governo, marcaram a nova capital Teresina. O Presidente da Província João

33 GOVERNO DA PROVÍNCIA. Parte Oficial. Expediente do dia 01 de junho de 1868. *O Piauí*. Ano II, número 58, Teresina, 16 jan. 1869, p. 2.

34 PIAUÍ. Capítulos da visitação geral..., 1825, fl. 3.

35 PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 57.

José de Oliveira Junqueira esteve presente na festa bem servida de comida e as moças exibiam os seus mais belos vestidos. Momento registrado pelos jornais da época:

O bello Sexo principalmente appareceu com todo luxo. As rainhas do bailes estavam em inteira simetria no seu trajar. Duas trajavão vestidos cor de rosa, duas vestidos azul, uma vestido de seda cor de céo; e plumas brancas e azul. As moreninhas trajavão vestidos brancos, e não desmerecião em formosura. Havia alegria em todos os convidados e o chá foi bem servido, segundo nos informão pois esse tempo por incomodado já não estávamos na casa. A noiva estava ricamente vestida de sêda branca; a élla, e ao seu consorte desejamos vida longa e feliz³⁶.

Apesar da Província passar por um momento de decadência de sua principal fonte de renda, a pecuária. E o sistema de agricultura ser baseado na subsistência, fazendo com que boa parte da população produza para uma sobrevivência mínima. As famílias de elite nas áreas rurais faziam do momento dos casamentos um momento de ostentar seu poder, realizando festas com verdadeiros banquetes. O prestígio de uma casa era perceptível pela variedade e quantidade de carnes de “criação” que eram feitos para as refeições. As carnes de caça ou peixe eram mais consumidas no dia-a-dia, no sertão, e eram acompanhadas por certo preconceito de serem “mais pobres” e, portanto, não ideais para a ocasião³⁷.

Também comemoravam as alianças familiares, reforçando através das uniões os laços de solidariedades entre grupos distintos ou a solidez do parentesco entre os vínculos consanguíneos. Após o dia de festa, o pai da noiva repassava a função de provedor e protetor ao noivo. Aos recém esposos, vida nova. Para alguns, uma vida nem tão boa assim. Juntos descobririam as venturas e percalços da vida a dois.

36 NOTÍCIAS LOCAES. *O conciliador piauihyense*. Teresina, ano I, n. 18, 21 de setembro de 1857, p.3.

37 FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: contexto, 1997, p.260.

3 Recônditos da vida matrimonial

Não me incomoda que seja um caso excepcional, pelo contrário, pois uma disputa fora do comum por vezes desnuda motivações e valores que se diluem na agitação da vida cotidiana.

Natalie Davis

As vozes excepcionais sobre o cotidiano da vida matrimonial oitocentista são situações limites reveladas a partir de conflitos e disputas que chegaram, muitas vezes, aos tribunais eclesiásticos. Além dos sujeitos silenciados pelo espaço e tempo, tivemos acesso a poucos dados oficiais acerca dos registros de casamentos. Assim, a problemática das relações familiares e matrimônio no Piauí do século XIX nos coloca uma barreira documental.

Alguns dos dados foram produzidos pelos padres em suas paróquias, que assentavam em livros os batizados, casamentos e óbitos acontecidos na freguesia. Com base nesses mapas e listas paroquiais³⁸ o Presidente da Província, entre os anos de 1843 e 1846 elaborou estatísticas sobre os sacramentos realizados no Piauí:

Número de casamentos por condição				
Ano	Livres	Cativo	sem condição identificada	Total
1843	562	60	214	836
1845	706	42	-	748 ¹
1846	605	62	-	667

Tabela 1 – Número de casamentos oficiais, categorizados por condição, realizados na Província do Piauí entre os anos de 1843 e 1847.

Fonte – PIAUÍ. Fala recitada à Assembleia Provincial pelo Exm.º Senhor presidente da Província. Oeiras: Tipografia Provincial, 1844 a 1847. Acervo Pet – História/UFPI.³⁹

38 Nos mapas e listas de casamento continham as seguintes informações: nome dos nubentes, freguesia de naturalidade, estado no tempo do casamento (solteiro ou viúvo), condição (livre ou cativo) e a observação se foram, ou não, dispensados de algum impedimento para a realização do consórcio.

39 PIAUÍ. Fala recitada à Assembleia Provincial pelo Exm.º Senhor, presidente da Província, José Ildefonso de Sousa Ramos, em 7 de julho de 1844. Oeiras: Tipografia Provincial, 1844. Acervo Pet – História-UFPI, p. 58./ PIAUÍ. Relatório apresentado à

Os números de matrimônios legítimos apresentados na década de 1840 são relativamente baixos e em decadência para uma população, que supomos, cresceu cerca de 4000 mil⁴⁰ almas por ano e chega ao fim da década com 120 mil⁴¹ habitantes. Desde meados da década de 1830, aparecem nas Falas de Governo relatos sobre a dificuldade de realização de casamentos no Piauí devido ao longo e complicado processo de dispensa matrimonial, à péssima situação das Igrejas matrizes e do número de párocos insuficientes para atender à demanda da Província.

Ao analisarmos a documentação nem sempre foi possível identificar as idades que os casais contraíram núpcias. Nesse sentido, tornou-se dificultoso fixar a média de idade que os nubentes piauienses se casavam, bem como, a duração dos casamentos. Entretanto, através das genealogias, a partir da data de nascimento do descendente da família e de seus primeiros filhos, chegamos à idade que alguns cônjuges se casaram. Tânia Brandão, ao trabalhar com as genealogias para reconstituir as famílias da elite colonial do Piauí, emprega a metodologia de prazo médio de um ano após a realização dos casamentos para o nascimento do filho primogênito⁴². Dessa forma, ao considerar que uma das funções do casamento no século XIX era a perpetuação do sangue através da prole vamos utilizar o mesmo método de Brandão em nossas análises.

Assim, na genealogia da família Moura Fé em meados do século XIX calculamos que a contração de primeiras núpcias teve como média idades entre 20 e 28 anos para homens e para mulheres entre 14 e 22 anos. Ana-

Assembleia Provincial pelo Exm.º Senhor, presidente da Província, Zacarias de Goes e Vasconcelos, em 11 de julho de 1846. Oeiras: Tipografia Provincial, 1846. Acervo Pet – História-UFPI, anexo nº 10./ PIAUÍ. Relatório apresentado à Assembleia Provincial pelo Exm.º Senhor, presidente da Província, Zacarias de Goes e Vasconcelos, em 6 de julho de 1847. Oeiras: Tipografia Provincial, 1847. Acervo Pet – História-UFPI, anexo nº 12.

40 Fez-se esta média de batismos realizados na Província no período. Mas, não quer dizer que foi o número total de nascimentos, já que nem toda a população tinha acesso a um pároco para o batismo.

41 PIAUÍ. Fala recitada à Assembleia Provincial pelo Exm.º Senhor, presidente da Província, Anselmo Francisco Peretti, em 5 de julho de 1849. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1849. Acervo Pet – história- UFPI, p. 29.

42 BRANDÃO, 1995, p. 120.

lisando as duas gerações, que viveram exclusivamente no período provincial, de descendentes pertencentes à família Moura Fé e Borges Leal – que iniciaram o entrecruzamento em meados do século XVIII no sul do Piauí – estas tiveram uma média de 4,06 filhos por núpcias.⁴³

Na documentação percebemos que foi significativo o número de pessoas com mais de um matrimônio. O cônjuge viúvo “precisava encontrar rapidamente uma nova mãe ou pai para seus filhos e reconstituir a célula familiar, momentaneamente dissolvida”⁴⁴. Percebemos que no tronco familiar dos Coelho Rodrigues e Vieira Carvalho as terceiras e quartas núpcias foram mais comuns, e geralmente aconteceram entre parentes. Sendo que, na terceira geração da família Sousa Martins, dos pelo menos 80 descendentes que se casaram, 20 contraíram mais de uma núpcia. E ao analisarmos o número de descendentes e o número de consórcios constatamos que nessa geração a média foi de 4,5 filhos por núpcia⁴⁵.

Nesse panorama descrito sobre o casamento oficial no Piauí oitocentista entendemos que apesar de todas as dificuldades encontradas pelos piauienses para a realização do matrimônio, este era considerado mais que um simples rito ou formalidade exigida pela Igreja. O casamento foi uma parte importante na vida dessas pessoas, um momento desejado pelas famílias, mesmo pelas que não tinham condições de realizá-lo oficialmente. Os homens e mulheres teceram suas vidas com retalhos, esperanças e expectativas de suas redes familiares. Eles se subjetivaram, principalmente, enquanto maridos e esposas traçando seus destinos em torno do casamento. “O ser casado representava uma condição almejada, um dever ser, símbolo de reconhecimento social”⁴⁶.

Assim, definiram-se papéis sociais que cada cônjuge devia desempenhar na vida a dois. Desenharam-se modelos ideais da vivência do casamento e, respectivamente, do masculino e do feminino. Estabeleceu-se culturalmente que ao homem se devia a função de provedor e protetor da mulher e dos filhos, a ele cabia o poder de decisão formal sobre os destinos da família. As incumbências das mulheres foram restritas ao lar, onde

43 LIMA, Iracilde Maria Moura Fé. *De Moura aos Moura Fé: Resgate de uma trajetória*. Teresina: Expansão, 2005, p. 96 – 102.

44 BRANDÃO, 1995, p. 146.

45 CARVALHO, 1988, *passim*.

46 SOUSA NETO, 2009, p. 248.

deviam desempenhar bem a administração do espaço doméstico e prestar assistência à família. “Perfazendo adequadamente seus respectivos papéis, os cônjuges deveriam se completar nos matrimônios tradicionais. Percebe-se que ambos preenchiam papéis de iguais importâncias, mas desiguais no teor da responsabilidade”.⁴⁷

A lógica social da época colocava como dever da mulher servir ao homem. O modelo de feminino que deveria ser seguido era o do recato, podendo exibir-se somente para o marido, do cuidado com o lar e de boa “parideira”, reduzida ao dever conjugal tinha obrigação de dar uma prole numerosa ao cônjuge. A maternidade era um elemento importante que completava a feminilidade⁴⁸. Já que o ideal de masculinidade tradicional era marcado por uma postura dura dos homens, que tinham todos sob seu domínio e suas decisões sobre os casamentos, alianças familiares ou qualquer assunto que dizia respeito a seu clã, deveriam ser acatadas⁴⁹. Tal direito era dado por costumes e leis, pois os casamentos e as transações patrimoniais só eram realizados com autorização por escrita do patriarca da família.

“A incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços”.⁵⁰ Assim, muitas mulheres piauienses viveram reclusas no ambiente doméstico ou em suas fazendas, perderam rapidamente os traços de beleza e de vaidade⁵¹. Suas vidas num círculo pequeno e privado não lhes foram dadas muitas oportunidades para traçarem vidas diferentes da esperada pela sociedade. Elisabeth Rago argumenta que alguns discursos criticavam a “prisão” da mulher, muitas vezes ocasionada pela educação limitada que recebiam. De acordo com os relatos, a sujeição feminina à ignorância foi uma estratégia da família senhorial para conservar e reproduzir a domina-

47 SAMARA, 1989, p. 107.

48 PERROT, 2007, p. 47.

49 CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e Masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*. Teresina: EDUFPI, 2008, p. 121 – 122.

50 SAMARA, Eni de Mesquita. Disciplina, violência e poder nas relações de gênero no Brasil: séculos XVIII e XIX. In: *MÉTIS: história & cultura* – v. 6, n. 11, jan./jun. 2007, p. 13.

51 FALCI, 1997, p. 269.

ção masculina na sociedade⁵².

Nos meandros dessas histórias, utilizando-se de táticas para contornar imposições sociais, ora seguindo às regras, ora se afastando da moral aceita no período oitocentista, homens e mulheres viveram experiências diversas e construíram um vasto quadro das relações conjugais no Piauí provincial. De forma que, constituiu-se um universo amplo de possibilidades da vivência conjugal no Piauí do século XIX.

Os enredos que chegam até nós são repletos de situações limites: memórias sobre violência física, abandono, desprezo e ressentimentos. Talvez pelo fato das uniões priorizarem menos o amor e as escolhas individuais, e se basearem, em sua maioria, em arranjos familiares. Dessa forma, situações como casamentos entre jovens moças e homens bem mais velhos, que conheciam próximo à realização do matrimônio, foram frequentes. Michele Perrot argumenta que:

É claro que o amor conjugal pode existir. Mas é um golpe de sorte ou triunfo da virtude. O amor se realiza mais fora do casamento: amplamente tolerado para os homens, cuja sexualidade seria incoercível, é muito menos tolerado para as mulheres, cujo adultério é passível de ser levado aos tribunais, enquanto os maridos só pode ser condenado se praticado no domicílio conjugal⁵³.

Nem sempre as vivências conjugais foram tranquilas, muitas queixas do cotidiano chegaram a partir dos processos movidos no Tribunal Eclesiástico do Bispado do Maranhão, que no período oitocentista abarcava as Províncias do Piauí e Maranhão. Deparamo-nos com vários depoimentos sobre as violências sofridas pelas mulheres, dentre elas, Adriana Pereira de Araújo, que em 1860, pediu ajuda às autoridades eclesiásticas e relatou as injúrias executadas pelo seu marido Agostinho Francisco de Oliveira. Ambos moradores do lugar “Saquinho” na vila de São Gonçalo do Amarante.

Adriana reclamava que o marido lhe dispensava tratamento “pior

52 RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836 – 1931)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, p. 54.

53 PERROT, 2007, p. 47.

que de uma escrava”⁵⁴. Dava-lhe “pancadas frequentes uzando por vezes de instrumentos aviltantes, e com arroxos de guella, arrastando-a pelos cabellos, e ameaçando-a com morte, tentando nisso com armas de fogo e perfurantes”⁵⁵. O que para ela era injusto, pois era conhecida por todos como uma mulher zelosa nos serviços domésticos. Uma das testemunhas do processo, Maria Joaquina da Conceição, branca, casada, natural da Vila de São Gonçalo de Amarante, moradora do lugar “Morrinhos” nas terras da fazenda São Francisco, relatou:

[...] que ella testemunha sabe de sciencia certa que a Justificante tem sido bastante maltratada com pancadas assim com cassete, como mesmo outras couzas, bem como com xicote [ilegível], e tanto que indo ella testemunha mais sua May Maria Cardozo de Misquita a caza da mesma Justificante Adriana Pereira de Araújo logo ao chegarem da caza obsirvarão estar o Marido della a maltratando, e ouvirão o son de pancadas e entrando nessa caza já acharão ella em uma cama deitada e o marido ahi sentado, e ella testemunha nesse acto viu Adriana lançar sangue pela boca, e perguntando o que isso fosse esta callou-se e o marido respondeo ter sido por ella ter rachado um paó de lenha, e elle d’ahi dessa cama não sahira emquanto ella testemunha ahi esteve, como para não da lugar a mais perguntas; mas que as depois voltando ella testemunha a ver como se achava a dita Adriana, esta então lhe contou por já não estar ahi seu marido, que sua molestia provinha de umas pancadas que o dito seu marido lhe havia dado com um paó, e que conhefeito assim deveria ter, por quamto observou-lhe no corpo muitas contuzões bastante graves, e uma parte da cabeça muito enchada, e mesmo fofa.⁵⁶

Percebemos, pelo trecho acima, que os maus tratos recebidos por Adriana eram notórios e públicos, pois a testemunha afirmava saber das agressões. Outro ponto importante é o silêncio de Adriana diante do marido, revelando a subjetivação masculina tradicional sobre o corpo feminino.

54 PIAUÍ. Tribunal Eclesiástico. Libelo Cível de Divórcio Perpétuo. Autor: Adriana Pereira de Araújo. Réu: Agostinho Francisco de Oliveira. Vila de São Gonçalo do Amarante – PI, 1864. APEM, Arquivo da Arquidiocese – São Luís / MA, caixa: 136, maço: 630, documento: 4490, 1864, fl. 18.

55 PIAUÍ. Tribunal Eclesiástico. Libelo Cível de Divórcio Perpétuo, 1864, fl.18.

56 PIAUÍ. Tribunal Eclesiástico. Libelo Cível de Divórcio Perpétuo, 1864, fl.30.

A posição de submissão e medo dela foi provavelmente a mesma que várias mulheres da época tinham em relação à figura de seus maridos. Perrot afirma que nas relações tradicionais o homem foi considerado como o rei da casa e que por “amor” castigava suas mulheres. Dependentes em seu corpo a mulher como uma criança indócil recebia “corretivos” do marido, o responsável pela manutenção da ordem social no espaço doméstico. Homem bater em mulher era tolerável desde que não fosse de forma excessiva⁵⁷. No Piauí oitocentista, nem sempre foi possível a delimitação do que era considerado uma violência excessiva e como se determinavam os limites. No caso de Adriana, o limite foi o sangue que calou sua voz e a dor de um corpo deformado pela vontade imperiosa do marido.

Para Flandrin as atitudes dos homens para com as mulheres foram um dos mais importantes testes de civilidade nas sociedades ocidentais. Mesmo ilegalmente a prática de impor autoridade masculina por meio da violência perdurou e no século XIX muitos provérbios camponeses traziam um cotidiano da vida conjugal permeado pelo direito do homem bater na mulher. O autor ressalta que não podemos julgar estes homens, pois eram os ideais de masculinidades da época, já que “a sociedade tradicional fornecia-lhe os meios para impor a sua vontade, mas exigia-lhe também que a impusesse”⁵⁸. Entretanto, num exame dos manuais católicos o autor percebeu que a partir do século XVIII, e com mais intensidade no século XIX, são colocadas como obrigação dos homens regularem seus próprios excessos e não mais de suas esposas. Os moralistas passam a referir-se como dever feminino “corrigir o marido e retê-lo no leito conjugal”⁵⁹. A documentação analisada no Piauí revela que os debates tecidos no âmbito dos pensadores católicos são diferentes das práticas e esse pedaço do sertão foi marcado por continuidades das formas tradicionais de vivência conjugal.

A prática do adultério também esteve entre as queixas recorrentes nas narrativas. Nos casos masculinos, apareceram em forma de concubinato, ou seja, existia a manutenção de outra casa com cônjuge e, às vezes, filhos. Nos casos femininos, flagrantes ou suspeitas de adultérios foram suficientes para a separação do casal. O relato de uma das memórias analisadas coloca que por volta de 1861, depois de cinco anos de casamento com

57 PERROT, 2007, p. 47–48.

58 FLANDRIN, 1995, p. 134.

59 FLANDRIN, 1995, p. 139.

Firma de Moraes Rego, Benedito de Souza Britto descobriu uma suposta traição da esposa. O aviso veio por um amigo de confiança, que supôs encontros às escondidas de Firma com outrem⁶⁰. As memórias revelam que:

Ao chegar inesperadamente em casa, Benedito encontrou a D. Firma em sua mesa-secretária escrevendo algo...um bilhete como logo se apurou. Perguntando à Firma de que se tratava, esta deu a seguinte resposta: rasgou o bilhete em pedaços, engolindo-os, em seguida. E, como não quisesse revelar os termos do bilhete e para quem este se destinava, não obstante as solicitações do marido, este julgou-a imprópria para ser sua esposa. Houve, por certo, anteriormente, outros indícios de mau comportamento da esposa, e os seus próprios irmãos e mãe devem ter-lhe chamado a atenção, pronunciando-se a respeito⁶¹.

Benedito saiu de casa sem punir a esposa, nem fisicamente e nem legalmente – tanto as *Constituições Primeiras* como o Código Criminal de 1830 garantiam penas pecuniárias e prisões em casos de adultério. A história passada aos descendentes foi que a infidelidade de Firma foi um caso patológico. Dessa forma, Benedito “espontaneamente desistiu de receber quaisquer bens que decorressem da herança do sogro. Deixando a casa, levou apenas a roupa e os livros”⁶². Observa-se que bastou uma pequena desconfiança sobre a conduta “honrada” da esposa e o casamento foi desfeito. A mulher, nesse sentido, era vigiada não apenas pelo marido, mas por toda a família e sociedade. “A reclusão da mulher era, portanto, a melhor garantia para sua honestidade e boa fama”⁶³. Nota-se que a família tinha um peso importante mesmo depois da realização do casamento. Benedito levou em consideração a opinião de seu clã na conclusão que dona Firma não alcançava o conjunto normativo e moral aceito como de esposa ideal pela sociedade.

Além da punição pecuniária, em casos de adultério a legislação eclesiástica concedeu divórcio perpétuo e em circunstâncias de publicidade

60 BRITTO, Bugyja. *Narrativas Autobiográficas*. v. 1. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora S.A., 1977, p. 27.

61 BRITTO, 1977, p. 27.

62 BRITTO, 1977, p. 27

63 SILVA, 1984, p. 197.

notória deu aos cônjuges o direito da separação de corpos antes do processo oficial de divórcio. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* ao tratarem de adultério⁶⁴ equiparavam os direitos de homens e mulheres, mas o que observamos na documentação, é que o adultério masculino foi tolerado. Em casos do delito praticado por homens necessitou-se bem mais que uma simples “fornicação”, exigiu-se a comprovação de concubinato público. Para as mulheres a descoberta da relação sexual, mesmo esporádica, com outrem sentenciava a separação do casal. Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que:

Além de ser necessário descortinar, nos processos de divórcio, o motivo formal capaz de justificar perante a Igreja a concessão da separação (sevícias) e os motivos reais (abandono, falta de alimentos e vestuário, dilapidação dos bens móveis, vadiagem, doença, etc.), há que atentar bem na questão da separação dos bens, muitas vezes o principal objetivo do divórcio, principalmente quando se tratava de mulheres de elevada condição social⁶⁵.

Considerava-se o casamento como marco inicial da formação de um patrimônio familiar, quando ocorria a antecipação da herança da mulher, o dote, como forma de ajuda ao novo casal⁶⁶. Já os encargos matrimoniais referentes à manutenção do casal e proteção dos bens cabiam ao homem. A essa proteção e decisões sobre os bens a esposa deveria responder com obediência. O regime de igualdade dos cônjuges no usufruto e na partilha de bens só aparece na legislação do fim do século XIX.⁶⁷ Na prática de certos

64 As *Constituições do Arcebispado da Bahia* considerava o adultério um delito da carne grave e que estava sujeito à punição. O dispositivo apresentava-se dessa forma: 966. “É muito grave e prejudicial à república o crime do adultério contra a fé do matrimônio, e é proibido por direito canônico, civil e natural, e assim os que o cometem são dignos de exemplar castigo, maiormente sendo clérigos. Pelos que ordenamos e mandamos que, se algum clérigo de ordens sacras ou beneficiado for acusado de adultério pelo marido da adúltera, e se provar quanto baste para ser preso, o prendam no aljube, e, sendo convencido, seja por sentença deposto das ordens e degradado por cinco anos para a ilha de São Tomé, e em pena pecuniária a nosso arbítrio”. Ver: VIDE, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro V, Tít. 19, Parág. 966.

65 SLVA, 1984, p. 225.

66 BRANDÃO, 1995, p. 241.

67 SAMARA, 1989, p. 109

atos legais, como a venda de imóveis, este carecia de outorga da mulher e a mesma do consentimento do marido⁶⁸.

Nos processos do Juízo Eclesiástico referentes ao Piauí, o pedido de separação de bens esteve sempre ao lado do pedido da separação de corpos. A separação dos bens acontecia após o convencimento das autoridades eclesásticas que a convivência conjugal era impossível. Por isso, os motivos oficiais, sevícias e adultério, geralmente aparecem juntos. Com o objetivo de garantia da continuidade da separação recorria-se a alegação de sevícias, fundamentando assim, o argumento de perigo de convivência com o marido⁶⁹.

Entre os enredos das disputas conjugais e patrimoniais encontramos histórias como a de Antônia Rosa Dias de Freitas e Belisário José da Silva Conrado, que são originários de tradicionais famílias da cidade de Oeiras. Sendo, Belisário, descendente do primeiro médico a se instalar no Piauí, o cirurgião-mor português José Luís da Silva. Os descendentes dos dois casamentos do cirurgião casaram-se na própria família e ainda nas famílias Silva Conrado, Viana de Noronha, Sousa Martins, Mendes de Carvalho, Burlamaqui, Pereira Ferraz, Batista e outras famílias de elites tanto no Piauí como do Maranhão⁷⁰.

A família de Antônia Rosa teve expressão social e política, principalmente na segunda metade do século XIX. Os Dias de Freitas tiveram representantes na magistratura, na burocracia urbana, em cargos políticos, na vida eclesástica e na carreira militar. Uma das principais lideranças do Partido Liberal no Piauí, nas décadas de 1860 a 1880, foi José Manuel de Freitas, primo em primeiro grau de Antônia Rosa⁷¹.

As histórias dessas famílias chegaram ao Tribunal Eclesiástico em fevereiro de 1862 através de uma petição de Antônia Rosa informando que, em outubro de 1861, Belisário partiu da vila de Jaicós para Teresina com a promessa de voltar no final do ano. E não voltou. Sabia-se de notícias dele por Picos. Assim, a autora inicia o processo de divórcio com a seguinte justificação de premissa:

68 SAMARA, 1987/1988.

69 SILVA, 1984, p. 241.

70 QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3.ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 77.

71 QUEIROZ, 2011, p.77.

Diz D. Antonia Rosa de Freitas, por seu Procurado abaixo assignado, documento junto, moradora da Villa de Jaicós onde exerce a funcção de Professôra Pública de 1º Letras, que tendo justos motivos para divorciar-se de seu marido Capitão Belizario Jose de Sa. Conrado, morador na villa de Picos; e não se tendo conciliado, como se vê no documento junto, quer a Justificante para poder intentar a respectiva acção, justificar perante V. S. O seguinte, para o que offerece as testemunhas abaixo arroladas: 1º) Que a Suplicante é casada com o Capitão Belizario Jose de Silva Conrado segundo as leys da Igreja Catholica Apostólica Romana. 2º) Que seo marido a abandonou na Villa de Jaicós onde exerce funcções publicas, deixando-a entregue a seus poucos recursos. 3º) Que o mesmo, quando com ella morava [?] não só a maltractava com palavras offencivas em prezença de quem quer que fosse, como este não fazia e não fez vida marital com a Suplicante, desprezando-a, e varias vezes lhe tem feito offensas [?] 4º) Que o mesmo, quando com ella morava, e ainda hoje, tinha uma amazia teúda e manteúda, com quem tinha tratos illicitos. 5º) Que a Suplicante he bem conceituada na oppinião de todos que a conhecem, tendo sempre passado por honesta e zelosa no cumprimento dos deveres que lhe impõe o laço conjugal⁷².

Antônia Rosa se colocava como uma mulher que cumpria todos os seus deveres de boa esposa, cuidando e zelando da casa e do marido. E este, não retribuía, apenas lhe fazia injúrias físicas e verbais. Além do que, tinha uma concubina “com quem passava boa parte do dia e quase todas as horas da noite”⁷³. A inquirição das testemunhas reforçou os argumentos da autora de maus tratos, adultério e abandono de Belisário: estava uma vez tão furioso “que a agarrara pela guella”⁷⁴ e armado com um punhal não machucou a autora porque uma moça que morava na casa o impediu. E assim seguem histórias de agressões com chicote, palavras ofensivas e relatos de abandono de Belisário ao filho em prol do sustento de sua

72 PIAUÍ. Tribunal Eclesiástico. Libelo Cível de Divórcio Perpétuo. Autor: Antônia Rosa Dias de Freitas. Réu: Belisário José da Silva Conrado. Vila de Jaicós – PI, 1863. APEM, Arquivo da Arquidiocese – São Luís / MA, caixa: 135, maço: 628, documento: 4486, 1863.

73 PIAUÍ. Tribunal Eclesiástico. Libelo Cível de Divórcio Perpétuo, 1863.

74 PIAUÍ. Tribunal Eclesiástico. Libelo Cível de Divórcio Perpétuo, 1863.

concubina Joaquina.

A partir da análise da bibliografia sobre o tema e dos processos de divórcio do mesmo recorte, acreditamos que o principal motivo para o pedido de separação em um breve espaço de tempo, apenas quatro meses depois do abandono do marido, seja a partilha de bens. Foram oito anos de casamento marcados, de acordo com as testemunhas, pelas agressões e traições. Quando o Réu a abandonou, levando consigo todos os bens e a deixando somente com os recursos de sua profissão de educadora, surge, então, uma razão maior para intentar a ação de divórcio e a solicitação de separação dos bens.

As posições de vítima da autora e seu filho foram bastante ressaltadas pela sua defesa com intuito de acelerar o processo de divórcio. Para conseguir a autorização de divisão dos bens e a separação perpétua dos corpos, o procurador da autora criticou Belisário por não cumprir seus papéis masculinos de pai e esposo concluindo sua fala ao Vigário Geral Forense desta forma: “Eis o marido da infelis Dona Antonia Rosa Dias de Freitas, eis o pai desventurado do Clodoaldo!!”⁷⁵. É importante destacar que “encontrando-se em meio de um processo de divórcio, viam-se as mulheres em meio a uma estranha guerra, na qual era o sofrimento de amar que vencia batalhas, de modo que talvez fosse estratégico camuflar seus momentos felizes, para serem vitoriosas em suas desgraças”⁷⁶.

Além dos concubinatos que levaram aos divórcios, na sociedade piauiense oitocentista foram frequentes os casamentos informais ou também chamados de concubinato entre solteiros. Criaram-se, então, formas alternativas de organização familiar e este panorama diverso de modelos foi legitimado tanto pela sociedade como pelas instituições de poder, Igreja e Estado. A realidade dos concubinatos e das uniões passageiras revela outros padrões de comportamento, uma vez que esta acabou permeando o tecido social desde o período colonial. Assim a Igreja, não atingiu totalmente seu objetivo, ao tentar firmar a estrutura familiar baseada no casamento como modelo de relação primordial para a sociedade⁷⁷. Para

75 PIAUÍ. Tribunal Eclesiástico. *Libelo Cível de Divórcio Perpétuo*, 1863.

76 CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Do amor nas terras do Maranhão: um estudo sobre o casamento e o divórcio entre 1750 e 1850*. (Tese de Doutorado). Niterói: UFF, 2004, p. 175.

77 PARENTE, Temis Gomes. *O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do*

isso, bastam comparar os índices de ilegitimidade da Europa que raramente eram superiores a 10%, e os do Brasil que chegou a 50%, em alguns lugares, da população livre. Portanto, o casamento legítimo era algo que fazia parte da experiência de vida de uma parcela limitada da população brasileira.⁷⁸

Figueiredo, ao analisar o contexto de Minas Gerais, revela que desde o período colonial, houve uma tentativa de controle sobre a vida familiar por meio de constantes intervenções dos párocos em uniões ilícitas. Contudo, o número de funcionários era muito pequeno para se ocupar, além da assistência espiritual corriqueira, da condenação de uma prática tão generalizada entre as populações. Ao mesmo tempo, a presença de clérigos extremamente indisciplinados não ajudava na consolidação de uma conduta religiosa⁷⁹.

Esta dificuldade de controle e fiscalização da vida dos fiéis foi uma realidade enfrentada pela Província do Piauí. Além do baixo número de clérigos, que não se dedicavam com empenho à vida religiosa, existia a estrutura física precária das igrejas matrizes e a distância da sede da justiça eclesiástica, São Luís - Maranhão. A fiscalização sobre a realização de todos os sacramentos, no Piauí, aconteceu na época das visitas pastorais. Ao se instalar na freguesia o padre visitador começava a receber denúncias de crimes diversos e a inquirir testemunhas, para averiguá-los. As visitas já eram esperadas e os padres locais falavam nas missas o rol dos crimes ou práticas condenadas pela Igreja, incentivando os fiéis a denunciarem quaisquer dos itens citados.⁸⁰

Dagoberto Carvalho Júnior, em *História Episcopal do Piauí*, transcreve um trecho da visita pastoral à Oeiras, realizada em novembro de 1884 pelo padre D. Antônio, que faz observações sobre o concubinato:

século XIX. Goiânia: Editora da UFG, 2005, p. 85.

78 BOTELHO, Tarcísio R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, 2004, Caxambú – MG. Anais. Caxambú: ABEP, 2004, p. 3.

79 FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: contexto, 1997, p. 172 e 173.

80 SILVEIRA, Alessandra da Silva. O amor possível: um estudo sobre o concubinato no Bispado do Rio de Janeiro, fins do século XVIII e início do XIX. In: *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 2002, Ouro Preto – MG. Anais. Ouro Preto: ABEP, 2002, p.7.

Ainda n'èsta, como em todas as paróchias visitadas encontramos um grande número de pessoas vivendo em concubinato, acompanhado quase sempre de incesto e outros excessos deploráveis. Nas instrucções que fizemos ao povo levantamos nossa voz para combater esse mal, exortando os que se achavão n'èste estado a deixarem essa vida de pecado, separando-se ou casando-se, e de nossa parte procuramos, o mais que pudemos, facilitar os casamentos d'aquelles que durante a visita quizerão reformar a vida casando-se. [...]E, para as pessoas que viverem em público concubinato melhor possão compreender o seu triste estado, o Rvd. Parocho como remédio e conformando-se com que recomenda o Ritual Romano, não os admitta por padrinhos e madrinhas de baptismo nem como testemunhos nos casamentos nem como festeiros ou promotores de solemnidades religiosas a fim de que por este meio possão tais pessoas reflectindo consigo mesmas resolver-se a melhor vida e reformar seus costumes⁸¹.

As autoridades eclesiásticas, do Bispado do Maranhão, orientavam os padres das pequenas paróquias e igrejas matrizes sobre o combate às uniões ilegítimas. Nessa visita pastoral o padre D. Antônio considera que se empenhou em facilitar a realização de casamentos para as pessoas saírem do concubinato. Esta argumentação torna-se importante e se opõe às constantes reclamações realizadas pelo Governo em relação à dificuldade em se contrair matrimônio no Piauí e que, dessa forma, colocava a Igreja como incentivadora das relações consensuais por conta de sua estrutura precária existente na Província.

Pode-se colocar, numa visão simplista, que se formou um padrão duplo de moralidade que regulava as relações dos sexos e grupos sociais. As mulheres de posses, em sua maioria, ficavam circunscritas à vida familiar e passavam da tutela do pai para a do marido, facilitando o desenvolvimento do restritivo e misógino papel tradicional feminino. Aquelas das camadas mais pobres, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações se desenvolviam dentro de outro padrão de moralidade que se contrapunha ao ideal de castidade⁸². Dentro desse panorama de padrão de moralidade as pessoas permitiram-se viver

81 CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. *História episcopal do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1980, p. 73-74.

82 SAMARA, 1989, p. 112.

de múltiplas formas suas uniões conjugais.

Considerações finais

Argumenta-se que o casamento oficial era limitado para poucos grupos. Sendo que as famílias piauienses de elite realizaram arranjos seguindo articulações políticas e econômicas. Devido à conjuntura econômica frágil e de estrutura precária da Igreja no Piauí do período, observamos que tais fatos dificultaram ainda mais a legitimação do laço conjugal. Possibilitando que surgissem múltiplas possibilidades da vivência conjugal na Província.

Pelo cruzamento das genealogias e memórias percebemos que os consórcios das famílias de elite aconteciam entre parentes consanguíneos ou entre as famílias mais influentes na economia e na política da Província. Dessa forma, concluímos que os casamentos entre as elites aconteciam para manter o poderio e influência do clã no Piauí.

Observamos que a Igreja falhou no seu intuito homogeneizador de práticas. Construiu-se no Piauí uma vivência afastada da religiosidade católica. Tal situação deve-se ao fato, primeiro, do afastamento da fiscalização do cumprimento dos rituais católicos. Já que a essência da religião na época estava na realização, pelo indivíduo, de todos os sacramentos. Como a sede do Bispado ficava muito distante, em São Luís, encontrou-se dificuldade na realização, e os clérigos na fiscalização, dos sacramentos. Isso se refletiu num ponto básico da vida social do século XIX, a realização do matrimônio.

Em todo o Brasil, o processo matrimonial consistia num processo longo e caro, por tal característica associou-se à realização de casamentos legítimos mais frequentes nas camadas mais ricas. No Piauí, a etapa de habilitação para o casamento sofreu com mais burocracia, pois não existia estrutura nem física e nem de párocos para atender as demandas matrimônias na Província. Também observamos que todas as certidões necessárias para celebração do consórcio tornavam-se mais caras e difíceis pela distância e os governantes da época se preocupavam com o fato de poucos piauienses se casarem oficialmente e ser comum a vivência do concubinato.

Diante desse panorama de dificuldade de realização do casamento oficial e da lógica das relações obedecerem a critérios socioeconômicos

e não de afinidades, criou-se um universo múltiplo da vivência conjugal na Província. De um lado, pessoas presas a vínculos que não foram de sua escolha, onde construíram um dia-a-dia de injúrias, abandonos, malquereres. Do outro, pessoas que construíram suas histórias longe das prescrições da Igreja e formaram relações breves com experiência da sexualidade de forma mais livre. Assim, observamos a existências de relações consensuais tanto nas camadas mais pobres, como entre as famílias com mais posses quando contraíram outras núpcias sem a nulidade do primeiro consórcio.

Ciência e pensamento religioso no Piauí Oitocentista através da escrita de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco (1789-1873)

Luís Carlos Albano Duarte Sousa
Mairton Celestino da Silva

O século XVIII europeu assistiu à mais intensa transformação mental e social da época moderna. Impregnados por um sentimento de inovação que se projetava sobre todas as ordens de coisas estabelecidas, os ideólogos e literatos setecentistas manifestaram um “humanismo renovado”, no qual o espírito humano aparecia como principal e quase único ator histórico. Nesse sentido, submeteram ao livre-exame todas as instâncias da vida – a religião, a política, a filosofia, o homem e a sociedade, a natureza moral e material – estabelecendo as novas fronteiras do conhecimento, agora subordinado ao império da *razão*.¹

1 SILVA, Ana Rosa C. da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006, p. 29.

1 Humanismo renovado e circulação de ideias

Com o advento da série de fatores que, em conjunto, Paolo Rossi denomina Revolução Científica, o continente europeu, já marcado pelos ideais iluministas, consolida uma reforma no cerne de suas estruturas social, política e cultural, reposicionando o papel do conhecimento e da ciência na sociedade.² Através do lento processo de constituição da ciência moderna europeia, principalmente pela progressiva distinção dos fenômenos naturais, inicia-se, dentre as nações desse continente, a valorização de um tipo intelectual que, em Portugal, torna-se o “Ilustrado”. É reconhecendo o valor da associação entre saber e poder que se solidifica a busca do conhecimento como forma de potencializar o “progresso”, ideal que encontrou como principal defensor, ainda no decorrer do Setecentos, o ministro Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, que assumiu o compromisso, enquanto estadista, com atitudes mais pragmáticas³.

Ao se contrapor à astrologia, a ciência moderna procurou para si elementos que se distanciassem de explicações místicas, como na simbologia diferenciadora de céu e terra, tomados como elementos antagônicos, a saber, divino e profano. O sufrágio da crença do homem como centro do universo, levado a cabo pelo pensamento copernicano, e a sobreposição da razão ao ideal de um mundo uniforme dirigido pelo sobrenatural mudaram a perspectiva humana frente aos fenômenos, alterando a visão do mundo a partir da nova cientificidade.⁴ O homem moderno, e suas vivências do cotidiano na sociedade industrial, dessacraliza todas as suas experiências, opondo-se às simbologias que forneciam ao homem religioso uma hierofania contínua⁵. E estas “novas” verdades deveriam ser amplamente difundidas.

Contudo, este movimento não se caracterizou pela uniformidade

2 ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

3 SILVA, Ana Rosa C. da. “Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII”. *História da historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 4, Março/2010, pp. 75-87.

4 ROSSI, Paolo. Op. cit. 1992.

5 ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ou harmonia na sua assimilação dentre os países europeus, e no caso de Portugal, em específico, há que se destacar o regime absolutista e o forte enraizamento do catolicismo, que tirou seu caráter revolucionário e inaugurou uma possibilidade de “reformismo ilustrado” mais atenuada.⁶ Tal contextualização não pode excluir, portanto, certas continuidades que se confirmaram na persistente influência da igreja católica, mesmo após os esforços do Marquês de Pombal, em Portugal e nas suas extensões (e há que se perceber que, apesar da ciência moderna requerer certa neutralidade religiosa, Pombal estava muito mais interessado em desestabilizar uma nobreza clerical que parasitava a coroa portuguesa que em secularizar o Estado na sua essência). Uma nova configuração de produção de conhecimento baseada no ecletismo, esta capacidade de produzir saber a partir de verdades diversas sob o crivo da razão, como conceitua Ana Rosa C. da Silva.⁷

Neste sentido, o reformismo ilustrado português, historicamente associado ao Marquês de Pombal, delega aos “homens de letras” este papel de “missionários”, esclarecendo o público sobre as suas “‘verdades úteis’, capazes de servir ao desenvolvimento das artes e das ciências e, desse modo, impulsionar a sociedade rumo ao progresso”⁸. O então ministro de D. José I, admitiu na ignorância a causa de declínio das nações e reconheceu a função revitalizadora e progressista de uma ciência, que aqui já assume o papel do próprio conhecimento a ser utilizado pelo homem não como fim, mas como meio, nesta espécie de humanismo renovado.

No cerne destas preocupações estava a identificação unânime, entre os intelectuais engajados na administração pública, do atraso cultural de Portugal, apontando como causa especialmente a tradição ideológica da escolástica e a ingerência econômica inglesa. Esta última, devida em grande medida à comparação com outros países europeus, bastante comum no âmbito do iluminismo, utilizada por estadistas e intelectuais como forma de legitimar suas impressões de quando realizavam missões diplomáticas em outros países, podendo, assim, desenvolverem uma visão “sistêmica” da situação do país de origem pela comparação, ou seja, de olhar para o país com olhos de estrangeiros. Quanto à primeira causa, originou sobretudo

6 SILVA, Ana Rosa C. da. Op. cit. 2010, p. 76.

7 Idem, ibidem, p. 77.

8 SILVA, Ana Rosa C. da. Op. cit. 2006, p. 30.

uma preocupação pedagógica, que teve como palco as instituições de ensino portuguesas⁹.

Dom José por graça de Deos, Rei de Portugal, e dos Algarves, daquém, e dalém Mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Perfia, e da India, &c. A todos os Meus Fieis Vassallos destes Reinos, e seus Dominios, saude. Havendo conhecido o Senhor Rei Dom Diniz, que os heroicos feitos, com que os seus gloriosos Predecessores tinham lançado os Mouros destes Reinos para os Algarves de Além Mar, não seriam bastantes para o estabelecimento da Monarquia Portuguesa, em quanto as Armas não fossem associadas pelas Letras, fundou na Cidade de Coimbra para os Estudos das Artes Liberaes, e das Sciencias a florente Universidade [...] tão admirada na Europa até o anno de mil quinhentos sincoenta e sinco; no qual os denominados Jesuitas depois de haverem arruinado os Estudos Menores com a occupação do Real Collegio das Artes, em que toda a Primeira Nobreza de Portugal recebia a mais útil, e louvável Educação; passáram a destruir tambem successivamente os outros Estudos Maiores com o máo fim, hoje a todos manifesto, de precipitarem os Meus Reinos, e Vassallos delles nas trévas da ignorância. E porque como Rei, como Senhor Soberano, que no Temporal não reconhece na Terra Superior, como Supremo Magistrado, e como Protector da mesma Universidade, me pertence fazer examinar as causas da sua decadência, e o presente estado de ruina; para em tudo prover de forte, que não só se repare hum tão deplorável estrago, mas tambem sejam as Escolas públicas reedificadas sobre fundamentos tão sólidos, que as Artes, e Sciencias possam nellas resplandecer com as luzes mais claras em commum beneficio: Sou servido erigir para estes effeitos huma Junta de Providencia Literaria. [...] ¹⁰.

É isto que fica patente a partir da preocupação da Coroa portuguesa em instituir uma comissão responsável por averiguar a influência nefasta

9 SILVA, Ana Rosa C. da. Op. cit. 2010.

10 PORTUGAL. *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1772. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5327380139;view=1up;seq=7>>. Acesso em 06/06/18.

dos jesuítas na Universidade de Coimbra, após a expulsão desta ordem religiosa de todo o reino: reedificar o ensino a partir das artes e ciências condizentes com as novas necessidades técnicas do período moderno¹¹. Muito além da Universidade de Coimbra, a preocupação se concentrava na formação de novos homens que ocupariam cargos na administração do Estado, de agentes coloniais, sujeitos capazes de transitar entre os recônditos do reino e ultramar, relatando produtos comerciáveis, fontes rentáveis e úteis à manutenção e expansão do Império português em crise, o que explica o crescente interesse na História Natural como arquétipo de influência humana sobre o espaço¹².

Cabe ressaltar que, assim como estes ilustrados luso-brasileiros estavam vinculados às correntes utilitaristas do iluminismo, este lado pragmático da ciência e da filosofia não foi exclusividade do império português. Contudo, colonialismo e iluminismo se confundiram no mesmo movimento histórico, fazendo com que este último não fosse somente um movimento ideológico ou filosófico, mas uma série de mutações na circulação de impressos, nas práticas administrativas, na racionalização da sociedade, no fluxo de mercadorias e nas próprias sociabilidades, com ramificações diretas nas Américas¹³.

Aqui delimitamos o escopo deste capítulo, no movimento de trânsito de sujeitos e circulação de ideias, destes homens de ciência que, insubordinados à dicotomia de centros e periferias,¹⁴ estavam cientes das

11 E aqui é importante ressaltar uma abordagem sem a exclusividade europeia, uma vez que se trata de mudanças em escala global e que apresentam fontes e origens distintas, a depender da sociedade analisada. O período moderno aqui entendido é o da redefinição das barreiras geográficas, que testemunha inúmeras culturas de viagem, não só da Europa ou do Atlântico. Sobre isso, cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay. "Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia". *Modern Asian Studies*, vol. 31, n. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. Jul. 1997, pp. 735-762.

12 SILVA, Ana Rosa C. da. Op. cit. 2006, p. 81.

13 KURY, Lorelai. "Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. vol. 11 (suplemento 1), 2004, pp. 109-29.

14 RUSSEL-WOOD, Anthony John. "Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808". *Revista Brasileira de História*. [online]. Vol. 18, n. 36, 1998, pp. 187-250. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010>. Acesso em 07/05/18.

mais modernas produções de conhecimento, estabelecendo e divulgando informações sobre a natureza e a própria sociedade. Práticas científicas que, assistindo à consolidação da História Natural como campo autônomo de conhecimento e da própria ciência brasileira ao longo do século XIX, realizaram o intento de formar um conhecimento sólido e sistemático acerca da natureza brasileira, dentro de padrões internacionais, com as devidas críticas e observações, à serviço da Coroa.¹⁵ Um “utilitarismo devoto”¹⁶ que aqui será analisado através de um sujeito que, embora transitando entre o amadorismo, inseriu o Piauí nesta rota de produção de conhecimento através de suas publicações, como veremos um pouco mais adiante.

A criação de academias e a difusão de impressos e projetos que visavam integrar os representantes da intelectualidade luso-brasileira foram medidas que apontavam em direção ao racionalismo, no sentido de fomento a uma cultura científica, capaz de reorganizar as diretrizes da exploração colonial. Importante frisar que essa relação entre conhecimento científico e desenvolvimento econômico não implicava alterações no que respeitava à circulação de acepções políticas, limitadas pelo controle das tipografias e do acesso aos livros [...]¹⁷.

No Brasil, já no Oitocentos, a propagação da ciência-conhecimento ressoou diretamente sobre a parcela da população que tinha acesso ao universo das letras, muito mais por um crescente impulso intelectual, próprio deste fomento à cultura científica, que pelas reformas pombalinas, que em grande medida foram abafadas pela nobreza a que se opunha, após sua saída do cenário político. A leitura, acessível a uma minoria, difundia-se através desta cultura coletiva da oralidade.¹⁸ Assim, a partir da segunda

15 KURY, Lorelai. Op. cit. 2004.

16 KURY, Lorelai. Op. cit. 2004, p. 110.

17 GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826)*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015, p. 67-68.

18 MEIRELLES, J. G. A nova Corte e a circulação de ideias nos Império luso-brasileiro: Impressão Régia e Real Biblioteca do Rio de Janeiro durante o governo joanino (1808-1821). In: FERREIRA, T. et al. (ORG.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 186.

década do Oitocentos se inicia, no Brasil, uma proliferação dos meios impressos, ainda que efêmeros, principalmente por razão dos conflitos separatistas que eclodem pelo país, envolvendo o povo político¹⁹, não um povo unificado ou uma opinião pública nacional, mas um imenso ambiente de debates e de conflitos no campo das ideias que, no caso do Piauí, chegou ao campo de batalha.

Para que se tenha noção do crescimento na quantidade de jornais impressos que foram publicados apenas na primeira metade do século XIX, é interessante analisar o caso do Rio de Janeiro, que muito embora não represente a totalidade do território brasileiro, acaba configurando-se como centro de produção de conhecimento. Enquanto no período entre 1808 e 1820 apenas dois periódicos foram publicados, apenas entre os anos de 1820 e 1822 este número decuplicou, apresentando a soma de 21 jornais publicados. Em 1850, o Rio de Janeiro já contava com 155 publicações, dispondo nada menos que 52 tipografias, apenas na Corte ou nas suas proximidades. Nesta análise em específico, os jornais eram artigos relativamente baratos e de fácil assimilação oral nos espaços de sociabilidade, comumente atingindo a parcela pouco ou nada letrada. Em sua maioria, apresentavam temas políticos escritos por autores anônimos, no formato de pasquins, ou seja, pequenos, de periodicidade irregular e linguagem virulenta e doutrinária. Em uma comparação mais ampla, os números comparativos na década de 1830 identificam 117 jornais publicados no Rio de Janeiro, 22 em Lisboa e 80 em Buenos Aires²⁰.

O que queremos destacar, contudo, é a existência de uma rede de circulação de informação e ideias que não passava necessariamente pelo crivo da Coroa, ou por suas instâncias controladoras. Por mais que a ilustração luso-brasileira tenha proibido a criação de centros e instituições científicas

19 José Murilo de Carvalho faz uma distinção metodológica ao analisar a cidadania no século XIX brasileiro, na qual o povo político é aquele que de alguma maneira se conecta ao Estado e pertence à “polis”. Cf. CARVALHO, José Murilo de. “Povos e Estado no século XIX: um exercício quantitativo”. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, pp. 15-36.

20 Todos os dados estão disponíveis em: BASILE, Marcello. “Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos”. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, pp. 37-62.

independentes no Brasil e cerceado a plena circulação de impressos no ultramar, pelo próprio caráter do regime absolutista, a circulação de informações fomentada pela própria Coroa em benefício próprio (através de seus agentes e dos relatos de viajantes) conectou técnicas e saberes das mais diversas partes. Esta mesma conexão que permitiu, por exemplo, o compartilhamento de saberes escravistas gestados em São Domingos, que subsidiaram a elite agrária/escravista brasileira e forneceu bases que possibilitaram a associação entre ciência e agricultura, desembocando nos artigos científicos agrários típicos do Brasil do século XIX.²¹ Como estas especificidades locais e/ou destoantes se inserem, então, no movimento de circulação global? Por ora, devemos nos ater ao nosso recorte espacial.

2 A Província do Piauí

No Piauí Oitocentista, o fluxo de ideias se baseou essencialmente no trânsito de sujeitos, mas também contou com a disseminação de obras literárias e dos periódicos, tanto regionais quanto de outras províncias. Apesar de só apresentar imprensa oficial após 1830, o Piauí já contava com uma forte circulação de impressos principalmente durante os embates pela independência. Com base nisso, utilizamos neste estudo correspondências, públicas e privadas, do período da Independência, uma vez que, para além dos problemas metodológicos envolvidos, constituem uma forma prática e direta de adentrar no campo das ideias que circulavam, ou numa pequena amostra destas²². De qualquer modo, o que se segue, a partir das análises de fontes, é uma crescente utilização do conceito de “opinião pública” como forma de legitimação das ideias e dos impressos, por parte dos autores, para atingir o povo.

21 Os saberes escravistas circulantes desvelam o teor científico que deu base para que os ilustrados luso-brasileiros vissem a agricultura escravista caribenha como modelo a ser seguido, através da circulação não apenas de textos, mas de experiências de sujeitos que aproveitaram para ascender socialmente. Sobre isso, ver: MARQUESE, Rafael de B. “A ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v. 16, n. 4, out.-dez. 2009, pp. 855-880.

22 MALATIAN, Teresa. “Cartas: narrador, registro e arquivo”. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. 1. Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

A “era das revoluções”, que separou um mundo “incalculavelmente grande” do mundo onde reis do passado nada eram diante de homens de negócios e de máquinas a vapor,²³ também se caracterizou pela busca da “verdade” como questão de poder na construção de um discurso, a ponto de dotá-lo de “fatos incontestáveis”²⁴. Foi isto que buscou nosso sujeito, Leonardo de Carvalho Castello-Branco, no ato de juntar-se ao movimento separatista que eclodiu no território piauiense em 1822, assumindo seu papel de intelectual na sedição.

Queridos Irmãos, que habitais as fecundas margens do caudaloso Parnaíba, por um, e outro lado: dignai-vos atender às Sinceras vozes de um Patrício vosso, que todo unicamente se dedica ao vosso bem presente, e ainda mais o futuro. Ah? Que maligna, e espessa nuvem ofusca as luzes do vosso entendimento? Pois vós sois brasileiros, e recusais obedecer ao Senhor Dom Pedro, Imperador Constitucional do Brasil, e seu perpétuo defensor? Não sois europeus, e seguis o seu partido, com perigo evidente da vossa vida, e com perda da vossa honra? Ah? Onde está o brio, e Patriotismo Brasiliense? Onde a honra? E onde o dever?... O meu Coração se vê dilacerado pelo pujante punhal da mais intensa dor!.... Irmãos! Irmãos! Quereis [...] por violência obtenha, o que o dever, a honra, e o Patriotismo em vão até agora vos tem tão instantemente e cordialmente persuadido? Que lástima! Que afronta! Que vergonha!²⁵

Nascido em 1789, na fazenda Taboca, região pertencente à Vila da Parnaíba, principal porto escoador da produção relacionada à criação de gado e cavalar e de acesso fluvial ao Atlântico equatorial²⁶, Leonardo Castello-Branco recebeu instrução doméstica de seu pai, que havia

23 HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

24 DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

25 CASTELLO-BRANCO, Leonardo de Carvalho. *Proclamação*. [Manuscrito]. Piracuruca, 24 de janeiro de 1823.

26 CELESTINO DA SILVA, Mairton. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016, pp. 20-21.

estudado em colégio jesuíta na Bahia, onde sua família, das mais influentes, mantinha vínculos. Quando o coronel Simplício Dias, grande exportador do Porto da Parnaíba, se juntou ao juiz-de-fora João Cândido de Deus e Silva, que havia se negado a realizar uma devassa sobre a produção de pólvora por populares, para proclamarem a independência na província, Castello-Branco logo elaborou uma Proclamação, conclamando os “irmãos” piauienses a se juntarem também ao movimento, tendo sido um dos responsáveis pelo tom patriota do movimento.

No posto de alferes, Leonardo Castello-Branco chegou a deter, em Piracuruca, um destacamento do Major João José da Cunha Fidié, Governador das Armas em exercício, enviado pela Coroa portuguesa para proteger o Piauí, que era peça-chave para a proteção de toda a região Norte do Brasil contra os ideais facciosos²⁷. Neste ínterim, as províncias no século anterior tinham feito parte do Estado do Maranhão e Piauí, após desmembrarem-se do Estado do Grão-Pará e Maranhão, mantiveram contato frequente, muito por causa das rotas comerciais. Os ofícios dirigidos para fora da capitania, enviados pelo governador do Piauí, vagueiam, no intervalo de 1820 a 1823, entre o “perfeito sossego” e o calor dos “acontecimentos políticos” que atrapalhavam o controle do gado piauiense, dando conta de gazetas do Rio de Janeiro e do que se passava nas províncias mais próximas, citando notícias que “há muito já circulavam²⁸”.

O contato com periódicos do Maranhão em solo piauiense é denunciado inclusive na Proclamação de 1823, escrita em Piracuruca em forma de apelo à adesão popular em torno da causa da Independência, questionando os conceitos políticos dos defensores da manutenção política e conclamando os brasileiros “independentes” a insurgirem contra os “agentes do velho despotismo” europeu:

Acaso vos decidis sobre a vossa futura felicidade, pelo que ledes nas dolosas páginas do Conciliador? Ignorais que o seu redator é europeu, e por isto nos oculta o conhecimento dos factos [...] e decidida razão com que proclamamos a nossa independência? Ele nos chama facciosos, perjuros e incendiários: ele nos reputa

27 NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 3ª ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

28 PIAUÍ. *Registro de Ofícios para fora da Capitania 1808-1823*. Arquivo Público do Estado do Piauí, cod. 399, estn. 04, prat. 01.

estúpidos, e iludidos agentes do velho despotismo: ele finalmente afirma que o partido europeu é atualmente quase geral no Reino Brasília: Que mentira! Que blasfêmia política! Proclamamos a Constituição a par da Independência: elegemos Deputados para as Cortes Brasília; e estas se estão reunindo. O nosso Imperador, aclamou-se constitucional: Continuamos a conservar, e a eleger os Governos Provisórios: todas as questões sociais se dividem pela maioria de votos[...]. Será a isto que o Padre Tezinho chama despotismo? Se é assim, a que pois chamará de Constituição?²⁹

O “direito inalienável” da independência chegava aos sujeitos da época assim como o “velho despotismo”, através destes impressos, geralmente invocando a moral e o apelo religioso, o que pode indicar a utilização da religiosidade dos leitores como ferramenta usada para facilitar a recepção destes discursos. Não era incomum, inclusive, a presença de clérigos no âmbito político, como o próprio padre Tezinho, citado na Proclamação, que “no melhor estilo dos clérigos que atuavam na América portuguesa no início do século XIX [...] se envolveu em atividades diversas, acumulou atribuições religiosas, jornalísticas e mercantis [...]”³⁰

No Piauí, um exemplo deste acúmulo de funções é o padre Marcos de Araújo Costa, que construiu um acervo literário considerável e atuou politicamente na região sul, concomitante ao movimento separatista iniciado no norte da província³¹. Distantes do centro regulamentador do catolicismo, subordinados ao bispado do Maranhão, os representantes da Igreja católica ocupavam lugar de destaque social, muito à parte de suas funções eclesiásticas, formadores de opinião onde atuavam, mesmo quando em regime de desobriga, demonstrando na prática, em alguns casos, como acontecia a mistura entre iluminismo e religiosidade.

Distâncias geográficas que, apesar de dificultarem o trânsito nas longas rotas terrestres de difícil acesso, não impediam o fluxo de mercadorias, impressos, correio, etc. O principal comércio estava relacionado ao gado, uma vez que o Piauí era principal fornecedora para

29 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. *Proclamação*. Escrita no Quartel de Piracuruca em 24 de janeiro de 1823.

30 GALVES, Marcelo Cheche. Op. cit. 2015, p. 136.

31 SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

as províncias vizinhas, através do Porto da Amarração, na vila da Parnaíba, de uma considerável rede fluvial que permitia a interiorização e através da proximidade com centros urbanos do Maranhão, Pernambuco e Ceará. A comunicação hidrográfica proporcionou negociações que interligavam os sertões aos portos, através dos desdobramentos dos grandes rios³².

Pelos rios Parnaíba e Tocantins toda essa região do Maranhão e Piauí estava completamente inserida no mundo Atlântico, estabelecendo comunicações com colonizadores franceses, holandeses, portugueses e espanhóis por todo período colonial. O esforço em ampliar as redes de comércio para além-mar levaria muitos europeus a se entranharem em terras recém-descobertas nas Américas em busca de especiarias, ouro e diamantes. Por certo, dos navios vinham muitos colonos, mercadorias, escravos, mas também ideias, projetos de colonização, opiniões acerca do destino dos índios, das suas liberdades e das formas de cativos as quais deviam se subordinar, tanto aos índios quanto aos sujeitos de África que, com o passar dos anos, tenderiam a se avolumar nos portos, fazendas e cidades de todo o Brasil e Estado do Maranhão, re/definindo as ordens hierárquicas dessa sociedade, marcadamente plural e composta por negros e brancos, escravos e livres e homens e mulheres e profundamente hierarquizada entre colonos e posseiros, pobres e de fortunas, escravos e livres, índios súditos e bárbaros e mulatos e mestiços³³.

Esta influência do gado remonta ainda às trajetórias de portugueses que instalaram suas fazendas no processo de ocupação deste território, na interiorização de currais, solicitando à Coroa portuguesa títulos de sesmarias em razão de “conquistas” como expulsão de grupos indígenas, e aos poucos desenhando certa hierarquia social. Isto porque, neste lado do Atlântico, não se firmava nobreza segundo os requisitos do Antigo Regime, mas neste ideário de conquistas, dentro de uma economia de privilégios que geravam préstimos à Coroa,³⁴ gerando uma nobreza própria

32 CELESTINO DA SILVA, Mairton. Op. cit. 2016.

33 Idem, *Ibidem*, p. 21-22.

34 FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do

da terra.³⁵ Disto dispêndia, sobretudo, uma reorganização hierárquica, não apenas de sujeitos, mas também de produção de conhecimento, baseada nas novas fronteiras globais, alargadas em grande medida pela experiência mercantilista das grandes navegações.

É, pois, neste espaço que destacamos a escrita de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco, cuja família configurou entre as mais importantes do norte da província pelos motivos supracitados, angariando terras e cargos juntos à administração pública. Neste ambiente familiar de considerável nível intelectual, sempre demonstrou gosto pela leitura, mantendo contato com as mais diversas produções literárias, já desde muito antes de seu envolvimento com o movimento de independência.³⁶ Por ocasião desta, foi preso no Maranhão enquanto tentava recrutar apoiadores e remetido à Lisboa, onde permaneceu na Cadeia do Limoeiro até o fim dos embates separatistas. Retomou sua liberdade após recorrer a um indulto real, que concedia perdão aos presos por “opiniões políticas”, e, cumprindo promessa, mudou seu nome para Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco³⁷.

A religiosidade patente desvela um pouco do homem religioso assumido por Leonardo, na medida em que assume uma humanidade transcendente, só se configurando verdadeiramente homem na imitação dos deuses e de feitos heroicos, fazendo-se a si próprio na imitação divina.³⁸ A necessidade de afirmar sua própria identidade inserindo sua religiosidade no seu nome não esgota este argumento, se considerarmos sua heroica tarefa de defender as verdades cristãs ao refutar um autor francês. Influenciado também pelas obras europeias, teve acesso à escrita de Pigault LeBrun, pseudônimo do escritor francês Charles Antoine Guillaume Pigault de L'Espinoy. Este, publicou originalmente dois volumes (1815),

Império”. *Penélope*, n. 23, 2000, pp. 67-88.

35 Cf. RAMINELLI, Ronald J. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

36 Cf. FREITAS, Clodoaldo. *Vultos Piauienses: apontamentos biográficos*. 3. ed. Teresina: APL/EDUFPI, 2012.

37 Cf. “Ordem Régia e Certidão de Prisão em que é Réu Leonardo de Carvalho Castello Branco e autora a Justiça”, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <<http://digerarq.arquivos.pt/details?id=4269883>>. Acesso em 20/11/17.

38 ELIADE, Mircea. Op. cit. 1992, p. 88.

depois traduzidos para o português com o título “O Citador” (1834), onde levantou uma série de críticas à existência de Deus e questionou diversos trechos da bíblia e da estrutura clerical da Igreja católica. Incomodado com esta obra, Leonardo decide publicar, em refutação, o “Poema Filosófico, o Ímpio Confundido, ou refutação a Pigault LeBrun, em que se demonstra innegavelmente pela Filosofia, e pela Historia, a existencia de Deos, e a verdade da religião Catholica (1837)”³⁹.

Eu Brasileiro sou: o solo habito,
Quò Parnaíba rega: pavor tive:
Hesitei; mas enfim, deliberei-me:
Creio, animou-me um invisível Ente:
Da pena lanço mão: esta obra escrevo;
E o meu trabalho não baldar espero:
Se há Leitor obstinado, há também dócil:
Aquele o Vicio ama, e o Erro busca:
Este busca a Verdade, e ama a Virtude:
Eis o homem sensato; e eis com quem conto⁴⁰.

Nesta obra de 187 páginas, encontramos justamente o caráter mais providencialista das Luzes, onde Leonardo pretende fundamentar a existência de Deus, essencialmente através da filosofia natural. É constante sua tentativa de legitimar seus preceitos religiosos através da presença de uma essência divina em cada ser da natureza. Em cada elemento, segundo sua análise, se apresentava uma forma sagrada, uma hierofania que fazia com que o mundo fosse uma mensagem natural ou um grande livro, constantemente aberto à leitura, o que, de todo modo, não podia ser compreendido a partir dos padrões da cientificidade moderna⁴¹.

Recheado de metáforas, seu trabalho é justificado ainda na sua “introdução alegórica ao poema”, onde Leonardo descreveu a reação do rio Parnaíba, principal canal fluvial piauiense,⁴² ao ver a “perdição” de seus

39 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. *O Ímpio Confundido ou refutação a Pigault LeBrun*. Lisboa: Tipografia da Viúva Silva e Filhos, 1837.

40 Idem, ibidem, p. 15.

41 ELIADE, Mircea. Op. cit. 1992, p. 122.

42 Desde o século XIX pode-se encontrar preocupações quanto à navegabilidade do rio Parnaíba e da ligação de sua bacia às bacias do Tocantins e São Francisco por meio de

filhos diante do “veneno” de LeBrun, quando surgiu uma “criatura” que suplicava a ação imediata de algum filho seu para impedir a proliferação do mal, quase em tom nacionalista.

“Filhos meus! Se entre vós ainda se encontra:
“Se, por minha fortuna, ainda existe
“Um homem virtuoso, e assaz valente,
“Apareça, e combata o Monstro infame,
“Que eterna ruína a todos vos prepara!..
“Eu velho sou: não posso!.. Ah, se eu podéra!..”
Cessa então de falar; e os olhos volve
Por toda a turba dos juncados filhos,
A ver se algum se move; e eis que fitando
Em mim os olhos seus, irado, exclama:
“Até tu, Leonardo!.. Tu, que sempre
“Mostraste afeto ter à Lei de Cristo,
“Imóvel te conservas!.. Pois tais provas
“São, as que dás d’amor a Deus, e ao Próximo?”⁴³

Esta sua alegoria deixava transparecer tanto seu sentimento de protagonismo no cenário ideológico quanto seu sentimento de pertencimento a esta região. Mas, a referência ao rio Parnaíba nos leva um pouco além: a água, dentro da concepção religiosa, é elemento essencial na transformação do caos no cosmo organizado e consagrado. Desde a formação da terra, nesta visão, a água teve função renovadora, e foi através dela que o sagrado chegou a todos os povos. Traz consigo o signo da transparência e da renovação, bastante difundido através do batismo.⁴⁴ Leonardo talvez pretendesse demonstrar que das águas do Parnaíba sairia a renovação do mundo, tanto quanto o fato de sair uma criatura da água pode denotar uma missão divina, um novo dilúvio, desta vez para renovar o campo ideológico, “lavando” o velho caos. Esta renovação do mundo não seria exagero, quando o autor considerava as terríveis consequências da

estradas, tamanha a importância deste canal para escoamento da produção de gado e afins e para a comunicação. Cf. MIRANDA, Agenor Augusto de. *Estudos Piauienses*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 53.

43 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. cit. 1837, p. 12.

44 ELIADE, Mircea. Op. cit. 1992, p. 110.

tradução da obra de LeBrun para todo o Novo Mundo.

Pigault, da escolha ufano, o vaso exaure
Do empesteante licor na escrita sua;
E da ordem o mais cumprir se apressa.
Um Luso encontra, d'este nome indigno,
Que o ajuda a espalha-lo ao Sul da Europa,
Limite Ocidental do Mundo Velho;
E avançando ainda a mais, transpõe o Atlântico;
E do Averno o miasma, em semicírculo,
Na face Oriental do Novo Mundo,
Com mão pujante, a que vigora o Gênio,
Difunde, espalha do Amazona ao Prata.⁴⁵

A escrita de Leonardo deixava transparecer um mundo próprio, organizado, consagrado (sobre o qual a imagem divina se reflete através dos elementos naturais) e antagônico ao céu, não aquele fragmentado e matematizado, mas aquele pelo qual o homem religioso aspira, onde reside o próprio divino. Assim, não causa surpresa perceber que ele considera como “velho caos” tudo aquilo que remete ao *outro*, na medida em que este “outro mundo”, não consagrado, abriga “demônios” e toda estranheza que remete ao espaço caótico. O desconhecido gera o caos por não imitar a criação universal, por não se converter em *cosmo*, por onde o divino se manifesta, por não se separar do mundo⁴⁶.

Dessa forma, teceu sua crítica em torno deste *outro* que, por não se separar do mundo, tal qual o criador, espalha o “esmpesteante licor”, bebida amarga por não comungar com o *meu* cosmo. Percebe-se a separação religiosa do *eu* com o *outro* justamente por colocar o *meu* lugar e a *minha* experiência sagrados no *centro*⁴⁷, esta foi a base da expansão das monarquias católicas e o colonialismo⁴⁸, e quando este *outro* passa a ocupar espaços reservados a quem está no *centro*, a estrutura é colocada em risco. Além disso, seu julgamento não se limita ao autor da obra, mas acusa quem

45 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. cit. 1837, p. 10.

46 ELIADE, Mircea. Op. cit. 1992, p. 32.

47 Idem, *ibidem*, p. 38.

48 Cf. GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*”. *Topoi (Rio J.)* [online]. 2001, vol.2, n.2, pp. 175-196.

a difunde não só pela Europa meridional como também para além do Atlântico, atingindo seu sagrado particular, seu espaço de referência.

Deve-se destacar, portanto, que este caráter eclético sempre esteve presente nos empreendimentos coloniais, por vezes legitimando-o. Longe do abstracionismo, manifestou-se na realidade da ilustração luso-brasileira, indicando a especificidade de uma “modernização” concebida em um Estado absolutista com bases arcaicas e ideologicamente dominado pela Igreja, promovendo ao mesmo tempo transformação e tradição. “Nesse sentido, o homem público projetado pelas reformas pombalinas do ensino revelava-se o *homem das Luzes passíveis de serem incorporadas* no Portugal setecentista”⁴⁹.

A própria noção de Luzes afirmada por Leonardo demonstra esta tenuidade nas fronteiras entre os novos padrões científicos que impulsionaram a produção e circulação de conhecimento e o contexto fortemente influenciado pela religiosidade. Analisando seu argumento, percebe-se a construção da ideia de que as Luzes não poderiam estar imunes à “Verdade divina”, que seria a única fonte de verdadeiras luzes, atreladas a símbolos naturais, sob o risco de se espalhar falsas luzes, que produziriam não conhecimento, mas ignorância.

Labareda infernal d'impuro fogo,
Que alumiar parece, e produz trevas,
E em que só há de fogo calor sumo;
Obrar começa nas letais substâncias.
Eis que um fumo se exala; e um fumo sobe
Em negro, e espesso turbilhão horrissono,
Que do Edifício desabando o teto,
No imenso espaço d'Universo espalha-se!..
Onde, ó Sol, onde estão as luzes vossas?
E onde, ó Dia, a claridade tua?
Só vejo escuridão!.. Só trevas vejo!..
Majestoso Universo!.. Ah! Que desgraça
Vai suceder-vos!.. Inda o velho Caos,
Reassumindo o seu domínio antigo,
Conseguirá de novo sepultar-vos

49 SILVA, Ana Rosa Clochet da. Op. cit. 2006, p. 79.

No seu confuso, tenebroso seio!...⁵⁰

Ao afirmar que ao invés de produzir luz a obra de Le Brun difunde trevas, Leonardo arrimou sua crítica contra o ceticismo que baseava a ciência moderna. Quando escreveu que o teto do “Edifício” desabou para espalhar pelo universo o “fumo negro”, fez uma afirmação emblemática, uma vez que, se levarmos em conta o edifício enquanto a terra e seu “teto” o céu, uma das essências da Revolução Científica seria exatamente tirar o atributo sagrado do céu para estudá-lo matematicamente, como a terra, de maneira a ser seu complemento, não seu inalcançável contrário. O “velho caos” era, portanto tudo aquilo que remetia aos tempos anteriores ao cristianismo, ou mesmo do Gênesis, quando o universo conhecido foi ordenado.

Se, pois, a essência de Deus estava na natureza, era da natureza que devia advir as verdadeiras luzes, representada nos versos de Leonardo através do “sol” e na “claridade do dia”. Aliás, apenas uma contemplação da “abóbada celeste” era suficiente não apenas para uma experiência religiosa, como também para uma tomada de consciência, experiência do conhecimento. O atributo divino da altura inalcançável, da zona sideral, por mais que matematizada, tem esse “prestígio do transcendente, da realidade absoluta”.⁵¹ É uma grande observação da natureza que se segue na obra de Leonardo, não antes sem decretar como aceito o seu desafio sublime, sua ilustre tarefa.

Do letargo desperto a voz sonora,
Que desde o Céu troava: era do Império
O Anjo tutelar, que assim me fala:
“Aquele, cujo Braço Onipotente,
[...]
“Esse mesmo Senhor, que tudo sabe:
[...]
“Sem réplica, t'ordena o cumprimento
“Exato, e pronto, da promessa tua,
“Que de fazer acabas. Mais te digo,
“Quêsse Gênio do Mal, que a ti se antolha

50 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. cit. 1837, p. 8.

51 ELIADE, Mircea. Op. cit. 1992, p. 100.

“Tão forte, e poderoso, é para o Eterno
“Ainda menos, que o Nada. Eia: dispõe-te;
“E confia desde já, com certo teres
“Triunfo, proteção, eterno prêmio.”
De falar cessa; e eu prostrado adoro
Ao Todo-Poderoso; e à Virgem rogo
Maternal proteção: a pena empunho,
Qual forte espada; e, animoso, escrevo.⁵²

Assim, a escrita de Leonardo imprimiu não apenas sua experiência religiosa, mas também sua concepção teleológica de seus atos, atitude própria do catolicismo. Visando a um fim útil e agradável ao divino, colocou-se à disposição do “universo”, empunhando a “pena” como sua arma. De fato, no campo discursivo, sua obra travou uma batalha que não deixou de conter os conflitos sociais e características de sua época. Contidos, neste caso, em verdadeiras lições de pedagogia política, buscando traçar contornos de uma opinião pública⁵³.

Decerto, Leonardo pretendia levar suas verdades aos seus pares, inserido na expressiva conexão com obras francesas, característica da época⁵⁴, e tomando seu espaço entre estas, como consta em catálogos de livreiros do Rio de Janeiro. Sua escrita científica é precedida por advertências que o colocam como estudioso teórico de matérias metafísicas, nos localizando dentro daquilo que seriam estas verdades. Uma noção de ciência-conhecimento como meio para o progresso, mas que não deixa de ser meio e fim para evidenciar a existência de Deus.

3 Redes, contatos, espaços...

Tomado geralmente como um espaço desfavorável para a consolidação do espírito das letras, o Piauí apresentou, no Oitocentos, uma circulação considerável de textos, mesmo que entre aquela pequena parcela da população que socializava as notícias em rodas de conversa, o que não deixou de legitimar os impressos como formadores de certa “opinião

52 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. cit. 1837, p. 13-14.

53 GALVES, Marcelo Cheche. Op. cit. 2015, pp. 44-45.

54 Cf. KURY, Lorelai. Op. cit. 2004.

pública” dentro do campo discursivo, também revelador das tensões sociais e do fluxo de informações.

Ainda em 1822 a Junta do Governo Provisório reclamava ao ministro do Ultramar o “lastimoso estado da instrução pública na Província”⁵⁵. Este fato perdurou ao longo do Oitocentos. Nesta década, a população da configurava-se em torno de 94 mil habitantes, sendo 69 mil de população livre e 25 mil de população escrava⁵⁶. Iniciava-se o processo de constituição de centros urbanos, que reivindicavam o posto de vilas. A receita pública constituía-se a partir do dízimo de gado vacum e cavalariço, do algodão (que contava ainda com taxa por arroba exportada pelo porto), do direito das passagens pelo rio Parnaíba, décima dos prédios urbanos, rendimento das fazendas nacionais, dentre outros⁵⁷.

O próprio Leonardo, em outra obra publicada, deixou espaço para uma análise sobre a educação formal na província do Piauí, mas buscou também afirmar que as convenções humanas, por si, não bastam, ainda que se haja em abundância, como nos centros de produção do conhecimento. Por falta de “aulas”, não lhe foi negado o entendimento das leis naturais.

Previno-vos, talvez em meu desproposito, que eu não estudei em Aulas: até não sei nenhuma língua estrangeira: apesar disto julgo poder jactar-me, que sei mecânica, e astronomia teoricamente; e em cujos ramos de ciências, principalmente neste último, tenho feito consideráveis reformas, e inovações. Isto vos parecerá incrível, e com razão: mas refleti, que a mecânica consiste no conhecimento das Leis da Natureza, que não são convenções humanas. Quem recebeu d'ela o dom de as escutar, e entender, só fica ignorando os termos técnicos para se fazer entender dos outros homens; pois estes termos, e só eles, lhes devem a origem. Mas pude encontrar em autores portuguezes, quem me fizesse saber, se não todos, ao menos parte destes termos⁵⁸.

55 COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Teresina: APL; FUNDAC, 2010, p. 73.

56 MIRANDA, Agenor Augusto de. Op. cit. 2015, p. 17.

57 COSTA, F. A. Pereira da. Op. cit. 2010, p. 103.

58 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. *A Creação Universal descripta poética, e philozoficamente*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856, p. 3.

Leonardo colocou, aqui, o conhecimento científico fora dos círculos acadêmicos formais, afirmando como requisito para o domínio daqueles ramos da ciência apenas a conexão hierofânica adquirida através dos elementos da natureza, mas nem por isso menosprezou as técnicas como meio para se chegar às verdades naturais. O embate entre ciência como meio para o progresso ou para se provar a existência de Deus demonstra ser, em Leonardo, um falso dilema, uma vez que o simples reconhecimento e valorização da hierofania na natureza já representava, por sua vez, o reconhecimento da existência de Deus, sem deixar de visar um fim útil para o progresso da humanidade.

Quadro normal, se observado pela ótica da ambiguidade (ou pluralidade mesmo) do termo *natureza* em Portugal, especialmente e após o Setecentos. Como aponta Pedro Calafate, o Oitocentos esteve longe de inventar a Natureza, muito embora tenha sido o expoente da sua exploração intensa. Na concepção de um universo impregnado de ordem e de finalidade (ou utilidade), o paradigma da matematização e dos cálculos físicos, no entanto, possibilitou que a lógica do mecanicismo desembocasse numa filosofia religiosa (subir às coisas de Deus, através das raízes na natureza). E isto não significou uma barreira ao avanço da ciência, pelo contrário, conviveu a noção de que na natureza se fala a linguagem matemática, mas também a de Deus.⁵⁹

Todo este simbolismo (das criaturas no significado religioso do universo, ou na metáfora do universo-livro, ou na mecanização do universo-máquina) coexistiu com o conhecimento científico da natureza, no impulso de classificar e ordenar logicamente a realidade sensível. Este recurso, de busca na natureza no “século do sensismo”, impediu que a consciência naufragasse na simples recepção de impressões sensíveis.⁶⁰ Uma leitura particular possibilitada pelo ecletismo português, que representa a ideia de Leonardo Castello-Branco em descrever, classificar e ordenar elementos naturais em suas abordagens filosóficas.

Diante das mais diversas possibilidades de circulação, Leonardo escolheu aproximar-se de Portugal. Após os embates separatistas, tendo obtido baixa de suas culpas pelo indulto real aos presos políticos, e após

59 CALAFATE, Pedro. *A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.

60 Idem, *ibidem*.

uma série de viagens pelo Norte do Brasil (Pernambuco, Bahia, Maranhão e Piauí),⁶¹ regressa a Lisboa em 1833, a fim de aprofundar seus conhecimentos na área da mecânica e demais estudos.

Leonardo hospedou-se, em Lisboa, na casa do ministro plenipotenciário do Brasil em Portugal, Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond. Nascido no Rio de Janeiro, Vasconcellos de Drumond exerceu ofício na Chancelaria do Reino e obteve o Hábito de Cristo, além de uma tença de doze mil réis, como afirma Sacramento Blake⁶². No entanto, em 1821, durante sua estada em Portugal, soube dos movimentos separatistas que ocorriam no Brasil e prontamente tomou partido pela independência, inclusive fundando o periódico político *O Tamoyo*,⁶³ compartilhando os ideais políticos de Leonardo. O reconhecimento do Império no pós-independência garantiu-lhe uma carreira diplomática notável, findando no cargo de ministro plenipotenciário. É notável nas suas obras e manuscritos o interesse por questões relativas à história, e sua coleção enriqueceu o acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual era sócio.

Decerto, o contato entre Leonardo e o ministro Vasconcellos de Drumond, envolvendo suas ideias e leituras, resultou em canais para os quais nosso sujeito chegasse a determinados espaços. Por volta de 1841, o dito ministro envia para o IHGB um manuscrito intitulado *Thesouro descoberto no máximo Amazonas*, cuja parte foi publicada na Revista Trimestral de História e Geografia do mesmo instituto. Na ata da 70ª sessão, de 13 de setembro de 1841, acusa-se o recebimento de uma cópia da sexta parte do dito manuscrito, juntamente com um parecer sobre este escrito por Leonardo Castello-Branco⁶⁴. Buscamos nas edições seguintes este parecer, mas não encontramos. Importa que, pelo contato estabelecido, Leonardo chega até um dos maiores espaços de difusão da ciência no império do

61 FREITAS, Clodoaldo. Op. cit. 2012, pp. 80-81.

62 SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, pp. 298-300.

63 Periódico político fundado no Rio de Janeiro em 1823 por Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond.

64 SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. *Revista trimestral de História e Geografia*: ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1841, p. 367.

Brasil.

Era importante localizar o Brasil na discussão ocidental de ciência, daí a importância destes periódicos na consolidação desta nação recém-independente. Contudo, estes periódicos serviam também para demonstrar a forçosa aproximação entre a ciência brasileira e o que se pensava na Europa. O próprio IHGB foi inspirado, se não copiado, no modelo francês. Um contínuo diálogo entre a “Europa iluminista” e o Atlântico, na mais fidedigna tradução da ilustração, relacionando técnicas, máquinas e memórias dos homens de letras no estilo enciclopédico.⁶⁵

Uma publicação de Leonardo em um periódico científico nos leva, contudo, a uma reflexão importante. A tenuidade das fronteiras entre centros e periferias da produção de conhecimento, no caso brasileiro, foi abalada desde a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, e mais ainda com o fomento de viagens e formação de ilustrados. Como reitera Lorelai Kury, estes mesmos homens de ciência, ilustrados luso-brasileiros, perceberam que não bastava a simples compreensão das ciências europeias, tratava-se de refundar o sentido do conhecimento, buscando um lugar nas disputas científicas das redes de informação⁶⁶.

O conhecimento produzido no continente europeu não se estabeleceu, aqui, sem a devida adaptação ao plano local, naquilo que Serge Gruzinski denomina mestiçagem. A ocidentalização da economia-mundo deu aos intelectuais ilustrados a oportunidade de ocuparem vários mundos numa só existência, e é sob essa mestiçagem que se firma a noção de ciência no Brasil⁶⁷. Sujeitos que não só se apropriaram, no Brasil, das discussões europeias sobre progresso, utilidade e história natural, como também as reinventam a partir do repertório de conhecimento local⁶⁸.

Exemplo disto é a publicação de Leonardo, do ano de 1845, na revista “O Auxiliador da Indústria Nacional”, intitulada “Memória acerca das abelhas da província do Piauí no império do Brasil”, na qual fez um estudo *in loco* sobre a domesticação de abelhas para o progresso da

65 KURY, Lorelai. “A Ciência útil em *O Patriota* (Rio de Janeiro, 1813-1814)”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez. 2011, p. 116.

66 KURY, Lorelai. Op. cit. 2004, p. 125.

67 GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

68 RAJ, Kapil. “Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX”. *Cultura*, vol. 24, 2007.

província do Piauí⁶⁹. Este tratado descritivo, oferecido ainda em 1842 ao ministro Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond, principal elo entre Leonardo e os meios de divulgação científica, continha as mais diversas informações sobre as abelhas existentes no Piauí, bem como de outras espécies localizadas nos limites territoriais com o Ceará, ressaltando a diversidade de nomes, comportamentos e utilidades e cada uma das vinte e quatro espécies catalogadas. Trata-se de um considerável espaço na dita revista, com vinte e três páginas.

Quando dirigiu-se àqueles que tivessem interesse na domesticação destes insetos, defendeu métodos mais adequados para a região, diferentes daqueles utilizados na Europa, quando indicou o uso de caixões para a disposição das abelhas ao invés dos cortiços europeus. Destaca-se a análise da espécie *tiúba*, que ocupa seis daquelas páginas. Pelo que se percebe, o autor observou em viagens pela província o funcionamento e a organização destas colmeias, além da engenharia dos habitats, de forma a dissecar e moldar com a maior fidelidade possível um ambiente artificial capaz de domesticar as espécies com o maior proveito, “pois que as via neste ato horas e horas”.

É necessário que os cortiços, ou caixões destinados para morada destas abelhas, sejam postos bastantemente elevados da superfície da terra, pelo menos de nove a dez palmos, e ainda mais, por quanto este é o gosto d'elas, como se observa nos bosques e matas, onde suas moradas nos ocos das árvores jamais são de menos d'esta altura, e o ordinário é ver de trinta a quarenta palmos, mas nunca em galho fino, porque querem casa assaz espaçosa, que tenha aproximadamente um palmo de diâmetro, e de quatro para cima de comprimento: nós costumamos pôr os caixões em posição horizontal, por ser assim mais cômodo⁷⁰.

E intrigado com a destreza das abelhas em trabalharem e controlarem o fluxo de entrada e saída, indagou: “À vista disto ainda haverá filósofo que pense que estes bichinhos tenham o preciso entendimento para a sua

69 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. “Memória acerca das abelhas da província do Piauí no Império do Brasil”. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 13, 1845, pp. 49-72.

70 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. Cit. 1845, p. 52.

conservação?”⁷¹. Incisivamente, induziu, aqui, suas observações de forma a explicitar a dependência das abelhas à domesticação para que se tornassem úteis dentro da lógica do progresso. Tal hipótese pode ser confirmada pela descrição da abelha *urussui*, que por fazerem morada em locais próximos à superfície da terra estavam sujeitas aos “camponeses”, às lagartixas e ao papa-mel. Não apenas a abelha foi apresentada aqui como indefesa e carente de técnicas que a fizessem mais útil, mas também as classes sociais que estavam fora do círculo científico europeu progressista, que não conseguiam se preocupar senão com o tempo presente, acabando com a “abundância” que possibilitaria o acúmulo e a inserção destas espécies numa lógica mercantilista:

Este bárbaro e estragador comportamento dos tais camponeses (que são os índios e a gente de cor, com pouca exceção), e dos escravos, é entre eles prática geral para com todas as abelhas, cuja morada descobrem nas suas correrias d’este gênero, a que chamam *ir melar*: e por isso a abundância primitiva das abelhas vai a diminuir aceleradamente, e tempo virá que serão raríssimas, para o que contribui muito também o descuido dos homens ricos em terem seus colmeais, d’onde saíram todos os anos muitos enxames, que supririam esses estragos⁷².

Não apenas “camponeses” eram responsáveis pela incoerência com a lógica de acúmulo, como sugere o autor, mas também o eram os “homens ricos”, aos quais dirigiu suas observações, por não empregarem as técnicas suficientes para multiplicarem os enxames e repararem tais faltas. Por isso não classificou as abelhas apenas pelas características próprias à cada espécie, mas também pela utilidade em criá-las, segundo a quantidade, qualidade e praticidade. E Leonardo falou também como um destes homens ricos a quem se dirige, indicando sua posse de um “bom colmeal”, no qual desenvolveu as observações necessárias para a firmar que o *samborá*⁷³ não se transforma em mel como acreditava o “povo rude”.

Não fica claro a quem Leonardo denominou “povo rude”, uma vez

71 Idem, ibidem, p. 52.

72 Idem, ibidem, p. 58-9.

73 Pólen das flores que apresenta uma substância amarela e pouco ácida.

que voltou a tecer críticas aos saberes populares quando se referiu à lenda pela qual quem comia o mel de certa abelha e dizia “*vamo-nos embora*” morria, daí o nome *feiticeira* para designar esta espécie. Na verdade este compêndio não se interessou em nenhum momento pelas características culturais que envolviam estas abelhas em solo piauiense, o que fica nítido na dúvida expressada por Leonardo quanto à origem do termo *mangangá*, que o autor não sabia se “pertencente à língua dos pretos d’África, ou dos brasileiros indígenas, o que hoje se acha adotado pelos brancos”⁷⁴. Para além da utilidade, aliás, Leonardo só conseguiu perceber um aspecto: o naturalismo religioso. Nas páginas que dedicou à espécie *tiúba*, sua análise teceu uma forçosa aproximação entre a valorização dos aspectos naturais, a exaltação devota da criação, e o determinismo em confiar aos homens o proveito das abelhas. Pelo ciclo natural, assim, o mel seria extraído das flores e das árvores derivaria a cera, esta que sustentava os reservatórios das colmeias, daí a ideia do autor de que se tratava do melhor vaso para se guardar o mel extraído, até este “ter ultimamente às mãos dos homens, segundo o Criador Universal havia mui bem previsto”⁷⁵. Em alguns pontos, chegou inclusive a comparar o comportamento das abelhas à moral humana.

Percebe-se que o grau de utilidade dependia também da disposição das espécies em serem domesticadas, tendo em vista comportamentos como por exemplo da *preguiçosa*, que entrava sem cerimônia nas colmeias de outras espécies e roubava o mel. Além disso, dependia ainda do ritmo de trabalho das abelhas em relação ao sol, da altura e tamanho dos caixões, da quantidade e da qualidade do mel e da cera fabricados, dentre outros. A espécie *Miguel de breu*, por exemplo, era útil não pela quantidade de mel que conseguia produzir, irrisória, mas pela qualidade e o sabor de sua geleia. Já a *Moça branca*, que produzia mel em pouca quantidade e de mesma qualidade de outras espécies que produziam mais rapidamente, não mereceu nem o interesse pela criação, “e nem mesmo uma descrição histórica mais extensa”⁷⁶.

Haviam as abelhas ofensivas, mas haviam também as abelhas utilizadas para fins medicinais, segundo o autor, que observou a melhora de

74 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. cit. 1845, p. 69.

75 Idem, *ibidem*, p. 53.

76 Idem, *ibidem*, p. 62.

doentes de mal venéreo que tomaram “em água os casulos dos filhos mais novos destas abelhas”⁷⁷. Haviam ainda as que eram tão indefesas a ponto de precisarem da ajuda do autor durante as observações:

Têm estas abelhas, e todas as de voo pouco rápido, um formidável inimigo no pássaro que chamamos Bentevi, o qual é do tamanho de uma rola do Brasil, e menor que as de Portugal; e isto sem falar nos outros dois inimigos, que já mencionei acima, e que são o Papanel e a Lagartixa. O tal Bentevi pousa em alguma árvore defronte da colmeia, e d’áí espreita ocasião de fazer a sua presa: era portanto necessário que eu saísse com a minha espingarda em socorro das perseguidas abelhinhas⁷⁸.

Leonardo concluiu seu compêndio lamentando o pouco proveito que se tirava de tantas riquezas de que dispunham os brasileiros, que só tratam “indiscretamente de gozar o presente, sem olhar para o futuro; e por isso em todos os ramos de riquezas públicas naturais não se vê senão uma estúpida e cruel devastação”⁷⁹. Compêndios como este eram bastante valorizados para darem conta das potencialidades do império, por exemplo no contexto das Exposições Nacionais e Universais, grandes eventos que reuniam as descobertas e técnicas científicas, além de objetos, fauna, flora, etc. A “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional”, que mantinha a revista na qual este compêndio foi publicado, chegou a organizar a primeira Exposição Nacional, em 1861, no Rio de Janeiro, mas a primeira participação da província do Piauí nas exposições nacionais data de 1866,⁸⁰ quando enviou entre seus produtos cera de abelha.⁸¹

77 Idem, *ibidem*, p. 56.

78 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. *Op. Cit.* 1845, p. 60.

79 Idem, *ibidem*, p. 72.

80 CUNHA, Matheus da; GALVÃO FILHO, Rafael Arcanjo. *Catálogo da Segunda Exposição Nacional, 1866*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866, p. 486.

81 As exposições subsequentes não citam abelhas do Piauí especificamente, antes colocando outras províncias como principais produtoras, mas no “Catálogo dos produtos do Estado do Piauí da Exposição Nacional de 1908” consta o envio de garrafas de mel da espécie *tiúba*, à qual Leonardo dedica a maior parte de seu compêndio. O catálogo demonstra que ainda no século XX se sente a necessidade de inserir as abelhas do Piauí no mapa do progresso, afirmando que a “apicultura não é ainda

Neste caso, vale lembrar que a distância dos centros europeus de produção de conhecimento pode representar vantagem quanto à pesquisa *in loco*, posteriormente publicada no próprio Brasil, em um processo próprio do início do século XIX, pelo qual toda uma geração de homens de ciência passaram a criticar a falta de ambição e racionalidade em tornar mais rentáveis os produtos naturais.⁸² A ciência não é, pois, um campo neutro; atrelado à política e às disputas, é também um “espaço de afirmação de poder”⁸³.

Considerações finais

Estes meus obtidos conhecimentos, desenvolvidos em uma Obra mecânico-astronômica, em cuja composição gastei muitos anos, que foram outros tantos de assíduo estudo, me habilitaram a inventar várias máquinas interessantes: mas, nem estas, nem a impressão d'aquela obra pude realizar por falta de meios próprios, e de proteção alheia, que em vão tenho solicitado. Eu disto não me admiro; pois não tenho condiscípulos, e nem Mestres, que me abonem: só tenho a apelar para as minhas Obras; pois que, segundo o Senhor Jesus, — A árvore se conhece pelos frutos: porém os meus ainda não podem ser apreciados pelo Público, que os ignora. Nascido, e criado em uma das mais rústicas Províncias do Norte das do Império Brasileiro, tive de experimentar em mim a verdade, do que disse Chateaubriand nos seus — Pensamentos Morais, concebido nestes termos, que aqui reproduzo, para fazer sensível a exatidão da sua aplicação para comigo. — « Os homens de talento (diz este acreditado autor) são ordinariamente filhos do seu Século; e como o seu compêndio: são os que representam as luzes, as opiniões, e o talento: porém também nascem às vezes demasiado cedo; ou demasiado tarde. Se nascem muito cedo, antes do seu Século natural, passam ignorados; e a sua glória começa, quando eles já não existem: isto é, quando brilha o Século, à que deviam ter pertencido &c.»⁸⁴

desenvolvida no estado, mas em suas florestas abundam abelhas de uma imensidade de variedades, algumas produzindo mel saborosíssimo e de grandes propriedades medicinaes”, corroborando com a visão de Leonardo.

82 KURY, Lorelai. Op. cit. 2004.

83 Idem, ibidem, p. 126.

84 CASTELLO-BRANCO, Leonardo da Senhora das Dores. Op. cit. 1856, pp. 3-4.

Aqui nos remetemos à análise de Thompson sobre os escritores românticos ingleses do final do século XVIII, no que se refere justamente à problemática do pretense caráter de neutralidade da ciência moderna. A inclinação de ocupar fronteiras tênues desses sujeitos “nos espanta [...] por causa de sua capacidade de conter dentro de si tantos impulsos filosóficos oscilantes, contraditórios [...]. Se falarmos de ‘exploração e desenvolvimento’, devemos também falar de limitação e rejeição. E a questão da apostasia permanece importante [...]”⁸⁵. A questão parece ser exatamente saber reconhecer quando devemos falar de desenvolvimento e quando devemos reconhecer limitação. É necessário cuidado na escrita destes sujeitos excepcionais-normais, dinâmicos, no sentido de reconhecer em que medida suas ações refletem aquilo que é próprio de seu tempo e aquilo que o permite transpor os limites de sua sociedade.⁸⁶

Leonardo não se considerava um homem de seu tempo, e a escrita de si que elaborou em torno de seus intentos o coloca como uma possibilidade desvalorizada para o progresso de sua região. Filho de uma das mais “rústicas províncias do norte do Brasil” e sem nenhuma assistência, porém, fazia questão de assinar, nas suas obras, “Natural do Piauíhy”. De fato, Leonardo lançou sobre o espaço que ocupou uma visão analítica capaz de fornecer subsídio para formular, senão uma intervenção, pelo menos uma leitura contextual própria. Foi assim que catalogou as diversas espécies de abelhas da província do Piauí, além de suas outras variadas obras. E não só do espaço que ocupava, mas sobre tudo aquilo que lhe tocava, como nos demonstra, por exemplo, sua refutação a Pigault Le Brun.

A trajetória de Leonardo, em seu devido contexto, nos confirma que se trata de uma possibilidade de seu tempo. Suas reclamações sobre a falta de reconhecimento de suas obras no contexto piauiense talvez nos sirvam para refletir as políticas que, desde o Oitocentos, concentram-se nos grandes centros de produção econômica e de conhecimento, deixando

85 THOMPSON, Edward Palmer. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 176.

86 Trabalhando conceitos de Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi, Giovanni Levi, dentre outros. Cf. CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na história. *Mneme – Revista de Humanidades*, vol. 11, n. 28, Ago./Dez. 2010, pp. 31-46.

as periferias necessitadas de investimentos e infraestruturas diversas, mas também dependentes de suas próprias conexões, que no caso piauiense possibilitaram o crescimento intelectual do sujeito que ora nos ocupamos.

O estudo de trajetórias de sujeitos como Leonardo Castello-Branco é importante na medida em que ajuda a reunir informações mais significativas capazes de demonstrar como o local e o global se articulavam. Exumar as ligações e destacar as múltiplas histórias tem sido a melhor alternativa contra o etnocentrismo⁸⁷. Por muito tempo a historiografia eurocêntrica reduziu estas escalas à simples comparação, valorizando a difusão de saberes europeus e desprezando a capacidade de adaptação dos sistemas locais, deixando de refletir as conexões, os embates e as mestiçagens.⁸⁸ Em paralelo às configurações políticas que se desenharam, esta comparação, em grande medida, acaba por estigmatizar determinadas regiões, valorando conhecimentos que, apenas por serem diferentes, não são menos importantes.

87 GRUZINSKI, Serge. Op. Cit. 2001, pp. 189-190.

88 GRUZINSKI, Serge. “O historiador, o macaco e a centauro: a ‘história cultural’ no novo milênio”. *Estudos Avançados*. [online]. V. 17, n. 49, pp. 321-342, 2003. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300020>>. Acesso em 23 Set. 2018.

Jornal *A Mocidade Piauiense* e cultura escolar no Piauí do século XIX

**Nilsângela Cardoso Lima
Francisca Stefanne Orana Alves Sobrinho**

1 Desenvolvimento da imprensa brasileira e piauiense e sua conjuntura histórica

A história da imprensa e do jornalismo estudantil ou escolar deve ser entendido dentro da realidade sociocultural, econômica, política do período em que surgiram. Refletir sobre o assunto exige uma imersão no contexto histórico e educacional do Brasil, visto que o aparecimento dos jornais durante boa parte do século XIX era para atender a determinados interesses e especificidades dos grupos sociais que os fundavam e os mantinham financeiramente. Com isso, sabe-se que o Brasil foi marcado por um processo de colonização em que a Educação não era uma prioridade. Colonizadores temiam a leitura de maneira que o livro durante

muito tempo fosse visto por eles como “instrumento herético”.

De acordo com Sodré (1999), a imprensa no Brasil colônia chegou tardiamente. Um dos motivos que alça para explicar o retardamento da imprensa em terras tropicais decorre do atraso cultural da população aqui encontrada ainda na fase da pedra lascada, que não exigiu dos portugueses aparelhos políticos para destruir e substituir a cultura dos povos recém-colonizados. Assim, ao contrário das colônias espanholas e inglesas que conheceram a imprensa e a universidade no século XVI; no Brasil, esses instrumentos tardaram a chegar.

Os livros foram os primeiros impressos a chegarem no Brasil colônia. No entanto, nos primeiros anos do processo de colonização, o livro era visto pelos colonizadores portugueses como um “objeto de pecado”, como explica Sodré (1999). A desconfiança em torno do livro era tamanha que se fez instalar a censura régia, ou seja, todo e qualquer impresso só poderia entrar na colônia portuguesa desde que autorizado pelas autoridades reconhecidas pelo Estado e pela Igreja. Por um lado, tal ação não impediu que impressos “não permitidos” chegassem ao Brasil de forma clandestina. Por outro lado, é inegável que a política de dominação portuguesa contribuiu para que o comércio de livros e a instalação de bibliotecas e livrarias demorassem a ter plena atividade aqui. Havia o interesse por parte de Portugal em manter a colônia na “ignorância” e fechada a cultura como parte do projeto de dominação das riquezas e das mentes. Por isso, “[...] não convinha a Portugal que houvesse civilização no Brasil. Desejando colocar essa colônia atada ao seu domínio, não queria arrancá-la das trevas da ignorância”.¹

Os impedimentos oficiais foram um dos obstáculos para o surgimento da imprensa brasileira, mas não o único. Para além desse fator, deve-se ressaltar ainda as condições adversas da colônia do ponto de vista político, econômico e sociocultural. Segundo Sodré (1999), “[...] a etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias a instalação da imprensa”.² Realidade que só apresenta sinais de mudança em 1808, com a abertura dos portos e a chegada da Coroa portuguesa no Brasil.

É somente no início do século XIX que temos o surgimento da

1 SODRÉ, Nelson Werneck. *História e imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 18.

2 SODRÉ, 1999, p. 16.

imprensa no Brasil. Em 1808, instalava-se na colônia a Impressão Régia. A medida de instalação de uma tipografia nos trópicos se dava por autorização da Corte de D. João, que aportou no Brasil naquele ano e necessitava de uma oficina para atender as necessidades burocráticas. Contudo, oficialmente, é dessa tipografia que se tem a impressão de um dos primeiros jornais brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*³.

No século XIX, a situação de atraso no Brasil era marcante. Para Melo (1973), além dos fatores políticos e econômicos, os fatores socioculturais foram responsáveis para o surgimento tardio da imprensa brasileira e seu desenvolvimento. No seu entendimento, pelo menos, sete fatores devem ser apontados: “natureza feitorial, atraso das populações indígenas, predominância do analfabetismo, precariedade da burocracia estatal, incipiência das atividades comerciais e industriais, reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos⁴”. Fatores que retratam a estruturação de uma sociedade formada com bases na exploração da colônia e não tinha por interesse seu desenvolvimento. Dessa maneira, o Brasil colonial foi marcado pela “ditadura do ruralismo”, sistema escravista e agrário, descaso com as regiões interioranas que permaneceu durante muito tempo abandonadas e despovoadas, população formada por uma maioria de analfabetos e homens do campo.

No Piauí, por sua vez, a estrutura rural, agrária e escravista se consolidou por meio das fazendas de gado. Desde o processo de colonização de suas terras, firmou-se nos “sertões de dentro” um tipo de economia pecuarista de exportação paralela a uma agricultura de pequena expressão e voltada para o consumo interno. O comércio no período colonial e imperial era inexpressivo e deficiente, pois a maioria das unidades produtivas eram autossuficientes, reduzida circulação monetária e estabelecimentos comerciais inexpressivos geralmente localizados nas

3 Não há um consenso entre os autores que se dedicam a estudar a história da imprensa brasileira sobre o primeiro jornal. Visto que há dois jornais que surgiram em 1808, a saber: *Correio Brasiliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*. O primeiro surgiu em 01 de junho em 1808, porém era impresso em Londres, tendo como proprietário Hipólito da Costa e fazia duras críticas a Corte joanina. Já o segundo surge em 01 de setembro de 1808, sendo impresso nas oficinas da Impressão Régia e tinha caráter “oficioso”.

4 MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973, p. 111.

vilas de maior importância⁵. Até 1852, a capital encontra-se na cidade Oeiras, cuja localização não era vista como estratégica para desenvolver a economia do Piauí.

Nesse sentido, um grupo político defende a tese de que o progresso para a região seria possível com a transferência da capital através do discurso do melhoramento dos meios de comunicação, das estradas e do aproveitamento do rio Parnaíba. No governo do Conselheiro José Antônio Saraiva, presidente da Província do Piauí, é encabeçado o plano de mudança da capital que será concretizado em agosto de 1852. O resultado dessa ação para o desenvolvimento do Piauí pode ser explicado por Nunes (2007), quando afirma que houve o aumento da agricultura nas margens do rio Parnaíba, a navegação a vapor e estímulo ao comércio da Província na segunda metade do século XIX:

Com a mudança da capital de Oeiras para Teresina aumenta consideravelmente a população ribeirinha do Parnaíba, e essa ocorrência manifesta-se mais intensamente com a navegação a vapor. Surgem povoações nas margens do rio e suas vizinhanças e, como consequência, há um estímulo para a incipiente agricultura da Província, que já se mostrava mais promissora nessa faixa territorial, bem como nas proximidades do litoral. E assim ficou patenteado que o principal fator do desenvolvimento é a perspectiva fácil de recurso de transportes, atraindo e nucleando povoações⁶.

Sobre a educação, os empreendimentos da coroa portuguesa foram inexpressivos para mudar a realidade brasileira e piauiense do período colonial e imperial. Melo (1973) considera que “sendo Portugal um país sem tradições educativas, é compreensível que o ensino da colônia fosse diminuto e inexpressivo. Quase só existiam ‘casas de formação sacerdotal’”⁷. Até mesmo as reformas pombalinas, no século XVIII, não chegaram a alterar o quadro das escolas no Brasil, de maneira que das 720 escolas primárias existentes grande parte delas não funcionavam ou não contavam

5 Cf. QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 2 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006, p. 29.

6 NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007, v. 4, p. 189.

7 MELO, 1973, p. 122.

com mestres eficientes e capazes, e em muitas regiões não havia mestres. Melo (1973) acrescenta que:

O ensino existente na colônia, até o início do século XIX, era limitadíssimo, circunscrevendo-se a uns poucos estabelecimentos de nível primário e secundário. Não existiam, portanto, as condições para formação de um público capaz de interessar-se por livros, e, conseqüentemente, erigir a necessidade social da imprensa. Havia, é certo, um grupo de letrados que obtivera formação superior na metrópole, mas em número também reduzido, a ponto de não justificar sequer a abertura das livrarias na colônia para distribuir livros editados em Portugal⁸.

A realidade do cenário educacional do Brasil do período colonial e imperial é esclarecedora para a condição de atraso sociocultural existente numa sociedade em que “[...] o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão [...]”⁹. Pinheiro Filho (1997) acrescenta que os reinóis procuraram dificultar que os habitantes da colônia fossem instruídos, apesar de não haver uma legislação específica de Portugal que a impedisse. Entretanto, a afirmação ganha força quando se encontra ofícios do século XVIII com dados de interdição da oferta de “[...] mais de uma cadeira de gramática e a de ler e escrever, porque o abuso dos estudantes superiores só servia para nutrir o orgulho próprio dos habitantes do Meio-Dia, e destitui os laços de subordinação política e civil, que devem ligar os habitantes das colônias à Metrópole”¹⁰ – documento enviado por D. Fernando Antônio de Noronha ao governo da Metrópole de São Luís do Maranhão.

O processo educacional piauiense implantado pelo sistema oficial teve início no século XVIII e coexistia com o ensino informal. De acordo com Costa Filho (2006), o ensino formal e informal permaneceu até o século XIX e se completavam. Durante boa parte do período colonial a ação do governo português no sistema educacional no Piauí foi praticamente nula,

8 MELO, 1973, p. 122.

9 SODRÉ, 1999, p. 16.

10 PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997, p. 12.

assim como o desempenho da Companhia de Jesus. A atuação dos jesuítas na capitania não resultou na instalação de escolas nem de seminários. Às vésperas da Independência do Brasil, a educação piauiense acontecia sobremaneira através das “escolas familiares”¹¹, existindo poucas escolas oficiais. Em 1820, registrava-se “[...] apenas três escolas de primeiras letras, localizadas em Oeiras, Campo Maior e Valença e duas cadeiras de ensino da língua latina, uma em Oeiras e outra em Parnaíba, para atender uma população estimada em 94.948 habitantes [...]”¹² no Piauí.

A coroa portuguesa estava interessada em explorar suas colônias e o império não trouxe as mudanças esperadas. Não lhe interessava instruir a população. Lhe interessava mão-de-obra para o exercício das atividades mercantis. No caso do Piauí, em que o processo de colonização do “sertão de dentro” ganha fôlego no final do século XVII, a coroa portuguesa queria garantir a data das terras sob seu domínio sem qualquer preocupação com a instrução e a dispersão da população. No Piauí, a instrução também não estava entre as obrigações governamentais e a atuação dos jesuítas não se voltou para isso. De acordo com Pinheiro Filho (1997):

Instrução organizada, embora precariamente, em forma de escolas, oferecida pelo público para todos aqueles que quisessem matricular seus filhos, só a tivemos às portas da independência, devido ao afrouxamento dos laços coloniais, motivado pela revolução de Portugal. Foi, exatamente, a 15 de janeiro de 1822, que se instalou oficialmente, em Oeiras, a capital de então, a primeira escola primária pública da Capitania. [...] Em 1832, ano em que surgiu o primeiro jornal no Piauí, havia cinco escolas, ou cadeiras: duas em Oeiras, a

11 “Receberam este nome porque o ensino ministrado no espaço doméstico por familiares letrados, por capelães ou mesmo por mestres contratados. Essas escolas constituíram-se em alternativas que as pessoas de posse e interessadas no ensino encontraram para superar as lacunas deixadas pelo sistema oficial. Nesse espaço de ensino familiar, além da alfabetização, ensinavam outras matérias, a exemplo de línguas e filosofia. As *escolas familiares*, apesar de informal, apresentavam adequação ao modelo oficial, assegurando aos seus egressos a conclusão dos seus estudos em escolas oficiais no Brasil, e até mesmo em Portugal” (COSTA FILHO, Alcebiádes. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monseñor Chaves, 2006, p. 76, *grifos do autor*).

12 COSTA FILHO, 2006, p. 84.

capital, uma em Campo Maior, uma Valença e outra em Parnaíba¹³.

Na última década do império, o número de escolas se amplia, de maneira que, 1881, haviam 56 escolas divididas em primeiro e segundo grau para atender uma população de 200 mil habitantes¹⁴. Houve aumento dos números de escolas e da população na Província do Piauí, porém, todas apresentavam um quadro problemático que já carregavam deste o período colonial, a saber: pobreza da população, falta de prédios escolares, falta de professores, má remuneração dos mestres, frequência irregular dos alunos, falta de recursos didáticos etc. Panorama que refletiu direto na educação que apresentou um fraco desenvolvimento das escolas oficiais na Província do Piauí. No tocante aos recursos didáticos, a ausência de livros e obras instrutivas, coube aos jornais e as cartas o papel de suprir o exercício da leitura de impressos e da escrita pelos alunos.

As conjunturas educacionais, sociais, políticas, econômicas e culturais estão intimamente ligadas à imprensa e ao jornalismo. De maneira que não se pode falar da atuação da imprensa e do jornalismo brasileiro e piauiense sem se debruçar, mesmo que em poucas linhas, sobre essas questões. Afinal, ambos só se desenvolveram quando essas condições lhe foram favoráveis. No Piauí, por sua vez, o primeiro jornal surge tardiamente no período imperial. Em 1832, na cidade de Oeiras, que teve o primeiro jornal denominado *O Piauiense*.

Considerando que uma pequena parcela da sociedade brasileira e piauiense era alfabetizada, a conjugação da imprensa com os grupos de poder político se firmou desde o início. No século XIX, até boa parte do século XX, o tipo de jornalismo praticado no Brasil e no Piauí tinha características panfletária e doutrinária e exercia o papel de porta-voz dos partidos que os criavam e/ou os mantinham financeiramente. Por este motivo, o jornal impresso é fonte histórica considerável, pois é um estratégico veículo de difusão de ideias políticas, com participação decisiva na formação de estruturas de poder e na consolidação de ideologias¹⁵, como afirma Pinheiro Filho (1997).

A pesquisadora Rêgo (2001) também defende que imprensa, poder

13 PINHEIRO FILHO, 1997, p. 15.

14 COSTA FILHO, 2006, p. 112.

15 PINHEIRO FILHO, 1997, p. 5.

e política se correlacionavam no Piauí¹⁶. Essa ligação decorre de naquele período a educação ser um privilégio da elite, onde apenas os filhos das famílias com maior poder aquisitivo tinham condições financeiras de mantê-los em outra província para iniciar os estudos formais no ensino primário, secundário e no curso superior, geralmente no Rio de Janeiro, Salvador ou Recife, para obtenção do diploma de bacharel. Isso também explica porque desde o século XIX e início do século XX, o jornalismo político transitava do panfletário e literário para um jornalismo noticioso e informativo. Então, é durante o império que a conjugação imprensa e literatura ganha novos formatos¹⁷, como garantem os pesquisadores Ferreira e Rêgo (2014).

De acordo com Martins (2011), é no Império que “[...] a anterior divisão antes estabelecida da política nos jornais e a literatura nas revistas fundia-se agora no jornal, pois eram literatos homens de imprensa que acabavam por fazer política¹⁸”. Características outras também marcam o jornalismo no período imperial, a exemplo do pasquim, a segmentação temática, presença de anúncios, profissionalização dos jornalistas. Apesar destes avanços técnicos e profissionais do jornalismo e da imprensa brasileira oitocentista, estes ainda encontravam entraves para se desenvolver. Logo, a passagem de colônia para império não trouxe em seu bojo transformações suficientes para romper com a estrutura social, política, econômica e cultural existente no Brasil. As permanências do colonialismo eram mais fortes que as mudanças imperiais num país em que escravidão e a sociedade agrária continuavam a todo vapor, do mesmo modo que “[...] o caráter mercantil, inerente àquela atividade, ainda não encontrava consumidores que a tornassem lucrativa no quadro da ordem escravocrata, do fraco comércio interno e do analfabetismo reinante. Logo, a despeito da mudança, o Brasil permanecia o mesmo¹⁹”.

16 RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

17 FERREIRA, Vinicius Ribeiro Cordão; RÊGO, Ana Regina Barros Leal. Do jornalismo político a visibilidade literária: o panorama da imprensa piauiense no século XIX. In: *Temática*. Ano X, n. 09, p. 122-139, set. 2014.

18 MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de império*. In: _____; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 56.

19 MARTINS, 2011, p. 47.

É com a economia do café e suas implicações no crescimento dos centros urbanos, dinamização do comércio, extensão da malha ferroviária, a navegação a vapor, a chegada de imigrantes e a introdução de novos incrementos do progresso, tais como o cabo submarino e o telégrafo, é que a imprensa vai se tornando em um negócio. A chegada desses novos incrementos tecnológicos e do progresso refletia diretamente na imprensa, na medida em que ela teve significativa contribuição para a passagem da imprensa do tipo artesanal para o empresarial/industrial. Vale ressaltar que apesar de a imprensa assumir cada vez mais características de grande imprensa, os jornais continuavam a surgir vinculados aos grupos familiares que condicionavam o conteúdo da folha aos interesses econômicos, políticos, ideológicos e intelectuais que eles defendiam. Os jornais continuavam funcionando como tribunas das respectivas famílias ou partidos políticos.

Paralelo ao jornal de conteúdo panfletário, doutrinários e ideológico, aparecia com maior frequência outros conteúdos que disputavam espaço da página, a exemplo, das caricaturas, do folhetim de pé de página, seção feminina, anúncios/publicidade etc. À medida que a sociedade se urbanizava e se diversificava, exigia-se dos jornais novas apresentações e formatos. Dessa maneira, abria-se possibilidades para o desenvolvimento do jornalismo literário, cultural (conseguido através da “estabilidade” política entre conservadores e liberais), escolar/estudantil, dentre outros.

2 Jornalismo literário no Piauí oitocentista

Jornalismo e literatura conjugavam-se na imprensa colonial e imperial. Um dos motivos para esta prática cultural se explica pelo fato de que os primeiros jornalistas eram pessoas ligadas ao mundo das letras e as oficinas pertenciam aos grupos de poder político e econômico sendo utilizados para atender a seus interesses. A escrita era um dos meios pelo qual jovens e bacharéis buscavam reconhecimento público, quer pela divulgação de suas obras literárias nos jornais, quer pela produção de matérias jornalísticas. Por esse motivo, segundo Ribeiro (2004), o jornalismo era considerado um subproduto das belas artes até meados do século XX²⁰.

20 RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

O jornalismo literário surgiu basicamente do cruzamento entre as práticas jornalísticas e o mundo da literatura. A concepção brasileira mais aceita e difundida até hoje por grande parte dos pesquisadores é a de que o jornalismo literário se remete ao século XIX, quando a profissão propriamente dita do jornalista ainda se encontrava em formação e o material noticiado nos jornais era produzido por literatos, políticos e jovens que dominavam a escrita. Outros pesquisadores acastelam que o jornalismo literário pode ser definido como a fase de militância dos escritores na imprensa por meio da produção e conseqüente veiculação de crônicas, contos e folhetins. Sodré (1999) dizia que os “homens das letras” buscavam encontrar nos jornais o que não conseguiram com os livros, a saber: a notoriedade, em primeiro lugar, e o dinheiro, em segundo.

Tal prática decorre da herança europeia no jornalismo brasileiro. A crítica literária emergiu na França no ano de 1665, na gazeta especializada chamada de *Journal des Savants*, onde predominava o anúncio de livros novos a serem lançados, bem como um breve resumo do seu conteúdo²¹. Além disso, eles divulgavam e documentavam novos feitos científicos e criticavam alguns filósofos das luzes que defendiam o absolutismo da época. Não tardou para o “novo” jornalismo se expandir pelo mundo a fora, com objetivos muitas vezes divergentes, a depender do autor do texto. Enquanto alguns buscavam a crítica política, outros tantos se preocupavam em levar o conhecimento para fora das bibliotecas e academias, com assuntos sociais e, também, filosóficos que pudessem ser debatidos nas ruas, bares e cafés da cidade. Entendia-se que havia chegada a hora da cultura proliferar nos becos e vielas pelo mundo.

A febre do jornalismo literário chegou ao Brasil no início do século XIX. Em janeiro de 1812 foi lançado na Bahia o primeiro jornal literário *Ensaio de Literatura*, sendo fundado pelo português Diogo Soares da Silva de Bivar²². Apesar de ser denominado como um jornal literário, ainda não se pode considerar que esse tipo de jornalismo recém implantado seja especializado. É por este motivo que muitos autores, como Ribeiro

21 Strelow, Aline. Jornalismo Literário e cultural: Perspectiva histórica. In: *Contra-campo*. n.18. 2008. Disponível em: < <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17465/11101> >. Acesso em: 14 out 2019.

22 Cf.: ARNT, Hérés. *A influência da literatura no jornalismo: O folhetim e a crônica*. Rio de Janeiro: e-papers, 2001.

(2004), discordam sobre a data surgimento do jornalismo literário em terras brasileiras e apontam que é somente no ano de 1830 é que se pode falar de jornalismo literário especializado no Brasil. Ribeiro (2004) ainda argumenta que, no início, a imprensa servia apenas como mero meio de circulação das produções dos literatos e somente mais tarde é que ela já teria algumas diferenciações, como definição dos produtores, público-alvo, objetos e paradigmas.

Foi no ano de 1853, com a criação do “Ministério da Conciliação”, que o jornalismo brasileiro ganhou novas feições que se relacionavam diretamente com o desenvolvimento do jornalismo cultural. Com a “pseudoconciliação” entre conservadores e liberais, o jornalismo partidário perde um pouco da sua força e os literatos começam a ganhar mais espaço nas páginas dos impressos.

No tocante as influências sofridas pelo jornalismo literário, o Iluminismo sem dúvidas foi a mais forte. Até porque, para a tradição iluminista, a cultura é o único meio potencial de instrução do homem, de forma a torna-lo civilizado. Diante disso, assiste-se ao crescimento da busca pelas artes, as letras, a filosofia e o direito, pois entendia-se essas práticas como geradoras do bem. Muitos jornalistas da época, como Pereira de Alencastre, tomaram para si a responsabilidade de levar para a população o conhecimento, a informação e a valorização da cultura local, utilizando-se para isso os poemas, as crônicas e as prosas veiculadas pelos jornais, que a essa altura já tinha sido consagrado como instrumento gerador da transformação social.

O jornalismo literário possui algumas características principais, tais como o emprego de adjetivos, marcas de oralidade, presença de personagens, enredos, históricos dos assuntos e contextualização²³. O jornalismo era uma atividade para quem tinha talento e trato com as palavras e a gramática. No caso do jornalismo literário era inegável a nobreza dos textos produzidos em comparação com as outras formas de veiculação das notícias impressas, já que para transformar realidade em arte era preciso muita dedicação e empatia. Como principal expoente do jornalismo literário brasileiro tem-

23 WEISE, Angélica Fabiane. Para compreender o jornalismo literário. In: *Observatório da imprensa*. Ed. 730, 22 jan. 2013. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/_ed730_para_compreender_o_jornalismo_literario/. Acesso em: 13 out. 2018.

se José Hamilton Ribeiro, com uma riqueza de reportagens analisadas e executadas por ele e posteriormente publicadas na revista *Realidade* (1966-1976), considerada a gênese do texto de revista no Brasil.

Apesar do crescimento do mercado de consumo do jornalismo literário, a editoria de política sempre tinha os melhores espaços nos periódicos da época, como afirma Ferreira e Rêgo (2014). No Piauí, tal comportamento não foi diferente. É válido ressaltar que as mudanças implementadas na imprensa fossem aspiradas por muitos intelectuais piauienses, porém, a discrepância econômica e sociocultural da Província contribuiu para que o jornalismo literário demorasse um pouco mais a ser implementado no solo piauiense, predominando os assuntos partidários e ideológicos nas folhas até boa parte do século XX.

Para Ferreira e Rêgo (2014), só a partir do ano de 1840 é que se observa o aumento de conteúdos de caráter cultural nos jornais do Piauí, com as poesias obtendo o maior destaque frente às outras estruturas literárias. O *Recreio Literário*, jornal lançado em Oeiras no ano de 1851, é considerado por alguns pesquisadores como o marco inicial das publicações voltadas para a cultura na imprensa local. Assim como a base do jornalismo literário, ele também era marcado por influências iluministas, produzindo ensaios sobre a cultura local, poesias e reproduzindo novelas. No entanto, outros autores acreditam que este periódico não tenha sido o pioneiro no Piauí, já que no ano de 1849 o periódico conservador *Escholastico*, ligado à igreja católica, reservava espaço para a difusão de peças literárias.

Com a mudança da capital de Oeiras para Teresina no ano de 1852, matérias com assuntos culturais foram substancialmente sendo incluídas nos impressos. A elite local e detentora dos órgãos de imprensa entendia que a transferência da capital como sinônimo de progresso e civilização, portanto, a inclusão da cultura nas páginas dos jornais era condição *sine qua non* para uma sociedade civilizada e culta. Ferreira e Rêgo (2014) afirmam que, embora fosse majoritariamente de cunho político partidário, desde os primeiros jornais publicados na nova capital há produção cultural nas edições, a exemplo de a *Ordem*, que na sua primeira edição publicou um soneto e a seção da “Chronica Quinzenal”, em 10 de abril de 1853; e o *Conciliador Phyauense* que publicou a poesia “Bello Sexo”, sem a assinatura do seu autor, em 10 de agosto de 1857.

Outro marco do jornalismo literário piauiense é a década de 1870,

com o surgimento do órgão *Oitenta e Nove*. Este jornal ampliava a presença dos conteúdos culturais com a publicação de resenhas e críticas sobre obras literárias. Segundo Ferreira e Rêgo (2014), tais produções literárias em sua maioria eram de cunho romântico e faziam menções a “amores proibidos” e “príncipes encantados” que jamais desrespeitavam as donzelas. Além desses dois jornais, outros jornais também tiveram sua parcela de contribuição para o desenvolvimento do jornalismo literário piauiense na década de 1870, apesar de sua vida efêmera, a saber: *Sensitiva*, *Prometheu*, *A Bala*, *O Cosmopolita*, *A Tribuna*, *A Borboleta*, *A Mocidade Piauiense*, *Almanak Piauihyense* e outros, que se dedicavam a tratar de assuntos como geografia, história, literatura e outros. Foi através dos grandes jornais políticos, como *A Imprensa* e *A Época* que de fato a literatura ganhou concretude na imprensa piauienses, pois além de possuírem grandes tiragens, já tinham periodicidade definida. A eles cabiam a publicação de livros, novelas brasileiras e estrangeiras, poemas e poesias de autores locais e nacionais.

Ao lado do jornalismo literário e político, podemos assinalar o surgimento do jornalismo escolar/educacional no Piauí. Muitos desses jornais escolares/estudantis surgiam apresentando em seu cabeçalho o nome “literário”, o que demonstra a relação que coexistia na imprensa entre jornalistas, literatos, políticos, professores, estudantes, isto é, homens que dominavam a escrita. Para tratar sobre o assunto, selecionou-se o jornal *A Mocidade Piauihyense*, que será abordado a seguir.

3 Jornalismo estudantil de *A Mocidade Piauihyense*

O jornal *A Mocidade Piauihyense* foi criado em 1883, em Teresina (PI) e há registros de sua circulação até, pelo menos, o ano de 1886²⁴. O jornal era de propriedade do “Colégio Nossa Senhora das Dores” e redigido por uma Associação de Estudantes. Em seu cabeçalho, a redação o identifica como “literário” e “noticioso”. Como não foi localizada a primeira edição do jornal para que se analisasse o editorial com o objetivo do jornal, pode-se inferir que se trata também de um jornal escolar ou estudantil, uma vez

24 Não se sabe ao certo o ano o período em que o jornal deixou de ser impresso, visto que até o momento não foi encontrado outros trabalhos publicados sobre o jornal *A Mocidade Piauiense*, no Arquivo Público do Estado do Piauí não se encontram edições do jornal e no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro só há duas edições digitalizadas (1884 e 1886).

que pertencia ao “Colégio Nossa Senhora das Dores”.

A inferência acima tem por base os autores que buscam definir a imprensa escolar/estudantil. De acordo com Amaral ([s.d.]), a imprensa estudantil é produzida no interior das instituições de ensino com a participação de discentes e/ou docentes e se caracteriza como tal por apresentar conteúdo voltados para a cultura e a vida escolar, as práticas de controle, propostas educacionais e as expectativas, denúncias e idealizações referente à educação num determinado período histórico²⁵. De forma mais específica, Werle, Brito e Nienov (2007), definem imprensa estudantil como:

[...] um tipo de imprensa periódica educacional produzida em instituições escolares [...] por grupos de alunos que, por curto período de tempo, estão na escola e que caracterizam, em seus escritos, ocorrências e imagens diretamente vinculadas aos atores ali presentes, e ao específico momento histórico institucional. Ou seja, é um espaço em que são expressados complexos processos de influência, de produção, de disseminação de opiniões e de informações acerca das relações entre estudantes, professores, direção, turmas de alunos, interações entre diferentes estabelecimentos escolares e com a comunidade externa à escola; bem como acerca da proposta formativa da escola, valores e objetivos compartilhados ou que devam ser reforçados, reafirmados²⁶.

Historicamente, há registros da imprensa estudantil no Brasil desde o século XIX, sendo também denominada de pedagógica, educacional, didática ou escolar. No Piauí, por sua vez, é possível afirmar que houveram publicações de revistas e de jornais escolares nesse período, porém, não é possível definir o início dessa prática na imprensa local em virtude das

25 AMARAL, Giana Lange do. *Reflexões sobre a produção de jornais estudantis em escolas de ensino secundário (1930-1960): a contribuição da obra “Jornais Escolares” de Guerino Casasanta*. [s.d.]. Disponível em: [http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/REFLEXOES%20SOBRE%20A%20PRODUCAO%20DE%20JORNAIS%20ESTUDANTIS%20EM%20ESCOLAS%20DE%20ENSINO%20SECUNDARIO%20\(1930-1960\).pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/REFLEXOES%20SOBRE%20A%20PRODUCAO%20DE%20JORNAIS%20ESTUDANTIS%20EM%20ESCOLAS%20DE%20ENSINO%20SECUNDARIO%20(1930-1960).pdf). Acesso em: 13 out. 2018.

26 WERLE, Flávia; BRITO, Lenir Sá; NIENOV, Gisele. Escola Normal Rural e seu impresso estudantil. In: *Educação em Revista*. n. 45, Belo Horizonte, jun. 2007, p. 86.

dificuldades de acesso aos documentos e jornais estudantis, nem sempre localizados em arquivos públicos ou particulares em condições de pesquisa ou identificados/catalogados. Na lista apresentada por Lopes (2006), dos diferentes jornais e revistas escolares publicados no Piauí consta somente o jornal *A Mocidade Piauihyense* como publicação do século XIX²⁷. Já a pesquisadora Queiroz (2008) apresenta outro registro que caracteriza este tipo de jornalismo oitocentista: o jornal *A Luta* que em 1888 foi criado e redigido por alunos do “Colégio Nossa Senhora das Dores”, sendo impresso na topografia do jornal *A Reforma*²⁸. Em 1888, a propriedade e direção do Colégio ficou sob a responsabilidade do bacharel Antônio de Sousa Rubim, que também era proprietário e redator do jornal *A Reforma*. Pinheiro Filho (2007) apresenta que o jornal *A Luta* tinha proposta voltada para a “ciências, letras e artes²⁹”.

Em 1883, o jornal *A Mocidade Piauihyense* surge num período em que o panorama educacional na capital piauiense ainda era bastante precário. Com a transferência da capital de Oeiras para a Vila Nova do Poty, em 1852, foram construídas algumas escolas públicas de primeiras letras na novel capital. De acordo com Andrade (2015), a instalação de novas escolas públicas na capital piauiense estava concernente aos interesses do Império que entendia que somente por meio do conhecimento escolarizado é que as Províncias alcançariam o progresso desejado. Apesar dos esforços

27 Além do jornal *A Mocidade Piauihyense*, Lopes (2016, p. 97-98) apresenta a lista de revistas e jornais escolares do Piauí do século XX: “[...] ‘A Pátria’ (órgão oficial do colégio ‘19 de outubro’, de Parnaíba – anos 1920); ‘O Caixeiro’ (órgão dos alunos da escola do comércio da União Caixeiral); o ‘Ateneu’ (órgão dos alunos do ginásio parnaibano); ‘Juventude’ (órgão dos alunos do Ginásio São Luiz Gonzaga); a ‘Voz de Parnaíba’ (revista dos alunos do ginásio parnaibano); ‘A Escola’ (órgão das alunas do 4º ano da Escola Normal – década de 1930); ‘O Ginásio’ (órgão dos alunos do Ginásio São Francisco de Sales (década de 1930); ‘A Mocidade’ (órgão dos alunos do Liceu – década de 1930); dentre outros. Pinheiro Filho (1997) lista alguns desses jornais produzidos por grêmios literários fundados em algumas escolas, como o periódico “Cidade de Luz”, do Grêmio Literário Raimundo Correia, do Liceu Piauiense” (LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. O jornal e a revista escolar: seu lugar nos projetos educativos das escolas e sua importância para a escrita da história das instituições escolares. In: _____. (Org.). *História de instituições escolares*: sujeitos, práticas educacionais e cultura material. Teresina: EDUFPI, 2016, p. 97).

28 Cf.: QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *A educação no Piauí (1880-1930)*. Imperatriz, MA: Ética, 2008, p. 52.

29 PINHEIRO FILHO, 2007, p. 226.

governamentais no período imperial, o que se verifica é que, ainda na segunda metade do século XIX, boa parte da educação era realizada por meio das aulas particulares e “[...] a frequência das escolas públicas primárias era de 50 alunos. As instituições escolares eram organizadas de acordo com o sexo dos educandos, normalmente as turmas eram separadas pelo gênero dos discentes, ou seja, turmas de meninos e de meninas, separadas³⁰”. Escolas funcionavam em prédios precários ou nas casas dos professores, outras eram fechadas por falta de alunos e ¼ da população não sabia ler nem escrever, como reitera Andrade (2015).

Neste cenário educacional da segunda metade do século XIX surgiram também vários colégios particulares em Teresina. Dentre eles, o “Colégio Nossa Senhora das Dores”, de ensino primário, fundado em 1 de maio de 1882, tendo como proprietário e diretor o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco³¹. Segundo Mendes (2007), “[...] de todas as iniciativas de escolas particulares, a que obteve maior sucesso foi o Colégio Nossa Senhora das Dores [...]. Com uma estrutura extremamente organizada, o colégio funcionava em regime de internato e externato, recebendo clientela tanto masculina quanto feminina³²”. De acordo com Ferro (1996), o colégio atendia os meninos entre 6 e 18 anos, as meninas entre 6 e 12 anos³³. Costa Filho (2006) e Queiroz (2008) acrescentam que o estabelecimento de ensino oferecia ensino primário e secundário, sendo interno, semi-interno e externo.

Coube a Associação de Estudantes do “Colégio Nossa Senhora das Dores” a tarefa de redigir *A Mocidade Piauihyense* e apresentar seções e conteúdo de interesse do jornal que se definia como “literário e noticioso”.

30 ANDRADE, Andreia Rodrigues de. Educação em Teresina na segunda metade do século XIX. In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis. *Anais XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015, p. 2.

31 Em 1887, com o falecimento do capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, a propriedade e direção do Colégio Nossa Senhora das Dores passou a ser de responsabilidade do bacharel Antônio de Sousa Rubim.

32 MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. *Parnaíba: educação e sociedade na primeira república*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

33 FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina: UFPI, 1996, p. 71.

A edição de 30 de julho de 1984 possuía quatro páginas composta pelo “Expediente do Diretor” e as seções “Histórica”, “Poética”, “Notícias”. Neste ano há a informação de que o jornal era publicado uma vez por mês, ou mais se fosse possível. A assinatura anual correspondia a 5\$000 e a de seis meses o valor de 3\$000, com pagamentos adiantados. Já a de 29 de setembro de 1986 foi editada com oito páginas, organizada com o “Expediente” e as seções “Transcrições”, “Histórica”, “Poética”, “Notícias” e “Anúncios”. Em 1886, o jornal passou a ter publicação trimestral distribuída gratuitamente.

Embora não se encontre registro sobre a formação da Associação de Estudantes do “Colégio Nossa Senhora das Dores” nos anos de 1884 e 1886, Queiroz (2008) apresenta alguns dados sobre a existência deste de sociedade na instituição escolar na década de 1880. A autora aponta a existência da “Sociedade Recreio Juvenil” no Colégio em 1888. A sociedade era formada “professores e alunos da instituição, além de outros associados³⁴” e funcionava na sede do Colégio sob a presidência do então diretor, bacharel Antônio de Sousa Rubim. Isso implica a pensar que a formação de uma associação ou de uma sociedade era prática corrente em Teresina, principalmente quando Queiroz (2008, p. 55) assegura que na década de 1880 cada escola de curso secundário possuía uma sociedade e seus respectivos jornais a fim de dar visibilidade aos assuntos educacionais, práticas pedagógicas, eventos e acontecimentos outros relacionados à cultura escolar, política e sociocultural.

A seção “Expediente” publicadas nas edições analisadas destinava-se para os assuntos estudantis encaminhados pela direção da escola. Na edição de 30 de julho de 1984, a seção é denominada “Expediente do diretor” e discorre sobre regulamentos da instituição escolar no que concerne às solicitações de liberação dos alunos internos para passeios ou visitas dos pais e parentes, que deveriam ser por escrito; e pagamento das mensalidades, que careceriam de ser feitas no início de cada mês. Embora na edição de 29 de setembro de 1986 a seção não apareça mais intitulada “Expediente do diretor”, o conteúdo publicado é de competência da gestão do “Colégio Nossa Senhora das Dores”, uma vez que apresenta dados sobre prêmios para alunos internos, semi-interno ou externos e a relação nominal dos alunos do sexo feminino e masculino do ensino primário e secundário dos meses de julho a setembro de 1886.

34 QUEIROZ, 2008, p. 54.

Através das informações publicadas no “Expediente” do jornal pode-se notar alguns aspectos da organização e das práticas culturais de ensino daquele período. Na relação de alunos do “Colégio Nossa Senhora das Dores” do ano de 1884 aparecem somente nomes de alunos de instrução primária e do sexo masculino que frequentavam as aulas de Português, Francês, Latim, Aritmética e Geografia. Já no ano de 1886, há duas relações de alunos. A primeira refere-se a lista de instrução primária sendo os nomes dos alunos apresentados por sexo feminino e masculino; e a segunda lista trata-se da instrução secundária e consta somente nome de alunos do sexo masculino. Essa constatação se dá porque a instrução no Império era vetada para o sexo feminino. De acordo com Queiroz (2008), embora não houvesse lei específica para isso, até as primeiras décadas do século XX não há registros de meninas no ensino secundário ou no preparatório na Província do Piauí³⁵. Entretanto, Costa Filho (2006) acrescenta que, neste mesmo período, “[...] há informações de mulheres cursando o ensino secundário nas províncias do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro”³⁶.

Costa Filho (2006) aborda o caráter restritivo do sistema educacional para as mulheres. No tocante a educação formal do sexo feminino balizava-se nas cadeiras de primeiras letras durante todo Império. É preciso esclarecer que a prática não era nova, pois, desde o período colonial, a mentalidade cultural piauiense, que não diferia de um todo da brasileira, entendia que a educação feminina deveria atender as necessidades própria do sexo a fim de mantê-la na situação de dependência e inferioridade em relação aos homens. Portanto, caberia à mulher da elite, sobremaneira, as noções de primeiras letras, posto que para o exercício dos papéis tradicionais femininos deveria dominar as prendas domésticas e as boas maneiras. O caráter discriminatório ainda era percebido por meio da grade curricular que era diferente para homens e mulheres.

O jornal *A Mocidade Piauihyense* de 1886 apresenta alguns dados das cadeiras que eram ofertadas somente para os alunos do sexo masculino do “Colégio Nossa Senhora das Dores” e que visava atender aos interesses dos alunos que pretendiam fazer os “Exames Gerais de Preparatórios” para ingressar no ensino superior. Para o sexo masculino, aulas de Português,

35 QUEIROZ, 2008, p. 95.

36 COSTA FILHO, 2006, p. 97.

Francês, Inglês, Latim, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História, Retórica, Filosofia e Música faziam parte da relação dos alunos publicadas pelo jornal. A oferta destas cadeiras pelo “Colégio Nossa Senhora das Graças” explica-se porque elas eram exigidas no referido exame.

Por meio das matérias publicadas pela redação de *A Mocidade Piauihyense* tem-se acesso a algumas informações sobre a realização dos exames preparatórios, instrumento que regulamentava o ingresso de alunos nos cursos superiores do Império desde 1873. Segundo Queiroz (2008), na década de 1880, os exames preparatórios poderiam ser realizados duas vezes ao ano em todas as capitais da Província³⁷. Para tanto, deveria haver delegados do Inspetor de Instrução e bancas examinadoras compostas por membros indicados pelos presidentes das Províncias³⁸.

Na publicação de 1884 do jornal considerado, após o “Expediente” consta a matéria intitulada “Os exames preparatórios” que, como o próprio nome já diz, tratava em detalhes como havia procedido os “Exames Gerais de Preparatórios” exigidos para ingresso nos cursos superiores do Império em Teresina naquele ano na então capital da Província do Piauí. Para a redação do jornal, em 1884, as mesas examinadoras foram compostas por “cavalheiros inteligentes e habilitados para as mais diferentes matérias³⁹” procedendo com julgamentos criteriosos e imparciais. De tal modo, qualificava a lisura do processo à medida que impedia a “demasiada benevolência” e a “culposa condescendência” dos membros das bancas examinadoras que faziam desaparecer os “pescadores de exames” e “moços ignorantes e pretenciosos”. Neste ano, na cidade de Teresina, houveram 26 (vinte e seis) aprovações, das quais 15 (quinze) foram conquistadas por alunos do “Colégio Nossa Senhora das Dores”.

No exemplar de 1886 há uma matéria intitulada “Exames geraes [sic.] de preparatórios” que também discorre sobre o assunto. No entanto, neste ano, a redação faz um longo texto sobre as novas medidas do Governo Imperial que suspendia ou excluiria as bancas de “Exames Gerais de Preparatórios” nas Províncias que não possuía faculdades de ensino superior. O jornal critica a medida qualificando-a de “centralizadora”,

37 QUEIROZ, 2008, p. 16.

38 QUEIROZ, 2008, p. 16.

39 OS EXAMES de Preparatórios. *A Mocidade Piauihyense*. Teresina, 31 jul. 1884, ano II, n. 15, p. 1.

“opressora” e “retroativa”, sobretudo, para as Províncias que não possuíam instituições de ensino superior e que boa parte da população não poderia arcar com as despesas de mandar seus filhos para a Corte ou para as Províncias em que “Exames Gerais de Preparatórios” seriam realizados. De acordo com a redação de *A Mocidade Piauihyense*, a suspensão ou exclusão das bancas de exames de preparatórios em todas as províncias pelo governo imperial decorriam de sua pouca eficiência na rigidez e lisura do processo. Com isso, o jornal adverte que para resolver o problema dos abusos e escândalos ao redor do processo seletivo de ingresso de alunos nos cursos superiores não bastaria a suspensão ou exclusão dos exames preparatórios; ao tempo em que propõe que a solução mais bem adequada seria por meio da boa educação da sociedade e na indicação de inspetores criteriosos e com valores morais:

[...] Portanto, a medida que muito precisamos para melhorar o nosso sistema de ensino, o governo não a encontrará certamente na supressão ou extinção das bancas de exames nas províncias onde não houverem faculdades de ensino superior, e sim na boa educação e instrução do povo pois, como [...] acertadamente já o disse um sábio “é a educação e a instrução do povo – que resulta a perfeição moral do homem, a felicidade da sociedade; sem elas é impossível ilustrar se a razão, adornar-se o entendimento, aperfeiçoar-se o coração e suavizar-se os costumes.

Expressa o governo regulamentos e instruções sábias e previdentes; tenha nas províncias delegados ilustrados que as faça cumprir fielmente a mais minuciosa e moralizadora inspeção sobre o cumprimento dos deveres de seus subalternos; seja o pessoal docente dos estabelecimentos de instrução e o das mesas de exames composto de profissionais verdadeiramente babelitados que inspirem inteira confiança, quer pelo lado de sua capacidade intelectual, quer com relação ao que diz respeito ao critério, circunspecção e moralidade de cada um, q̄com certeza a instrução pública se aperfeiçoará em nosso paiz, e desaparecerão de entre nós, os abusos de que tanto fala aqueles que atribuem ao grandioso sistema do ensino livre a decadência ou descalbro que notam neste importante ramo do serviço público.

Não se desanime pois a mocidade estudiosa; o governo do Brazil, ilustrado e altamente patriota como é tem muito amor à causa da

instrução pública e sendo a sentinela mais avançada e vigilante da prosperidade da terra q' nos viu nascer nos fará inteira justiça conservando nas províncias embora a contra-gosto dos retrógrados e pessimistas, as bancas geraes dos exames de preparatórios⁴⁰.

Observa-se que não se trata somente de uma queixa sobre os novos regulamentos do governo imperial que limitava a realização dos exames de preparatórios às províncias que possuíam faculdade de ensino superior na década de 1880. Afora a suspeita de corrupção das bancas gerais de exames preparatórios, a matéria assinala o comportamento dos sujeitos que eram contrários à sua realização nas províncias, que foram classificados discursivamente como “retrógrados” e “pessimistas”. Esses dois adjetivos versam diretamente para o pensamento oitocentista da educação como condição essencial para o progresso social. Daí, justifica-se a defesa da continuidade do ensino livre e descentralizado e da permanência das bancas exames preparatórios em todas províncias, à medida que muitos alunos ficariam impedidos de realizá-los por residirem em locais onde não havia faculdade de ensino superior, como a capital Teresina. A matéria dá notícias sobre a desconfiança existente em torno da atuação dos membros das bancas dos exames de preparatórios que nem sempre fazem o seu trabalho de inspeção de forma “criteriosa”, “prudente”, “lícita e moral”; prática que desqualificava o sistema de ensino brasileiro. Por último, verifica-se que a defesa do jornal é que a “boa educação e instrução do povo” seriam as melhores maneiras de impedir práticas ilícitas, os abusos e escândalos possivelmente existentes nas bancas de exames de preparatório no período imperial.

Outro ponto importante de discussão que se faz presente nas páginas de *A Mocidade Piauihyense* refere-se a cultura escolar, normas da instituição e métodos pedagógicos. Sobre este aspecto, a seção “Expediente” e a matéria “Os Exames Preparatórios” registram parte das práticas escolares e de controle que sinalizam para as condutas e comportamentos desejáveis por parte da instituição de ensino na década de 1880.

Como foi apontado anteriormente, um dos aspectos notáveis refere-se à advertência aos pais e alunos publicada na seção “Expediente do

40 EXAMES Geraes de Preparatórios. *A Mocidade Piauihyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 2.

Diretor” da edição de 1884 que trata das regras de visitas e/ou passeios dos alunos internos do “Colégio Nossa Senhora das Dores”. Todas as regras estavam previstas nos Estatutos do Colégio, como ajuíza a redação do jornal. O proprietário e diretor da escola esclarece que, a partir de 30 de julho de 1884, as solicitações para liberação de alunos internos seriam aceitas somente por escrito, quando não fosse possível que os parentes ou correspondentes dos alunos compareçam pessoalmente na instituição escolar. A partir de então, não seriam mais atendidos pedidos verbais a fim de prevenir abusos. Entende-se que se o proprietário e diretor do “Colégio Nossa Senhora das Dores” determina este novo regulamento para a escola, em 1884, é que havia desconfiança de que alunos internos estivessem burlando as regras de controle da escola.

Se o “Expediente do Diretor” de 1884 é de advertência para os pais e alunos internos, o “Expediente” do ano de 1886 apresenta informações sobre premiações dos alunos internos, semi-internos e externos que se sobressaíam nos exames preparatórios, mas não deixava também de apontar medidas punitivas para alunos que tentavam infringir as normas. Sobre o primeiro ponto, as premiações, elas eram destinadas aos alunos internos, semi-internos e externos que alcançassem maior número de “lições ótimas” nos cadernos das aulas que frequentassem durante o mês. Estes alunos receberiam do diretor do Colégio o prêmio de 3:000 contos de réis. O aluno que recebesse o maior número de prêmios durante o ano letivo seria premiado com uma “obra literatura de valor nunca inferior que 4:000 reis”. Os alunos internos que nos “exames preparatórios” fossem aprovados com distinção receberia uma medalha de ouro do diretor do Colégio. Entretanto, se algum aluno interno ou semi-interno alterasse ou falsificasse as notas das “lições ótimas” deveria ser punido com a privação do recreio por três dias consecutivos e os alunos externo seria “punido com as estabelecidas pelo artigo 16 dos Estatutos do Colégio⁴¹”.

A análise das duas edições de *A Mocidade Piauihyense* permite entender questões pertinentes a instrução e a educação no Piauí de 1884 e 1886, sobretudo, relativas ao ambiente escolar do “Colégio Nossa Senhora das Graças”. Nessas duas edições não há muitas informações sobre o corpo docente do Colégio, mas há uma matéria que aponta para as condições do magistério no Piauí, especialmente sobre a mulher na educação. Na edição

41 EXPEDIENTE. *A Mocidade Piauihyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 1.

de 1886 foi publicada uma matéria intitulada “Da mulher no magistério” apresentando as qualidades e as diferenças da atuação da mulher e do homem na formação e educação escolar das crianças. A matéria, *a priori*, sugere duas perspectivas de análises. A primeira se formaliza por meio da leitura dos primeiros parágrafos onde se reforça as diferenças entre o papel do homem e da mulher, com ênfase para o papel dela na educação dos filhos por possuir características próprias do sexo feminino:

O que é uma creança nos seus primeiros anos? Uma inteligência que desabrocha entre graças e risos, inocência e sentimento.

Sem razão e sem experiência o que a creança faz é operado só pelo sentimento.

Esta regra sendo geral compreende a educação. O menino aprende e se educa pelo sentimento.

Ora em quem ele pode achar um mestre que esteja mais de harmonia com o seu ser?

No homem? – O homem ordinariamente não possui a paciência e a bondade, que as creanças precisam de achar em quem trata com ellas. A gravidade do seu semblante, não preciso tanto, a sequidão do seu trato ou esse conjuncto de qualidades viris, que para os adultos o torna respeitável, para as crianças faz d'elle um ente inhumano e medonho.

Na mulher? – Sim. A mulher proclama-se geralmente – é o educador por excelência. Só a mulher saber sorrir á infância. Ella só sabe empregar a caricia e despertar a alma, e as sympathias para dirigir-lhe os primeiros vôos. Ella só conhece os caracteres do alfabeto d'alma, porque só ella o estuda perto dos berços; quem não lhe vio o começo não pode advinhar-lhe o fim. Portanto doçura, sentimentos, bondade, todo o menino encontra na mulher igual a si. Se para ele o homem revestido de autoridade é um ente temível, a mulher nas mesmas condições é ente amável. D'ahi a dom da insinuação que falta no rosto e na voz do homem, e que a mulher possui em subido grão para facilitar a transmissão de sentimentos⁴².

A segunda interpretação decorre a partir da metade da matéria, quando se verifica a defesa da importância da mulher no ensino como

42 DA MULHER NO MAGISTÉRIO. *A Mocidade Piauihyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 3.

professora. As qualidades do feminino são exaltadas para defender a atuação das mulheres no magistério:

[...] Por último o discípulo do homem nunca tem qualidades do discípulo da mulher, O discípulo do homem é pouco delicado, um tanto arrogante e quase sempre licencioso e secco.

O da mulher sahe da escola cheio de preciosas qualidades. Coração generoso e sensível, maneira atenciosas, espírito vivo, franco e fino, tudo em summa que constitue o perfeito cavalheiro, ele tem e mostra ter a cada passo.

Costuma-se dizer que a mulher afemina os alunos, e não é respeitada por eles. Isso porem é o que há de menos conforme a verdade.

Do mesmo modo que a mãe educada convenientemente não afemina seus filhos, a professora não afeminará seus discípulos se possuir o conjuncto de qualidades que devem torna-la digna de magistério.

Uma mulher esclarecida, inimiga de prejuízos, sciente dos deveres do homem, dotada de tal bondade que saiba misturar a lição com o sentimento, a dignidade com o amor, não pode deixar de dar á seus discípulos uma boa educação.

Vou mais longe: A educação dada pela mulher que reúne estas condições é a melhor educação que se pode desejar. Sobre polir e desbravar o homem da sua natural rudeza, fará ele seja tão cumpridor dos seus deveres, como amigos dos seus semelhantes.

Desde que o sentimento e não a razão, que encaminha os bons instintos, e corrige ou modifica os maus, o magistério feminino é o mais poderoso auxiliar do evangelho.

Quanto a falta de respeito, ninguém se arreccie d'isso.

De quem vem o respeito? Do sexo? Não. O homem ignorante e sem educação não inspira respeito algum. Do character do professor? Também não. O mau professor não é respeitado faz-se temer pela sua maldade.

Se, pois, o respeito não vem do sexo nem do cargo mas das qualidades postas ao serviço deste é claro que, em iguaes condições, tanto repito deve merecer o mestre como a mestra. [...] ⁴³.

Mais do que reforçar os papeis tradicionais da mulher, o objetivo da matéria parecia ser outro: afirmar o seu lugar na educação escolar como

43 DA MULHER NO MAGISTÉRIO. *A Mocidade Piauihyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 3.

professora. Ou ainda uma resposta para questionamentos que colocavam em xeque a atuação das mulheres no magistério, por conseguinte, na formação dos filhos através do sistema educacional e sua firmeza frente aos alunos. Traços perceptíveis no discurso de defesa de que a mulher não “afemina” os homens e do respeito dos alunos em relação as mestras.

Sobre a atuação das mulheres no magistério como normalistas, professoras, mestras no período oitocentista deve-se levar em conta um conjunto de transformações socioculturais, políticas e econômicas que implicavam diretamente sobre os papéis tradicionais femininos. Numa sociedade ainda marcada pelo patriarcado, as restrições do campo de atuação das mulheres no espaço público eram evidentes quando se defendia ainda como parte de suas funções sociais o papel de esposa, a responsabilidade de educar os filhos e dona do lar. Assim, atuar no espaço público, que era próprio para os homens, suscitava inquietações e reservas mesmo no campo da educação em que se entendia que o magistério era uma extensão das funções sociais das mulheres.

A matéria ressalta a importância das mulheres na formação das crianças porque, neste período, entendia-se que além de instrutores os professores eram educadores. Ou seja, os professores eram responsáveis pela formação dos alunos em “[...] conformidade com os princípios que respeitassem os valores sociais vigentes⁴⁴”. Costa Filho (2006) assegura que durante o império havia a ideia de que a educação civilizava e regenerava a sociedade, para tanto, havia necessidade de pessoas qualificadas para esta função. Com o objetivo de atender esta necessidade é que se cria o curso normal, mas que não se firmou durante o período provincial⁴⁵.

Corroborando sobre este assunto, Queiroz (2008) afirma que o fechamento da primeira Escola Normal do Piauí em 1987 retratava a precariedade da situação financeira da província. Medida que contribuiu para que nos anos oitenta do século XIX se ampliasse a ideia da função do professor como diretor intelectual da mocidade. Deste modo, a autora apresenta o discurso do diretor da Instrução Pública e da Escola Normal que, em 1882, é pontual ao destacar o papel do mestre e de suas qualidades para o desenvolvimento da criança, pois via-se no professor a função de

44 COSTA FILHO, 2006, p. 103.

45 Em 1864, data-se a ideia de criação do curso de formação de professores, como explica Costa Filho (2006, p. 123).

“[...] formador da sua personalidade e de auxiliar no ensino religioso. Via o magistério como um ofício e quem quisesse exercê-lo, acrescenta, havia de o conhecer”.⁴⁶

Ainda em 1882, quando da inauguração do “Colégio Nossa Senhora das Dores”, os discursos sobre a educação como elemento primordial para o progresso da humanidade e como necessidade da população do Piauí apareciam com certo vigor. Neste momento já é possível encontrar discursos sobre a defesa da mulher no magistério por meio de um dos seus mestres que trabalhava no Colégio, o Dr. José Faustino da Silva, ao fazer “apologia ao progresso” e um “incitamento à educação da mulher”, como descreve Queiroz:

[...] O discurso do Dr. José Faustino da Silva fez a apologia ao progresso e da ciência e um incitamento à educação da mulher, que estaria sendo injustiçada, pois era excluída da herança da ciência dos antepassados. Dirigindo-se à mulheres, exclamava “[...] deveis também ser o meio para a consecução e propagação dos preceitos santos da moral, deveis ser a educadora da mocidade”. O autor se autoproclamava propugnador e propagador das ideias do século⁴⁷.

O discurso de incitamento à mulher como educadora da mocidade reunia em torno de si as posições científicistas com o ideal cristão tão prementes na mentalidade do final do século XIX e início do século XX. Segundo Queiroz, forjava-se no final do século XIX o ideal da professora primária atrelado ao trabalho de sacerdócio e missão como uma tendência natural para o apego e compreensão da infância⁴⁸. Cabia as professoras normalistas a função social de reprodução dos valores sociais, a catequização e o enquadramento das crianças e/ou da mocidade de acordo com os preceitos morais e religiosos vigentes.

O jornal *A Mocidade Piahyense* ajudava a construir e reforçar a professora ideal e idealizada do século XIX. Defendia que a mulher é o educador por excelência. Consequentemente, “uma mulher esclarecida, inimiga de prejuízos, sciente dos deveres do homem, dotada de tal bondade

46 QUEIROZ, 2008, p. 30.

47 QUEIROZ, 2008, p. 50.

48 QUEIROZ, 2008, p. 93.

que saiba misturar a lição com o sentimento, a dignidade com o amor”, fazia jus a formação das crianças por meio da educação formal e ao papel da mulher educadora. De acordo com Queiroz (2008), na década de 1880, “difundia-se a crença no papel decisivo a ser exercido pela mulher no ensino infantil”.⁴⁹ Afinal, a delicadeza da mulher não poderia ser dispensada no processo de formação da criança, visto que sendo “esclarecida” e ciente dos “deveres do homem” e seu compromisso com a masculinidade, não deixaria de oferecer aos seus discípulos a boa educação.

Razão e sentimento estão presentes no discurso jornalístico de *A Mocidade Piauihyense* e se apresentava como um campo de demarcação da diferença da educação realizada por homens e mulheres. A partir do entendimento de que homem é “racional” e a mulher “sentimental”, ambos exerciam um papel de autoridade por vias distintas. O homem é “temido”; a mulher é “amável”. Alegava-se que a natureza “rude”, “arrogante”, “licenciosa” e “viril” do homem seria polida pela educação escolar realizada pelas mestras “[...] que encaminha os bons instintos, e corrige ou modifica os maus, o magistério feminino é o mais poderoso auxiliar do evangelho”. Com isso, o jornal acabava por reforçar a conjugação dos preceitos cientificistas com os cristãos na definição de “[...] um novo tipo ideal de mulher, socialmente atuante e consciente, mas reprodutora da educação católica. Estava definida a sua atuação na terra e garantida a salvação no céu”.⁵⁰

A propósito da falta de respeito dos alunos em relação as professoras na matéria “Da mulher no magistério”, a questão pode ser analisada da seguinte forma. Segundo Queiroz, apesar do crescimento acentuado que se fez observar no ensino primário com a criação da Escola Normal na Província do Piauí, as normalistas foram alvos da crítica da imprensa⁵¹. A autora destaca que as principais críticas concernentes à atuação das normalistas emanavam do método de ensino que era mais teórico e mnemônico que intuitivo e prático; do despreparo técnico das mestras; do pouco entusiasmo das professoras pela carreira; do abandono da carreira quer pela preguiça, quer pela obtenção de núpcias; do incipiente aumento

49 QUEIROZ, 2008, p. 97.

50 QUEIROZ, 2008, p. 96.

51 QUEIROZ, 2008, p. 34.

do número de alunos nas escolas que tinha normalistas na direção⁵².

Sobre a quantidade de professoras no “Colégio Nossa Senhora das Dores” não é possível precisar pela falta de documentos e fontes que contribuísse diretamente para tal empreendimento. Entretanto, o próprio jornal apresenta alguns dados que apontam que no ano de 1886 havia pelo menos 04 (quatro) mulheres como mestras. Maria Emygdia Castelo Branco, Corina Paz, Emília Pereira e Luiza Tavares são citadas como “verdadeiras heroínas das letras”, são outras tantas glórias da pátria, que no exercício do magistério conquistam diariamente os mais brilhantes louros e as mais imorredouras visctorias⁵³”.

A professora Maria Eygdia Castelo Branco ainda aparece na seção “Anúncios”, na qual oferece aulas particulares de instrução primária para meninas e meninos com preços estipulados de acordo com os estatutos do “Colégio Nossa Senhora das Dores”. Neste anúncio ainda é possível perceber as diferenças da oferta de aulas de instrução para meninas e meninos, uma vez que as aulas particulares avulsas aconteciam semelhantes à rede oficial de ensino⁵⁴. Para as meninas ofertava-se o “primeiro curso” e o “segundo curso”, visto que lhes era permitido apenas o ensino primário; e para os meninos “matérias de ensino”. Contudo, verifica-se que para as meninas e os meninos, respectivamente, o “primeiro curso” e “matérias de ensino” se identificava em quase todos os aspectos, pois trata-se de aulas de “leitura e caligrafia”, “princípios de moral e religião”, “princípios de contabilidade”, “noções de gramática portuguesa”. A diferença marcante entre os dois estava no fato de que para o “primeiro curso”, dedicado para as meninas, acrescia “os mais delicados trabalhos de agulha”. O “segundo curso” para as meninas contemplava aulas de “gramática portuguesa”, “aritmética”, “sistema de métrica decimal”, “noções de geografia e história”, “música”, “continuação dos trabalhos de agulha”, “bordados a ouro”, “flores”.

No período oitocentista, o anúncio de aulas particulares de instrução primária e secundária e cursos gratuitos se fez muito presente na imprensa piauiense porque refletia o panorama da instrução pública da Província do Piauí ainda deficiente. Professores ofereciam aulas avulsas de acordo com sua habilitação e especialização, podendo ser realizadas nas residências

52 QUEIROZ, 2008, p. 35.

53 A INSTRUÇÃO. *A Mocidade Piauihyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 5.

54 COSTA FILHO, 2006, p. 137.

dos mestres ou dos alunos e nos colégios particulares. A exemplo da mestra Maria Eygdia Castelo Branco que oferecia aulas particulares a serem realizadas no “Colégio Nossa Senhora das Dores”, no valor de 3\$000 mensais. De acordo com Queiroz (2008), Maria Eygdia Castelo Branco exercia a função de professora particular de primeiras letras para o sexo feminino antes da criação do Colégio, em 1882.⁵⁵ A partir de então, sendo professora e esposa do proprietário e diretor do Colégio, passou a ser a responsável pelas crianças do sexo feminino matriculadas naquela instituição de ensino. Além das aulas particulares, por vezes, pode ser encontrado dados sobre a oferta de cursos gratuitos na instituição escolar. Na edição de 1886 de *A Mocidade Piauihense* há a oferta do curso gratuito “Sciencias physicas e naturaes” no Liceu Piauiense.

Ao longo do jornal é presente o discurso de que a educação/instrução é uma das maneiras de livrar a Província do Piauí do atraso cultural, da ignorância e da barbaridade que se arrasta desde o período colonial. Esse conteúdo aparece mais fortemente na edição de 1886 e através da figura do proprietário e diretor do “Colégio Nossa Senhora das Dores”, o capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco. É exaltada sua postura como diretor do Colégio, como um “amante da instrução e da educação”, um “homem ilustrado e criterioso” e detentor de “raro zelo na gestão interna” de maneira que tem conseguido a confiança dos pais dos alunos matriculados. Outro ponto enfatizado é que o “Colégio Nossa Senhora das Dores” é uma prova de que a educação da Província do Piauí não ficou estacionada. Antes apresentava vertiginoso desempenho na carreira das letras na década de 1880, enfrentando as batalhas impostas pelas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ainda viventes no Piauí: uma Província rural e pouco afeita a educação. Costa Filho (2006) sustenta que ainda na segunda metade do século XIX, “[...] o interesse da maioria da população, em relação ao ensino, era apenas desasnar a criança [...]”⁵⁶ paradoxalmente ao ideal racionalista e iluminista premente no Império de que a educação era condição essencial para o progresso da população, como salienta Queiroz (2006, p. 29). Com isso, os professores, diretores e proprietários de escolas, colégios e liceus são reconhecidos pelo jornal *A Mocidade Piauihense* como “fervorosos apóstolos e invencíveis batalhadores da causa sacrossanta da

55 QUEIROZ, 2008, p. 48.

56 COSTA FILHO, 2006, p. 127.

instrução” e que, antenados ao século das luzes, mudariam o estado de ignorância em que se encontrava a maioria da população local.

Considerações finais

Analisar as duas edições do jornal *A Mocidade Piauihyense* desperta o olhar para história do Piauí num momento em que as províncias mais afastadas dos centros de poder, maiormente, enfrentavam uma estrutura política, econômica e sociocultural marcada pelo sistema escravista, agrário e rural. Na década de 1880, as permanências pareciam ser mais sintomáticas que as mudanças, apesar de já se verificar a chegada dos primeiros sinais do progresso por meio da linha telegráfica e da navegação a vapor em solo piauiense. Outras medidas também se fizeram sentir na Província do Piauí, a exemplo das reformas do sistema escolar no Império e o “crescimento” das tipografias e jornais.

Os discursos veiculados em *A Mocidade Piauihyense* oportuniza fazer uma leitura sobre a História e a educação escolar no Piauí provincial. Logo, através deste jornal escolar/estudantil foi possível compreender mais sobre a realidade do Piauí na década de 1880 e as relações existentes entre o “Colégio Nossa Senhora das Dores” e os demais sujeitos sociais envolvidos no processo ensino aprendizagem, tais como a comunidade estudantil, professores, pais ou responsáveis, direção, turmas de alunos e a vida escolar. Nota-se que na década de 1880 o quadro do sistema escolar encontrava muitas dificuldades, sobretudo, das condições objetivas que lhes eram necessárias. Todavia, a redação do jornal nos anos de 1884 e 1886, sob a responsabilidade da Associação de Estudantes do “Colégio Nossa Senhora das Dores”, não apresentava desânimo. Antes, publicava discursos animadores de que o Piauí marchava a passos largos no campo das letras e asseguravam que “a mocidade de um e outro sexo debate-se com ardor na arena das letras por amor da instrução; o viajor inteligente e curioso regorgita-se de prazer vendo que entre nós, em cada praça, em cada rua e cada subúrbio da cidade, finalmente, as escolas se abrem aos filhos do povo, para batalharem contra as travas da ignorância”.⁵⁷

Para além do reconhecimento das potencialidades da imprensa como fonte e/ou objeto de pesquisa, compete ressaltar que “o pesquisador

57 A INSTRUÇÃO. *A Mocidade Piauihyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 5.

dos jornais trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só abarca um aspecto de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa⁵⁸. Ou seja, Luca (2006) aponta que o pesquisador trabalha com discursos e nesse papel deve analisá-los dentro do contexto histórico em que foram produzidos e publicados. Nesse sentido, apesar do discurso animador sobre o crescimento do sistema escolar do Piauí construído pela redação de *A Mocidade Piauihyense*, sabe-se que na década de 1880 e até a primeira metade do século XX o panorama educacional do Piauí era deficiente mesmo com as reformas de ensino no Império e a maioria da população não possuía condições concretas de frequentar as escolas.

58 LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 140.

Cotidiano teatral e imprensa periódica na Teresina dos oitocentos

Ronyere Ferreira

Quando Teresina foi fundada e alçada à condição de capital, em 1852, passou a abrigar o aparato administrativo institucional e humano do Piauí. Juntamente com as primeiras levas de habitantes, transferiram-se para a cidade alguns artistas amadores que antes animavam Oeiras, a antiga capital, com apresentações de pequenos espetáculos. O teatro, ao lado dos festejos religiosos, circos e brinquedos populares, entre eles o bumba-meu-boi, se transformou em um dos principais divertimentos noturnos, durante a segunda metade do século XIX, envolvendo quantidade significativa de pessoas em torno das montagens amadoras e dos artistas profissionais que estabeleciam temporada na cidade. Embora os cronistas classifiquem como irregulares os acontecimentos teatrais da época, eles atraíam a atenção popular e proporcionavam a formação de uma atmosfera cultural agitada, cuja dinâmica pode ser parcialmente contemplada através da imprensa do

período.

Ainda que os jornais fossem predominantemente políticos, nota-se, especialmente, nas décadas de 1870 e 1880, uma transformação em sua estrutura e em seu conteúdo, multiplicando-se os espaços voltados a assuntos culturais, surgindo em quantidade crescente a transcrição de folhetins estrangeiros, poesias, contos, memórias e, também, crônicas, que tematizavam diferentes assuntos do cotidiano. Em meio às crônicas, destacam-se aquelas com comentários acerca dos acontecimentos teatrais, destacando questões associadas à estética teatral, ao comportamento do público, ao desempenho dos artistas e às percepções sobre a função social do teatro. Essas publicações, ao passo que informam sobre a cultura teresinense nos oitocentos, ressoam múltiplos discursos que dialogam com interesses e projetos culturais de uma capital jovem, ressentida por suas limitações materiais e por seus aspectos provincianos. Nesse sentido, este capítulo analisa o cotidiano teatral em Teresina na segunda metade do século XIX, a partir da perspectiva da imprensa do período recortado, dirigindo atenção especial à circulação de ideias, aos sujeitos envolvidos na dinâmica teatral, aos seus conflitos e a suas relações sociais, bem como aos interesses dos redatores de jornais e a suas abordagens do fazer teatral.

As casas de espetáculo e seus animadores

Nos primeiros anos de Teresina, devido à inexistência de locais apropriados para representações teatrais, as montagens aconteciam em casas particulares e eram organizadas e patrocinadas por seus proprietários, familiares e amigos. O primeiro prédio com finalidade de acolher apresentações artísticas em Teresina foi o Teatro Nacional de Santa Teresa, que ficava localizado na Praça da Constituição, atual Praça Marechal Deodoro da Fonseca, então centro cultural e administrativo da cidade, onde também ficavam os grandes casarões, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo e os principais prédios públicos, entre eles o palácio de governo, o mercado público, a câmara municipal, o liceu, a polícia, os correios, a estação dos telégrafos, o porto do rio Parnaíba e o armazém da Companhia de Navegação a Vapor.

O Teatro de Santa Teresa, embora pertencente à Província, passou por diversas dificuldades, como a manutenção estrutural e o reduzido

número de animadores, funcionando até 1874, quando foi desativado e o prédio transformado em escola primária. Nas décadas seguintes, funcionaram pequenas casas particulares, como o Teatro São João, o Teatro 7 de Setembro, o Teatro 24 de Janeiro e o Teatro Concórdia,¹ locais adaptados, sem mecânica cênica adequada ou conforto para os frequentadores, que, além de adquirir os ingressos, ainda deveriam enviar suas cadeiras devidamente marcadas, pois não dispunham de assentos próprios.² Esses locais eram movimentados, tanto pelos amadores locais, organizados em torno de sociedades recreativas, quanto por artistas ou companhias profissionais que aportavam na cidade, suprindo parcialmente os anseios por lazer, de uma população sempre queixosa em relação às limitações estruturais das casas de espetáculo da cidade. Essas lamentações ganharam destaque na imprensa em diferentes momentos. Em novembro de 1872, um redator do jornal *A Imprensa* destacou que o Teatro de Santa Teresa estava um “edifício abandonado, em mísero estado, e agora se acha prestes a desabar”, servindo, senão, como “covil dos malfeitores e peraltas, e o esconderijo de escravos vadios.”³

Resguardados os devidos exageros e as intenções políticas dessa denúncia, destaca-se que, entre os teresinenses, existiu, durante a segunda metade do século XIX, um profundo ressentimento quanto aos teatros e seus improvisos, que dotavam a cidade de um aparato cultural aquém dos existentes nas demais capitais do país. A título de exemplo desse descontentamento, em setembro de 1884, o jornal *A Época*, a pretexto de noticiar um contrato firmado entre o governo provincial e o ator Antônio Gomes Rodrigues Sampaio, para a realização de reparos no Teatro Concórdia e resolução de problemas internos, enfatizou as limitações do local e o seu lamentável estado físico:

Está satisfeita essa necessidade há muito reclamada pelo público

1 Sobre os teatros existentes em Teresina no século XIX, conferir: TEATRO. *A Época*. Teresina, ano 1, n. 39, 28 dez. 1878, p. 4; O SR. H. Boldrine. *A Época*. Teresina, ano 2, n. 42, 18 jan. 1879, p. 4; ANÚNCIO: Teatro Concórdia. *A Época*. Teresina, ano 2, n. 55, 19 abr. 1879, p. 4; CUNHA, Higino. *O teatro em Teresina*. Teresina: Tipografia do Correio do Piauí, 1922. p. 4-7; FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988. p. 148-150.

2 TEATRO. *A Época*. Teresina, ano 1, n. 17, 27 jul. 1878, p. 4.

3 TEATRO de S. Teresa. *A Imprensa*. Teresina, ano 8, n. 365, 23 nov. 1872, p. 4.

teresinense, apreciador de representações teatrais – divertimento agradável e instrutivo tão em voga entre povos cultos e adiantados. [...]

Na verdade, era uma falta sensível, se não uma triste vergonha, não haver nessa capital um lugar apropriado e decente, onde o público, dispondo de certas comodidades indispensáveis, fosse uma vez por outra espairar à noite das fadigas do trabalho cotidiano.

Possuíamos uma cousa a que se chamava teatro, mas que tal nome não merecia, pois, além do mais, o espectador comprava o bilhete de entrada e era obrigado a mandar cadeiras ou banco para assentar-se [...]

Felizmente essa e outras faltas serão em breve sanadas; e se não ficamos com um teatro bom, de primeira ordem, teremos ao menos um sofrível, onde não se terá repugnância de ir, como acontece atualmente.⁴

Apesar de pequenos e improvisados, os teatros da Teresina oitocentista eram relativamente movimentados, contavam com atrações variadas, como espetáculos de ilusionismo, mágica, ginástica, boxe, farsas, dramas, comédias, cenas cômicas e reproduções de imagens com projetores elétricos. Essas atividades eram promovidas pelos clubes amadores do período, cujo período de atuação era relativamente curto,⁵ assim como por artistas ou companhias profissionais que apareciam na cidade. Embora essas visitas fossem classificadas pela imprensa como acontecimentos excepcionais, a pesquisa possibilitou identificar uma presença constante de artistas de fora da Província, inserindo Teresina em um eixo de circulação artística que incluía as cidades de Parnaíba, no litoral piauiense, e Caxias e São Luís, no Maranhão. Essa inserção se deu, especialmente, após a criação da Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba, na década de 1850,

4 CONCERTOS no teatro. *A Época*. Teresina, ano 7, n. 323, 24 set. 1884, p. 4.

5 Entre esses clubes amadores podemos citar a Sociedade 7 de Setembro (1878), Sociedade 24 de Janeiro (1881) e o Clube Dramático 24 de Janeiro (1894). Embora de período de atividade reduzido, esses clubes envolviam grande quantidade de pessoas, a exemplo da Sociedade 7 de Setembro, que em setembro de 1878 reuniu mais de 60 sócios para a eleição da nova diretoria Cf.: TEATRO. *A Época*. Teresina, ano 1, n. 17, 27 jul. 1878, p. 4; SOCIEDADE 7 de setembro. *A Época*. Teresina, ano 1, n. 25, 23 set. 1878, p. 4; MEMORANDU – Clube Dramático. *Gazeta do Comércio*. Teresina, ano 4, n. 145, 10 jan. 1894, p. 3.

e sua estruturação nas décadas seguintes, o que melhorou o transporte de pessoas, o escoamento das mercadorias produzidas na província, a comunicação com outras regiões do Império e integrou a capital a uma dinâmica cultural mais ampla, possibilitando a circulação de novas ideias, novos artefatos culturais e o acesso dos artistas profissionais, que chegavam com seus cenários e figurinos.⁶

Somente nas décadas de 1870 e 1880, período no qual centramos nossa pesquisa documental, identificamos algumas atividades oriundas de fora da cidade, em permanências regulares e até mesmo duradouras, especialmente, se considerarmos a baixa densidade demográfica de Teresina no período, entre elas: Henrique Boldrine e Vicente Marchelli, artistas vindos do Maranhão e que ficaram entre dezembro de 1877 e janeiro de 1878;⁷ os artistas Lima Penante e Máxima Augusta, vindos de Parnaíba para realizar apresentações em abril de 1879;⁸ a companhia Ateneu Dramático, vinda de Caxias, realizando espetáculos no Teatro Concórdia entre julho e setembro de 1881;⁹ uma companhia de ginástica, em setembro de 1883, com artistas “exímios em trabalhos de deslocação, equilíbrios &&”;¹⁰ e Antônio Gomes Rodrigues Sampaio e Rosa da Silva, que movimentaram as noites teresinenses, entre março e dezembro de 1884.¹¹

Além das visitas já citadas, outras provocaram grande alvoroço na cidade, instigando o interesse da população e o cortejo dos homens em torno das atrizes principais. Segundo Higino Cunha, em 1887, o Teatro

6 Sobre a Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnaíba e as transformações que provocavam, não só em Teresina, mas em outros municípios do Piauí, consultar: GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba: cidades-beira*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. p. 116-194.

7 UM DILETTANTI. Seção particular – teatro. *A Época*. Teresina, ano 1, n. 39, 28 dez. 1878, p. 3; TEATRO. *A Época*. Teresina, ano 1, n. 39, 28 dez. 1878, p. 4; O SR. H. Boldrine. *A Época*. Teresina, ano 2, n. 42, 18 jan. 1879, p. 4.

8 O SR. LIMA Penante. *A Época*. Teresina, ano 2, n. 54, 12 abr. 1879, p. 4

9 COMPANHIA dramática. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 693, 20 jul. 1881, p. 6; AO DISTINTO diretor [...]. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 699, 3 set. 1881, p. 4.

10 COMPANHIA Ginástica. *A Época*. Teresina, ano 6, n. 271, 7 set. 1883, p. 5.

11 ARTISTAS dramáticos. *A Época*. Teresina, ano 7, n. 298, 29 mar. 1884, p. 4; SILVA, Rosa da; SAMPAIO, Antônio Gomes Rodrigues. Ao público teresinense. *A Época*. Teresina, ano 7, n. 304, 10 maio 1884, p. 3; ESPETÁCULO. *A Época*. Teresina, ano 7, n. 333, 20 dez. 1884, p. 4.

Concórdia recebeu a renomada atriz portuguesa Helena Balsemão, mulher de “beleza exuberante, aloirada, vasta cabeleira e estatura quase alta. Essa mulher privilegiada causou verdadeiro delírio na sociedade teresinense, dominando-a de alto a baixo como estrela de primeira grandeza”.¹² Helena Balsemão animou bailes, recebeu homenagens e se envolveu em uma polêmica que dividiu a cidade. Constatou ao público que a atriz portuguesa hostilizava, por intrigas de bastidores, a atriz brasileira Josefa de Carvalho, da mesma companhia, questão que originou a formação de partidos em defesa das atrizes, a competir acerca de qual delas seria mais ovacionada, vaiada e defendida, nos discursos durante os intervalos do último espetáculo da companhia em Teresina.¹³

As intrigas envolvendo as atrizes, embora ambas tenham negado a existência à beira do palco, alteraram os ânimos dos frequentadores do teatro e se tornaram assunto para os jornais e um boletim apócrifo que circulou na cidade, cuja autoria foi negada pelos redatores Clodoaldo Freitas e J. Pereira Lopes.¹⁴ A passagem de Helena Balsemão com suas polêmicas, pela cidade de Teresina, evidenciam o grande envolvimento da população teresinense com o teatro, ao ponto de se formarem posições antagônicas por motivos internos às companhias.

Em 1889, foi a vez do Grupo Lírico-Cômico, que, após realizar espetáculos em Caxias, levou a Teresina um repertório variado, composto por comédias, cançonetas, operetas e dramas. O grupo estabeleceu temporada de agosto a dezembro, com espetáculos regulares que encheram o pequeno Teatro Concórdia. Pela imprensa, seus integrantes eram felicitados pelos desempenhos no palco e se pedia a repetição de números. Sua primeira atriz, Beatriz Rosália, conquistou, desde o princípio, a simpatia do público e da imprensa, recebendo diversas homenagens, desde poesias impressas que eram distribuídas ao público, nos dias de apresentações, até chuvas de flores e chapéus.¹⁵ Tanta hospitalidade foi retribuída em forma de poesia, em que a atriz agradeceu o acolhimento recebido e expressou sua

12 CUNHA, 1922, p. 7-8

13 UM APRECIADOR. O espetáculo de ontem. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 15, 7 jul. 1887, p. 3; LIMA, José de Castro. No teatro. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 15, 7 jul. 1887, p. 3.

14 LOPES, J. Pereira. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 15, 7 jul. 1887, p. 3.

15 TEATRO. *A Falange*, Teresina, ano 1, n. 34, 21 set. 1889, p. 4; NO ESPETÁCULO de

gratidão aos teresinenses.¹⁶

As visitas relativamente constantes de artistas e companhias profissionais, especialmente as exitosas temporadas estreladas por Helena Balsemão e Beatriz Rosália, bem como as limitações impostas pelos pequenos teatros de Teresina, estimularam a circulação de discursos favoráveis à construção de uma nova casa de espetáculos, culminando em um movimento de senhoras da elite teresinense que, apadrinhadas pelos bacharéis Francisco de Souza Martins e Gabriel Luís Ferreira, se dirigiram ao palácio do governo, em 4 de setembro de 1889, para solicitar ao então presidente da província, Teófilo Fernandes dos Santos, recursos para a construção de um teatro. A comitiva, esperada previamente, foi recebida por políticos ocupantes dos principais cargos do governo, pela banda de música da polícia e um ornamentado baile que, após anuência do governador ao pedido feito pelas damas, estendeu-se madrugada adentro.¹⁷

Após as festividades e as homenagens públicas, iniciou-se na imprensa uma disputa sobre a escolha do local mais adequado para a construção do novo teatro; as mulheres católicas defendiam que fosse edificado próximo à Praça Aquidabã, um descampado distante da Igreja do Amparo, e os redatores do jornal *A Falange*, contrários à imposição das beatas, as mesmas que anteriormente solicitaram a obra, argumentavam em favor da edificação ao lado da igreja, escolha que seria justificada pela salubridade e utilidade do local, pois fecharia o quadro da Praça da Constituição, então centro cultural e administrativo da cidade:

O local é ótimo, porque é plano e o mais elevado, em excelentes condições de ventilação, ficando o edifício totalmente isolado entre duas praças que correm pela frente e pelos fundos. No entanto, o beateiro [sic] com o seu cortejo de tolices e credices caducas vem dizer-nos que o teatro não deve ser levantado ao lado da igreja por ser casa do capeta! [...]

Aqui as senhoras da melhor sociedade sobem as escadas do palácio e pedem a construção de um teatro que deverá ser feito longe das igrejas, porque o teatro é uma escola de imoralidades!

domingo. *A Falange*, Teresina, ano 1, n. 34, 21 set. 1889, p. 4.

16 ROSÁLIA, Beatriz. Gratidão ao povo teresinense. *A Falange*, Teresina, ano 1, n. 39, 26 out. 1889, p. 4.

17 CUNHA, 1922, p. 9-10; TEATRO. *A Falange*. Teresina, ano 1, n. 32, 7 set. 1889, p. 4.

Por que, a elite feminina de nossa capital pediu a construção de uma escola de imoralidades?¹⁸

O posicionamento do redator foi vencido e a fixação da primeira pedra do edifício ocorreu em solenidade no dia 21 de setembro de 1889, na então Praça Aquidabã, atual Praça Pedro II. Na ocasião, Manoel Idelfonso de Sousa Lima, representando o governo da província, proferiu um discurso, posteriormente publicado na imprensa, no qual destacou a importância que o fato representava para os teresinenses, por “satisfazer uma das mais palpitantes necessidades” e por atender a um “reclamo exigido pela civilização”. Em tom conciliador, enfatizou que os teatros na Antiguidade serviram para alegrar a população e instruí-la, e que seu desejo era que o Teatro 4 de Setembro fosse um local de combate aos vícios, de edificação pessoal, uma casa dos bons costumes e da moral cristã.¹⁹

Insatisfeitos, os redatores do jornal *A Falange* continuaram a protestar contra o local escolhido. Voltaram ao assunto em janeiro de 1890, alegando se tratar de um declive, que nos dias chuvosos se transformava em verdadeiro ribeiro, “refresco infalível para os pés dos espectadores”.²⁰ Apesar dos protestos, a escolha foi mantida e a obra tocada vagarosamente, com algumas pausas em sua execução, motivadas pela instabilidade política e financeira da gênese republicana. O prédio foi inaugurado somente em 1894, com o nome de Teatro 4 de Setembro, em homenagem à iniciativa das senhoras teresinenses, com uma arquitetura neocolonial, dois pisos superiores com camarotes, plateia e gerais, totalizando a capacidade em mais de 600 lugares.

A passagem das companhias visitantes, seus espetáculos e a escolha do local para o novo teatro foram amplamente comentados na imprensa, evidenciando-se, assim, múltiplas concepções sobre o fazer teatral e a sua importância enquanto aparato cultural e mecanismo de interferência social. Nesse contexto, formou-se na imprensa local, sobretudo a partir da década de 1870, uma crítica incipiente, que fazia uso de um privilegiado espaço para refletir sobre o teatro e seus acontecimentos. Tornaram-se

18 LOCAL para o teatro. *A Falange*. Teresina, ano 1, n. 33, 14 set. 1889, p. 1.

19 LIMA, Manuel Idelfonso de Sousa. Meus senhores! *A Imprensa*. Teresina, ano 25, n. 1091, 26 set. 1889, p. 2.

20 LOCAL para o teatro. *A Falange*, Teresina, ano 2, n. 50, 18 jan. 1890, p. 4.

assunto os artistas, músicos, espetáculos, espectadores e todo e qualquer sujeito inserido direta ou indiretamente na dinâmica teatral.

Sob o olhar dos cronistas

A atenção desses críticos, denominação que, por modéstia, muitos recusavam, era ampla e voltada para diferentes aspectos e ocorria, a partir de um olhar artisticamente assistemático, embora questões estéticas e intrinsecamente associadas à arte dramática fossem, às vezes, comentadas superficialmente. Mais do que críticos, eram cronistas encarregados de escrever análises dos espetáculos encenados, redatores de jornais que possuíam uma posição privilegiada de “agente e escrevente do moderno”. O redator, conforme destacou Teresinha Queiroz, “não era mero relator, mas buscava interferir constantemente nos fatos a partir do seu relato.”²¹ Ansiosos por intervir no cotidiano cultural, utilizavam uma linguagem diferenciada e buscavam legitimar sua atuação, de acordo com princípios que, segundo propagavam, seriam norteadores das avaliações. Esses comentários sobre as apresentações e os acontecimentos em torno do teatro informavam sobre seus objetivos e suas tradições partilhadas, às vezes, alheias aos interesses cultivados pelos diferentes grupos que integravam o público de teatro.

Um dos princípios básicos levantados como bandeira era a imparcialidade, segundo a qual a escrita seria orientada a partir de critérios artísticos e morais, livres de amarras sociais ou políticas e sem a pretensão de agradar aos amigos. A imparcialidade se juntava a outros atributos que deveriam ser inerentes a um cronista teatral, como a sinceridade, a justiça e o conhecimento. Entretanto, evidencia-se que, apesar do discurso, essas escritas eram marcadas pela pessoalidade, cuja simpatia era distribuída conforme a distância social entre os redatores e os artistas. Essa proximidade e pessoalidade da imprensa se expressa em frequentes elogios a determinados sujeitos, especialmente aos amadores envolvidos nas apresentações. Durante a segunda metade do século XIX, alguns artistas locais se mostraram assíduos na montagem de peças, no auxílio às companhias visitantes e eram frequentemente estimulados por redatores, como Raimundo Tote, Fernando da Cunha, Chaves Júnior, Batista Martins

21 QUEIROZ, Teresina. *As diversões civilizadas em Teresina: 1880-1930*. Teresina: FUNDAPI, 2008. p. 8.

e Antônio Tote. Nesse período, o teatro era considerado uma atividade imprópria para as mulheres, às quais eram destinadas as atuações nos âmbitos doméstico e religioso. Não encontramos mulheres da sociedade piauiense tendo parte em espetáculos, como ocorreu amplamente nas primeiras décadas do século XX. Embora muitas integrassem as sociedades recreativas, a interpretação, inclusive de personagens femininos, era responsabilidade dos homens.

Um elemento que contribuía para essa pessoalidade era o limitado número de amadores, o que justifica igualmente a curta atuação dos grupos, que raramente excedia um ano de atividades regulares. Conforme destacamos em outro estudo, esse foi um problema constante na história do teatro piauiense, a ponto de, nas primeiras décadas do século XX, ser recorrentes as notícias sobre a falta de amadores para movimentar os clubes dramáticos e sobre a frequente necessidade de reestruturação das diretorias.²²

Embora tendenciosa, observa-se na imprensa teresinense um perseverante esforço no sentido de estimular o desenvolvimento das atividades teatrais, sempre instigando os amadores e as companhias visitantes. Esse engajamento visava formar um público de teatro, possibilitar o enraizamento de um divertimento regular e ocorria através de métodos cotidianos, como comentários elogiosos aos artistas, aos espetáculos e ainda através de apelos explícitos por apoio dos teresinenses àqueles que buscavam oferecer algumas horas de diversão, unindo o útil ao agradável, a distração à instrução moral. Nesse sentido, em dezembro de 1878, após muitos elogios ao ator Henrique Boldrine, que visitava Teresina, um redator pediu ao público que continuasse lhe auxiliando, pois, sem “estímulo, sem animação, sem incentivo as artes não prosperarão; sem o favor público não podem os filhos de Tália fazer coisa alguma.”²³ Quando se encontravam em Teresina, os artistas Antônio Gomes Rodrigues Sampaio e Rosa da Silva, que, durante meses, levaram ao palco vários espetáculos juntamente com amadores locais, o mesmo jornal, em julho de 1884, indagou o motivo da pouca atenção do público e reforçou o convite:

22 SILVA, Ronyere Ferreira da. *O teatro em Teresina: produções artísticas e tensões culturais (1890-1925)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História), Teresina, 2017. p. 101-102.

23 TEATRO. *A Época*. Teresina, ano 1, n. 39, 28 dez. 1878, p. 4.

Por que o nosso público não concorre ao teatro a gozar horas de verdadeira diversão? [...]

Mais uma vez concitamos o público a ir ao teatro Concórdia, aplaudir os artistas que recorreram à nossa hospitalidade.²⁴

Os artistas profissionais que visitavam Teresina, como foi o caso de Antônio Gomes Rodrigues Sampaio e Rosa da Silva, contavam frequentemente com o apoio da imprensa, que estimulava a curiosidade popular, mesmo antes da chegada dos artistas. As notícias sobre as companhias que estavam a caminho da cidade destacavam a qualidade do elenco, os figurinos, a variedade dos repertórios e a boa recepção do público nas cidades por onde passavam. Embora o apoio ou oposição da imprensa não fosse garantia de sucesso ou fracasso das iniciativas culturais, os posicionamentos de seus redatores produziam ressonância na sociedade e eram determinantes para uma boa recepção por parte do público.

Ainda que a imprensa manifestasse de início uma benevolência com os grupos amadores e as companhias visitantes, estes praticavam movimentos, no intuito de consolidar o apoio recebido. Os procedimentos adotados para conquistar e manter a simpatia dos redatores de periódicos eram variados, pautavam-se geralmente em atitudes que demonstravam atenção, prestígio e cortesia, como envio de telegramas comunicando que em breve estariam na cidade, visitas às redações, agradecimentos públicos, convites para assistir aos ensaios, cortesias para as apresentações e realização de espetáculos beneficentes.

Em movimentos com esse propósito, em abril de 1879, o ator e dramaturgo Lima Penante, ao chegar a Teresina, visitou a redação do jornal *A Época* e presenteou os redatores com exemplares de suas peças, gentileza agradecida e retribuída com votos de que “seja bem acolhido”.²⁵ Em maio de 1884, Antônio Gomes Rodrigues Sampaio e Rosa da Silva, antes de se retirarem temporariamente de Teresina, com destino a Caxias, onde iam apresentar quatro espetáculos, publicaram uma carta agradecendo ao público pela hospitalidade, aos amadores locais pelo auxílio e às “ilustradas e independentes redações dos jornais desta cidade, a benevolência e

24 TEATRO Concórdia. *A Época*. Teresina, ano 7, n. 313, 16 jul. 1884, p. 4.

25 O SR. LIMA Penante. *A Época*. Teresina, ano 2, n. 54, 12 abr. 1879, p. 4

consideração que lhes dispensaram todas as vezes que ocuparam dos seus insignificantes trabalhos cênicos.”²⁶

Os espetáculos beneficentes foram igualmente utilizados como mecanismo para atrair o público e garantir o apoio da imprensa, prática utilizada em diversas cidades. Segundo Silvia Cristina Martins de Souza, no Rio de Janeiro de meados do século XIX, esses espetáculos eram comuns e possuíam os mais diversos fins, como socorrer artistas, pessoas pobres, escravizados que buscavam a alforria, vítimas de moléstias e até as almas do purgatório.²⁷ Em Teresina, nos oitocentos e, ainda nas primeiras décadas do século XX, a prática foi usual e assegurou aos artistas, em diversas ocasiões, o apoio de diferentes instituições. Esses eventos, segundo Francisco de Assis de Sousa Nascimento, além do caráter benevolente, eram educativos, possuíam o intuito de sensibilizar a população sobre questões sociais e constituíam uma estratégia para garantir público e conquistar elogios da imprensa:

Esta produção teatral, que associava as apresentações teatrais às práticas educativas, de caráter benevolente, também era um mecanismo para atrair um público específico às casas de apresentação. [...] uma tática de engajamento, revisitação aos modelos de educação de outrora e forma de cativar plateias e a imprensa jornalística da época.²⁸

Esses espetáculos possuíam como público alvo a elite teresinense e as camadas intermediárias, e possuíam um leque variado de beneficiários, como os artistas das companhias visitantes, igrejas e instituições filantrópicas. Em março de 1866 e em outubro de 1887, foram realizados espetáculos em benefício da Santa Casa de Misericórdia; em dezembro de 1887, uma apresentação ocorreu em favor da construção da Igreja de São

26 SILVA, Rosa da; SAMPAIO, Antônio Gomes Rodrigues. Ao público teresinense. *A Época*. Teresina, ano 7, n. 304, 10 maio 1884, p. 3.

27 SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do ginásio: teatro e tensões culturais na corte (1832-1868)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 138

28 NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. Apropriações do teatro piauiense na Primeira República. In: BRANCO, Julinete Vieira Castelo; SOLON, Daniel Vasconcelos (org.). *História em poliedros: cultura, cidade e memória*. Teresina: EDUFPI, 2008. p. 138-139.

Benedito e, em junho de 1879, os rendimentos foram destinados à Igreja de Nossa Senhora do Amparo; em novembro de 1889, ocorreram espetáculos em benefício de integrantes do prestigiado Grupo Lírio-Cômico, que há meses movimentava o Teatro Concórdia.²⁹

Na imprensa, os cronistas ainda comentavam sobre diferentes elementos da teatralidade, como figurinos, cenários, sonoplastia executados pelas orquestras e o desempenho dos artistas, ensaiando usos de termos próprios ao teatro, no sentido de demonstrar conhecimento sobre os caminhos do palco e legitimar seus comentários. A partir dessas análises, evidenciam-se preferências por determinados gêneros, posturas no palco e instrumentos utilizados na sonoplastia. Os dramas e as comédias, a partir dos princípios clássicos da dramaturgia, eram considerados gêneros elevados, preferidos em detrimento das cenas cômicas e do teatro musicado, cuja função principal seria levar ao riso, sem necessariamente um comprometimento estético ou educativo.

Nos comentários sobre as encenações, percebemos a valorização da consciência do ator acerca do personagem e sua naturalidade cênica, construída tanto pela postura física quanto pela fidelidade nos figurinos. A partir desse prisma, novamente a bem-sucedida temporada dos artistas Antônio Gomes Rodrigues Sampaio e Rosa da Silva servem de exemplo, pelos comentários na imprensa que exaltavam suas qualidades artísticas, naturalidade e boa compreensão dos personagens. Em abril de 1884, ao fazer comentários sobre a apresentação de *O filho supliciado* – uma peça requeitada, ou seja, apresentada anteriormente na cidade com outro título e enredo levemente modificado, prática comum no teatro brasileiro do período – assim destacou um redator:

D. Rosa da Silva interpretou de modo satisfatório o papel de Maria de Stein. Pela sobriedade de gestos, naturalidade de movimentos, flexibilidade de entonações de voz; em suma, por sua completa identificação com a figura que representava, ela revelou-se, mais do

29 Sobre os espetáculos beneficentes na segunda metade do século XIX, conferir: TEATRO Santa Teresa. *A Imprensa*. Teresina, ano 1, n. 32, 3 mar. 1866, p. 4; TEATRO. *A Imprensa*. Teresina, ano 14, n. 597, 14 jun. 1879, p. 4; TEATRO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 990, 22 out. 1887, p. 4; AMANHÃ terá lugar [...]. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 35, 3 dez. 1887, p. 3; ENORME festival. *A Falange*, Teresina, ano 1, n. 41, 12 nov. 1889, p. 4; TEATRO. *A Falange*, Teresina, ano 1, n. 41, 12 nov. 1889, p. 4.

que no espetáculo anterior, uma artista de mérito.³⁰

Em julho de 1884, agora ao comentar a apresentação do drama *Os mineiros da desgraça*, de Quintino Bocaiúva, o mesmo jornal assim pontuou sobre o desempenho de Rosa da Silva e de alguns amadores locais que a auxiliavam:

D. Rosa traduziu fielmente os sofrimentos e o grande infortúnio de Elvira: prendeu sempre com súbita magia as vistas dos diletantes, subjugados à correção do seu trabalho.

O Sr. Francelino no papel de Vieira saiu-se perfeitamente bem e com a mais invejável naturalidade. Esteve à caráter e correto.

O Sr. Batista foi o perverso Vidal até nas suíças: boa pronúncia, gestos correlativos, e toda naturalidade, como o senhor Francelino: muito bem!

O Sr. Pedro Lima compreendeu o seu papel e assim o desempenhou; não fora certa desafinação na voz, e o êxito seria completo: parabéns!³¹

Em ambas as crônicas destacadas surgem a valorização da naturalidade cênica, a exaltação da estética naturalista, predominante nos palcos brasileiros do período, bem como outro elemento muito mencionado nas análises de espetáculos do século XIX, ou seja, a voz e, de maneira mais ampla, a sonoplastia das apresentações. Vale destacar que, no período, não eram comuns aparelhos reprodutores de som, dessa forma, ruídos ou músicas eram desempenhadas pelos atores ou pelos músicos das orquestras contratadas para atuar nos teatros, por isso a ênfase para a afinação ou desafinação dos artistas.

No tocante à sonoplastia, observamos a valorização por sons mais limpos e suaves, para não atrapalhar o entendimento do que era cantado ou declamado no palco. Dessa maneira, as orquestras metálicas, muito utilizadas nos teatros, durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, conforme pode ser observada na imagem abaixo, com seus trombones, saxofones, clarinetes, tambores e flautas, abafavam os instrumentos de corda e dificultavam a projeção da

30 TEATRO Concórdia. *A Época*. Teresina, ano 7, n. 301, 20 abr. 1884, p. 3.

31 TEATRO Concórdia. *A Época*. Teresina, ano 7, n. 312, 5 jul. 1884, p. 4.

voz dos atores, por isso eram preteridas em favor do piano e do violino, considerados mais adequados aos dramas.

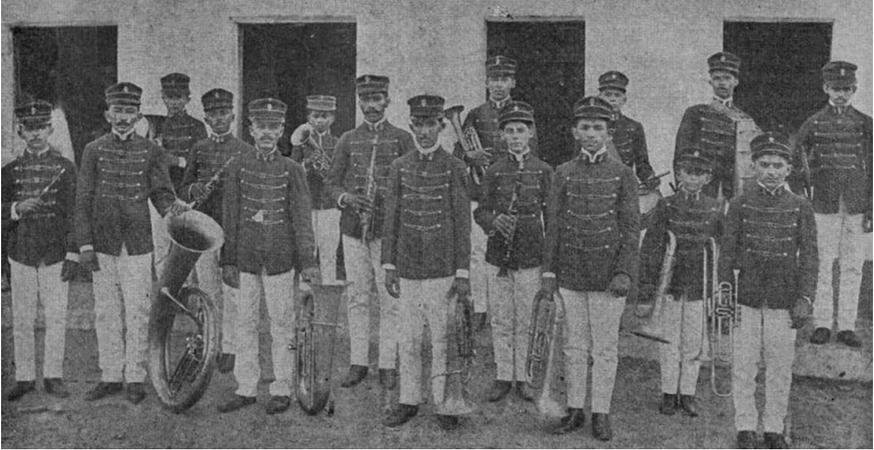


Imagem 1 – Banda de música da Sociedade Filarmônica 12 de outubro, de São João – PI.

Fonte: *O Malho*. Rio de Janeiro, ano 10, n. 459, 1 jul. 1911, p. 46.

A presença das orquestras nos teatros teresinenses e seu desempenho durante os espetáculos eram assuntos dos cronistas e, por vezes, provocava polêmicas envolvendo os jornais da cidade. Em 1889, durante a longa e bem-sucedida temporada do Grupo Lírico-Cômico, atuava como maestro, no Teatro Concórdia, o musicista amador Joaquim Chaves, cuja atuação na opereta *Sinos de Corneville* foi motivo de duras críticas nos jornais *Tribuna* e *A Falange*. Segundo os jornais, o desempenho dos atores poderia ter sido melhor, se não fossem “os falsetes da orquestra” que “anda às apalpadelas”.³² Posteriormente, *A Falange* publicou outro texto, dessa vez defendendo Joaquim Chaves, elogiando suas composições e seus esforços em reger e tocar violino em uma orquestra de amadores.³³

Os clubes amadores e a maioria das companhias visitantes contratavam bandas ou orquestras atuantes na cidade, exceto em espetáculos beneficentes, quando o costume era que fossem cedidas aos organizadores

32 TEATRO. *A Falange*, Teresina, ano 1, n. 37, 12 out. 1889, p. 4.

33 UM PEQUENO Cavaco. *A Falange*, Teresina, ano 1, n. 38, 19 out. 1889, p. 3; POLK Salezio. *A Falange*, Teresina, ano 1, n. 38, 19 out. 1889, p. 4.

dos eventos. Essas orquestras eram amadoras, como a que atuava no Teatro Concórdia sob a regência do maestro Joaquim Chaves, ou pertenciam às instituições provinciais, responsáveis por animar os mais diversos eventos, como bailes, almoços, espetáculos, batizados, casamentos, enterros, missas e festejos populares. Os preços para a participação dessas bandas eram fixados e variavam, conforme a quantidade de músicas, a duração das atividades e o local das récitas, como se pode observar a seguir, na tabela de preços do serviço de música do Corpo de Polícia, de 1880.

Tabela dos preços do serviço de música do corpo de polícia, a que se refere o regulamento dessa data. [...]

Teatro

Por tocar nos intervalos dos atos e tudo mais que for exigido dentro do teatro – 10\$000.

Baile

Toda a banda até às duas horas da madrugada - 30\$000

Por oito músicas, idem - 20\$000.

Por seis músicas, idem - 15\$000.

Por quatro músicas, idem – 10\$000.

Por cada hora que exceder - 4\$000.³⁴

A presença de orquestras nos espetáculos era recorrente, musicavam peças teatrais e animavam os intervalos entre os atos. Não tocavam em todos os gêneros teatrais, eram mais comuns em peças musicadas, como operetas, *vaudevilles* e canções. Vale ressaltar que essa presença era proporcionada pelo formato de espetáculo que vigorou no Brasil, na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX, que não se tratava unicamente da apresentação de uma peça, mas de um conjunto variado de atrações em uma noite no teatro.

Esses cronistas, ao analisar os diferentes elementos que integravam os espetáculos, buscavam interferir no cotidiano da cultura teresinense, explicitando preferências estéticas, valores morais e compreensões de mundo que, muitas vezes, divergiam dos que eram partilhados pelos demais sujeitos do cotidiano teatral, como artistas, empresários e espectadores.

34 PROVÍNCIA do Piauí. Tabela dos preços do serviço de música do corpo de polícia, a que se refere o regulamento dessa data. Arquivo Público do Piauí. Sala do Poder Executivo, caixa 239, 2f.

Essas dissonâncias se evidenciam especialmente em momentos conflituosos, que igualmente faziam parte do leque de assuntos relacionados ao teatro e abordados na imprensa. Muitos desses momentos de tensão relacionam-se com a compreensão do teatro enquanto um veículo civilizador, um lazer que educa ao mesmo tempo em que diverte. Essas percepções ficavam explícitas nas constantes reclamações em relação ao comportamento do público, tido como indiferente, incorrigível e protagonista de acontecimentos vexaminosos. Os maus costumes seriam, perante o objetivo civilizatório da imprensa, um inimigo a ser aniquilado, fosse pelo convencimento ou pela imposição de modelos considerados adequados a uma capital com aspirações modernas.

O padrão almejado seria marcado pela consciência das possibilidades de atuação por parte dos sujeitos inseridos no fazer teatral. Ao público, caberia sorrir ou se emocionar, saber se portar no ambiente, aprovar ou reprovar o espetáculo corretamente e sem atrapalhar as funções. Esses traquejos consistiam em novas formas de civilidade, até então desconsideradas, por parte significativa do público teresinense e que, segundo Teresinha Queiroz, eram introduzidas na cidade desde as décadas finais do século XIX:

Em Teresina, novas formas de civilidade a muito custo vinham sendo introduzidas. Crianças e adultos estavam sempre, pelo menos na avaliação dos redatores de jornais, precisando de corretivos e ajustes de maneiras. Precisavam aprender a manter as distâncias sociais, a frequentar os eventos públicos e privados, a bater palmas – aplaudir é também um saber, uma arte – a receber, a se comportar na mesa, a não avançar nos banquetes, a não roubar os objetos pessoais nas toaletes alheias e vários outros hábitos da boa convivência social.³⁵

O teatro era concebido como local para se aprender não apenas a se portar, mas também para se demonstrar essas novas formas de civilidade. Vaias, assobios, gargalhadas, gritaria, conversas paralelas, correria de crianças, fumo e uso de chapéu durante os espetáculos eram alguns dos comportamentos considerados impróprios, apontados pelos cronistas como exemplos da falta de educação, da incivilidade e do atraso teresinense.

35 QUEIROZ, Teresinha. *Os Literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EdUFPI, 2011. p. 35.

O principal alvo dos cronistas eram os frequentadores da geral, a qual, com seus bilhetes baratos, aglutinava grande quantidade de trabalhadores pobres e estudantes, estes, frequentemente apontados como autores das badernas, quebradeiras e episódios classificados como vergonhosos, nas noites do teatro. Em crônica de junho de 1895, após elogiar o desempenho de uma companhia visitante, o redator do jornal *Gazeta do Comércio* reclamou da existência de pessoas “atrasadas”, representadas especialmente por estudantes, que, no espetáculo anterior, teriam quebrado móveis, promovido gritarias e invasões no teatro:

Infelizmente somos obrigados a confessar, no seio da nossa sociedade, ainda temos gente tão atrasada, que ignora totalmente a utilidade do teatro, que em toda parte é tido como escola de moralidade e desenvolvimento intelectual [...]

A nossa mocidade estudiosa, porém, salvo muitíssimas raras exceções, pensa de modo diverso, julga-o o campo dos duetos indecorosos das galhofas do desrespeito às famílias e muitas vezes até da moralidade. [...]

Moços, que deveriam nivelar-se ao limitado círculo desse nosso convívio social, engrossando com bons exemplos e atividade as suas camadas, são a perturbação constante, dos teatros, das festas, das reuniões.

Repetimos, o último espetáculo que ateste, o desrespeito, o insulto, a pancadaria nos móveis do edifício, a imoralidade e até mesmo a invasão do teatro à meia cara pelo muro, por estudantes, moleques, etc.³⁶

Embora, algumas vezes, o comportamento do público fosse elogiado,³⁷ predominou na imprensa do período um tom de insatisfação. Em momentos de conflitos mais ásperos, sequer os ocupantes dos camarotes escapavam das repreensões dos cronistas, mas, ainda assim, os espaços destinados e ocupados por populares é que eram os mais associados à libertinagem e considerados inadequados à frequência familiar.

A continuidade dessas críticas evidenciou a distância entre os sentidos atribuídos ao teatro pelos cronistas e pelos diversos tipos de

36 TEATRO. *Gazeta do Comércio*. Teresina, ano 5, n. 214, 1 jun. 1895, p. 4.

37 TEATRO. *Gazeta do Comércio*. Teresina, ano 5, n. 215, 7 jun. 1895, p. 4.

frequentadores. Se por meio dos jornais atacavam os estudantes, os caixeiros e demais trabalhadores pobres, é possível que a resistência desses grupos se manifestasse através do que era chamado de “algazarra”, “quebra-quebra”, “pilhérias”, assim como por ações radicais, como atirar pedras no teatro, forçando a retirada do público. Por essas diferentes formas de resistir a um padrão imposto, esses sujeitos rejeitavam a postura subserviente reservada para eles.

O padrão de comportamento desejado pelos cronistas recebia o título de civilizado, que pode ser compreendido como um modelo silencioso, passivo, com os impulsos pessoais devidamente controlados. Essa percepção era uma idealização do teatro difundida no Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX, ou, nos termos de José Ortega y Gasset, uma ideia segundo a qual o teatro seria formado basicamente por dois tipos de sujeitos, um ativo, os atores, e o outro de “especialíssima passividade”, os espectadores.³⁸

A compreensão exposta por José Ortega y Gasset representa o teatro como um corpo orgânico formado por dois elementos, pelo público e pelos atores, cada qual com funções distintas e opostas, ainda que conexas. Ao público caberia ver, imaginar e acreditar em seres, objetos e sociedades representados; aos atores caberia a simulação, a encenação com o devido convencimento cênico. A atividade dos atores e a passividade consciente dos espectadores seria a conjunção capaz de possibilitar ao teatro cumprir sua função como lazer, distração e fuga da realidade laboriosa.³⁹

A ideia do público silencioso e passivo consiste numa idealização amplamente difundida entre as elites culturais no Ocidente, durante a segunda metade do século XIX e primeira do século XX, associada, tanto ao teatro como a outras formas de lazer, como o cinema e a música. Entretanto, como destacou Eric Hobsbawm, ao contrário do desejo dos produtores culturais, que idealizavam um público regular, comedido e silencioso, que aceitasse passivamente o que era oferecido, esse modelo encontrava obstáculos, nos interesses particulares do público, que “não quer *apenas* se sentar calado, como população passiva para assistir ao show: quer também fazer seu próprio entretenimento, participar ativamente e, o

38 ORTEGA Y GASSET, José. *A ideia do teatro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 33.

39 ORTEGA Y GASSET, 2007, p. 33-49.

que é mais importante, socialmente.”⁴⁰

Em Teresina, essa visão integrava um projeto para o teatro de cunho elitista, que desconsiderava as expectativas do heterogêneo público do período, para o qual, o evento social do teatro significava tanto quanto o próprio espetáculo. Essa proposta de passividade dos espectadores remonta ao século XIX, tanto no Brasil quanto em diversos países da Europa. No Rio de Janeiro, conforme destacou Silvia Cristina Martins de Sousa, “à medida que o século avançava, cada vez mais o silêncio e o autocontrole passavam a ser os objetivos perseguidos como marca de civilidade e sinal de que havia feito contato com a arte.”⁴¹

Os cronistas teresinenses, confiantes no poder da imprensa, buscavam pela escrita introduzir os modos e os sentidos que consideravam apropriados aos frequentadores do teatro, contudo, cessadas as possibilidades pela via do convencimento, pediam a contribuição da força policial no processo de combate aos comportamentos indesejados, assim como fez o redator do jornal *Gazeta do Comércio*, após condenar a conduta de estudantes, durante um espetáculo em 1895:

Os espectadores, as famílias mostravam-se incomodadas, possuídos de indignação, enquanto a polícia calma e serena, não movia-se para conter semelhantes abusos.

Chamamos, pois, a atenção do Sr. Delegado para estes fatos de sua exclusiva competência, não se tornando tão impassível a estes atos que nos envergonham.⁴²

O pedido por providências das autoridades não era estranho ao período, afinal, baseava-se nas atribuições da polícia, a quem cabia analisar previamente os programas e textos das apresentações teatrais, bem como das demais atividades culturais, como o carnaval, os circos e o bumba-meu-boi; competia à polícia, durante o século XIX, a inspeção dos teatros nos dias de espetáculos, com o objetivo de evitar acréscimos à programação aprovada, tumultos e excessos por parte dos frequentadores. Em outros termos, competia à polícia a censura prévia ao conteúdo dos espetáculos e

40 HOBSBAWM, Eric. J. *História social do Jazz*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. p. 43.

41 SOUZA, 2002, p. 62.

42 TEATRO. *Gazeta do Comércio*. Teresina, ano 5, n. 214, 1 jun. 1895, p. 4.

o controle interno dos teatros, nos dias de apresentação.

Embora não tenhamos evidências da existência de uma censura teatral regular em Teresina, durante a segunda metade do século XIX, como ocorreu em cidades com maior dinâmica teatral⁴³ ou na própria capital piauiense das primeiras décadas do século XX,⁴⁴ os documentos internos da Secretaria de Polícia indicam uma reiterada presença policial, no cotidiano das diversões públicas, o que denota a compreensão das manifestações culturais como atividades que deveriam ser constantemente vigiadas. Em fevereiro de 1861, um extenso grupo da sociedade teresinense, querendo realizar “um pequeno divertimento de máscaras”, submeteu o programa das atividades e solicitou a permissão à Secretaria de Polícia, pedido que foi deferido no mesmo dia.⁴⁵ Já em agosto de 1881, o empresário da companhia Ateneu Dramático comunicou ao Chefe de Polícia a realização

43 No Rio de Janeiro, a censura remonta a 1824, quando em edital da Intendência Geral de Polícia foram estabelecidas medidas de segurança que deveriam ser observadas nos teatros da capital. Esse controle exercido pela polícia foi normatizado nas décadas seguintes e reforçado em 1843, com a criação do Conservatório Dramático Brasileiro, instituição literária que passou a exercer a censura em conjunto com as autoridades policiais. O Conservatório foi idealizado e integrado por intelectuais renomados, que analisavam tanto elementos estéticos quanto morais, seus membros eram responsáveis por avaliar e emitir um parecer autorizando, proibindo ou sugerindo modificações nos manuscritos. A aprovação do Conservatório era requisito para posterior autorização policial, em uma tensa parceria que perdurou até 1864, quando o Conservatório Dramático foi desativado, pondo fim à primeira fase da instituição. Em Salvador, foi criado, em 1857, o Conservatório Dramático da Bahia, instituição que além de incentivar o desenvolvimento teatral, cumpriu a tarefa de censurar os textos que seriam representados, atuação que gerou conflitos com outras instâncias de poder, como a polícia e o governo provincial, que em determinadas ocasiões proibiram peças já aprovadas pelo Conservatório da Bahia. Consultar: SOUZA, 2002; KHÊDE, Sonia Salomão. *Censores de pincenê e gravata*: dois momentos da censura teatral no Brasil. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981. p. 34-106; BASTOS, Fernanda Villela. *Quando os intelectuais “roubam a cena”*: o Conservatório Dramático da Bahia e sua missão “civilizatória” (1855-1875). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. p. 138-155.

44 Um estudo específico sobre a censura policial ao teatro em Teresina pode ser consultado em: FERREIRA, Ronyere; QUEIROZ, Teresinha. Teatro, transgressões sociais e censura policial em Teresina no início do século XX. In: NASCIMENTO, Francisco; SILVA, Jaison Castro; FERREIRA, Ronyere. *História e arte*: teatro, cinema, literatura. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 47-64;

45 Requerimento de S. O. Moraes ao Chefe de Polícia da Província do Piauí. Teresina, 9 fev. 1861. Arquivo Público do Piauí. Sala do Poder Executivo. Caixa 360.

de um espetáculo no Teatro Concórdia, solicitando que “se digne mandar como é de costume para o mesmo teatro, uma força a fim de manter a boa ordem”.⁴⁶ O mesmo procedimento foi adotado em outras duas ocasiões pelo ator Antônio Gomes Rodrigues Sampaio, que, em 1884, comunicou a realização de apresentações no mesmo local.⁴⁷ Em junho de 1889, um delegado de polícia de Teresina solicitou uma força policial entre 20 e 25 praças, “para poder garantir a ordem hoje, amanhã e nos dias 28 e 29 do corrente quando tem de haver o brinquedo do Boi.”⁴⁸

A atuação policial em relação aos teatros, os conflitos entre redatores de jornais e espectadores, bem como os discursos veiculados através da imprensa, evidenciam a importância atribuída ao teatro na segunda metade do século XIX. Tratava-se do principal lazer noturno, bem como de um privilegiado mecanismo de propagação de representações sociais, capaz de alcançar centenas de pessoas em apenas uma apresentação, pertencentes a diferentes classes sociais.

Apontamentos finais

A correspondência interna da Secretaria de Polícia demonstra a comunicação entre as autoridades policiais e entre elas e os artistas, relacionada aos acontecimentos culturais e, mais especificamente, às atividades teatrais. A partir de uma leitura a contrapelo, estamos diante de uma rotineira e conflituosa presença policial nos teatros, nos circos e nos festejos populares, de movimentos imersos em uma teia de relações sociais com o interesse de conter impulsos, controlar excessos e impor padrões de comportamento, defendidos por elites políticas e culturais, marcadamente divergentes dos interesses de parte significativa dos frequentadores desses

46 Requerimento de Ednardo Alvares ao Chefe de Polícia da Província do Piauí. Teresina, 14 ago. 1881. Arquivo Público do Piauí. Sala do Poder Executivo. Caixa 360.

47 Comunicado de Antônio Gomes Rodrigues Sampaio ao Chefe de Polícia da Província do Piauí, Benevenuto Alves de Carvalho. Teresina, 20 set. 1884. Arquivo Público do Piauí. Sala do Poder Executivo. Caixa 360; Comunicado de Antônio Gomes Rodrigues ao Chefe de Polícia da Província do Piauí, Benevenuto Alves de Carvalho. Teresina, 13 out. 1884. Arquivo Público do Piauí. Sala do Poder Executivo. Caixa 360.

48 Requerimento de Antônio Francisco Ribeiro ao Chefe de Polícia da Província do Piauí, Lourenço Valente de Figueiredo. Teresina, 23 jun. 1889. Arquivo Público do Piauí. Sala do Poder Executivo. Caixa s/ n.

espaços, pouco interessada em corrigir os vícios, conforme propagandeavam os defensores do teatro como uma escola de costumes.

Essa comunicação se articula com os discursos veiculados pela imprensa, que buscavam interferir nas formas de se portar, nas maneiras de se representar e no cotidiano teatral, de maneira geral. Esses cronistas e redatores de jornais acreditavam no poder da imprensa e buscavam intervir na sociedade através de argumentos variados, que transitavam entre códigos culturais predominantes e o campo da moralidade, galgados em ideais de civilidade importados e disseminados. Esses discursos, diante da sua ineficácia, eram substituídos por pedidos de providência à força policial, outro mecanismo com o qual se buscava impor suas percepções de mundo.

Pedir o empenho da polícia, criticar os espectadores desviantes, aconselhar os atores em suas interpretações e fazer análises dos espetáculos encenados eram instrumentos com os quais os produtores da imprensa buscavam intervir e direcionar os caminhos trilhados no campo cultural. Desses discursos inquietos, evidenciam-se ressentimentos com a precariedade material dos teatros, com a insubordinação do público e com a suposta excepcionalidade das visitas de artistas profissionais. Estes, conforme buscamos argumentar, não só aportavam em Teresina com relativa frequência, como animavam as noites, movimentavam a imprensa e despertavam as emoções dos espectadores.

Sobre os autores

Fernanda Aires Bombardi

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História Social pela USP e licenciada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Francisca Stefanne Orana Alves Sobrinho

Bolsista PIBIC/UFPI, sob orientação da Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima. Graduanda em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí.

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professor Adjunto, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros e Coordenador do Programa de Extensão “Restauração, Catalogação e Digitalização de documentos eclesiásticos das cidades de Oeiras, Picos e Jaicós”. Líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq e membro do NUPEDOCH (Núcleo de Pesquisa e Documentação em História).

Ivana Campelo Cabral

Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí; Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí; Diretora Técnica da

Coordenação do Programa de Educação Por Meio de Mediação Tecnológica -SEDUC-PI.

Johny Santana de Araújo

Doutor em História Social – Universidade Federal Fluminense UFF; Professor do Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Luís Carlos Albano Duarte Sousa

Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí. *E-mail:* luis-albano@hotmail.com.

Mairton Celestino da Silva

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2016). Mestrado em História pela Universidade Federal da Bahia (2008). Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2005). Professor Adjunto I da Universidade Federal do Piauí e, atualmente, coordena os Núcleos de Pesquisa e Documentação em História - NUPEDOCH e o Núcleo de Pesquisa em Africanidades e Afrodescendência - IFARADÁ.

Marylu Alves de Oliveira

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Líder do Grupo CNPq História Política, teatro e música. Professora do Curso de História da Universidade Federal do Piauí.

Mona Ayala Saraiva da Silveira

Mestra em História do Brasil/UFPI. Professora do quadro provisório da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Ariston Dias Lima.

Nilsângela Cardoso Lima

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFPI) da Universidade Federal do Piauí.

Ronyere Ferreira

Doutorando em História na Universidade Federal do Piauí. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Piauí. Integra os grupos de pesquisa “História, teatro, música e estética” (UFPI) e “História social da cultura: literatura, imprensa e sociedade” (UNIFESP), ambos cadastrados no diretório de grupos do CNPq. Coorganizou as coletâneas *História e arte: teatro, cinema, literatura* (EDUFPI, 2016) e *História, teatro e experiências estético-políticas* (Mentes Abertas, 2020).

Talyta Marjorie Lira Sousa Nepomuceno

Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2019), mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2012), especialista na área de Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola pelo Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (2015), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2009) e graduada em Bacharelado em Direito pelo Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba (2019).

